

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Pedro Urbano da Gama Machuqueiro

A Casa Palmela e o desafio Liberal: Estratégias de afirmação



Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, secção de século XIX
Orientador: Professor Doutor Luís Espinha da Silveira

Lisboa, Dezembro de 2005

Capa: *Retrato do Duque de Palmela e Família*. Ferdinand Krumholz (1810-1878). Portugal, 1847. Óleo sobre tela. Alt: 1450mm; larg: 1820. Proveniência: Colecção Palmela. Colecção Particular.

Legenda: Sala de Música do Palácio do Rato. Da esquerda para a direita: D. Eugénia Teles da Gama, D. Filipe de Sousa Holstein, D. Pedro de Sousa Holstein, D. Domingos de Sousa Holstein, D. Teresa de Sousa Holstein, D. Maria Luísa Noronha Sampaio e D. Francisco de Sousa Holstein. Sentados no chão, pela mesma ordem: D. Tomás de Sousa Holstein, D. Maria Luísa de Sousa Holstein e D. Luísa de Sousa Holstein.

Agradecimentos

Não é de admirar que um trabalho como este seja resultado, não de uma, mas de um conjunto de pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do mesmo.

O primeiro agradecimento dirijo-o ao Professor Doutor Luís Espinha da Silveira, não só pelo rigor científico com que orientou esta tese, mas também pela disponibilidade, motivação e compreensão que demonstrou ao longo da produção da mesma.

A nível institucional, a minha gratidão vai para o IAN/TT, nas pessoas da Professora Doutora Miriam Halpern Pereira e da Dr^a. Anabela Ribeiro que acreditaram neste projecto e fizeram os possíveis para levantar qualquer entrave na consulta da documentação, para além de todos os funcionários e técnicos desta instituição. Mas também ao Dr. João Calvão, da Direcção de Cultura e Assuntos Sociais da Fundação Oriente; à Dr^a Maria Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros; à Dr^a Madalena Braz Teixeira, Directora do Museu Nacional do Traje; à Dr^a Leonor Mello, do Serviço Histórico/Cultural/Museu, da Cruz Vermelha Portuguesa; à Dr^a Maria Teresa Caetano da Câmara Municipal de Sintra; à Dr^a Sara Brás do Gabinete de Imagem e Comunicação, da Caixa Geral de Depósitos; ao Dr. Carlos José de Sousa Mendes, Secretário da Procuradoria-geral da República; à Dr^a Maria Favila Vieira da Cunha Paredes, do Arquivo Regional da Madeira; ao Arquivo Histórico/Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; ao Arquivo Histórico Militar, ao Arquivo Central da Marinha e ao Departamento de Comunicação e da Cultura do Patriarcado de Lisboa.

À empresa José Maria da Fonseca, nomeadamente ao Eng. António Soares Franco; Prof. Doutora Conceição Andrade Martins; Dr^a Ana Fernandes Pinto e Dr^a Rita Almeida de Carvalho.

Nos contactos efectuados a nível internacional, não posso deixar de referir Wendy Butler do University College of London; Dr. A R Morton, arquivista do Royal Military Academy of Sandhurst e Prof. Bert van den Braak, da Universidade de Leiden.

À minha família, o principal sustentáculo ao longo de todo o trabalho, um muito obrigado.

Agradeço também a Ana Margarida Cruz, Nuno Miguel Lima, Marta Furtado, Sandra Coelho, José Daniel Soares Ferreira, Maria Manuel Bastos, Raquel Carmona, Nuno Ramalhete, Lúcia Ventura Ferreira e muitos outros que ficarão por dizer.

Por último, um agradecimento especial ao Sr. Dom Manuel Sousa Holstein Beck (Palmela), pela franca disponibilidade demonstrada.

Índice

	Página
Agradecimentos	3
Índice	5
Índices de Árvores Genealógicas, Quadros e Gráficos	7
Siglas e Abreviaturas	5
1. Introdução	10
1.1. Estado da Questão: as nobrezas estrangeiras e nacionais oitocentistas.	10
1.2. A Casa Palmela	22
1.3. Objectivos e problemáticas	24
1.4. Metodologia	27
1.5. Divisão Interna	28
2. As raízes: séculos XV – XVIII. Breve evolução genealógica	29
3. O Tronco familiar no século XIX: os indivíduos	40
4. Os Enlaces: a reprodução familiar, as estratégias sociais e os	79

cônjuges	
4.1 Fecundidade e Nupcialidade	79
4.2 Casamento e escolha dos cônjuges.	86
4.3 Os Cônjuges, a monarquia e o poder: cargos, ofícios e carreiras.	103
 5. Desenlace: as tentativas de dissolução do Matrimónio de D. Domingos	 112
 6. Dotar, partilhar e legar: a transmissão do matrimónio	 151
 7. Receber e manter. Rendimentos e propriedades da Casa	 175
7.1. Dificuldades quotidianas	176
7.2. Rendimentos e propriedades	184
 8. Palácios e respectivo recheio: a vida material e social	 197
8.1. Sociabilidade, cultura e lazer	206
 9. Conclusão	 218
 Bibliografia	 224
Fontes Manuscritas	224
Fontes Impressas	226
Periódicos	226
Outras Fontes Impressas	227
Dicionários, Genealogias e outros Instrumentos de Trabalho	234
Estudos Nacionais	237
Estudos Estrangeiros	242

Índices de Árvores Genealógicas, Quadros e Gráficos

	Página
Árvore Genealógica I – Ascendência e descendência dos primeiros Barões de Alvito	31
Árvore Genealógica II – Descendência de D. Francisco de Sousa (1561-s.d.)	33
Árvore Genealógica III – Descendência de D. Filipe de Sousa (1666-1714) e ascendência de D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1º Duque de Palmela	37
Árvore Genealógica IV – Ascendência de D. Eugénia Teles da Gama (1798-1848) e sua descendência	48
Árvore Genealógica V – Ascendência e descendência da Segunda Duquesa de Palmela	67
Árvore Genealógica VI – Ascendência e descendência do Terceiro Duque de Palmela	69
Árvore Genealógica VII – Ascendência e descendência do Quarto Duque de Palmela	71
Árvore Genealógica VIII – Ascendência e descendência de D. Brás da Silveira Lorena	90
Árvore Genealógica IX – Ascendência e descendência de D. Luís Pereira de Lacerda	92
Árvore Genealógica X – Ascendência e descendência de D. Caetano Saldanha Vasconcelos de Lencastre	92
Árvore Genealógica XI – Ascendência e descendência de D. Francisco Melo Castro	93

Árvore Genealógica XII – Ascendência e descendência de Maria Eugénia Braamcamp de Melo Breynier	95
Árvore Genealógica XIII – Ascendência e descendência de D. Ana Maria Gonçalves Zarco da Câmara	96
Árvore Genealógica XIV – Irmãos do Conde da Póvoa	113
Árvore Genealógica XV – Parentesco entre a Condessa da Póvoa e a Duquesa de Palmela	116
Árvore Genealógica XVI – Filhos de António Teixeira de Sampaio	117
Índice dos Quadros	
Quadro I – Primeiros Duques de Palmela e respectivo/as filho/as e genros/noras	66
Quadro II – Filhas e genros dos Segundos Duques de Palmela	69
Quadro III – Filhos e genro dos terceiros Duques de Palmela	71
Quadro IV – Idade de Casamento da Casa Palmela	83
Quadro V – Dotes relativos às filhas dos Primeiros Duques de Palmela	155
Quadro VI – Escrituras de renúncia de legítimas dos herdeiros dos primeiros Duques de Palmela a favor de seu irmão primogénito, D. Domingos de Sousa Holstein	159
Quadro VII – Morgados pertencentes à Casa Palmela	189
Quadro VIII – Morgado Póvoa, instituído por Henrique Teixeira de Sampaio	191
Quadro XIX – Prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Casa Palmela, em 1863	191
Quadro X – Prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Casa Póvoa, em 1860	193
Quadro XI – Quadros a óleo pertencentes aos Duques de Palmela	202
Quadro XII – Bustos e estátuas em pedra	205
Índice dos Gráficos	
Gráfico I – Rendimentos brutos de todos os bens e propriedades em Portugal em 1854	185
Gráfico II – Origem dos Rendimentos brutos das Casas Palmela e Póvoa	186
Gráfico III – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Palmela	186
Gráfico IV – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Póvoa	187

Siglas e Abreviaturas

ACM – Arquivo Central da Marinha

ACP – Arquivo Casa Palmela

AJMF – Arquivo José Maria da Fonseca

AMS – Arquivo Mouzinho da Silveira

BN – Biblioteca Nacional

COD – Códice

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

1. Introdução

*Se queremos que tudo fique como está
é preciso que tudo mude¹.*

O *leitmotif* da obra de Tomasi de Lampedusa, imortalizada no grande ecrã pela objectiva de Visconti, sintetiza a sua ideia central, acerca do declínio das antigas elites, em particular da aristocracia, a favor da ascensão das classes médias, a partir da segunda metade do século XIX e a forma como uma facção daquela procurou, sem sucesso, manter a sua posição.

O tema da presente dissertação é precisamente o da evolução da Aristocracia em Portugal, em concreto da Casa Palmela, no contexto do Liberalismo, com maior precisão, no período que medeia entre 1810 e 1887, datas que, como veremos, reflectem a cronologia ditada pela própria evolução da Casa e também pelos rumos da nacionalidade.

1.1. Estado da questão: as nobrezas estrangeiras e nacionais oitocentistas.

¹ LAMPEDUSA, Tomasi di, *O Leopardo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1960, p. 35.

O debate acerca do impacto do Liberalismo na antiga sociedade de ordens foi relançado no início dos anos 80 do século XX com a obra de Arno Mayer. Até então, tendia-se a exaltar a ruptura com o período imediatamente antecedente, traduzindo-se numa absorção ou aniquilamento da aristocracia por parte da burguesia emergente. Este autor procurou, no entanto, demonstrar as continuidades do Antigo Regime, ao longo de todo o século XIX e, inclusive, o vigor e a capacidade da aristocracia de se adaptar às novas condições políticas². De facto, a nobreza continuava a ser a principal proprietária fundiária, o que se traduzia na possibilidade de uma educação, de um estilo de vida, de uma mentalidade e de um código de conduta identificadores de si mesma. Para lá das diferenças resultantes do nascimento, da fortuna e da influência junto da sociedade civil e política, a coesão do grupo mantinha-se devido à existência dos mesmos interesses materiais e a partilha da mesma visão do mundo, que era facilitada precisamente não só pela sua posição política, social e cultural privilegiada, mas igualmente pela sua pujança económica que, apesar de se encontrar em declínio, permanecia importante. Perdeu parte das suas prerrogativas militares, administrativas e jurídicas, mas manteve a sua consciência enquanto grupo, o que permitiu manter a sua preponderância face à burguesia em ascensão, mas, no confronto entre ambas, terá sido esta que se teve de adaptar à antiga ordem e que acabou por se moldar ao padrão nobre. A persistência da nobreza permitiu-lhe tirar partido da ambição da burguesia em se promover, permitindo que se verificasse uma mais generalizada nobilitação desta, do que o contrário, ou seja, o emburguesamento da nobreza. Arno Mayer realça ainda as características da aristocracia, grupo de elite da nobreza, mais fechado sobre si mesmo, mais próxima das cabeças reinantes, que alia os privilégios de nascimento conferidos pelo sangue azul às grandes fortunas fundiárias, quer em imóveis rurais, quer em imóveis urbanos. O prestígio das suas relações e da sua fortuna permite-lhes investimentos económicos em sectores de ponta, como a indústria e a banca. A longo prazo, os casamentos entre aristocracia e altos magnatas vão-se tornando possíveis.

Após a publicação da obra de Arno Mayer a produção historiográfica tendeu a desenvolver-se em torno do tema da aristocracia e da sua relação com o liberalismo, sobretudo em países como Espanha, França e Inglaterra. As actas do Colóquio realizado

² Cf. MAYER, Arno, *La persistance de l'Ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1990.

em Roma no final da década de 1980 permitiram o alargamento a outros âmbitos geográficos, seja o caso da Itália, Alemanha e Áustria, e o diálogo entre historiadores acerca destas questões³.

Relativamente à França, a comunicação de Adeline Daumard analisa a situação da nobreza após a Revolução de 1789, sobretudo depois do desaparecimento dos privilégios de nascimento decretado nos anos que lhe seguiram. Apesar do exílio e da legislação que coarctou aqueles seus privilégios, a nobreza vai conseguir manter uma identidade oficial, resultado dos vários regimes políticos que se sucederam, permitindo-lhe exercer certa influência política, pelo menos a nível local e que assenta precisamente sobre a sua riqueza fundiária. Aliás, a sucessão de regimes permitiu o aparecimento de novas nobrezas que souberam integrar-se progressivamente nas antigas famílias, ao contrário da burguesia, que permaneceu separada daquelas.

Ainda no mesmo colóquio, André-Jean Tudesq defende a sobrevivência da nobreza como realidade social, uma vez que se verifica na primeira metade do século XIX um alargamento dos seus quantitativos, consequência da outorga régia de títulos, das alianças matrimoniais, mas essencialmente da usurpação de títulos nobiliárquicos. Outro fenómeno terá sido o alargamento do estilo de vida aristocrática na sociedade de classes⁴.

David Higgs⁵ analisa igualmente a nobreza francesa após a revolução, nos três primeiros quartéis do século XIX, e a sua evolução ao longo dos vários regimes, quer a nível económico e político, quer familiar e religioso. Conclui que, apesar da diminuição dos efectivos da nobreza causada pela emigração e pela impossibilidade de viver nobremente e, apesar da diminuição do seu poder político, ao deixar de desempenhar cargos governativos, continua a exercer alguma proeminência, que lhe é conferida pela

³ Cf. *Les noblesses européennes au XIX^e siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan...* (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988.

⁴ Cf. TUDESQ, André-Jean, « L'élargissement de la noblesse en France dans la première moitié du XIX^e siècle », in *Les noblesses européennes au XIX^e siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan...* (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988, pp. 121-135.

⁵ Cf. HIGGS, David, *Nobles, Titres, aristocrates en France après la Révolution, 1800-1870*, s. 1., Liana Levi, 1990.

posse da terra e pela própria consciência enquanto grupo social. O principal contributo de Higgs é o de defender a ideia de que o estudo da aristocracia após a revolução de 1789 não poder ser o do sucesso ou fracasso como grupo social, mas sim a percepção da aristocracia como um grupo particular, com um estilo de vida próprio e um comportamento familiar diferenciado dos restantes grupos sociais, apesar das alterações verificadas ao longo do século XIX.

Christian de Bartillat⁶ comenta o comportamento da aristocracia desde a Revolução Francesa até à actualidade, numa perspectiva quase cronística e laudatória dos antepassados gloriosos, acentuando as dificuldades originadas pela revolução de 1789. Baseando-se em grande parte em memórias e autobiografias, esta obra prima por descrever as mutações verificadas no seio da aristocracia, acompanhando as alterações políticas verificadas em França desde então, realçando a importância deste grupo ao longo de todo o período em questão e a transformação da aristocracia em nobreza. Por outras palavras, a transformação de uma casta pouco homogénea e detentora do poder num grupo que, apesar da sua fraca pujança, possui alguns valores em comum.

O método de trabalho utilizado por este autor será contestado por Claude-Isabelle Brelot⁷. Esta autora privilegia outro tipo de fontes, como as eleitorais e fiscais, procurando analisar as consequências da revolução para o grupo da nobreza, quer no que respeita à antiga aristocracia, quer no caso das novas elites nobres que emergem, através da observação dos cargos e funções desempenhados, dos seus rendimentos e estratégias fundiárias, a gestão do seu património e o tipo de vida que caracteriza o grupo. Constata uma redefinição e até mesmo uma adaptação da aristocracia às novas realidades trazidas pela Revolução, independentemente das suas escolhas políticas, que terá inclusive permitido a emergência de uma nova nobreza, que se fundiu com a já existente. A este conjunto nobre homogeneizado correspondem várias características, como a interiorização dos valores meritocráticos, a rentabilização do património fundiário e a igualdade no modelo sucessório. Todavia, esta fusão de elites não significa um emburguesamento da nobreza.

⁶ Cf. BARTILLAT, Christian de, *Histoire de la noblesse française 1789-1989*, Paris, A. Michel, 1988.

⁷ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse réinventée. Nobles de Franche-comté de 1814 a 1870*, Paris, Pie impranta Annales littéraires de l'Université de Besaçon, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992.

Guy Chaussinad-Nogaret⁸ defende que 1789 marca o ponto de viragem entre uma aristocracia sem unidade, dividida, com grandes clivagens internas, e um grupo que funde as antigas e as novas elites. Ainda assim, a nova ordem social mimeteia a antiga sociedade de ordens, uma vez que a propriedade fundiária se manteve como o principal critério da definição da elite e do próprio cidadão, distinguindo-se essencialmente pelo seu carácter funcional. Deste modo, a aristocracia anterior à revolução conseguiu sobreviver graças à sua fortuna, educação e cultura, apesar do recrutamento da elite já não ser a hereditariedade e o privilégio, mas sim a competência, a riqueza e o mérito.

Natalie Petiteau⁹ adopta o método prosopográfico para compreender o processo de adaptação da nobreza francesa após a Revolução. De facto, constata a existência de alguns nobres de Antigo Regime que souberam subsistir. Grande parte da nova nobreza que emerge depois da revolução terá tido origem na meritocracia militar administrativa, que procura, além da consolidação da sua fortuna, adoptar um estilo de vida próprio do seu estatuto e bastante próximo do estilo de vida da antiga nobreza, com a qual se fundiu desde cedo.

Em relação à historiografia inglesa que, apesar de profícua, se afasta da realidade portuguesa, é de destacar a obra de Lawrence Stone e Jeanne Stone, que originou um grande debate historiográfico em meados da década de oitenta do século passado, sobre a aristocracia inglesa, entre os séculos XVI e XIX¹⁰. De facto, até então prevalecia a ideia de que a elite inglesa era, no seu conjunto, um grupo social aberto, o que a tornava singular no contexto das suas congéneres europeias, exactamente por essa mobilidade social que a caracterizaria e que iria influenciar a preponderância económica da Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX. A historiografia inglesa, ao analisar as mutações ocorridas na composição do grupo mais elevado que compunha a sociedade Britânica nas datas consideradas, apontava para a perpetuação da sua hegemonia política, social e económica, graças à abertura da nobreza, que deixou penetrar nas suas fileiras os grandes empreendedores comerciais, industriais e financeiros. Caracterizada

⁸ Cf. CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, « De l'aristocratie aux élites » in *Histoire des élites en France du XVI^e au XX^e siècle*, s.l., Tallandier, 1991, pp. 217-318.

⁹ Cf. PETITEAU, Natalie, *Élites et mobilités: la noblesse d'Empire au XIX^e siècle (1808-1914)*, Paris, la Boutique de l'Histoire, 1997.

¹⁰ Cf. STONE, Lawrence, STONE, Jeanne, *An open elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1986.

por ser, eminentemente, um grupo terratenente e uma nobreza de toga (e não de espada, como sucedia na restante Europa), a herança era apenas transmitida ao primogénito, originando uma grande mobilidade social (geralmente descendente), dos ramos laterais, provenientes dos filhos secundogénitos. A posse de riqueza fundiária, o seu estilo de vida, que passava por uma formação superior, a posse de casas características e o facilitado acesso ao poder tornavam-na uma elite económica, de estatuto e poder, que conseguiu sobreviver mais ou menos incólume a todas as crises até 1880. O contributo de Stone para a questão foi o de questionar a razão dessa sobrevivência. Efectivamente, na sua perspectiva, tal não adveio pelo facto da nobreza ser um grupo aberto, ou pelo seu recrutamento se estender a outros grupos sociais, como até então a historiografia inglesa tinha procurado explicar. A estabilidade da preponderância do grupo deveu-se essencialmente, na perspectiva de Stone, às atitudes psicológicas e culturais que tomam corpo no próprio estatuto jurídico. Por outras palavras, a ausência de privilégios legais explícitos e o próprio esforço de cada uma das famílias em preservar o seu património permitiram esta estabilidade ao longo do tempo.

Ainda na década de oitenta, um outro estudo, da autoria de J. V. Beckett¹¹, analisava a aristocracia em Inglaterra, entre 1660 e 1914, data esta que, na sua perspectiva, marcava irremediavelmente o declínio daquele grupo nos vários sectores do poder político, económico e social. A preponderância da aristocracia advinha-lhe directamente do estatuto que a posse da terra lhe conferia, permitindo-lhe o desempenho de cargos políticos e a manutenção de um estilo de vida que a caracterizava e a distinguia do restante tecido social. Segundo o autor, ainda que teoricamente fosse um grupo aberto, que permitia a mobilidade no seu seio, na verdade, a entrada nas suas fileiras e a consequente promoção era algo difícil de ocorrer e a posse da terra, ainda que fosse um requisito essencial, não era a garantia para a admissão no grupo. De facto, tanto a carreira na política, como as alianças matrimoniais, eram efectivamente as principais vias de acesso. A sobrevivência do poder do grupo até ao século XX dever-se-á a ter sabido acompanhar e inclusive contribuir para as transformações económicas verificadas desde o século XVII, seja na promoção da revolução agrícola, na exploração dos recursos minerais, no desenvolvimento da rede de transportes ou até mesmo de novas cidades, o que terá permitido que, já no século XIX, continuasse a ser o mais rico grupo terratenente.

¹¹ Cf. BECKETT, J. V., *The aristocracy in England 1660-1914*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.

David Cannadine¹² procura traçar os aspectos distintivos da aristocracia inglesa no período do seu declínio e queda, enquanto uma elite com auto-consciência da sua riqueza, poder e estatuto. Publicada na década de noventa, esta obra reúne vários ensaios do autor acerca deste tema e sintetiza as suas principais questões. Apesar das dívidas que assolaram muitas das famílias aristocráticas durante o século XIX, elas continuaram à frente das maiores fortunas do país, reunindo largas propriedades fundiárias, em todo o território da Grã-Bretanha.

Por seu lado, Peter Mandler¹³ analisa a ascensão e declínio das casas de campo inglesas ao longo do século XIX como traço característico do grupo social em questão, facto apontado pelos autores antecedentes. Esta abordagem da cultura da elite procura ver a aristocracia não como algo distante das restantes realidades, mas como algo que é moldado e sofre as influências do aparelho governamental, das atitudes populares e da própria cultura interna. Daí que a casa de campo seja aqui interpretada não exclusivamente como um mero objecto decorativo, mas como uma unidade económica dependente da especulação imobiliária, das vicissitudes agrícolas ou do mercado das artes.

Em relação à historiografia espanhola destacamos vários trabalhos. Desde logo o de Pedro Ruiz Torres que, no já mencionado colóquio internacional, analisa a nobreza da província de Valência no século XIX, verificando que os grandes titulares tenderam a desaparecer como consequência da legislação liberal anti-senhorial, a par da pequena nobreza, que experimentou um declínio económico resultante da desvinculação. Em contrapartida, a nobreza recente, de origem burguesa, conseguiu inclusive desempenhar um papel decisivo impulsionando o capitalismo agrário¹⁴. No entanto, para melhor compreender a relação que se estabelece entre aristocracia e liberalismo em Espanha, deveremos debruçarmo-nos sobre o outro texto deste mesmo autor acerca deste

¹² Cf. CANNADINE, David, *Aspects of Aristocracy*, London, Yale University Press, 1994.

¹³ Cf. MADLER, Peter, *The fall and rise of the Stately Home*, New Haven, Yale University Press, 1997.

¹⁴ Cf. RUIZ TORRES, Pedro, “La aristocracia en el País Valenciano: la evolucion dispar de un grupo privilegiado en la España del siglo XIX», pp. 137-163, in *Les noblesses européennes au XIXe siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan... ..* (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988, 137-163.

assunto¹⁵. Ele constituiu um resumo da historiografia espanhola dos últimos anos em torno da questão do impacto do liberalismo na aristocracia, perscrutando a continuidade ou a ruptura com o Antigo Regime, defendendo uma visão conciliatória entre as duas correntes historiográficas.

Santiago Aragón Mateus¹⁶ analisa a nobreza da província da Estremadura espanhola no século XVIII e, essencialmente, a média nobreza, prendendo a atenção nos aspectos sociais e económicos, decorrentes do regime senhorial. Realça a importância da família, não só entendida como um conjunto de pessoas com vínculos sanguíneos, mas essencialmente como um património económico, tornando-se por isso dependentes entre si.¹⁷ Estuda, por isso, todas as etapas da vida humana em que haja uma alteração do património, nomeadamente o casamento (através da análise de contratos dotais) e a morte (através da análise dos testamentos). À análise das estratégias de reprodução familiares, segue-se a da base estrutural: a economia propriamente dita, onde procurou qualificar rendimentos e despesas, comprovar a solidez da fortuna deste grupo e a existência ou não de características específicas desta mesma economia. Deste modo, verifica a manutenção dos valores de uma sociedade em que a posse da terra continuava a ser a principal riqueza, e o sistema rentista, ainda que menos rentável que a exploração directa, era o modo de exploração favorito.

Inacio Atienza Hernández¹⁸ examina a ascensão e o declínio de uma grande casa aristocrática espanhola ao longo de quatro séculos, observando-a sob diversos aspectos económicos e sociais. O autor privilegia o estudo do senhorio, como base fundamental da expressão aristocrática e a sua transformação em propriedade, como consequência das alterações introduzidas na lei verificadas aquando do liberalismo espanhol, de onde se destacam a abolição do senhorio em 1837.

¹⁵ Cf. RUIZ TORRES, Pedro, “Aristocracia e Revolução Liberal em Espanha” in *Penélope* n° 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, pp. 101-115.

¹⁶ Cf. ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, Mérida, Consejo ciudadano de la Biblioteca Pública Municipal Juan Pablo Forner, 1990.

¹⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 28.

¹⁸ Cf. ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España Moderna: la casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España, 1987.

A tese de doutoramento de Juan Carmona Pidal¹⁹ analisa a transformação agrária ocorrida no século XIX em Espanha, sob o ponto de vista de uma casa aristocrática, a saber, a de Alcañices. O principal intuito é o de perceber o papel desempenhado pelos terratenentes na transformação agrária, partindo da hipótese de que a aristocracia não era de todo hostil às novas oportunidades que o recente sistema político e institucional lhe trazia. De facto, a sua situação económica depauperada, consequência dos elevados gastos sumptuários, e a própria sobrevivência política de relevo junto da corte, tê-los-á sensibilizado para que incrementassem determinadas responsabilidades no desenvolvimento agrário, dentro das suas possibilidades. Desta forma, tratou-se de analisar a formação do património da casa e a gestão do mesmo, tendo em conta o sistema de morgadio. Estudou igualmente as suas despesas, procurando relacioná-las com as dificuldades financeiras que toda a aristocracia terá sentido em finais do Antigo Regime. Outro dos objectivos desta obra terá sido o de verificar de que modo a revolução liberal afectou jurídica e economicamente o património desta Casa. A novidade deste estudo reside, tal como o seu autor aponta, na análise das estratégias económicas da Casa, tendo em conta as diversas rentabilidades dos seus activos, o que vem a realçar a importância da terra até bastante tarde no século.

O artigo de Maria Jesus Baz centra-se na questão do património de uma das mais importantes casas aristocráticas espanholas: a casa de Alba²⁰. Nele se demonstra como o velho esquema de exploração rentista da terra terá conseguido sobreviver muito para além da implantação do regime liberal no país vizinho, consequência de um processo de desvinculação lento, o que terá permitido que esta Casa aristocrática tenha conservado o seu património vinculado até bastante tarde e, consequentemente, gozado das prerrogativas daí advenientes. Só a partir de 1890 é que os bens adquiriam a condição de livres e seriam vendidos para fazer frente aos graves problemas financeiros.

A bibliografia estrangeira levanta algumas questões pertinentes e apresenta essencialmente metodologias de análise. É preciso ter em conta que não pretendemos servir-nos dela como suporte à tentativa de um estudo comparativo entre as aristocracias

¹⁹ Cf. CARMONA PIDAL, Juan, *Aristocracia Terrateniente y cambio agrario en la España del siglo XIX. La Casa de Alcañices (1790-1910)*, Ávila, Junta de Castilla y Leon Consejería de Educación y cultura, 2001.

²⁰ Cf. JESÚS BAZ, Maria, “A dissolução do Património da casa de Alba na Galiza, 1890-1926”, in *Penélope*, nº 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993. pp. 65- 79

estrangeiras e a nacional, visto que os contextos de cada Estado onde se inserem têm condicionantes próprias, que dificultam o confronto.

No caso de Portugal, assiste-se a uma grande escassez de estudos. A excepção é o livro recentemente publicado de Francisco L. de Sousa Vasconcelos²¹, que apresenta o panorama geral da aristocracia portuguesa no período em questão. Por um lado, incide sobre a questão da delimitação do grupo, de onde ressalta a indefinição das suas fronteiras inferiores; por outro, debatidas estas questões, procede à análise da composição do mesmo, fazendo o arrolamento dos indivíduos que o compunham entre 1792 e 1910. Levanta problemas relevantes, ao realçar que mais importante do que a explosão da atribuição de títulos nobiliárquicos no século XIX, fora exactamente a consagração exclusiva da nobreza hereditária, que excluía a nobreza civil de outrora e que marcava as franjas inferiores do grupo. Outrossim, a referida explosão de títulos, até então monopólio de algumas famílias, foi efectuada através da agraciação de indivíduos não da alta nobreza, mas da fidalguia. Aliás, como já haviam demonstrado Helena Diogo, Maria de Fátima Faria, Maria João Moreira e Maria Margarida Fernandes, a concessão de títulos verificou-se essencialmente em alturas de conturbação política, como forma da Coroa reforçar os laços com personalidades militares ou do mundo dos negócios que de alguma forma contribuíram para o sucesso da causa Liberal²². Ainda que as Constituições Liberais tenham coarctado muitos dos seus poderes, suprimido os seus privilégios e derrubado o grosso dos seus rendimentos, a aristocracia conseguiu adiar até 1863 a abolição dos vínculos e morgados, iniciada em 1834; prolongar até 1910 o pariato hereditário e manter, até a essa data, os principais cargos palatinos. Todavia, o preço a pagar por tais regalias era por vezes insustentável para os próprios nobres que, muitas das vezes, recusavam a mercê, por as despesas decorrentes do consequente encarte serem demasiado elevadas.

²¹ Cf. VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

²² Cf. DIOGO, Helena I. B., FARIA, M^a de Fátima M. Fernandes, MOREIRA, M^a João S. Guardado, FERNANDES, M^a Margarida Dias, “Para o estudo da nobreza Portuguesa Oitocentista – Barões e Viscondes no Reinado de D. Maria II” in *Ler História*, nº 10, Lisboa, Edições Salamandra, 1987, pp. 139 – 158.

Inultrapassável é o trabalho de Nuno Gonçalo Monteiro, que constitui a sua dissertação de doutoramento²³. Efectivamente, é aqui elaborado um retrato pormenorizado dos titulares com Grandeza em finais de Antigo Regime, na transição para o Liberalismo. Não só se define e caracteriza claramente o grupo em questão, nomeadamente analisando os modelos de reprodução familiar e as formas de administração do património dos Grandes, para além dos ofícios por eles desempenhados no seio da Monarquia, como se defende que o rápido declínio das elites aristocráticas de Antigo Regime constitui uma marca singular do advento do Liberalismo em Portugal. Nuno Gonçalo Monteiro lança importantes pistas para a compreensão e análise da aristocracia neste período, nomeadamente, o recurso a estratégias activas na reprodução do grupo; realça a importância da condição social adveniente do nascimento na selecção para os ofícios superiores da monarquia, a acelerada ruína económica da aristocracia, como consequência da sua base de rendimentos provir dos bens da Coroa, que foram desamortizados com a legislação liberal.

Alguns artigos deste mesmo autor foram compilados sob o título *Elites e Poder*²⁴. Em alguns deles, o tema da aristocracia encontra-se em debate, continuando-se a defender o declínio acentuado da maior parte das velhas casas da aristocracia titular, quer a nível económico, social e político, quer simbólico, com o advento do Liberalismo, o que marca a diferença comparativamente à restante Europa. A abolição dos dízimos, dos forais e dos bens da coroa fizeram extinguir mais de metade das fontes de receita do grupo, aumentando o nível de endividamento que se fazia sentir desde o século anterior. Também já Luís Espinha da Silveira tinha chamado a atenção para a extinção dos vínculos, decorrente essencialmente da legislação liberal, que coloca novos problemas na visão da aristocracia durante o Liberalismo²⁵. Com efeito, a abolição dos morgados coloca em xeque o principal sistema sucessório da aristocracia, que possibilitava a detenção de todo o património de uma Casa nas mãos de um único

²³ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

²⁴ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

²⁵ Cf. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, *Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos bens Nacionais no distrito de Évora. (1834-1852)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

herdeiro. Aliás, a própria abolição dos vínculos poderá inclusive ser resultado das transformações ocorridas no próprio seio da aristocracia e sintoma da sua incapacidade de adaptação à nova conjuntura.

A par do declínio económico, Nuno Gonçalo Monteiro defende também a decadência política deste grupo, quer na presidência dos governos, quer na própria composição destes e, inclusive, na própria Câmara dos Pares, como igualmente havia mostrado Luís Espinha da Silveira, desta feita nos seus estudos acerca deste órgão político²⁶. Em conjunto com o declínio da aristocracia, Nuno Gonçalo Monteiro defende, de igual modo, a precoce erosão das distinções nobiliárquicas, que demarca irremediavelmente o caso português do resto da Europa.

Para tal poderão ter concorrido igualmente as opções políticas do próprio grupo com o advento do Liberalismo e, em particular, a adesão ou à facção liberal ou à facção miguelista. Maria Alexandre Lousada²⁷ analisou o grupo nessa perspectiva, constatando que a esmagadora maioria seguiu, de facto, o partido absolutista de D. Miguel, sendo essa escolha o resultado de diversos factores, de onde ressalta essencialmente o percurso de cada indivíduo, para o qual concorrem a educação, as relações familiares, as práticas culturais, o estilo de vida, a origem dos rendimentos, entre outros. Esta autora chama a atenção para o facto de que, em finais do Antigo Regime, embora o acesso ao grupo não fosse difícil, os privilégios daí advenientes eram pouco significativos, e o preço do encarte demasiado elevado, fazendo com que muitos indivíduos recusassem tal privilégio, como atrás foi mencionado. Como características principais da aristocracia, a autora aponta para a sua origem num serviço prestado à Coroa, que é retribuído com a agraciação, tornando o grupo necessariamente dependente desta; a residência quase exclusiva em Lisboa, e o desempenho de cargos na Corte ou na administração central.

²⁶ Cf. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, Lisboa, Prova Complementar de Doutoramento a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989; e Cf. SILVEIRA, Luís Espinha da, “Revolução Liberal e Pariato (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 1992, 2º – 3º., pp. 329-353.

²⁷ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da Nobreza titulada Portuguesa” in *Penélope*, nº 4, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, pp 82-111.

Quanto ao estudo de Casas aristocráticas, existe o trabalho de Maria Teresa Sales Lopes acerca da Casa de Oeiras e Pombal²⁸, que incide sobre século XVIII e se debruça essencialmente sobre questões económicas, nomeadamente a composição e a gestão do património. Analisa o processo de formação da Casa e a sua evolução, quer a nível dos poderes jurisdicionais, quer a nível da economia senhorial propriamente dita. Destaca-se ainda o estudo da Casa de Bragança, por Mafalda Soares da Cunha²⁹, que procura analisar as estratégias de consolidação do poder operadas por esta Casa, essencialmente através da análise das redes de clientelismo da mesma, nos séculos XVI e XVII. Demonstra como o casamento constituía um contrato de investimento não só social previamente estudado, mas também económico, ao implicar a disponibilização de um leque de recursos materiais que permitia a manutenção do novo casal. Daí que defenda que os enlances matrimoniais constituíam formas de consolidação do poder da casa.

Os restantes estudos acerca de casas aristocráticas portuguesas reportam-se essencialmente à época medieval. Nestes casos, o estudo de uma linhagem em particular, com forte recurso às genealogias foi preponderante, uma vez que se tratam das principais fontes para a época. Deste modo, não surpreende que o método seguido tenha sido essencialmente o prosopográfico, procurando-se levantar pistas para o sucesso do grupo, analisando a reprodução social através das estratégias matrimoniais, o seu património, a sua dinâmica geográfica e as relações com a Corte, através das carreiras prosseguidas, procurando deste modo delimitar as características definidoras do grupo em questão³⁰.

²⁸ Cf. LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales, *A Casa de Oeiras e Pombal: Estado, senhorio, e Património*, Lisboa, s. n. Tese de mestrado em História, apresentado à Universidade Nova de Lisboa, 1987.

²⁹ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

³⁰ Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas (Genealogias e Estratégias (1279-1325))*, Porto, Dissertação de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1997; SOUSA, Bernardo Vasconcelos, *Os Pimentéis. Percurso de uma linhagem da nobreza medieval Portuguesa (Séculos XVIII-XIV)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

1.2. A Casa Palmela

Se exceptuarmos a biografia do primeiro Duque de Palmela, realizada por Maria Amália Vaz de Carvalho³¹, de onde sobressai a dimensão humana desta figura; o estudo genealógico acerca dos Duques oitocentistas³²; as entradas nos diversos dicionários, que apenas ressaltam as áreas onde cada um dos indivíduos se notabiliza, quer seja o percurso político, no caso do primeiro Duque, quer a veia artística, cultural e filantrópica da terceira Duquesa, e o catálogo da exposição das colecções que esta família possuía³³, pouca produção historiográfica existe acerca desta Casa em particular.

A sua origem, outrora conhecida pela dos Sousas Calharizes, remonta ao longínquo século XV, na pessoa de D. Filipe de Sousa, filho segundo dos primeiros barões de Alvito, D. João Fernandes da Silveira e D. Maria de Sousa Lobo³⁴. Ao longo de várias gerações, quer pelos cargos desempenhados, quer pela vinculação à casa de alguns morgados, conseguiram consolidar a sua posição social e económica. Embora nunca tendo chegado à titulação, tratava-se inequivocamente, nas vésperas da Revolução Liberal, de uma família da primeira nobreza de corte.

Terá sido, certamente, a adaptação à nova ordem liberal que permitiu a consagração desta família, iniciada ainda em finais de Antigo Regime, sobretudo se atentarmos no percurso individual do primeiro titular, D. Pedro de Sousa Holstein, a quem foram outorgados sucessivamente, os títulos de Conde, Marquês e Duque, de juro e herdade. Sucessor dos vínculos de seus antepassados, do ofício da Casa Real de Capitão da Guarda Alemã e da carreira diplomática de seu pai, que lhe terá permitido o acesso à titulação, D. Pedro de Sousa Holstein é uma das figuras de proa do Liberalismo português, alinhando clara e activamente pelo lado de D. Pedro, que o nomeia Par do

³¹ Cf. CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Souza e Holstein*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

³² Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e, BAENA, Visconde de Sanches, *Memórias Histórico-genealógicas dos Duques Portugueses do século XIX*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Ciências, 1883.

³³ Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001.

³⁴ Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e, BAENA, Visconde de Sanches, *Memórias Histórico-genealógicas dos Duques Portugueses do século XIX*, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Ciências, 1883, p. 398.

Reino em 1826, chegando mesmo a ser nomeado Presidente da mesma Câmara em 1833³⁵. Aliás, é precisamente na Câmara dos Pares que se vislumbra a rede de parentesco alargada que esta Casa detém³⁶. D. Pedro de Sousa Holstein exerceu ainda o cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1834, 1842, e 1846. Casou em 1810, com D. Eugénia Telles da Gama, filha segunda dos sétimos Marqueses de Nisa, casa da primeira nobreza de Corte, de quem teve uma numerosa prole. O herdeiro da casa, D. Domingos de Sousa Holstein, secundogénito (o primogénito, D. Alexandre de Sousa Holstein, Conde de Calhariz, morrera cedo na idade e sem deixar descendência) seguirá as pisadas do pai, sendo ele igualmente Par do Reino. O seu casamento com D. Luísa Maria de Sampaio Noronha, filha e herdeira do Conde da Póvoa, rico financeiro, viu-se envolvido em grande celeuma, não só pelo engrandecimento económico que acarretou, mas sobretudo pelos moldes em que se viria a realizar. Desse casamento nasceriam três filhas, das quais apenas duas chegariam à idade adulta. D. Maria Luísa de Sousa Holstein, como primogénita, seria a herdeira da Casa. Casou com António de Sampaio e Pina de Brederode, segundo filho dos primeiros Viscondes da Lançada que, curiosamente, desempenhou funções características da Casa à qual viria a pertencer: as de Ministro plenipotenciário em Madrid, e Par do Reino. A sua única filha sobrevivente, que viria a herdar a casa à sua morte³⁷, D. Helena Maria de Sousa Holstein de Sampaio e Pina, casou a 20 de Julho de 1887 com Luís Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Câmara, filho dos então primeiros Condes da Praia e de Monforte e que desempenhou funções no seio da monarquia, como Vedor de D. Carlos e de D. Manuel II, e também outro tipo de cargos, tais como director do Banco do Faial ou do Banco de Portugal.

³⁵ Cf. ARANHA, Inocêncio Francisco da Silva Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ofir – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. (CD – ROM), tomo XVII, p. 5.

³⁶ Cf. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “Revolução Liberal e Pariato (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1992, 2º - 3º., pp. 329-353; Cf. IDEM, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, Lisboa, Prova Complementar de Doutoramento a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989. Mais recentemente, a conferência proferida por MOREIRA, Fernando, “As dinastias liberais: as relações de parentesco entre os membros do parlamento sob a Monarquia Constitucional (Portugal, 1834-1910)” in *2º Colóquio Social das Elites*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2003.

³⁷ Não possuímos dados acerca da data certa do encarte no título de Duquesa de Palmela, mas terá sido por autorização de D. Manuel II, no exílio.

Por todas estas razões, trata-se de uma casa de excepção, quer no seu percurso durante o Antigo Regime, quer sobretudo durante o Regime Liberal. É por este seu carácter excepcional, de uma família com um estatuto diferenciado, que o soube não só manter, mas engrandece-lo até quase às vésperas da Primeira República, que a sua investigação é interessante.

1.3. Objectivos e problemáticas

O principal objectivo do nosso trabalho é o da integração do estudo da Casa Palmela no contexto geral do Liberalismo e, em particular, no grupo social em que se insere. Deste modo, o âmbito cronológico do nosso trabalho é, como já foi referido, o período compreendido entre o casamento de D. Pedro de Sousa Holstein, futuro Duque de Palmela, em finais de Antigo Regime (1810), logo seguido da elevação da Casa à Grandeza (1812), e as vésperas do declínio da Monarquia Constitucional, nomeadamente, a data do casamento daquela que virá a ser a quarta duquesa, coincidente com o ano do testamento de sua mãe (1887), à época detentora do título.

Primeiramente, torna-se necessário traçar um breve retrato da evolução da família desde o século XV, não só para perceber o modo de constituição da Casa e a instituição dos morgados a ela pertencentes, mas essencialmente para compreender o que encontramos ao tempo da primeira barreira cronológica do nosso estudo. Esta descrição torna-se ainda mais necessária se tivermos em conta que o período mais estudado relativamente à nobreza portuguesa é precisamente o do Antigo Regime.

Depois de identificados os indivíduos que compõem a família no período que aqui tratamos, pretendemos analisar as suas alianças matrimoniais, averiguando se existem, ou não, estratégias nas escolhas dos cônjuges e se, porventura, existirá um padrão de comportamento comum ao longo das gerações. Se, efectivamente, durante o Antigo Regime a aristocracia desenvolveu uma forte endogamia social, não só tendo em vista a manutenção do estatuto social, mas também o engrandecimento do património, como demonstraram os autores atrás citados, gostaríamos de perceber se a Casa Palmela perpetuou esses padrões tradicionais ou se o Liberalismo rompeu com os cânones anteriores no que respeita à reprodução social. Esta matéria da alta nobreza parece

particularmente interessante neste caso concreto, mais uma vez pelo carácter particular desta casa. Por um lado, a profícua prole do primeiro Duque terá certamente condicionado o modelo de reprodução social adoptado, por outro, verificou-se a perda da linha varonil com a descendência feminina do segundo Duque. Daremos ainda relevo aos cargos desempenhados pelas diferentes gerações da Família e, inclusive, aos dos indivíduos que com ela se enlaçaram. Assim sendo, poderemos verificar o poderio político desta Casa, através dos lugares que estes indivíduos desempenharam, apesar dos efeitos trazidos pelo Liberalismo. A nível jurídico, com a Carta de 1826 que proclamava a igualdade dos cidadãos, o grupo havia perdido todos os privilégios que detinha³⁸. Contudo, ainda que se tenha verificado um declínio geral do peso da primeira nobreza na elite política do liberalismo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, sabemos existirem vários elementos desta Casa na Câmara dos Pares, o que parece ser sintomático do seu poderio ou simplesmente contingências de uma família alargada.

Com especial atenção analisaremos também o casamento do segundo Duque, realçando as tentativas de anulação do mesmo, intentadas pela família da nubente, uma vez que este matrimónio constituiu um marco essencial na consolidação do poderio económico desta Casa.

Relacionado ainda com a questão dos casamentos, iremos estudar os momentos de transmissão de património desta casa, como sejam os contratos dotais, as escrituras de renúncia às legítimas maternas e os testamentos. A análise jurídica dos contratos dotais e as principais cláusulas aí patentes permite verificar a existência de padrões comuns, ou não, na mesma geração, e nas gerações subsequentes. Consideraremos igualmente os poucos testamentos disponíveis, que não incluem um inventário do património da Casa. Neste âmbito, julgamos importante realçar a questão da abolição dos vínculos, coincidente com a morte dos segundos Duques de Palmela e que suscitará algumas questões jurídicas.

Em seguida, apresentaremos os rendimentos que esta Casa possuía em meados do século e o peso relativo de cada uma das suas componentes. A legislação liberal não foi benevolente para com o património aristocrático, cuja maior parte dos rendimentos era, às vésperas do liberalismo, gerado por bens da Coroa, Comendas ou Tenças³⁹. A extinção destas e as leis de desamortização, iniciadas em 1821 e que se publicariam até

³⁸ Cf. SILVEIRA; Nuno Espinha da, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, p. 18.

³⁹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, p. 148.

1863, trouxeram consequências para o património e rendimentos do grupo em questão, e para a Casa Palmela em particular.

Iremos igualmente debruçarmo-nos sobre o recheio de um dos palácios que a Casa Palmela possuía na capital, com o objectivo de esboçar as condições da vida material da mesma, o que nos poderá lançar pistas importantes para a compreensão dos níveis de sociabilidade e cultura desta família, que sabemos de antemão dedicada à literatura⁴⁰, às artes⁴¹, e ao coleccionismo⁴².

Respondendo a estas questões, pensamos não só compreender os comportamentos desta Casa em particular, mas lançar pistas importantes para o entendimento da aristocracia portuguesa no contexto do Liberalismo e perceber se a abolição através das leis e decretos dos privilégios que este grupo detinha, teve, de facto, consequências reais para o grupo, a nível social, económico e político.

1.4. Metodologia

Para atingir tais objectivos tornou-se fundamental proceder, a nível metodológico e num primeiro momento, à construção da genealogia da Casa no período considerado, uma vez que se trata de um estudo de conjunto, no qual se pretendem compreender dinâmicas de grupo no seio familiar. Após a realização desta tarefa foi necessário delimitar convenientemente o grupo em análise. Neste caso, decidimos incidir o nosso estudo apenas em cada um dos Duques e respectivos filhos. Pensamos

⁴⁰ O primeiro Duque de Palmela, além de ter encetado relações de amizade com grandes vultos literários da cultura europeia, como é o caso da Madame de Stäel, precursora do romantismo, dedicou-se também à tradução de alguns Cantos de *Os Lusíadas*, que foram publicados no periódico *O Investigador Português em Inglaterra*, Londres, H. Bryer, 1811 e que explica a sua presença figurativa no conjunto de alto-relevos que ornamentam a entrada da Biblioteca Nacional, em Lisboa, da autoria de Leopoldo de Almeida.

⁴¹ A terceira Duquesa de Palmela foi, como referimos, uma exímia escultora, pupila de Anatole Calmels e amiga de Rodin.

⁴² Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001

que este será o âmbito indicado para a nossa análise, pois a ele correspondem os membros principais desta Casa.

Realizada esta primeira tarefa com o auxílio das convenientes genealogias, iniciou-se a interrogação das fontes primordiais, que compõem o arquivo particular da Casa, que vem agora a público através do IAN/TT, com o intuito de responder às questões levantadas anteriormente. Privilegiámos as cartas patentes, diplomas e mercês régias; as memórias, apontamentos biográficos e notícias históricas; os inventários de bens, propriedades e rendimentos; os inventários de recheio de palácios; as escrituras antenupciais/ dotais/ esponsais; as escrituras de renúncia / desistência de legítimas; os testamentos; os autos de deliberação do conselho de família do Conde da Póvoa, as escrituras e correspondência com eles relacionados; e, finalmente, a correspondência particular entre familiares, que possibilitará colmatar os silêncios da restante documentação.

Finalmente, recorreremos a outros núcleos de fontes, que possibilitam ultrapassar as omissões do acervo documental inicial, como seja o caso do Arquivo Central da Marinha, o Arquivo Histórico-Militar e o Arquivo Mouzinho da Silveira.

1.5. Divisão interna

Debruçando-se sobre a Casa Palmela no período compreendido entre 1810 e 1887, esta dissertação insere-se essencialmente no âmbito da História Social, mas não deixa de tocar temas da História Económica, Política e Cultural. Será dividida internamente em nove capítulos, se tivermos em conta a introdução e a conclusão.

O segundo capítulo será consagrado a um breve resumo da evolução histórica da família desde o século XV ao momento em que iniciamos o estudo propriamente dito. O terceiro capítulo será dedicado à constituição do grupo familiar e à apresentação dos indivíduos que o compõem. Segue-se a abordagem dos enlaces matrimoniais e o estudo de estratégias matrimoniais, no quarto capítulo. Aqui procuraremos analisar índices como a nupcialidade e fecundidade, para além da identificação e caracterização dos cônjuges. O quinto capítulo será dedicado ao casamento dos segundos Duques de Palmela, que procurará mostrar o empenho do primeiro Duque de Palmela na concretização deste consórcio. No sexto capítulo iremos analisar os momentos de

transmissão do património, como os contratos dotais, as desistências de legítimas e os testamentos, sublinhando o impacto da legislação tendente à desvinculação. O sétimo capítulo será dedicado à composição dos rendimentos da casa, nomeadamente às dificuldades económicas quotidianas, e aos rendimentos e propriedades desta Casa. Finalmente, o oitavo capítulo trata o recheio de um dos palácios desta Casa, como forma de apreender a sua vida matérias, suas formas de sociabilidade e cultura.

Deste modo, pensamos responder a algumas questões pertinentes que nos permitirão conhecer melhor esta singular família e, de certa forma, lançar pistas para o aprofundamento do futuro conhecimento da aristocracia portuguesa durante o período da monarquia Constitucional, para cuja construção esta Casa terá, certamente, contribuído.

2. As Raízes: séculos XV-XVIII – Breve evolução genealógica

Antes de analisar os enlaces matrimoniais que envolveram a Casa Palmela ao longo do século XIX, torna-se necessário fazer uma pequena apresentação da história desta Casa e, em seguida, definir o grupo em análise, fazendo uma exposição acerca de cada um dos indivíduos sobre os quais incidirá o nosso estudo.

Como se sabe, a Casa Palmela ou dos Sousas Calharizes, como também foi conhecida, teve a sua origem na Casa dos Barões de Alvito⁴³, nomeadamente na pessoa de D. Filipe de Sousa, filho secundogénito do primeiro Barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira⁴⁴, e de D. Maria de Sousa Lobo, sua segunda mulher e herdeira da Casa de seu pai. Moço fidalgo e Cavaleiro do Conselho de D. João II, Comendador de

⁴³ Para saber mais acerca da fundação desta Casa, vide PELÚCIA, Alexandra, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política Imperialista” in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de História de Além-mar / Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.

⁴⁴ Doutor em Leis, Regedor, Chanceler Mor de D. Afonso V, Escrivão da Puridade do mesmo rei, Vedor da Fazenda no reinado de D. João II, foi-lhe outorgado o título de Barão de Alvito de juro e herdade, em 27 de Abril de 1475 e confirmado em 10 de Abril de 1482. Foi, por diversas vezes, embaixador. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 360; TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1883, p. 398.

S. Martinho de Sande da ordem de Cristo e arcebispado de Braga; Vereador de Lisboa e Senhor da Jugadas de Coimbra, D. Filipe de Sousa casou com D. Filipa da Cunha⁴⁵, a 20 de Outubro de 1463 e com ela instituiu o morgado de Monfalim, no termo de Torres Vedras, no seu testamento datado de 25 de Julho de 1516⁴⁶.

Seu filho primogénito, D. Francisco de Sousa, Vedor da Fazenda de D. João III, herdou os morgados de Monfalim e de Calhariz, pertencente ao seu avô materno. Casou com D. Beatriz de Mendonça⁴⁷, e sucedeu-lhe nos morgados o seu filho primogénito, D. Filipe de Sousa, Trinchante do rei D. Sebastião e Mestre-Sala do Príncipe D. João⁴⁸. Foi o filho primogénito do matrimónio de D. Filipe com D. Maria Barreto⁴⁹ que herdou os morgados de seu pai (Monfalim e Calhariz) e de sua mãe (Tavira). Governador da Ilha Terceira⁵⁰, Cavaleiro na ordem de Cristo, e moço fidalgo acrescentado a fidalgo escudeiro, Familiar do Santo Ofício, D. Francisco de Sousa, “*o de Calhariz*”⁵¹ (1561-s.d.)⁵² casou com D. Violante Henriques⁵³.

⁴⁵ O pai de D. Filipa da Cunha, Gil Vaz da Cunha, foi senhor da Quinta do Calhariz em Sesimbra. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, p. 361. As *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do século XIX* apelidam-na de Silva, e não de Cunha. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 399.

⁴⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 400.

⁴⁷ Neta paterna de Diogo de Mendonça, Alcaide-mor de Mourão. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, p. 361. Era filha de Francisco de Mendonça, irmão de D. Joana, Duquesa de Bragança. Viria a ser herdeira da casa de seu pai. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógica dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 406.

⁴⁸ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 423.

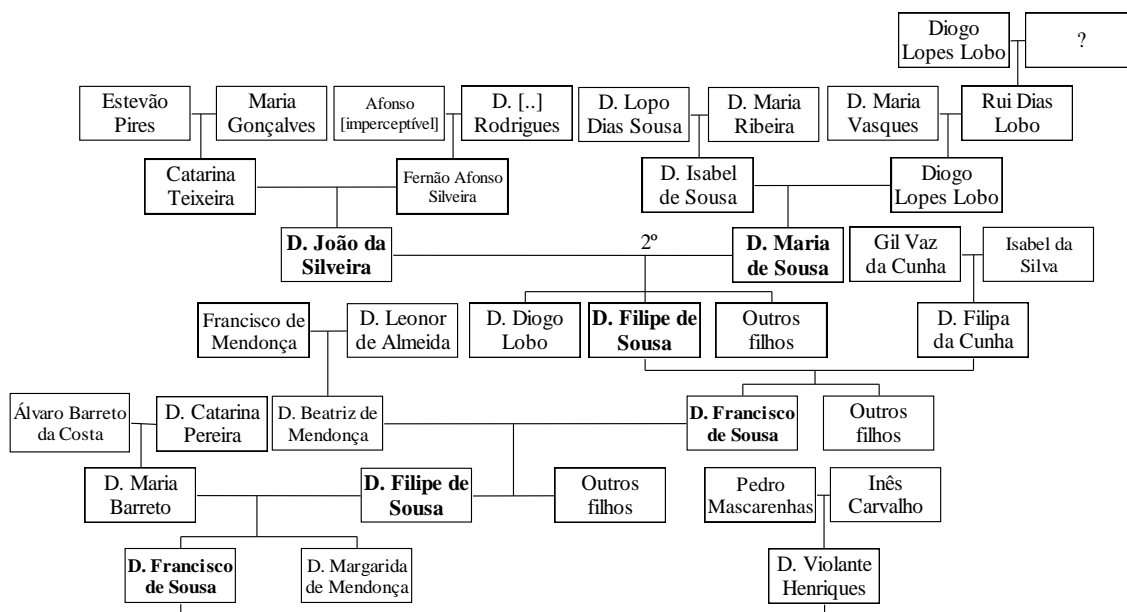
⁴⁹ Morgada dos Barretos em Tavira, filha de Álvaro Barreto da Costa. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 424.

⁵⁰ As *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX* referem, em contrapartida, a ilha da Madeira, assim como as *Memórias Genealógicas da Casa Calhariz*. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógica dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 437; *Memórias Genealógicas da Casa Calhariz*, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5540, Livro 185, s.p.

⁵¹ *Memórias Genealógicas da Casa Calhariz*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5540, Livro 185, s.p.

⁵² Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 438. A árvore genealógica apresentada por *Uma família de Coleccionadores* induz em erro, pois sugere que D. Filipe de Sousa, seu irmão, é mais velho que ele, quando, na verdade, é mais novo. De facto, D. Filipe de Sousa nascera em

Árvore Genealógica I - Ascendência e descendência dos Primeiros Barões de Alvito



Seu filho primogénito, D. Filipe de Sousa, “o desbarbado”⁵⁴ (s.d.-1666), moço fidalgo acrescentado fidalgo escudeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Provedor do Hospital de S. Lázaro de Coimbra herdou os morgados de seu pai e casou com D. Francisca de Sá, morrendo sem geração.

Sucedeu-lhe seu irmão D. António de Sousa⁵⁵ (s.d.-1637), fidalgo escudeiro, que

1563, como é aí apresentado, e igualmente referido nas *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001; TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 426.

⁵³ Filha de Pedro Mascarenhas, Comendador de Aljustrel. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, p. 361. Também denominada Violante Mascarenhas. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 438.

⁵⁴ Cf. *Memórias Genealógicas da Casa Calhariz*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5540, Livro 185, s.p.

⁵⁵ Felgueiras Gaio apresenta-o como o filho primogénito, tendo apenas mais uma irmã. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. X, p. 361. No entanto, nas *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX* surge como o oitavo de onze filhos, sendo, inclusive, o filho varão mais novo. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 439-443. Na árvore genealógica apresentada por Maria Antónia Pinto Matos e Maria

estudou em Coimbra, mas logo depois passou a servir nas armadas, onde morreu. Casou com D. Leonor de Melo Coelho⁵⁶ e foi pai de D. Francisco de Sousa (07/08/1631-05/02/1711), que sucedeu nos morgados de sua Casa, Calhariz e Monfalim, e nos de sua mãe, Fonte de Anjo e Olivais⁵⁷. Foi ele quem passou a desempenhar as funções de Capitão da Guarda Real Alemã, por impedimento de seu tio D. Lourenço de Sousa⁵⁸.

de Sousa e Holstein Campilho não é referido como sucessor de seu irmão D. Filipe de Sousa nos morgados de Calhariz, Monfalim e Tavira. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*. As informações disponibilizadas por Felgueiras Gayo e Visconde de Sanches Baena contradizem-no.

⁵⁶ Era filha de Francisco de Faria Coelho e D. Violante de Melo. Foi sucessora no morgado dos Olivais, do qual seu pai tinha sido o quinto administrador, por morte de sua prima D. Maria de Lima e de uma capela deixada por sua tia paterna, D. Paula de Faria. Foi igualmente sucessora no morgado da Fonte do Anjo, por intermédio da morte de sua prima em segundo grau, D. Luísa da Silva Melo, quarta administradora desse morgado e neta paterna do irmão de sua mãe, Manuel Coelho Melo e D. Violante Melo, respectivamente. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógica dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 443-445. Na árvore genealógica de *Uma família de Coleccionadores* não se faz menção ao morgado dos Olivais, mas sim ao de Azeitão. De facto, segundo as *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, os administradores do morgado dos Olivais residiam numa quinta em Azeitão e, concluindo adiante, que o Lugar dos Olivais contava de olivais e terras, partindo tudo com a quinta, cabeça do Morgado. Pressupõe-se, por isso, que se trata do mesmo morgado. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 444.

⁵⁷ As *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX* referem que teria herdado os morgados de Calhariz e Monfalim de seu tio. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 448. Na árvore genealógica de *Uma família de Coleccionadores* refere-o também como morgado dos Anjos e Santarém. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*.

⁵⁸ Foi terceiro Capitão da Guarda Real Alemã, através do casamento datado de 27 de Julho de 1634 com a sua prima, D. Mariana de Sousa, detentora desse cargo e filha de D. Álvaro de Sousa (1568-s.d.), Comendador de S. Salvador de Infesta na Ordem de Cristo e 2º Capitão da Guarda. Filho de D. Francisco de Sousa (irmão de D. Filipe de Sousa), que havia sido o primeiro capitão da Guarda de Pé (nome inicialmente dado à Guarda Alemã), em cartas de 10 e 11 de Novembro de 1578. De facto, tal deve-se a D. Filipe I de Portugal e II de Espanha que, quando regressou a Castela, deixou a corporação, formada por arqueiros alemães, ao Governador de Portugal, o Cardeal Alberto, Arquiduque da Áustria. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 407, 415. *Uma família de Coleccionadores* refere-o como sendo sucessor de D. Filipe de Sousa nos morgados de Calhariz, Monfalim e Tavira. As *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX* não o

Exerceu diversos e inúmeros cargos⁵⁹, tendo casado em 1664 com D. Helena de Portugal, viúva de D. António de Alcáçova Carneiro Carvalho da Costa. Dos vários filhos, legítimos e ilegítimos, o primogénito, D. Filipe de Sousa (24/06/1666-12/10/1714), 5º Capitão da Guarda Real Alemã foi sucessor dos vínculos que administrava seu pai. Foi também Cavaleiro da ordem de Cristo, moço fidalgo da Casa de D. Afonso VI, Comendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta, Alcaide-mor da Sertã e Ervededo e ainda Familiar do Santo Ofício. Casou com D. Catarina de Meneses (29/02/1677-s.d.)⁶⁰, que lhe deu vários filhos, sucedendo-lhe na administração da Casa D. Francisco de Sousa (25/02/1700-14/11/1729)⁶¹.

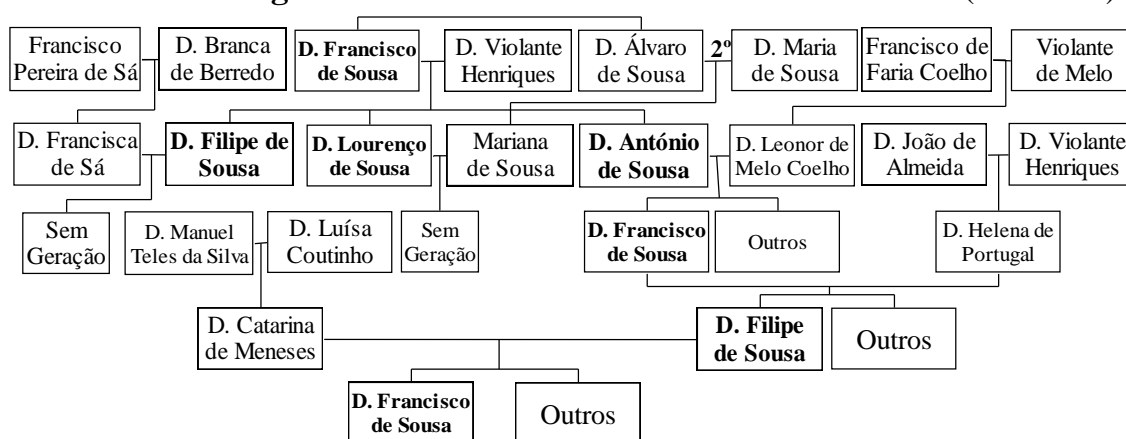
referem no seu capítulo. No entanto, e mais adiante, referem que D. Francisco de Sousa sucedeu a seu tio nos morgados de Calhariz e Monfalim. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*; Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Generológicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 448.

⁵⁹ Moço fidalgo da Casa Real, acrescentado a fidalgo escudeiro; Alcaide-mor do Crato e Belver, Comendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta; Conselheiro Régio de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V; membro do Conselho de Estado e Guerra; Deputado da Junta dos Três Estados, Vedor da Casal Real, Presidente da Câmara de Lisboa, Regedor da Mesa da Consciência e Ordens e Presidente do mesmo Tribunal; Familiar do Santo Ofício, Provedor do Hospital de S. Lázaro, Embaixador Extraordinário de Inglaterra. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Generológicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 446-449.

⁶⁰ Filha dos primeiros Marqueses de Alegrete, Manuel Teles da Silva e D. Leonor Coutinho. Casou com D. Filipe a 15 de Agosto de 1690. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 455. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 361.

⁶¹ *Uma família de Coleccionadores* apresenta como data de nascimento 1703, a mesma que o seu irmão D. Manuel de Sousa. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*.

Árvore Genealógica II - Descendência de D. Francisco de Sousa (1561-s.d.)



D. Francisco pertenceu à Academia Real de História⁶² e casou com D. Francisca de Sá Pereira⁶³. Morreu sem geração, sucedendo, por isso, seu irmão D. Manuel (21/07/1703-1759⁶⁴), quer no cargo de Capitão da Guarda Real Alemã, quer nas Comendas, Alcaiadarias e Morgados⁶⁵. Foi ainda Deputado da Junta dos Três Estados, Familiar do Santo Ofício e Escrivão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Casou na Corte de Viena de Áustria com a Princesa Leopoldina de Holstein Beck (02/08/1717-07/02/1789)⁶⁶. Seu filho primogénito, D. Filipe João de Sousa (23/06/1736-1778)⁶⁷

⁶² Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 457.

⁶³ Senhora do Prazo de Corval. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 361. Não se faz qualquer referência a casamento nas restantes fontes.

⁶⁴ 1759 é a data apresentada em *Uma família de Coleccionadores*, que coincide com a referência nas *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, onde se diz que teria morrido poucos meses após a sua prisão no forte da Junqueira a 4 de Setembro de 1758, por desconfianças, a mando do Marquês de Pombal. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 460. Contrariamente, Felgueiras Gaio diz ser em 1761. Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 492.

⁶⁵ Segundo as *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, ao morgado dos Anjos (que parece fazer confusão com a Fonte do Anjo) pertencia o uso honorífico da Capela-Mor da freguesia com este nome, na cidade de Lisboa. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 460.

⁶⁶ Filha primogénita de Frederico Guilherme (04/05/1682-26/06/1719), Duque de Holstein Soudenbourg-Beck, herdeiro da Noruega, General de Batalha de Infantaria ao serviço dos Estados Gerais e da Duquesa Maria Antónia Josefa, Condessa de Sanfré e Marquesa de Isnardi. Cf. TORRES, João

herdou a casa de seu pai. Todavia, a sua prematura morte fez com que lhe sucedesse seu irmão, D. Frederico Guilherme de Sousa (02/12/1737-25/08/1790), inclusive nos cargos de Governador e de Capitão Geral do Estado da Índia⁶⁸. Não tendo filhos legítimos, quem sucedeu na Casa foi o irmão sobrevivente destes, D. Alexandre de Sousa Holstein (04/12/1751-13/12/1803)⁶⁹, fidalgo escudeiro da Casa Real⁷⁰.

Do primeiro casamento de D. Alexandre com D. Isabel Juliana Bazelize José de Sousa (1753-10/04/1793)⁷¹ nasceram vários filhos, a saber, D. Pedro de Sousa Holstein

Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 461; Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 462; Cf. SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo X, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953, p. 492. Nuno Gonçalo Monteiro refere que este casamento sem dote foi negociado pelo então Conde de Tarouca, parente próximo dos Sousa Calharizes e que, numa carta por ele enviada, menciona o facto de o enlace possibilitar a manutenção da pureza de sangue da família. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 137.

⁶⁷ Foi nomeado Governador e Capitão Geral do Estado da Índia, que também não chegou a exercer. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 463; Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 462; Cf. SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo X, p. 492.

⁶⁸ Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 467; Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 462; Cf. SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo X, p. 492.

⁶⁹ Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 496; Cf. GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. X, p. 462. Não é referido na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

⁷⁰ Cf. *Alvará de filhamento de moço escudeiro a D. Pedro de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5562, Caixa 16, fol. 206.

⁷¹ Filha de D. Vicente José Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim e de D. Teresa Vital da Câmara, ficou conhecida pelo cognome de “Bichinho de Conta”. De facto, chegou a casar-se com José Francisco de Carvalho e Daun, Conde da Redinha e filho segundo do Marquês de Pombal. Todavia, o casamento não foi consumado, devido à resistência de D. Isabel Juliana, que conseguiu mais tarde a anulação do mesmo, opondo-se ousadamente ao Marquês de Pombal. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 499; CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898 pp. 15-22; MARTINS, Rocha, Os

(08/05/1781-12/10/1851)⁷², D. Mariana Vicência de Sousa Holstein (05/05/1784-28/04/1829)⁷³; D. Maria Teresa Frederica Cristina de Sousa Holstein (19/09/1786-30/11/1841)⁷⁴ e D. Catarina Juliana de Sousa Holstein (28/03/1789- s.d.)⁷⁵; e, do segundo casamento, desta feita com a sua sobrinha D. Balbina Cândida de Sousa (20/01/1775-02/05/1853)⁷⁶ nasceram D. Maria Helena de Sousa Holstein (29/03/1797-

grandes amores de Portugal – O bichinho de conta, 6º fasc., 2º vol., Coleção História, Lisboa, Edição do Autor, s.d..

⁷² Cf TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genêalógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 505.

⁷³ D. Mariana casou com o tio D. Luís Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim (01/02/1783-05/04/1850). Era 6º Morgado de Alva, e 3º Conde do mesmo título por Decreto de 9 Junho de 1797. Elevado a Marquês de Santa Iria em sua vida, por decreto de 4 de Abril de 1833. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 500; cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, Braga, Tipografia da Pax, 1932, p. 84; Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. I, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1991, p. 75.

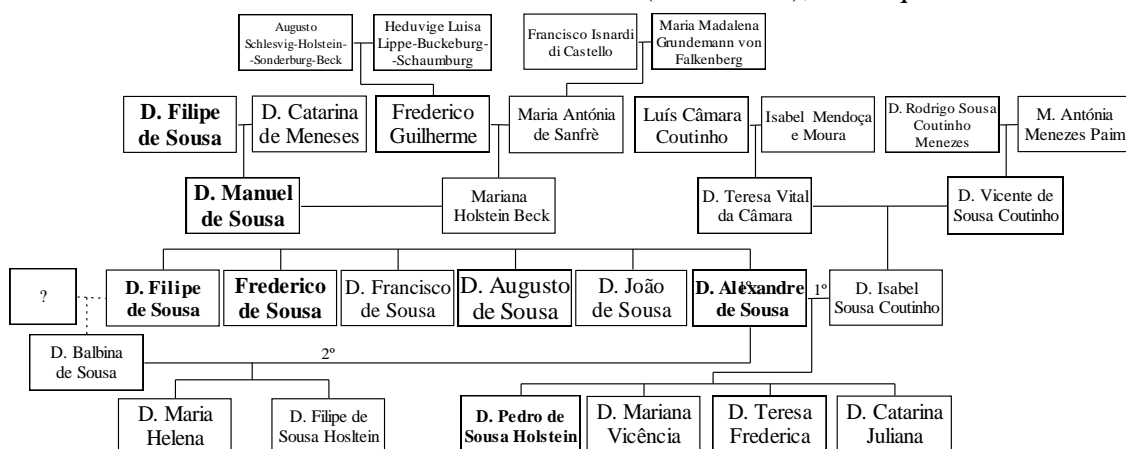
⁷⁴ Dama da Rainha D. Maria II e da Ordem de Maria Luísa em Espanha, D. Teresa casou com o 1º Conde de Vila Real, D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (09/02/1785-26/09/1855), senhor dos Morgados de Mateus, Cumieira, Arroios, Moroleiros e Fontelas. Elevado à categoria de Conde de Vila Real por duas vidas, por decreto de 3 de Julho de 1823. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genêalógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 501; Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 3, p. 582-583; Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 763.

⁷⁵ Dama da Rainha D. Maria II, D. Catarina casou com o 2º Conde de Linhares, D. Victorio Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa (25/06/1790-30/06/1857), par do Reino, Ministro e Ministro plenipotenciário. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genêalógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 501, AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, p. 104.

⁷⁶ Era filha ilegítima do irmão de D. Alexandre, D. Filipe de Sousa. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genêalógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 499-500. Nesta mesma obra refere-se ainda outra data de nascimento: 30 de Agosto de 1775. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genêalógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 463.

s.d.)⁷⁷ e D. Filipe Maria de Sousa Holstein (22/11/1820-13/10/1839)⁷⁸.

Árvore Genealógica III - Descendência de D. Filipe de Sousa (1666-1714) e ascendência de D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1º Duque de Palmela



É neste momento que se inicia o nosso estudo propriamente dito, com o nascimento do filho primogénito de D. Alexandre, D. Pedro de Sousa Holstein. Como percebemos até aqui, esta foi uma família que, ao longo dos tempos, conseguiu engrandecer a sua Casa. De facto, os elementos que a constituíam conseguiram, desde cedo, incorporar nela cinco importantes vínculos⁷⁹; duas comendas⁸⁰; o cargo de

⁷⁷ Casou com o 1º Visconde de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto Figueiroa (03/10/1774-12/05/1849). Era o 10º Senhor da Casa e Morgado de Beire, elevado a Visconde em duas vidas em decreto de 3 de Julho e Confirmação de 23 de Setembro de 1824. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 501; Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, pp. 254; Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. I, p. 228-229.

⁷⁸ Bacharel em Leis, pertenceu ao conselho de D. João IV. Em 1834 foi par do Reino. Casou com D. Maria Amália Burchardt, (22/11/1820-13/10/1839) filha do cônsul de Mecklembourg, Jacob Henrique Burchardt e de sua mulher D. Maria Eufémia de Oliva e Silva. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, 1883, p. 501.

⁷⁹ Morgado de Santa Maria dos Olivais, instituído em 21 de Fevereiro de 1438 e incorporado nesta casa em 30 de Agosto de 1641; Morgado do Calhariz, composto pela Quinta do Calhariz, comprada em 1480 por Gil Vaz da Cunha, sogro de D. Filipe de Sousa, e confirmada por carta régia de 4 de Maio de 1501; Morgado de Tavira, instituído a 26 de Fevereiro de 1511 por Álvaro Barreto da Costa e Catarina Pereira; o morgado de Monfalim, instituído por D. Filipe de Sousa e D. Filipa da Cunha em 25 de Julho de 1516; Fonte do Anjo instituído a 11 de Outubro de 1558 e incorporado já no século XVII. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genéalogicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 399, 424 e 443; Cf. *Anuário da*

Capitães da Guarda Real Alemã⁸¹ e a representação de um título estrangeiro⁸².

Embora nunca tendo sido agraciados com a titulação durante o Antigo Regime, os Sousas Calharizes foram consolidando a sua importância económica e social, adveniente da posse dos vínculos referidos e do desempenho de variados cargos. Não nos referimos somente ao cargo perpétuo de Capitão da Guarda Real Alemã, mas igualmente aos vários cargos que desempenharam como alcaides⁸³, governadores das possessões ultramarinas⁸⁴, cargos na Corte⁸⁵ ou ainda o desempenho de cargos da

nobreza de Portugal, vol. I, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1950, p. 35. A obra *Uma família de Coleccionadores*, não refere o Morgado dos Olivais. Em contrapartida, refere os Morgados de Azeitão, Anjos e Santarém. Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*. Sobre este assunto, vide capítulo 6.

⁸⁰ Comendas de Santa Maria de Belmonte no bispado da Guarda e S. Salvador de Infesta no bispado de Braga, ambas na ordem de Cristo, a 10 de Outubro de 1655. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35. As *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX* referem respectivamente, as datas de 10 de Fevereiro de 1666 e 4 de Fevereiro de 1666. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 447.

⁸¹ Criado a 10 de Novembro de 1578 e incorporada na linha varonil como propriedade a 24 de Agosto de 1669. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35; cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 446.

⁸² Condes de Sanfré no Piemonte pelo casamento dos já referidos D. Manuel de Sousa com a Princesa Maria Leopoldina de Holstein-Beck, em 4 de Agosto de 1735. Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal*, vol. I, p. 35.

⁸³ D. Francisco de Sousa (1631-1711) foi Alcaide-mor do Crato e Belver; D. Manuel de Sousa (1703-1759) foi Alcaide-mor da Sertã e de Ervededo; D. Filipe João de Sousa (1736-1778) também o foi, assim como D. Frederico Guilherme de Sousa (1737-1790). Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, pp. 447-464.

⁸⁴ D. Francisco de Sousa foi Governador da Ilha da Madeira (1561-s.d.). D. Filipe João de Sousa (1736-1778) nomeado Governador e Capitão Geral do Estado da Índia, cargos que não chegou todavia a exercer. D. Frederico Guilherme de Sousa (1737-1790) foi Governador e Capitão Geral do Estado da Índia, nomeado por carta patente de 18 de Março de 1778, governando até 3 de Novembro de 1786. Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 437-464.

⁸⁵ D. Filipe de Sousa (s.d.-s.d.) foi Trinchante dos reis D. João III e D. Sebastião, e mestre-sala do Príncipe D. João. D. Francisco de Sousa (1631-1711) foi do Conselho dos Reis D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V; dos Conselhos do Estado e da Guerra dos últimos dois reis, Deputado da Junta dos Três

carreira diplomática, quer como Embaixadores, quer como Ministros Plenipotenciários⁸⁶.

Sintomático foi também aquilo que Nuno Gonçalo Monteiro realçou para esta família durante todo o Antigo Regime: a procura desta Casa por outras, para enlaces matrimoniais, por ela se mostrar incólume quanto à pureza de sangue, dentro do contexto do fenómeno puritano⁸⁷.

Prova de uma certa preponderância da família foi a perseguição pombalina, nomeadamente a D. Manuel de Sousa. Como se sabe, o Marquês de Pombal tentou cercear de variados modos o poder das casas titulares mais importantes de seu tempo e os Sousas Calharizes não foram excepção, o que revela certa preeminência na Corte por parte destes. Por outro lado, o Marquês de Pombal ao ter querido casar o seu segundo filho, Conde da Redinha com aquela que viria a ser a nora do citado D. Manuel de Sousa, demonstra, de igual modo, a importância desta família no contexto dos seus pares.

É, pois, já uma família da primeira nobreza de Corte no fim do Antigo Regime, sem, no entanto, ter sido agraciada com algum título. Seriam os ventos do novo regime, que se aproximava, que iriam mudar o destino desta Casa, encarnada na pessoa de D.

Estados, Vedor da Casa Real, Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, Regedor da Mesa de Consciência e Ordens, Provedor do Hospital de S. Lázaro. D. Manuel de Sousa (1703-1759) foi Deputado da Junta dos Três Estados, Familiar do Santo Ofício, Escrivão da Mesa da Santa Casa da Misericórdia. D. Frederico Guilherme de Sousa (1737-1790) pertenceu ao Conselho da Rainha D. Maria I. D. Alexandre de Sousa (1751-1803) foi Conselheiro de Estado. Cf. IDEM, *ibidem*., pp. 422-498.

⁸⁶ D. Alexandre de Sousa Holstein (1751-1803) foi, em 1785, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na cidade de Copenhaga; em 1788 na de Berlim, e no ano de 1802 Embaixador em Roma. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 482.

⁸⁷ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 135. Para este fenómeno se verificar nesta família, não terá sido indiferente o testamento com que morreu D. Filipe de Sousa, datado de 1666, onde os morgados de Calhariz e Monfalim são unidos, ordenando que neles não suceda “*pessoa alguma que tenha raça de nação infecta, mouro, judeu ou mourisco, nem pessoa que seja casada com quem tenha algum das ditas raças e se depois da sucessão casar com tal pessoa, por isso mesmo perca o dito morgado, e passe ao imediato sucessor que havia ser dele, se o que em tal forma a casar fora morto, porém se excluso pelo dito casamento não tiver filhos dessa mulher, e por falecimento dela tornar a casar com outra de limpo sangue de que tenha sucessão depois de a ter tornará a conseguir o morgado excluindo o que haviam sucedido nele, e se tiver filhos da primeira dita mulher, e depois da segunda também, tornará a ele o morgado para depois de sua morte sucederem os filhos que não tiverem defeito (...)*”. Testamento de D. Filipe de Sousa, IAN/TT, ACP, Microfilme 5500, Livro 2, fols. 6 e 6v.

Pedro de Sousa Holstein.

3. O Tronco familiar no Século XIX – Os Indivíduos

D. Pedro Maria de Sousa Holstein nasceu em Turim a 10 de Maio de 1781. Foi baptizado no mesmo dia, em casa⁸⁸. Acompanhou desde cedo a família nas várias missões diplomáticas do pai que, em conjunto com a mãe, o ensinaram a ler e os primeiros conhecimentos de História e Geografia. Aos dez anos, a sua educação ficou a cargo de um preceptor oriundo de Genebra. Em 1793 morreu-lhe a mãe, ficando só com as irmãs no estrangeiro, uma vez que D. Alexandre estava em Portugal para assumir o governo da sua Casa que, entretanto, nele havia recaído. Em 1795 vem pela primeira vez a Portugal. Nos três anos que se seguiram prosseguiu a sua educação em casa, com um padre das Necessidades, no estudo da Filosofia e Retórica, e com um professor da Academia de Fortificação, na aprendizagem da Matemática, tendo por objectivo a entrada na Universidade. No entanto, à vista dos primeiros indícios de guerra, foi forçoso assentar praça, como acontecia a todos os filhos primogénitos que possuíam bens da coroa e ordens. Fê-lo no regimento de cavalaria da corte, denominado de Mecklemburgo, em 1796, tendo sido promovido no ano seguinte, ao posto de capitão e ajudante de Campo do Duque de Lafões⁸⁹, participando nas campanhas de Portalegre e Azambuja. Finalmente, em 1799 foi capitão agregado no regimento de Alcântara (depois nº 1 de Cavalaria), corpo militar no qual se conservou até ao fim da carreira

⁸⁸ Cf. *Certidão de baptismo*, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 7.

⁸⁹ D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806).

militar.

Em Julho de 1802, ao cargo de moço fidalgo da Casa Real⁹⁰, foi-lhe acrescentado o foro de fidalgo escudeiro⁹¹. Nesse mesmo ano acompanhou o pai a Roma⁹², como conselheiro da embaixada que D. Alexandre encabeçava, a qual chefiou, no período que medeia entre a morte deste, em 1803, e a chegada do seu sucessor, José Manuel Pinto de Sousa, em 1805.

Herdava por isso a Casa de seu pai, a qual todos os seus antepassados tinham procurado aumentar e engrandecer. Herdava por isso os morgados já referidos no ponto anterior⁹³, o Condado de Sanfré, no Piemonte; o cargo de Capitão da Guarda Real dos Archeiros da Companhia Alemã⁹⁴; a alcaidaria mor da Sertã; a Comenda de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta⁹⁵.

Ao regressar a Portugal, em 1807, reingressou no exército, assentando praça em vários locais do Reino, tendo sido promovido a major agregado ao regimento de cavalaria número 1 do exército, em 26 de Abril de 1809⁹⁶. Foi numa altura em que estava em Lisboa, nesse mesmo ano de 1809, que pediu a mão de D. Eugénia Francisca Maria Ana Júlia Felizarda Apolónia Xavier Teles da Gama (04/01/1798-20/04/1848), filha secundogénita dos Marqueses de Nisa, seguindo os conselhos de suas irmãs. Casou

⁹⁰ Recebia de moradia mil reis mensais e um alqueire de cevada por dia. Alvará de 12 de Setembro de 1799. Cf. TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico-genealógicas dos Duques portugueses no século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883, p. 502.

⁹¹ Ao foro de moço fidalgo acrescentava-se mil, quatrocentos e oitenta reis. Cf. *Alvará de Filhamento de moço fidalgo a D. Pedro de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5562, Caixa 16, fol. 206.

⁹² Acerca do recrutamento dos diplomatas no Antigo Regime vide CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., FELISMINO, David, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias” in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da, (org), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

⁹³ No entanto, os morgados mais destacados em documentos oficiais, como escrituras notariais eram o de Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo. Vide, a título de exemplo, *Alvará de procuração*, IANTT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 343.

⁹⁴ Carta de 24 de Setembro de 1804. Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 502.

⁹⁵ Alvarás de 14 de Agosto e Cartas de 15 de Setembro de 1804 e de 23 de Outubro de 1806. Cf. IDEM, *ibidem*, p. 502.

⁹⁶ Cf. *Carta*, Arquivo Histórico Militar, Caixa 196 A.

apenas no ano seguinte, a 4 de Junho de 1810, pois na altura do pedido a noiva era ainda menor⁹⁷, numa cerimónia discreta e contida, sem a menor pompa. “*Receberam as bênçãos no Palácio de Xabregas*”⁹⁸, festejou-se o noivado no palácio de seu cunhado, o conde de Alva, a Santo Amaro, e ali ficaram residindo até partirem para Cádis, o que fizeram poucas semanas depois”⁹⁹.

Foram os serviços prestados como Ministro Plenipotenciário na Corte de Espanha, cargo para o qual fora nomeado em 1809¹⁰⁰ e que exerceu até 1812, que o elevaram à categoria de Conde de Palmela em sua vida, nesse mesmo ano¹⁰¹. O seu objectivo foi procurar, embora sem efeito, que a rainha D. Carlota Joaquina fosse nomeada regente de Espanha. Nesse mesmo ano foi destacado como enviado extraordinário à corte de Londres¹⁰². Em 1814 exerceu o cargo de ministro plenipotenciário em Londres.

Participou no Congresso de Viena em 1815, tendo-lhe sido concedido o título de Marquês por duas vidas em 1823, como recompensa dos trabalhos prestados no Congresso.¹⁰³ Em Janeiro de 1817 foi nomeado ministro plenipotenciário a Londres, para tratar da questão da escravatura¹⁰⁴. No final desse mesmo ano foi novamente nomeado ministro plenipotenciário nas cortes espanhola¹⁰⁵ e francesa, embora tendo mantido residência em Londres até 1820.

Nesse ano de 1820 foi nomeado ministro de Estado para o Rio de Janeiro, rumando a esta cidade, mas fazendo escala em Lisboa, na mesma altura em que se

⁹⁷ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 207.

⁹⁸ O Palácio de Xabregas era o Palácio de residência dos Marqueses de Nisa.

⁹⁹ BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861, Ernesto Campo de ANDRADA (rev.), vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 101.

¹⁰⁰ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol 288.

¹⁰¹ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol 6. Além dos serviços de D. Pedro, a outorga do título serve também como recompensa pelos serviços prestados por D. Augusto de Sousa, tio deste, que morreu no exercício de cargos diplomáticos na Holanda, sem ter sido remunerado. Curioso é constatar que esta mercê é posterior, ainda que por poucos dias, à condecoração de D. Eugénia, sua mulher, com a Real Ordem de Santa Isabel, pelo reconhecimento dos serviços de D. Pedro. Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5726, Caixa 159, fol. 51.

¹⁰² Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 9.

¹⁰³ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol 18.

¹⁰⁴ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 291.

¹⁰⁵ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 556, Caixa 21, fol. 316.

verifica o pronunciamento militar do Porto de 24 de Agosto e a subsequente formação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Foi D. Pedro de Sousa Holstein que, quando chegou ao Rio de Janeiro, tendo sido agraciado com o posto de Marechal de Campo¹⁰⁶, informa o Rei D. João VI, em documento de 16 de Janeiro de 1821, dos projectos da Junta Provisional e da necessidade da presença régia em Portugal, onde o Rei poderia exercer a sua influência de forma directa¹⁰⁷. Efectivamente, D. João VI acaba por regressar a Lisboa, juntamente com grande parte dos nobres que o haviam acompanhado na ida. Da comitiva também fazia parte D. Pedro de Sousa Holstein, apesar de demitido do cargo que o tinha levado ao Brasil, por preferir que fossem dadas por D. João VI as bases de uma carta constitucional, em vez deste ter jurado a Carta Constitucional de Fevereiro de 1821¹⁰⁸. Ao chegar a Lisboa, o desembarque do então Conde de Palmela foi proibido pelas Cortes Constituintes, que decretaram o seu desterro para Borba, onde passou a residir durante algum tempo¹⁰⁹.

Em consequência da Vila Francada, ocorrida em 27 de Maio de 1823, o Conde de Palmela presidiu à Junta que então se formou, em Julho do mesmo ano, com o objectivo de proceder à redacção do projecto de nova constituição e recebeu igualmente a pasta dos Negócios Estrangeiros. Poucos dias depois desta nomeação era agraciado com o título de Marquês, em duas vidas, como já referimos. Todavia, o assassinato do Duque de Loulé, em Fevereiro de 1824, iniciou um processo de perseguição política ao Conde de Palmela, que culminou com a sua prisão, após a sublevação absolutista da Abrilada, em Abril desse mesmo ano. No entanto, o corpo diplomático, nomeadamente o embaixador francês Hyde de Neuville¹¹⁰, conseguiu a sua soltura da Torre de

¹⁰⁶ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5548, Caixa 2, fol. 42.

¹⁰⁷ Cf. VARGUES, Isabel Nobre, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820” in *História de Portugal* (dir. José MATTOSO), vol. V, *O Liberalismo*, (coord. Luís Reis TORGAL, João Lourenço ROQUE), s.l., Círculo de Leitores, 1993, p. 63.

¹⁰⁸ Cf. ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco, *Os sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1988, p. 1031.

¹⁰⁹ Cf. SERRÃO, Joel, “Palmela, Duque de (1781-1850)” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa Figueirinha, 1984, p. 537.

¹¹⁰ Jean-Guillaume, barão Hyde de Neuville (24/01/1776-28/05/1857). Embaixador francês em Washington e em Portugal

Belém¹¹¹.

Em Fevereiro de 1825, o Marquês de Palmela foi nomeado embaixador em Londres¹¹², imediatamente após a sua nomeação como embaixador a França, logo no início desse mesmo ano¹¹³. Foi por estar em Londres que, embora tendo sido nomeado para a Câmara dos Pares, em 30 de Abril de 1826¹¹⁴, não chegou a tomar posse¹¹⁵, mas é significativa esta nomeação, uma vez que o objectivo de D. Pedro IV era fazer da Câmara dos Pares o órgão representativo dos Grandes do Reino¹¹⁶. Como defensor da Carta, D. Pedro de Sousa Holstein fez todos os esforços junto do Governo Britânico para que fosse enviado um corpo expedicionário inglês para a defesa do regime da Carta Constitucional, o que se verificou em Outubro desse ano. O Marquês de Palmela manteve-se na qualidade de embaixador em Londres até 1828, altura em que D. Miguel de Bragança, após chegar a Lisboa, dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou a antiga Assembleia dos Três Estados do Reino. Após a aclamação de D. Miguel como rei, o Marquês de Palmela considera-se demitido das suas funções e inicia várias manobras de apoio à causa liberal. Por um lado, acolhe os emigrados que fugiam do Portugal absolutista, por outro toma parte na Belfastada, ou seja do desembarque de exilados no Porto, que não se entenderam com a Junta Revolucionária que aí se tinha formado, verificando-se uma cisão entre os que seguiam uma via mais moderada do liberalismo, encabeçada pelo próprio Marquês de Palmela, e outra mais extremista, encabeçada pelo Marquês de Saldanha¹¹⁷. D. Pedro de Sousa Holstein regressou de novo a Inglaterra, onde acolheu, em Outubro de 1828, D. Maria II, filha de D. Pedro IV, e encetou diversas diligências diplomáticas para que Inglaterra não reconhecesse o regime miguelista, apesar dos esforços contrários de Wellington.

¹¹¹ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do marques de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861*, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), vol. I, p. 397.

¹¹² Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 245.

¹¹³ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 253.

¹¹⁴ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5700, Caixa 140, fol. 63.

¹¹⁵ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, "D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa" in *Penélope*, Lisboa, 4, Edições Cosmos, 1989, pp. 112-113.

¹¹⁶ Cf. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, Lisboa, Prova Complementar de doutoramento a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 48

¹¹⁷ João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1790-1876).

Os acontecimentos de Agosto de 1829, que consistiram na batalha da Praia, na Ilha Terceira, no arquipélago Açoriano, em que miguelistas e liberais se digladiaram, vencendo estes últimos, permitiram que fosse nomeado Presidente da Regência, que aí se estabeleceu em seguida. O Marquês de Palmela desembarcou em 15 de Março de 1830, na ilha Terceira, onde permaneceu até ao desembarque das tropas liberais no Mindelo, no mês de Julho de 1832. Em Agosto do mesmo ano regressa a Londres, para aí angariar fundos e munições¹¹⁸.

Em 3 de Março de 1832, D. Pedro de Sousa Holstein havia sido nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiro e encarregue interinamente do Expediente dos Negócios do Reino¹¹⁹.

Em Junho de 1833 o Marquês de Palmela entrou com uma esquadra naval na barra da cidade do Porto, que se encontrava cercada pelas tropas miguelistas. Com esta acção, foi agraciado com o título de Duque do Faial, de juro e herdade, em Abril daquele ano, pelos “*quesitos e relevantíssimos serviços que tem feito à causa da legitimidade e à do brio e da honra da nação portuguesa*”, nomeadamente por ter lutado contra D. Miguel, pugnando pelos interesses da Rainha D. Maria, em particular pelo papel que desempenhou na Ilha Terceira, como membro da Regência. D. Pedro de Sousa Holstein pediu, todavia, que o título de Duque do Faial fosse modificado para o de Duque de Palmela, que era o título que já possuía anteriormente¹²⁰. No mesmo ano foi nomeado Conselheiro de Estado¹²¹, tendo sido posteriormente Ministro em vários Ministérios, para além de Presidente da Câmara dos Pares, em Agosto de 1834. Efectivamente, entre Setembro de 1834 e Abril de 1835 foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros, cargo que por vezes acumulou com o de Ministro dos Negócios Estrangeiros¹²². Nesse mesmo mês foram-lhe doados pelo poder executivo cem contos

¹¹⁸ Cf. *Carta da Regência, de autorização*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 61.

¹¹⁹ Cf. *Carta de nomeação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 65.

¹²⁰ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 729.

¹²¹ Cf. *Alvará de nomeação de conselheiro de Estado vitalício*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 773.

¹²² Apesar de a guerra civil só ter terminado com a Convenção de Évora Monte, em Maio de 1834, já em Agosto de 1833, junto dos liberais emigrados existia um espírito de vitória, como podemos constatar na palavras de D. Maria das Dores de Sousa Coutinho (1813-?), condessa de Sousa Coutinho e sobrinha de D. Pedro de Sousa Holstein, em carta a D. Eugénia Telles da Gama: “*já podemos dizer que não somos imigradas, que estamos cá [Paris] porque muito queremos*”. *Correspondência particular*, IANTT, ACP, Microfilme 5748, Caixa 171, fol. 1435.

de reis, admissíveis na compra de bens de raiz nacionais¹²³.

Com a Revolução de Setembro de 1836 ausentou-se para Londres, por não se rever nos princípios que moldaram esse movimento. Foi apenas em 1838, no mês de Abril que, tendo sido promulgada e jurada uma nova Constituição, o meio-termo entre a de 1822 e a Carta Constitucional de 1826, foi eleito membro da Câmara dos Senadores; em Junho do mesmo ano foi nomeado embaixador em Londres, para assistir à coroação da Rainha Vitória.

Em 1841, durante a vigência da Constituição de 1838, presidiu à Câmara dos Senadores. Com a restauração da Carta, em 1842, conseguiu acumular em Maio de 1842 os cargos de Presidente do Conselho de Ministros, da Justiça e da Fazenda, embora por um breve período de tempo¹²⁴.

Voltou a Portugal em 1846, após uma ausência prolongada em Itália. Na sequência da Revolta da Maria da Fonte, o Duque de Palmela foi nomeado Presidente do Conselho. No entanto, um golpe de Estado orientado pelo Duque de Saldanha conduziu à exoneração do Duque e à sua emigração. Só no ano seguinte, em 1847, com a Convenção do Gramido foi possível voltar ao país, onde apenas desempenhou, a nível político, as funções de Presidente da Câmara dos Pares¹²⁵.

Ao longo de vários anos foi agraciado com vários graus de diferentes ordens nacionais e internacionais¹²⁶.

¹²³ Cf. *Carta de lei*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5700, Caixa 140, fol. 139.

¹²⁴ Para ver, em particular, os vários mandatos, *vide* MARTINS; Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 9ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 355.

¹²⁵ Acerca da sua actividade política *vide*, PALMELA, Duque, *Discursos parlamentares proferidos pelo Duque de Palmela nas Câmaras Legislativas desde 1834 até hoje*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1844; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Holstein, D. Pedro de Sousa,” in *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, (dir. Maria Filomena MÓNICA), vol. 2, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2005, pp. 432-439.

¹²⁶ Grã-cruz da Ordem de Cristo, por decreto de 21 de Janeiro de 1825, pela qual receberia uma pensão de um conto e seiscentos mil reis anuais (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fols. 229 e 257); Grã-cruz da ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito, por carta de 1 de Dezembro de 1834 (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 151); Grã-cruz da ordem de Carlos III, em Espanha, em 5 de Setembro de 1812 (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, fol. 111); Grã-cruz da Legião de Honra em França, conferida desde 17 de Dezembro de 1823 (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5700, Caixa 140, fol. 32); Cavaleiro da Ordem de S. Alexandre Newsky, na Rússia, em 15 de Junho de 1824 (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5556, Caixa 21, fol. 321); Cavaleiro da Insigne Ordem do Tosão de Ouro de Espanha,

Foi sócio honorário da Academia Real das Ciências desde 1817¹²⁷, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1840¹²⁸ e, em 1850, Presidente vitalício da Sociedade Arqueológica Lusitana, fundada na então vila de Setúbal¹²⁹. Foi também presidente da Associação Promotora da Indústria Nacional¹³⁰.

Às cinco horas e meia da tarde do dia 12 de Outubro desse mesmo ano morreu D. Pedro, no palácio do Rato. O seu corpo foi embalsamado e depositado num caixão de chumbo. Foi sepultado três dias depois, no jazigo de família, mandado por ele construir em 1846, no Cemitério dos Prazeres¹³¹.

D. Eugénia Teles da Gama distinguiu-se pelas suas qualidades como embaixatriz, ao lado de seu marido¹³². Mas também exerceu cargos relacionados com a beneficência. Fez parte da Comissão de Inspeção para as escolas de meninas, pertencentes à Sociedade de Instrução Primária¹³³. Em 1840 desempenhou a função de Inspectora na Associação para as Casas de Asilo de Primeira Infância Desvalida, situada no edifício do Colégio dos Nobres¹³⁴. Foi também uma das responsáveis do estabelecimento do Instituto de S. Vicente de Paula em Portugal, fundando e dotando

conferida em 2 de Março de 1824 (cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5624, Caixa 75, fol. 305), Grão Cruz da Ordem de Ernesto, o Pio, do ducado de Saxónia Cobourg Gotha, conferida em 1836 (cf. *Licença Régia de uso de insígnias*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5701, Caixa 140, fol. 287); e Cavaleiro da Ordem de Malta, de que não temos indicação da data da atribuição, mas seguramente pelo menos após 1834. (cf. *Escritura de doação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5645, Caixa 92, fol. 902).

¹²⁷ Cf. *Decreto de 8 de Abril de 1817*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5701, Caixa 140, fol. 513.

¹²⁸ Cf. *Diploma de Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5701, Caixa 140, fol. 259.

¹²⁹ Cf. *Diploma da Sociedade Arqueológica Lusitana*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5701, Caixa 140, fol. 573.

¹³⁰ Cf. TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo-Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, p. 504.

¹³¹ IAN/TT, ACP, *Certidão de óbito*, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 29. A propósito deste Mausoléu e da sua arquitectura de teor maçónico, que expressava a personalidade do Duque, Moita Flores refere que, apesar do Duque não ser maçom, “foi o homem do Antigo e do Moderno, que se substantivava na Carta Constitucional, que foi dos mais legítimos representantes”. Cf. FLORES, Francisco Moita, “Jazigo Palmela” in *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 88-89.

¹³² Cf. GARRETT, Almeida, *Memória histórica da Duque de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

¹³³ Cf. *Almanak estatístico de Lisboa em 1837*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 233.

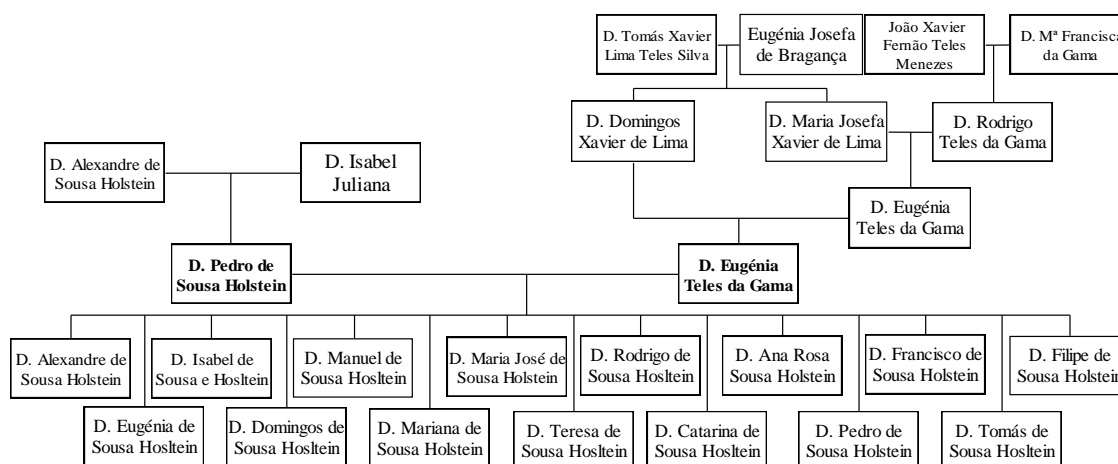
¹³⁴ Cf. *Almanak estatístico de Lisboa em 1840*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 257.

uma congregação de Irmãs da Caridade¹³⁵.

Para além da Ordem de Santa Isabel, recebeu também a de Maria Luísa de Espanha. Foi Dama da Rainha D. Maria II¹³⁶.

D. Eugénia morreu em 1848, dois anos antes da morte de seu marido e após 38 anos de casamento, muitos dos quais separados fisicamente, devido à acção política que o Duque de Palmela desempenhou.

Árvore Genealógica IV - Ascendência de D. Eugénia Teles da Gama (1798-1848) e sua descendência



Do casamento de D. Pedro com D. Eugénia nasceram vários filhos. O primogénito, D. Alexandre Domingos António Maria Bento Raimundo de Sousa Holstein, nasceu em Cádiz, a 21 de Março de 1812¹³⁷, quando na rua se celebrava efusivamente a publicação da Constituição hispânica¹³⁸, sendo padrinhos por procuração, o seu tio, o Conde de Alva, e sua avó materna, visto não se encontrarem presentes.

Começou a sua formação em 1820, com lições de Gramática Latina, Aritmética e História Portuguesa com os Padres das Necessidades¹³⁹, tendo o estudo sido interrompido com o desterro de D. Pedro para Borba, onde o próprio Conde se

¹³⁵ Cf. GARRETT, Almeida, *Memória histórica da Duque de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama*.

¹³⁶ Cf. PINTO, Albano da Silva, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890, vol. II, p. 447.

¹³⁷ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 323.

¹³⁸ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460.

¹³⁹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 234, fol. 21.

encarregou da formação dos filhos¹⁴⁰. Fluente nas línguas inglesa e francesa¹⁴¹, retoma a sua formação nas Necessidades, entre 1823 e 1825, altura em que acompanha seu pai a Inglaterra. Este considerava imprescindível o estudo dos autores clássicos, nomeadamente o dos Historiadores, que lhe poderiam incutir o interesse da História e da Latinidade. No entanto, em carta, D. Pedro de Sousa Holstein aconselhava também ao filho o estudo das matemáticas aplicadas à arte militar, das ciências físicas e do direito público, essenciais a uma carreira, rematando dizendo: “*Bem vês que te trato com uma confiança que quase todos os pais mostram aos filhos da tua idade e que espero porém seja justificada pelo apreço que dela farás por não teres outra paga a dar-me do amor e direito que me debes senão o persistir cada vez mais na tua boa conduta e habilitares-te a servir de amparo a tua mãe e de exemplo e de apoio a tantos irmãos pequenos*”¹⁴². É neste período que D. Alexandre tem aulas com um preceptor e inicia algumas visitas a colégios ingleses, nomeadamente Woolwick, Sandhurst, Downesd e Bath¹⁴³, acabando por frequentar o colégio Militar de Sandhurst, um dos mais conceituados de Inglaterra, ingressando na terceira Companhia de Cadetes, a 4 de Março de 1828, e frequentando o primeiro nível de Aritmética e Matemática e o quarto de Francês¹⁴⁴. No final do ano de 1827 deveria assentar praça no exército, tendo sido expedida uma carta por parte de D. Maria, regente em nome do pai, dando conta ao Comando Geral de Artilharia que D. Alexandre “*se acha actualmente estudando em Inglaterra e deverá continuar a ser assim considerado, até novas ordens*”¹⁴⁵.

Escrevia-lhe o pai, em carta de 18 de Março de 1828: “*(...) Vejo que te achas instalado no teu novo modo de vida (...) persuado-me que a resolução que tomei te há-de ser muito útil para o futuro, menos debaixo do ponto de vista do aproveitamento nos estudos, do que para te acostumar e dispor a viver na sociedade de outros homens que não estão ligados contigo pelos íntimos e carinhosos enlaces da tua família. Para um*

¹⁴⁰ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460.

¹⁴¹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5795, Caixa 204, fol. 775 e cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 179.

¹⁴² *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5806, Caixa 209, fol. 1237.

¹⁴³ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5806, Caixa 209, fols. 1241; 1261 e 1265.

¹⁴⁴ Cada disciplina era dividida em 5 classes, conforme a dificuldade. Em Francês, passou directamente para quarta classe, com a indicação de que tinha boa formação na língua. No entanto, não frequentou outras cadeiras habituais, como Fortificação. Cf. Royal Military Academy Sandhurst – WO 151, Royal Military College Gentleman Cadet Register 1806-1864.

¹⁴⁵ *Carta*, Arquivo Histórico Militar, Caixa 513.

*homem, para um militar e principalmente na era em que vivemos é necessário adquirir uma tempera mais forte do que se adquire debaixo do bafo paterno e conhecer pela própria experiência o que são os outros homens e qual é o nosso próprio e verdadeiro valor. A tua doçura e prudência, desempenho das tuas obrigações a amabilidade com os companheiros, confio que te livrarão de disputas frequentes e de bulhas, entretanto não dêes nunca o mínimo motivo de suspeitar que a doçura provenha de cobardia e a amabilidade de babuja. Enquanto aos estudos não vejo que me falho no alemão que eu substituiria de boa vontade ao Francês e parece-me que deves sem bazófia nem arrogância, passar quanto antes da aritmética e da geometria para cima. (...)”*¹⁴⁶

Todavia, o facto de ser posto de lado pelos seus colegas foi um factor decisivo para a sua saída de Sandhurst, em 24 de Junho de 1828¹⁴⁷. O objectivo seria o de frequentar posteriormente, na Universidade de Coimbra, o curso de Matemática, e assentar praça em Portugal, no corpo de artilharia, o que não se deu, devido aos acontecimentos políticos verificados no Reino¹⁴⁸. Ingressou na Universidade de Londres (University College of London), através de Earl Dudley¹⁴⁹, nas disciplinas de Química e Física, no ano lectivo de 1828-1829 e Física, Matemática e Grego no ano lectivo seguinte¹⁵⁰, conseguindo inclusive alguns prémios nestas cadeiras¹⁵¹. Em 1830, estando em Paris, considera cursar a Escola do Estado-maior, mas prefere a escola de Pontes e Calçadas. Frequenta alguns cursos de Química e História Natural na Sorbonne¹⁵². O ensino da música, do desenho, da dança e da esgrima também não foram descurados¹⁵³.

Tinha-lhe sido outorgado o título de Conde de Calhariz por D. João VI, em 2 de Outubro de 1823, “*tomando em consideração o ser ele filho do Conde, hoje Marquês de Palmela, que tanto se tem distinguido no meu real serviço, confiando que ele será digno imitador da lealdade e zelo com que seu Pai me tem servido*”¹⁵⁴ seguido, no mesmo dia,

¹⁴⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5806, Caixa 209, fol. 1269.

¹⁴⁷ RMAS – WO 151, Royal Military College Gentleman Cadet Register 1806-1864.

¹⁴⁸ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460.

¹⁴⁹ Provavelmente Lord Dudley Stuart (1803-1854), advogado, político e defensor da independência da Polónia.

¹⁵⁰ Cf. Informações gentilmente cedidas pelo University College of London.

¹⁵¹ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5747, Caixa 169, fols. 1529 e 1883.

¹⁵² Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 949.

¹⁵³ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460.

¹⁵⁴ *Carta de Mercê Régia*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol 27.

da sua nomeação para o Conselho de Estado do mesmo monarca¹⁵⁵. Tendo acompanhado o pai no desembarque no Porto em 1828, D. Alexandre veio a morrer precocemente, a 21 de Junho de 1832, na ilha de S. Miguel, vítima de tuberculose, contraída por ter prestado vigilância a sua irmã Maria, vítima da mesma doença. Morreu sem nunca ter casado e sem deixar descendência¹⁵⁶. Sua mãe, a respeito da sua morte, escrevia ao marido, D. Pedro de Sousa Holstein, numa carta de 13 de Agosto de 1832, o seguinte: “ (...) *Todos os nossos filhos estão bem. Ontem se juntaram todos em casa da nossa mana. Parecem-me tão poucos agora. (...) penso com gosto na hora em que me há-de levar para onde ele está. Agora mais que nunca desejo ser boa (...), para poder esperar ir para o Céu onde estão já quatro bocadinhos nossos, mas este último sempre foi o que nos doeu mais a arrancar (...)*”¹⁵⁷.

D. Eugénia Maria Antónia Domingas Francisca José Colleta de Sousa e Holstein foi a segunda filha do casal. Nasceu em 6 de Março de 1813, em Lisboa, tendo sido padrinhos o Marquês de Niza, D. Tomás Francisco Xavier Teles (04/11/1796-13/08/1820)¹⁵⁸, seu tio materno, e a sua tia paterna, D. Mariana de Sousa Holstein, Condessa de Alva¹⁵⁹. Padecendo da espinha dorsal desde muito cedo, o que a fazia coxear¹⁶⁰, veio a ser curada em 1830, efectuando para tal tratamentos ortopédicos em Morley. Recebeu instrução de seus pais, de Latim, História, Geografia, Matemáticas, Francês e Inglês¹⁶¹. Prosseguiu os estudos em casa, a cargo de uma preceptora, Miss Kelleghene, a quem terá causado algumas dores de cabeça, como podemos constatar pela carta que D. Eugénia Teles da Gama escreveu a seu marido, a 16 de Dezembro de 1826: “(...) *os quatro pequenos tem-se adiantado muito neste mês em que tu lá tens estado, (...) queira Deus que pudesse dizer o mesmo da Eugénia, não haverá remédio senão privá-la por algum tempo até ela mudar, dos divertimentos que ela mais gosta,*

¹⁵⁵ Cf. *Carta de Mercê Régia*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5566, Caixa 21, fol. 319

¹⁵⁶ Cf. *Certidão de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 335.

¹⁵⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 166.

¹⁵⁸ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 168.

¹⁵⁹ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 368.

¹⁶⁰ Cf. VENTURA, António, “Para a História da Epistolografia feminina em Portugal. Correspondência da Condessa de Alva para sua irmã, D. Teresa de Sousa Holstein, (1814-1816)”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 21-22, 5ª série, Lisboa, Faculdade de Letras, 1996-1997, p. 57.

¹⁶¹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 234, fol. 45. Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460.

não tem a menor vontade de seu adiantar, nem de me dar gosto. Esta noite a lição de geografia obrigou-me a sair do quarto aonde ela estava porque não podia ser sem me afligir o modo porque ela repetia a lição e como estava com a Miss Kelleghene. Deus sabe o que me custa vê-la tão diferente do que eu a desejo (...) e vejo que os anos passam e ela tem quase 14 anos está uma mulher. (...)”¹⁶². Mais tarde, a sua educação esteve a cargo de Mrs Wallace, juntamente com as restantes irmãs¹⁶³. Sabia lavoures, tocava piano, desenhava¹⁶⁴, actividade para a qual recebia aulas, a par das irmãs¹⁶⁵. Cedo ficou com o encargo da contabilidade corrente da casa, a pedido da mãe¹⁶⁶. O exercício físico também não foi descurado, não por questões de educação, mas de saúde: “(...) Todos os nossos filhos estão bons, à excepção da Eugénia, que continua do mesmo modo, e já há dois meses que não é regular. Ela diz sempre que não lhe dói nada, e come e dorme optimamente, mandei hoje pedir ao médico que a viesse amanhã ver, todas as tardes anda uma hora a cavalo num burro, e salta com a corda. O médico quer muito exercício, e ela gosta pouco de o fazer. (...)”¹⁶⁷.

D. Eugénia casou com D. Brás da Silveira, Marquês das Minas, a 8 de Maio de 1842¹⁶⁸. A cerimónia de casamento foi simultânea com a do casamento de sua irmã D. Teresa, na capela do Loreto, às cinco e meia da tarde, para cerca de 150 pessoas¹⁶⁹. A festa da boda só teve lugar dia 11 do mesmo mês. Ao jantar seguiu-se um concerto de *bel canto*. Foi mãe de vasta prole. Não conseguimos apurar a data da sua morte.

D. Isabel Leopoldina foi a terceira filha dos primeiros Duques. A sua vida foi de

¹⁶² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 373.

¹⁶³ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 270.

¹⁶⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5743, Caixa 169, fol. 465. Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5796, Caixa 204, fol. 1834. Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 997.

¹⁶⁵ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 378. Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 593.

¹⁶⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 270.

¹⁶⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627.

¹⁶⁸ Cf. *Certidão de Casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 375.

¹⁶⁹ Cf. *L'abeille: revue encyclopédique*, 4^o année, n^o 42. Lisboa, Imprensa de C. A. S. de Carvalho, 15 Mai, 1842, Os vestidos nupciais, confeccionados num atelier parisiense, causaram sensação pelos elevados direitos que pagaram na alfândega. *A Revolução de Setembro* refere que a bênção nupcial teve lugar na Igreja da Encarnação. Cf. *A Revolução de Setembro*, n^o 438, Lisboa, Tipografia J. B. da A. Gouveia, 11 de Maio 1842, fol. 2.

curta duração, pois nasceu em 12 de Novembro de 1816, após 10 horas de trabalho de parto e morreu a 15 de Junho de 1819¹⁷⁰, embora tenha sido a que nasceu com a compleição mais robusta, comparativamente aos seus irmãos mais velhos¹⁷¹.

O quarto filho foi aquele que sucedeu na casa de seus pais. D. Domingos António Maria Pedro de Sousa Holstein nasceu em Londres a 28 de Junho de 1818, às dez da manhã. D. Pedro não se encontrava presente¹⁷². Foi apadrinhado por D. Lourenço de Lima, irmão de seu avô materno e Conde de Mafra, e por D. Catarina de Sousa Holstein, sua tia paterna¹⁷³.

Aos dois anos e meio já falava e compreendia tanto a língua portuguesa, como a inglesa, segundo narra a sua mãe ao marido, em carta datada de 28 de Dezembro de 1820, onde lhe faz os maiores elogios: “ (...) *O Domingos parece-me que ainda está mais bonito e é sempre o mais meu amigo que é possível, estávamos ambos eles no meu quarto esta manhã e o Manuel descuidou-se, e o Domingos ralhou-lhe, e disse-lhe que a Mamã não havia gostar dele, achei-lhe muita graça; há dias estava-lhe a Ana Joaquina pedindo um dos seus canudos e ele não lho queria dar, e a Dove que tão bem ali estava perguntou-me em inglês que lhe estava a Ana pedindo, esta falava-lhe português, o pequeno no mesmo instante lhe traduziu em inglês o que a Ana lhe estava pedindo (...)*”¹⁷⁴.

Tal como os irmãos recebe uma educação doméstica, até frequentar aulas num estabelecimento a que chamavam pensão, com o irmão mais novo, Manuel, e com os primos, por decisão materna¹⁷⁵. A sua caligrafia e ortografia foram muito criticadas por

¹⁷⁰ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243. Em nenhum nobiliário se encontra referência a esta filha dos Primeiros Duques de Palmela. Apenas em CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Fernando Santos, CASTRO, Rodrigo Faria de, *A descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2ª ed. Braga, 1993, vol. II, p. 127-129, e MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001.

¹⁷¹ Cf. VENTURA, António, “Para a História da Epistolografia feminina em Portugal. Correspondência da Condessa de Alva para sua irmã, D. Teresa de Sousa Holstein, (1814-1816)”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 21-22, 5ª série, p. 96.

¹⁷² Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5729, Caixa 160, fol. 653

¹⁷³ Cf. *Certidão de Baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 390.

¹⁷⁴ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 234, fol. 69.

¹⁷⁵ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 997.

sua mãe, sobretudo após a morte do irmão mais velho, que servia de modelo de comparação e de virtude, como escreve D. Eugénia ao marido, em carta de 8 de Fevereiro de 1831: “*O Domingos em comparação de outros rapazes também está [adiantado], mas à vista do irmão decerto que não tem tanto brio, mas talvez quando se vir com pessoas estranhas se emende. O que ele está é crescidíssimo e muito grosso, quase que lhe não serve nada. (...)*”¹⁷⁶. Também por isso e pela sua saúde¹⁷⁷, a escolha de uma carreira foi bastante discutida pelos seus pais, decidindo-se afinal pela Academia Real da Marinha, onde entra como Guarda Marinha em Janeiro de 1833, seguindo o curso de Matemática, ocupando o lugar de segundo Tenente, até que em 1844 passa a Capitão Tenente honorário, sem vencimento ou soldo algum¹⁷⁸.

Foi agraciado com o título de Conde de Calhariz, por decreto de 21 de Julho de 1832, à morte de seu irmão primogénito, título que lhe pertencia¹⁷⁹. O título de Marquês do Faial seguiu-se à outorga do título de Duque a seu pai¹⁸⁰. Por portaria de 15 de Janeiro de 1840 foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Após a morte de seu

¹⁷⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 312.

¹⁷⁷ Além de ter problemas de visão, (Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 891), D. Domingos padecia de uma doença não identificada, possivelmente epilepsia, cujos sintomas seriam exactamente calores seguidos de um calafrio que o faziam desmaiar, tendo em seguida um ataque epiléptico, do qual não se recordava quando voltava a si. (Cf. *Diário de Viagem de D. Domingos*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5730, Caixa 160, fol. 1594; *Sem título*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 613; *Certidão de autos do inventário do Conde da Póvoa*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 249). Foi exactamente na tentativa de cura que, em 1844, enceta uma viagem com a mulher, a irmã mais velha e o cunhado a Bruxelas, com o intuito de ser consultado por um médico homeopático, uma vez que em 1837 já tinha seguido este tipo de tratamento, com alguns resultados. Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 255 e cf. *Diário de Viagem de D. Domingos*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5730, Caixa 160, fol. 1607.

¹⁷⁸ Arquivo Central da Marinha, *Livro Mestre* n.º 380, fol. 162 verso e Caixa 748.

¹⁷⁹ A justificação da entrega desta mercê é dirigida a D. Pedro e não propriamente como recompensa do mérito de D. Domingos. Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 32.

¹⁸⁰ Decreto de 1 Dezembro de 1834. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 224. Os mesmos autores chamam a atenção para que, de acordo com o costume antigo do Reino, aos filhos dos Duques se conferisse o título de marquês, o que foi efectuado não só pelo Duque de Palmela, mas também pelo Duque de Saldanha, ao contrário do Duque de Loulé “*mais respeitador dos princípios em que deve fundar-se a monarquia constitucional*”. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. I, p. 447.

pai, herdou o título de Duque de Palmela e o de Capitão da Guarda Real¹⁸¹, função que já tinha anteriormente exercido, no impedimento do pai¹⁸², assim como tomou posse no cargo de Par do Reino¹⁸³. No entanto, não teve qualquer papel relevante nesta matéria, não tendo feito de parte de nenhuma comissão nem tido qualquer intervenção em debates políticos¹⁸⁴.

A nível de funções que tenha desempenhado, devem-se destacar as de adido honorário à legação em Londres por ocasião da coroação da Rainha Vitória, onde acompanhou o seu pai¹⁸⁵; Presidente da Direcção do *Club* Lisbonense em 1841¹⁸⁶; Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital Real de S. José, desde 1841 e até, pelo menos, 1851¹⁸⁷. Neste ano exerceu o cargo de Tesoureiro do Conselho Geral de Beneficência e de Provedor da Irmandade de Santa Cecília¹⁸⁸.

Foi também um empreendedor, com a criação da Companhia dos Canais da Azambuja, em 1844, onde desempenhou as funções de director e principal accionista singular da mesma¹⁸⁹.

¹⁸¹ Cf. *Carta Patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 556, Caixa 21, fol. 418.

¹⁸² Cf. *Notificação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 143.

¹⁸³ Cf. *Almanaque de Portugal para o ano de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, fol. 101.

¹⁸⁴ Cf. FERNANDES, Paulo Jorge, “HOLSTEIN, D. Domingos”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, vol. 2, p. 427.

¹⁸⁵ Cf. *Diário de Viagem de D. Domingos*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5730, Caixa 160, fol. 1616.

¹⁸⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 241. Todavia, a sua primeira candidatura para sócio do *Club*, a 31 de Maio de 1839 foi reprovada, na sequência da questão do seu casamento com a herdeira do Conde da Póvoa, uma vez que parte do júri era familiar de sua mulher. Cf. *Correio de Lisboa*, nº 303, Lisboa, Tipografia no largo do Contador mor nº 1, 3 de Junho, fol. 1223.

¹⁸⁷ Cf. IAN/TT, ACP, Correspondência, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 251; Cf. PORTUGAL, M. A. F., *Almanak estatístico de Lisboa em 1843*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 204; Cf. *Almanak estatístico de Lisboa em 1851*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 74.

¹⁸⁸ Cf. *Almanak estatístico de Lisboa em 1851*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., pp. 102 e 270. Pertenceu igualmente às Irmandades de Santa Maria Egípciana e do Santíssimo Sacramento. Cf. *Diplomas da Irmandade*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5654, Caixa 100, pp. 297 e 303.

¹⁸⁹ Para saber os objectivos e termos de contrato da Companhia, vide *Companhia dos Canais da Azambuja. Contrato Celebrado com o governo de Sua Majestade e sancionado por Alvará de 25 de Abril de 1844 seguido da escritura de associação relativa à canalização da Vala da Azambuja*, Lisboa, Imprensa nacional, 1844.

D. Domingos casou com D. Luísa Maria de Noronha e Sampaio (21/04/1827-21/03/1861)¹⁹⁰, filha do Conde da Póvoa e Barão de Teixeira, Henrique Teixeira de Sampaio (30/10/1774-27/03/1833). A este casamento nos referiremos com maior pormenor no capítulo 5. D. Domingos morreu em Lisboa, a 2 de Abril de 1864¹⁹¹.

D. Manuel Vicente Maria António Domingos Francisco Sousa Holstein, o filho seguinte¹⁹², nasceu em Londres a 11 de Outubro de 1819 e teve como padrinhos os seus tios paternos, os Condes de Linhares, D. Victorio de Sousa Coutinho (1790-30/06/1857)¹⁹³ e D. Catarina de Sousa Holstein¹⁹⁴. Teve uma educação idêntica à dos seus irmãos mais velhos, tendo lições particulares. Posteriormente ingressou num escola, provavelmente num colégio católico de Paris, onde tinha boas notas, apesar de certa preguiça denotada pelos pais, como se pode verificar na carta enviada por sua mãe, ao marido, a 27 de Agosto de 1832: “ (...) *O Manuel não dá uma conta de si, mas se tivesse mais um pouco de brio, poderia fazer muito melhor figura, tem muito talento, mas tem alguma preguiça. (...)*”¹⁹⁵. Fez a primeira comunhão no dia de *Corpus Christi* do ano de 1830, em França¹⁹⁶. A partir de 1834, faz parte das cerimónias oficiais da corte, para as quais é convidado¹⁹⁷, seguindo-se a agraciação com o título de marquês e

¹⁹⁰ Cf. *Certidão de Baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 97; Cf. *Certidão de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 85.

¹⁹¹ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1991, p. 225.

¹⁹² O catálogo refere um outro filho entre D. Domingos e D. Manuel, a que chama D. António Maria Pedro de Sousa Holstein. Todavia, em nenhum outro lugar temos qualquer referência a esta figura. Além disso, nem mesmo nessa fonte surge data de nascimento nem de morte. E estando as datas de nascimento dos acima mencionados correctas, verifica-se que medeiam entre um e outro nascimento cerca de 16 meses, espaço de tempo demasiado curto para o nascimento de duas crianças, a menos que tenha(m) sido prematura(s). Cf. MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*.

¹⁹³ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1991, p. 91.

¹⁹⁴ Cf. *Certidão de Baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 391.

¹⁹⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5796, Caixa 204, fol. 1886; *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 861; *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fols. 154 e 192.

¹⁹⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 817.

¹⁹⁷ Cf. *Notificação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5701, Caixa 140, fol. 255; Cf *Notificação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 95.

da participação no conselho de Sua Majestade¹⁹⁸.

Morreu em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1837, vítima de doença pulmonar¹⁹⁹, solteiro e sem descendência²⁰⁰.

D. Maria Ana da Anunciação Josefa Francisca de Assis Salles Xavier Antónia Domingas de Sousa Holstein, a sexta filha dos primeiros Duques de Palmela, nasceu em Lisboa, a 25 de Março de 1821. Foram padrinhos, por procuração, seu tio paterno por afinidade, Dom José Luís de Sousa Botelho (09/02/1785-26/09/1855), embaixador e futuro Conde de Vila Real²⁰¹, e a Marquesa de Nisa, D. Tomásia Francisca de Melo Breyner (25/08/1795-?)²⁰², sua tia materna por afinidade²⁰³.

A educação da menina não foi descuidada, seguindo-se o mesmo padrão que as suas irmãs: ler e escrever, lavoures, música, desenho e religião. O facto de a sua família ter residido no estrangeiro facilitou-lhe o conhecimento de outras línguas, como o francês e o inglês²⁰⁴ e demonstra uma natural aptidão para a aprendizagem: “*A Maria Ana já vai entendendo muitas coisas e como tem muito boa vontade é provável que cedo aprenda.*”, escrevia sua mãe a seu marido, em carta de 1 de Agosto de 1829²⁰⁵.

D. Maria Ana, “*alta*” e “*magrinha*” na meninice²⁰⁶ foi a primeira filha a deixar a casa paterna. Casou em Paris, a 15 de Setembro de 1838²⁰⁷, com Luís Brandão de Melo

¹⁹⁸ Cf. *Cartas patentes*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5562, Caixa 16, fols. 315 e 317. Na presente carta régia não é indicado o título de Marquês que era atribuído, sendo apenas referido que lhe é feita a mercê de honras de marquês. Pensamos, por isso, tratar-se de um título honorífico, decorrente do facto de ser filho de Duque.

¹⁹⁹ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 575.

²⁰⁰ Cf. *Certidão de Óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 563.

²⁰¹ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 761

²⁰² Cf. IDEM, *ibidem*, vol. II, p. 168.

²⁰³ Cf. *Certidão de nascimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 411. A cerimónia verificou-se em casa do Conde de Belmonte, freguesia da Ajuda e tocaram por procuração o Conde de Alva, e a Marquesa D. Eugénia.

²⁰⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5743, Caixa 169, fol. 465; *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 559; *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627 e fol. 957.

²⁰⁵ *Correspondência particular* IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627.

²⁰⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981

²⁰⁷ Cf. *Certidão de casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 424.

Cogominho Pereira de Lacerda (7/11/1814-08/06/1866)²⁰⁸, terceiro Conde de Terena²⁰⁹, vindo residir mais tarde no Porto, cidade onde se encontrava a residência sede do morgado da Casa do marido. Deste casamento nasceram três filhos, o terceiro dos quais morreu ao nascer. D. Maria Ana veio a morrer poucos dias depois, em Lisboa, a 20 de Março de 1844²¹⁰.

D. Maria José de Sousa Holstein nasceu em Borba, a 27 de Setembro de 1822 e viria a morrer em 29 de Agosto de 1834²¹¹. Aos olhos da mãe, tinha mais propensão para a música e dança do que para os estudos, onde se mostrava algo desinteressada, como escreve sua mãe, D. Eugénia, a D. Pedro de Sousa Holstein, em 7 de Dezembro de 1830: “ (...) a Maria [é] muito doida e não se adianta tanto como poderia porque não toma tanto sentido que deveria. (...) ”²¹². Aliás, era uma preocupação constante pois já anteriormente, no primeiro dia de Agosto de 1829, D. Eugénia pedia ao marido que “*Quando escreveres à Maria diz-lhe que não seja preguiçosa, está numa má volta, teima muito e não aprende quase nada, até o Didi tem aprendido mais depressa a ler do que ela e a Teresa cedo lhe passa adiante. (...)*”²¹³.

Seguiu-se uma outra rapariga: D. Teresa Maria da Conceição Antónia Domingas Francisca José de Sousa Holstein, que nasceu em Lisboa a 14 de Dezembro de 1823. Seus padrinhos foram o Conde de Linhares, D. Victório de Sousa Coutinho, por procuração, e a Condessa de Vila Real, sua tia, D. Teresa Cristina de Sousa Holstein²¹⁴.

D. Eugénia relatava acerca de D. Teresa, em carta de 1 de Agosto de 1829, dirigida a D. Pedro, acerca da correspondência que as filhas lhe enviam, que “*Copiei-as no papel à Teresinha, só depois que aqui estamos que tem dado lições de escrita regularmente. Tem muito talento, faço tempo de as mandar [à filha Teresa e às restantes*

²⁰⁸ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 651.

²⁰⁹ Decreto de 30 de Abril de 1858. Em 17 de Fevereiro de 1866 foi elevado à categoria de marquês. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, vol. III, p.433.

²¹⁰ Cf. *Certidão de Óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 429.

²¹¹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

²¹² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fols. 957 e 981.

²¹³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627.

²¹⁴ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 443.

filhas] *todos os dias por uma hora à pensão em que esteve a Maria Vila Real*²¹⁵ *para lhes darem algumas lições de francês*”²¹⁶.

Conhecedora de línguas e contabilidade²¹⁷, esta “*bonacheirona*”²¹⁸ rapariga foi quem acompanhou a irmã D. Maria Ana nos primeiros tempos de casada, quando foi residir para o Porto²¹⁹.

Casou em Lisboa, a 8 de Maio de 1842, com D. Caetano de Vasconcelos de Lencastre (24/08/1819-14/02/1894)²²⁰, Conde das Alcáçovas. Foram padrinhos deste consórcio os Marqueses de Abrantes e de Castelo-Melhor e madrinhas, a Marquesa do Faial, sua cunhada, e a irmã D. Mariana²²¹. Foi dama de honor da Rainha D. Maria II²²². Teve uma vasta prole e veio a falecer em 11 de Junho de 1865²²³, vítima de bronquite crónica que lhe sobreveio aquando do nascimento da sua última filha²²⁴.

D. Rodrigo Maria José da Conceição da Rocha António Domingos Francisco de Santa Luzia de Sousa Holstein nasceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1824, sendo seus padrinhos os Marqueses de Ponte de Lima, D. José Xavier de Lima, e sua mãe, D. Helena José de Silva Mascarenhas²²⁵. Em família todos o tratavam por Didi. Iniciou os seus estudos em casa, na companhia dos irmãos²²⁶. A 4 de Janeiro de 1831 D. Eugénia Teles da Gama escrevia ao marido, dando notícias do filho, dizendo que “*O Didi, coitado, vai-se desemburrando, o que ele tem é linda voz, acho que há-de ser outro*

²¹⁵ D. Maria Teresa de Sousa Holstein (19/09/1786-30/11/1841), condessa de Vila Real e irmão de D. Pedro de Sousa Holstein.

²¹⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627.

²¹⁷ Cf. *Jornal do Comércio*, 20 de Junho de 1865, p. 2.

²¹⁸ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981.

²¹⁹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 816.

²²⁰ Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933, vol. 1, p. 22.

²²¹ Cf. *Certidão de casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 459. A respeito da cerimónia do casamento, vide nota 165.

²²² Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 216.

²²³ Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, p. 22.

²²⁴ Cf. *Jornal do Comércio*, 20 de Junho de 1863.

²²⁵ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 467. Apenas é referido que a madrinha era a Marquesa de Ponte de Lima. Como D. José Xavier de Lima não casou, pressupõe-se que se trata de sua mãe.

²²⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 627.

*Manuel Alva*²²⁷. Aos 13 anos ingressou no colégio de Hickley, sob responsabilidade de um padre dominicano²²⁸.

A Rainha D. Maria outorgou-lhe as honras do título de Marquês e tornou-o membro do seu conselho²²⁹. Morreu em Lisboa, a 25 de Abril de 1840, solteiro e sem sucessão²³⁰.

Segue-se D. Catarina Maria da Assunção Antónia Francisca Domingas Josefa de Sousa Holstein, que nasceu em Londres, a 22 de Agosto de 1826, tendo sido apadrinhada por procuração pelo Visconde de Beire, D. Manuel Pamplona Carmim Rangel (03/10/1774-12/05/1849)²³¹, e sua tia, D. Catarina de Sousa e Holstein, Condessa de Linhares²³². A *Caquinha*, como lhe chamava seu pai²³³, passou a sentar-se à mesa dos adultos com 3 anos²³⁴ e aos cinco “ (...) *já quase que lê e continua a ser muito galantinha, todos os dias te quer escrever* (...) ”, narrava D. Eugénia ao marido, numa carta de 4 de Janeiro de 1831²³⁵.

Foi dama honorária das Rainhas D. Maria II, D. Estefânia e D. Maria Pia²³⁶. Casou com o Conde das Galveias, D. Francisco Xavier de Almeida Melo e Castro (26/12/1824-02/08/1892)²³⁷, na cidade de Lisboa, a 26 de Novembro de 1845²³⁸. Deste

²²⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981.

²²⁸ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5804, Caixa 236, fol. 1148.

²²⁹ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5562, Caixa 16, fol. 311. Não indica qual o título de Marquês que deveria assumir. Pensamos, por isso, tratar-se do título honorário de Marquês, honra que lhe cabia por ser filho de Duque, tal como aconteceu com seu irmão D. Manuel de Sousa Holstein.

²³⁰ Cf. *Certidão de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 468.

²³¹ Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, p. 254. O visconde de Beire era casado com a meia-irmã de D. Pedro de Sousa Holstein, D. Maria Helena de Sousa Holstein, filha de D. Alexandre de Sousa Holstein com sua sobrinha, D. Balbina de Sousa.

²³² Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 71.

²³³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 989.

²³⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 643.

²³⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981.

²³⁶ Cf. FREITAS, A. M de, *Anuário da Corte Portuguesa, Primeiro Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes, Editor, 1895, p. 158.

²³⁷ Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, p. 11.

²³⁸ Cf. *Certidão de casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 79.

casamento nasceram 17 filhos. D. Catarina morreu a 7 de Outubro de 1885²³⁹.

D. Ana Rosa do Santíssimo Sacramento de Sousa Holstein foi a décima primeira filha dos primeiros Duques de Palmela. Nasceu a 5 de Junho de 1828, em Londres, após um trabalho de parto de quatro ou cinco horas²⁴⁰. Foi apadrinhada por seu irmão, D. Alexandre de Sousa Holstein, e pela Baronesa de Roisin, Rosa Falck²⁴¹.

Certamente que a sua educação não diferiu da das suas irmãs, apesar de não possuímos dados que o comprovem. No entanto, a correspondência entre os seus pais referem-se a si e à sua caturrice amiudadamente, como fica patente nesta carta de D. Eugénia ao marido, escrita a 7 de Dezembro de 1830: “ (...) *a Anica está uma criança galantíssima. Agora chama-me mami por caturrice. Morre pelo Alexandre a quem ela chama sempre good papa beija-o por toda a parte, já vão dizendo ela e a Catarina muitas coisas em francês e entendem quase tudo. Dá vontade de vir ver uma migalhinha de gente entender e falar 3 línguas (...)*”²⁴². Em Janeiro de 1831, quando D. Pedro de Sousa Holstein se encontrava na ilha Terceira, D. Eugénia escrevia-lhe contando que D. Ana Rosa repetia constantemente “*poor papa, so good*”, e acrescentava que “*queria matar D. Miguel com uma faca, porque ele era very naughty, he took all papa's sons*”²⁴³. Isto apenas com três anos de idade. D. Eugénia, numa outra carta, também de Janeiro de 1831, igualmente dirigida a D. Pedro, conta como D. Ana Rosa repete constantemente que o pai chama à filha tolinha²⁴⁴.

Contraiu matrimónio por duas vezes. A primeira, com Luís de Vasconcelos e

²³⁹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

²⁴⁰ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1368.

²⁴¹ Cf. *Certidão de nascimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 117. Rose Amour Charlotte Ghislaine (29/11/1723-19/02/1851), baronesa de Falck-de-Roisin. Casou com Anton Reinhard Falck (19/03/1777-16/03/1843) em 2 de Dezembro de 1817. Anton Reinhard Falck foi embaixador em Londres entre 1824 e 1832, altura em que foi nomeado ministro de Estado. Rosa Falck foi dama da rainha Anna Pauwlowna e da rainha Sofia, da Holanda. O seu irmão foi membro da segunda Câmara do Parlamento.

²⁴² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa. 234, fol. 957.

²⁴³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981

²⁴⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 989.

Sousa (18/03/1823-28/07/1851)²⁴⁵, filho dos Marquês de Castelo-Melhor, a 6 de Maio de 1850²⁴⁶, e do qual nasceu uma filha. O segundo matrimónio foi contraído a 7 de Outubro de 1857, com D. António Lobo de Almeida Melo e Castro (21/07/1826-27/07/1865)²⁴⁷, filho dos Conde das Galveias, do qual nasceram dois filhos. D. Ana morreu em Lisboa, a 16 de Maio de 1864²⁴⁸.

O décimo segundo filho do casal teve uma vida curta. Nasceu em Paris a oito de Janeiro de 1830, “*forte e perfeito*”²⁴⁹, no dia de aniversário da sua avó materna e recebeu o mesmo nome de seu pai, o que à partida seriam bons presságios aos olhos da família. Pelo menos assim o entendeu D. Eugénia, como confidenciou ao marido, em carta de 19 de Janeiro de 1830: “ (...) *Parece-me que o Pedro há-de ser muito bom, porque nasceu no dia dos anos de minha mãe e porque tem o teu nome, e é por amor de ti. A mana Teresa gostou muito que ele se chamasse Pedro e muito me tem lembrado a nossa boa Condessa de Alva que muito havia de gostar também. (...)*”²⁵⁰. No entanto, D. Pedro Maria de Sousa Holstein morreu a 6 de Março do mesmo ano (dia de aniversário de sua irmã Eugénia) e na mesma cidade²⁵¹, após nove ou dez dias de “*moléstia das entranhas*”, e sem ter conhecido o pai, tal como foi recordado por sua mãe, ao comunicar a morte do filho ao marido e como podemos ler nas linhas seguintes: “*Há dias que te não escrevo porque de todo me tem até faltado as forças físicas. Quando recebia a semana passada a tua carta de 26 fiquei como tu podes julgar e tinha então o nosso Pedrinho a morrer e foi com a dita vontade de Deus levado para o céu, no dia dos anos da nossa Eugénia, não posso bem dizer qual foi sua moléstia, mas creio que era de entranhas, durou 9 ou 10 dias, era a criança mais forte e perfeita que se podia ver, ontem se enterrou e está mais perto que foi possível da nossa rica e sempre*

²⁴⁵ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 406 e cf. *Certidão de Óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 143.

²⁴⁶ Cf. *Certidão de casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 137.

²⁴⁷ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 8.

²⁴⁸ IDEM, *ibidem*, p. 226.

²⁴⁹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 805.

²⁵⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 753.

²⁵¹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

*sentida irmã²⁵², ora já é o segundo filho que nos morre sem tu o conheceres. Espero em Deus que nos há-de aceitar este sacrifício e que há-de acudir e valer por amor daquele anjinho nosso que lá tem consigo e desde que tive esta ideia de que talvez fosse necessário este golpe ainda nos nossos corações para nos livrar ainda de alguma coisa pior que estou muito mais descansada e espero em Deus que tu hás-de chegar muito bom à Ilha [Terceira] e que em pouco tempo havemos de viver juntos com quietação não nos tem faltado trabalhos nos 20 anos para cá, mas este sacrifício que tu agora fizeste é o maior que se pode fazer (...)*²⁵³.

Seguiu-se D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein, nascido também em Paris, a 20 de Abril de 1838²⁵⁴.

Desde recém-nascido que a sua educação ficou a cargo do pai, D. Pedro, visto que D. Eugénia se ausentou de Paris, com a filha mais velha, D. Eugénia e a nora, D. Maria Luísa de Noronha Sampaio, para resolver, em Portugal, questões relativas ao casamento desta com D. Domingos, como poderemos verificar com maior pormenor no capítulo 5. Nesse sentido, as cartas escritas neste período por D. Pedro de Sousa Holstein à mulher, dão conta do crescimento de D. Francisco e das saudades que este parece demonstrar pela mãe, quando nela se falava. Efectivamente, em carta de 20 de Janeiro de 1838, D. Pedro escrevia: “ (...) *O Francisco saiu agora do meu quarto, não podes crer como ele está galante e o dó que faz quando ouve falar no teu nome! Põe-se a olhar para todos os lados como se tivesse lembrança de alguém que lhe falta e na verdade parece impossível na sua idade. (...)*”²⁵⁵. Episódios como este eram relatados frequentemente.

Em 1852, D. Francisco entrou na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra²⁵⁶, que frequentou até ao sexto ano²⁵⁷. Frequentou também a Cadeira de Princípios de Física e Química, e Introdução à Historia Natural dos Três Reinos, curso

²⁵² Refere-se à Condessa de Alva, D. Mariana Vicência de Sousa Holstein (05/05/1784-28/04/1829), morta pouco tempo antes.

²⁵³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 805.

²⁵⁴ Cf. *Auto de nascimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 159.

²⁵⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 150.

²⁵⁶ Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1852 para 1853; suas Naturalidades, Filiações, e Moradas – Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1852, p. 10.

²⁵⁷ Cf. *Idem*, Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 22.

do Liceu²⁵⁸ e algumas cadeiras do curso Administrativo da Faculdade de Filosofia²⁵⁹. A sua tese intitulada *Ex universo jure* foi apresentada em 1858. Apesar de ser considerada um sucesso junto da família, constava que em Coimbra não teria sido um triunfo total²⁶⁰.

Foi nomeado para adido de embaixada, quer em Viena, quer em Sampetersburgo, em 1857, embora não tendo tomado posse. Todavia, no ano seguinte, a seis de Novembro foi nomeado primeiro adido da Embaixada de Roma, onde permaneceu até 1859. Foi Secretário graduado em 1860, par do Reino e Deputado às Cortes em 1859 e 1860²⁶¹.

Foi também sócio do Instituto de Coimbra, Académico Honorário da Academia das Belas artes de Lisboa e Membro da Associação dos Advogados. Gentil-homem da Casa real e Oficial Mor, recebeu várias comendas, nacionais e estrangeiras²⁶². A 3 de Setembro de 1855 foi agraciado com o título de Marquês de Sousa Holstein.

Em 1873 era um dos principais sócios de uma empresa que fabricava garrafas destinadas ao engarrafamento de vinho²⁶³.

Casou com D. Maria Eugénia da Piedade Braamcamp de Sobral Mello Breyner (22/10/1837-07/10/1879)²⁶⁴, filha dos Condes do Sobral, em Lisboa, a 20 de Agosto de 1862²⁶⁵. D. Francisco morreu a 30 de Setembro de 1878, pai de três filhos²⁶⁶.

²⁵⁸ Cf. *Idem*, Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 49.

²⁵⁹ Cf. *Idem* Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 23 e Cf. *Idem*– Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 26.

²⁶⁰ Cf. MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004, p. 225.

²⁶¹ Para saber a sua actividade parlamentar *vide*, Cf. MARINHO, Maria José, “HOLSTEIN, D. Francisco” in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. 2, pp. 430-431.

²⁶² Comendador da Ordem de Santiago, da Ordem da Conceição, da Águia Vermelha da Prússia e S. Gregório Magno. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 631. Acrescem ainda a grã-cruz de S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha e a comenda da Ordem da Santa Sé. Cf. MARINHO, Maria José, “HOLSTEIN, D. Francisco” in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. 2, pp. 430-431.

²⁶³ Cf. *Correspondência comercial*, Arquivo José Maria da Fonseca, Caixa 2, Lisboa (cota provisória).

²⁶⁴ PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 631.

²⁶⁵ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

²⁶⁶ Cf. IDEM, *ibidem*.

D. Tomás de Sousa Holstein nasceu no último dia do ano seguinte ao nascimento de D. Francisco. Foram padrinhos o seu irmão e cunhada, os então Marqueses do Faial²⁶⁷. Não possuímos documentação relativa à sua infância.

Começou a frequentar o curso do Liceu em Coimbra, nomeadamente a Cadeira de Princípios de Física e Química e Introdução à Historia Natural dos Três Reinos, juntamente como o seu irmão mais novo, D. Filipe²⁶⁸. Frequentou o curso de Filosofia desde o ano lectivo de 1856-1857 até concluir o quinto ano, no de 1860-1861, tendo também frequentado os dois primeiros anos do curso de Matemática²⁶⁹.

Oficial-mor honorário da Casa Real e do Conselho régio, o título de Marquês de Sesimbra foi-lhe outorgado por decreto de 3 e carta de 8 de Fevereiro de 1864²⁷⁰. Foi vogal supranumerário do Supremo Tribunal Administrativo e Governador Civil da Madeira, para onde se mudou com a família, entre 1868 e 1869, e de Santarém, entre 1870 e 1871²⁷¹. Casou a 11 de Abril de 1864 com D. Ana Maria Gonçalves da Câmara (10/12/1845-19/01/1885)²⁷² filha dos primeiros Marqueses da Ribeira Grande, de quem teve onze filhos²⁷³. Morreu a 22 de Setembro de 1887²⁷⁴.

D. Filipe Maria José Pedro Estêvão João-Evangelista Francisco de Salles Xavier de Assis de Borja de Paula de Sousa Holstein foi o último dos filhos dos primeiros Duques de Palmela. Nasceu em Lisboa, a 26 de Dezembro de 1841, tendo sido apadrinhado por seu irmão, o Marquês do Faial, e pela tia (meia irmã de D. Pedro), D. Maria Helena de Sousa Holstein, Viscondessa de Beire, através de procuração²⁷⁵. Teve

²⁶⁷ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 165.

²⁶⁸ Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1855 para 1856; (...) – Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860)*, p. 42.

²⁶⁹ Cf. *Idem*, Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 20; Cf. *Idem*, Tomo VI (XLV - LIV – 1850 a 1860), p. 27; Cf. *Idem*, Tomo VII (LV - LIX – 1860 a 1865), p. 41.

²⁷⁰ PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. I, p. 450.

²⁷¹ Cf. SESIMBRA, Mariana, *Madre Monfelim*, (Eugénia de Sousa e Holstein), Lisboa, Bertrand, 1946, pp. 10-14.

²⁷² Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. II, p. 371.

²⁷³ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 226.

²⁷⁴ IDEM, *ibidem*, p. 226.

²⁷⁵ Cf. *Certidão Baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 171.

um percurso académico idêntico ao de seu irmão D. Tomás, de quem, inclusive, foi colega. Foi nomeado para desempenhar as funções de par do Reino a 16 de Maio de 1874, tendo sido igualmente deputado da nação²⁷⁶. Foi oficial-mor da Casa Real em 30 de Abril de 1858. Dois anos depois, foi agraciado com as honras de marquês honorário e em 1861 com o título de Marquês de Monfelim²⁷⁷. Casou a 29 de Julho de 1861, com a sua sobrinha, D. Eugénia Maria Filomena Brandão de Melo Cogominho Correia Pereira de Lacerda (21/05/1840-30/06/1900)²⁷⁸, filha dos Condes de Terena. Faleceu na ilha da Madeira, a 22 de Fevereiro de 1884, sem descendência²⁷⁹.

Quadro I – Primeiros Duques de Palmela e respectivo/as filho/as e genros/noras

Títulos	Nomes		Filiações	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1ºs Duques de Palmela	D. Pedro de Sousa Holstein		D. Alexandre de S. Holstein	Turim, 10 de Maio de 1781	Lisboa, 4 de Junho de 1810	Lisboa, 12 de Outubro de 1850
	D. Eugénia Telles Gama		Marqueses de Niza	Lisboa, 4 de Janeiro de 1798		Abril de 1848
Conde de Calhariz	D. Alexandre de Sousa Holstein	1º filho	Duques de Palmela	Cádiz, 21 de Março de 1812		S. Miguel, 21 de Junho de 1832
Marqueses das Minas	D. Eugénia de Sousa Holstein	2ª filha	Duques de Palmela	Lisboa, 6 de Março de 1813	Lisboa, 8 de Maio de 1842	?
	D. Brás da Silveira		D. Nuno da Silveira	Lisboa, 17 de Dezembro de 1814		16 de Janeiro de 1867
	D. Isabel de Sousa Holstein	3ª filha	Duques de Palmela	12 de Novembro de 1816		15 de Junho de 1819
2ºs Duques de Palmela	D. Domingos de Sousa Holstein	4º filho	Duques de Palmela	Londres, 28 de Junho de 1818	Esponsais 3 de Julho de 1836 Confirmação a 22 de Abril de 1839	Lisboa, Abril de 1864
	D. Maria Luísa Noronha Sampaio		Condes da Póvoa	Lisboa, 21 de Abril de 1827		Lisboa, 21 de Março de 1861
Marquês Honorário	D. Manuel Sousa Holstein	5º filho	Duques de Palmela	Londres 11 de Outubro de 1819		Lisboa, 3 de Fevereiro de 1837
Condes de Terena	D. Maria Ana de Sousa Holstein	6ª filha	Duques de Palmela	Lisboa, 25 de Março de 1821	Paris, 15 de Setembro de 1838	Lisboa, 20 de Março de 1844
	Luís Brandão Pereira Lacerda		Conde de Terena	Porto, 7 de Novembro de 1814		8 de Junho de 1866
	D. Mª José de Sousa Holstein	7ª filha	Duques de Palmela	Borba, 27 de Setembro de 1822		29 de Agosto de 1831

²⁷⁶ Para conhecer a actividade parlamentar exercida por D. Filipe vide MOREIRA, Fernando, “Holstein, D. Filipe” in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. 2, p. 429.

²⁷⁷ PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 144.

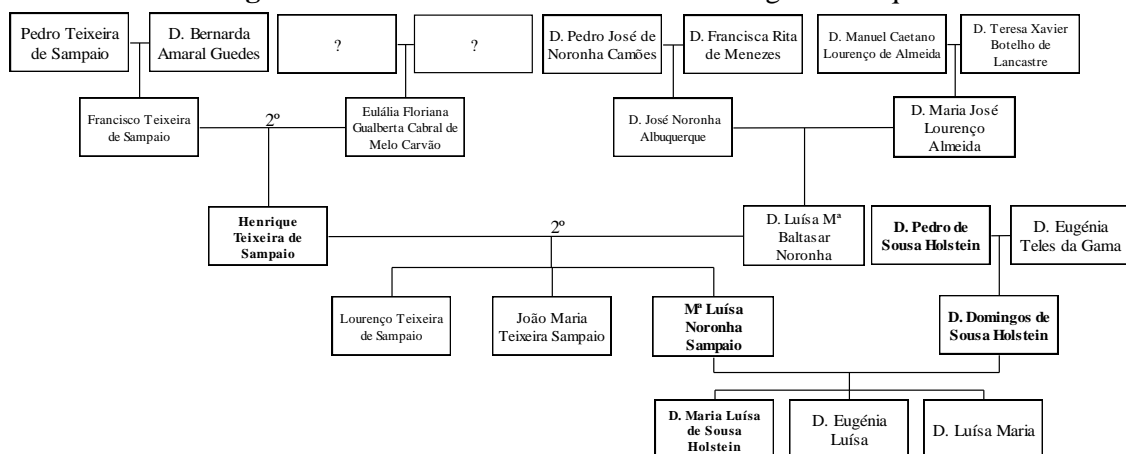
²⁷⁸ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 13.

²⁷⁹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

Condes das Alcáçovas	D. Teresa de Sousa Holstein	8ª filha	Duques de Palmela	Lisboa, 14 de Dezembro de 1823	Lisboa, 8 de Maio de 1842	11 de Junho de 1865
	D. Caetano de Lencastre		D. Luís Vasc. Sousa	Tomar, 24 de Agosto de 1824		Lisboa, 14 de Fevereiro de 1894
Marquês Honorário	D. Rodrigo de Sousa Holstein	9º filho	Duques de Palmela	Lisboa, 13 de Dezembro de 1824		Lisboa, 25 de Abril de 1840
Condes das Galveias	D. Catarina Sousa Holstein	10ª filha	Duques de Palmela	Londres, 22 de Agosto de 1826	Lisboa, 26 de Novembro de 1845	Lisboa, 7 de Outubro de 1885
	D. Francisco Melo e Castro		Conde das Galveias	26 de Dezembro 1824		2 de Agosto de 1892
	D. Ana Rosa de Sousa Holstein	11ª filha	Duques de Palmela	Londres, 5 de Junho de 1828	Lisboa, 5 de Maio de 1850; 2ª: 7 de Outubro de 1857	Lisboa, 16 de Maio de 1861
	Luís Vasconcelos Sousa		Marqueses Castelo Melhor	Lisboa, 18 de Março de 1823		Lisboa 28 de Julho de 1851
	D. António Melo e Castro		Condes das Galveias	Lisboa, 21 de Julho de 1826		27 de Julho de 1865
	D. Pedro de Sousa Holstein	12ª filho	Duques de Palmela	Paris, 8 de Janeiro de 1830		Paris, 6 de Março de 1830
Marqueses de Sousa Holstein	D. Francisco de Sousa Holstein	13º filho	Duques de Palmela	Paris, 20 de Abril de 1838	Lisboa, 20 de Agosto de 1862	Luz, 30 de Setembro de 1878
	D. Mª Eugénia Mello Breyner		Condes de Sobral	Lisboa, 22 de Outubro de 1837		Outubro 1879
Marqueses de Sesimbra	D. Tomás de Sousa Holstein	14º filho	Duques de Palmela	Lisboa, 31 de Dezembro de 1840	11 de Abril de 1864	22 de Setembro de 1887
	D. Ana Gonçalves Câmara		Marqueses da Ribeira Grande	10 de Dezembro de 1845		19 de Janeiro de 1885
Marqueses de Monfalmim	D. Filipe Sousa Holstein	15º filho	Duques de Palmela	Lisboa, 26 de Dezembro de 1841	Porto, 29 de Julho de 1861	Madeira, 22 de Fevereiro de 1884
	D. Eugénia Brandão Melo		Condes de Terena	Lisboa, 21 de Maio de 1840		30 de Junho de 1900

Feita a apresentação da primeira geração, passamos à apresentação da geração seguinte. Todavia, e como já referimos anteriormente, apenas nos vamos deter na prole do herdeiro da Casa.

Árvore Genealógica V - Ascendência e descendência da Segunda Duquesa de Palmela



Assim sendo, D. Domingos de Sousa Holstein teve três filhas. A primeira, e a que sucedeu na casa, foi D. Maria Luísa, que nasceu a 4 de Agosto de 1841, em

Lisboa²⁸⁰. Dedicou-se à escultura, tendo sido discípula de Anatole Calmels. Algumas das suas obras figuraram no Salão de Paris. Juntamente com a sua amiga, a Condessa de Ficalho, dedicou-se também à cerâmica, no seu palácio do Rato, onde nasceram as peças chamadas da Fábrica do Ratinho.

Exerceu uma intensa actividade filantrópica, admirando o socialismo, que aproximava dos ideais cristãos²⁸¹. Fundadora das Cozinhas Económicas, que servia refeições por uma módica quantia, foi apoiante de outras instituições e iniciativas como o Hospital de S. Vicente de Paulo, criado por sua mãe e destinado a recolher e tratar crianças pobres²⁸², assim como a Assistência Nacional aos Tuberculosos ou o Instituto de Socorro a Náufragos ou mesmo a Liga Protectora dos Animais.

Recebeu o título de Marquesa do Faial após a morte da mãe, em 1861, como descendente do primeiro Duque de Palmela²⁸³. No ano seguinte recebia o título de Duquesa de Palmela, pela mesma razão²⁸⁴.

Foi dama da Rainha D. Maria Pia, Camareira-mor da Rainha D. Amélia, dama da ordem de Santa Isabel, comendadeira da Ordem de Santiago, do mérito Científico, Literário e Artístico, dama da Ordem da Maria Luísa em Espanha²⁸⁵.

Casou com António de Sampaio e Pina de Brederode (08/01/1834-24/11/1910)²⁸⁶, filho dos primeiros Viscondes de Lançada, a 15 de Abril de 1863. Haviam-se conhecido em Londres, quando António de Sampaio e Pina de Brederode aí se dirigiu para comprar a *corbeille* nupcial para o casamento de D. Luís com D. Maria Pia, sendo-lhe recomendada D. Maria Luísa, que aí se encontrava²⁸⁷. O “*notável consórcio*”²⁸⁸ começou à uma da tarde, no palácio do Rato e decorreu “*com o maior espalhafato possível*”²⁸⁹. Além do Rei D. Luís e de D. Maria Pia, que foram os

²⁸⁰ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

²⁸¹ Cf. SABUGOSA, Conde, *Embrechados*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Ferreira, Editora, 1908, p. 221.

²⁸² Cf. *Regulamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 695.

²⁸³ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 71.

²⁸⁴ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 42.

²⁸⁵ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 105.

²⁸⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, vol. III, p. 105.

²⁸⁷ Cf. RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, p. 120.

²⁸⁸ *A Revolução de Setembro*, Nº 6275, 15 de Abril de 1863, fol. 2.

²⁸⁹ MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, p. 321.

padrinhos do sacramento, celebrado pelo Cardeal Patriarca, assistiram vários membros da família. Após a boda, bem apressada por sinal, como comenta D. Isabel, condessa de Rio Maior, em carta a seu filho, os noivos partiram para Sintra. No entanto, as portas do palácio foram abertas ao povo durante os dias seguintes, de modo a este poder admirar as obras de arte que recheavam a casa e a decoração propositadamente montada para a cerimónia²⁹⁰.

D. Maria Luísa morreu a 2 de Setembro de 1909, vítima dos problemas cardíacos de que padecia, um ano após o regicídio, a que assistiu, e um ano antes da proclamação da República²⁹¹.

D. Eugénia Luísa Maria Balbina Domingues Filomena Ana Josefa Francisca de Sales Borja Xavier de Assis de Sousa Holstein nasceu em Lisboa, a 3 de Agosto de 1842, vindo a morrer dois anos depois, a 24 de Setembro de 1844, no Lumiar²⁹². Foram padrinhos de baptismo o avô paterno e D. Balbina Cândida de Sousa (1770-?)²⁹³. Foi sepultada na Capela do Palácio do Lumiar, tendo seu corpo sido trasladado posteriormente para o jazigo de família na quinta do Calhariz²⁹⁴.

D. Luísa Maria Eugénia Filomena Caetana Francisca de Sousa Holstein, a terceira filha deste casamento, nasceu a 18 de Janeiro de 1845, em Paris²⁹⁵. Casou em Londres, a 30 de Abril de 1862, com José Maria Gonçalves Zarco da Câmara (03/11/1843-15/12/1907)²⁹⁶, Conde da Ribeira Grande²⁹⁷. Morreu a 9 de Fevereiro de 1864, no recobro do parto de sua filha, que apenas lhe sobreviveu dois dias²⁹⁸.

Quadro II – Filhas e genros dos Segundos Duques de Palmela

Títulos	Nomes		Filiações	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
3 ^{os} Duques de	D. Maria de Sousa Holstein	1 ^a filha	2 ^{os} Duques de Palmela	Lisboa, 4 de Agosto de 1841	Lisboa, 15 de Abril de 1863	2 de Setembro de 1909
	António Sampaio e		1 ^{os} Viscondes	Lisboa, 8 de		24 de Novembro

²⁹⁰ *Jornal do Comércio*, N.º. 2854, sexta-feira, 17 de Abril de 1863, fol. 1.

²⁹¹ Cf. COLAÇO, Branca Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, p. 220.

²⁹² Cf. *Certidão de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 91.

²⁹³ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 89.

²⁹⁴ Cf. *Certidão de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 91.

²⁹⁵ Cf. *Auto de nascimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 251.

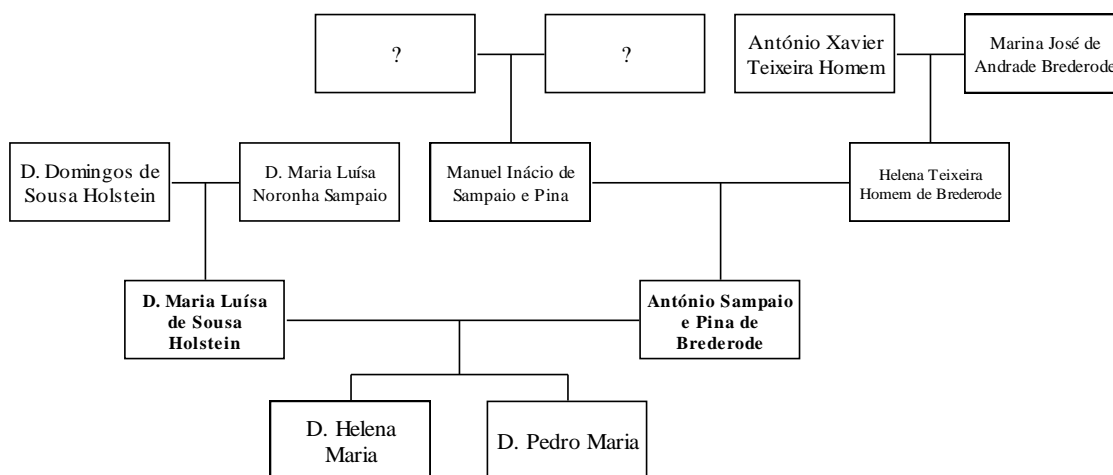
²⁹⁶ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, 1961, p. 222.

²⁹⁷ Cf. *Certidão de Casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 267.

²⁹⁸ Cf. *Auto de verificação de óbito*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 381.

Palmela	Pina Brederode		da Lançada	Janeiro de 1834		de 1910
	D. Eugénia de Sousa Holstein	2ª filha	2ºs Duques de Palmela	Lisboa, 3 de Agosto de 1842		Lumiar, 24 de Setembro de 1844
Condes da Ribeira Grande	D. Luísa Mª de Sousa Holstein	3ª filha	2ºs Duques de Palmela	Lisboa, 18 de Janeiro de 1845	Londres, 30 de Abril de 1862	Lisboa, 9 de Fevereiro de 1864
	José Mª Zarco da Câmara		Marqueses da Ribeira Grande	Lisboa, 3 de Novembro de 1843		

Árvore Genealógica VI - Ascendência e descendência do Terceiro Duque de Palmela



Deste modo, seria D. Maria Luísa quem viria a suceder na casa de seu pai. Do seu casamento nasceriam dois filhos. A primogénita, D. Helena Maria de Sampaio e Pina de Sousa Holstein nasceu em Lisboa, a 16 de Fevereiro de 1864²⁹⁹.

Fez a primeira comunhão a 30 de Maio de 1887, juntamente com as primas, Eugénia de Jesus (que viria a tornar-se a Madre Monfalim), filha de seu tio-avô, Marquês de Sesimbra, e D. Teresa Lobo de Almeida Melo de Castro, filha de sua tia-avó D. Catarina, Condessa das Galveias³⁰⁰.

Casou com Luís Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Câmara (24/04/1866-25/09/1933)³⁰¹, filho dos primeiros Condes da Praia e de Monforte, a 20 de Julho de 1887. A cerimónia realizou-se no palácio do Rato, ao meio-dia e encheu as páginas dos periódicos, que o descreveram à exaustão: os convidados pertencentes às “*principais famílias da nossa sociedade, ministério e todo o corpo diplomático estrangeiro*”³⁰²; as *toilettes*, não só da noiva, mas dos demais convidados; o repasto

²⁹⁹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

³⁰⁰ SESIMBRA, Mariana, *Madre Monfalim, (Eugénia de Sousa e Holstein)*, p. 41.

³⁰¹ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p.105.

³⁰² *A Revolução de Setembro*, Nº 13468, 21 de Julho de 1887.

servido; os presentes recebidos pelos noivos, a decoração de todo o palácio³⁰³. O celebrante da cerimónia foi o Cardeal Patriarca e os padrinhos foram o Conde da Silva³⁰⁴ e o Dr. João de Andrade Albuquerque³⁰⁵, ambos cunhados do Conde da Praia, enquanto as madrinhas foram a Marquesa das Minas, prima de D. Luísa, e D. Carolina Brederode Smith, tia do Duque de Palmela.

D. Helena foi elevada a Marquesa do Faial em 1882, como distinção pelos serviços prestados pelo seu bisavô, D. Pedro, primeiro Duque de Palmela³⁰⁶. Herdou também os títulos de Condessa do Calhariz, Sanfré e da Póvoa e ainda o de Viscondessa de Lançada, depois da morte do irmão de seu pai. D. Helena faleceu em Cascais a 28 de Setembro de 1941³⁰⁷.

O segundo filho de D. Maria Luísa foi D. Pedro Maria Luz. Nasceu em 24 de Fevereiro de 1866, às cinco horas e vinte e cinco minutos da manhã, na residência dos seus pais, ao Rato. Foi padrinho o seu tio Luís Teixeira Homem de Brederode e madrinha Nossa Senhora³⁰⁸. Morreu na mesma cidade, três anos volvidos, a 2 de Dezembro de 1869³⁰⁹, vítima de meningite³¹⁰.

Quadro III – Filhos e genro dos terceiros Duques de Palmela

Títulos	Nomes		Filiações	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
3ºs Marqueses do Faial	D. Helena de Sousa Holstein	1ª filha	3ºs Duques de Palmela	Lisboa, 16 de Fevereiro de 1864	Lisboa, 20 de Julho de 1887	Cascais, 28 de Setembro de 1941
	Luís Coutinho		1ºs Condes	Lisboa, 24 de		Cascais, 25 de

³⁰³ Cf. *A Revolução de Setembro*, Nº 13469, 22 de Julho de 1887. É curioso notar como um jornal tão politizado no início da sua fundação se tenha rendido aos *faits-divers* do mundanismo, dedicando extensos artigos ao acontecimento, com maior pormenor que o *Diário de Notícias*. Cf. *Diário de Notícias*, nº 7727, Lisboa, Tipografia Universal, 20 de Julho de 1887 e nº 7728, 21 de Julho de 1887.

³⁰⁴ D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1837-1919), 2º conde da Silva.

³⁰⁵ Casado com Carolina Adelaide Borges da Câmara e Medeiros, filha dos primeiros Viscondes da Praia.

³⁰⁶ Cf. *Carta patente*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 81.

³⁰⁷ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

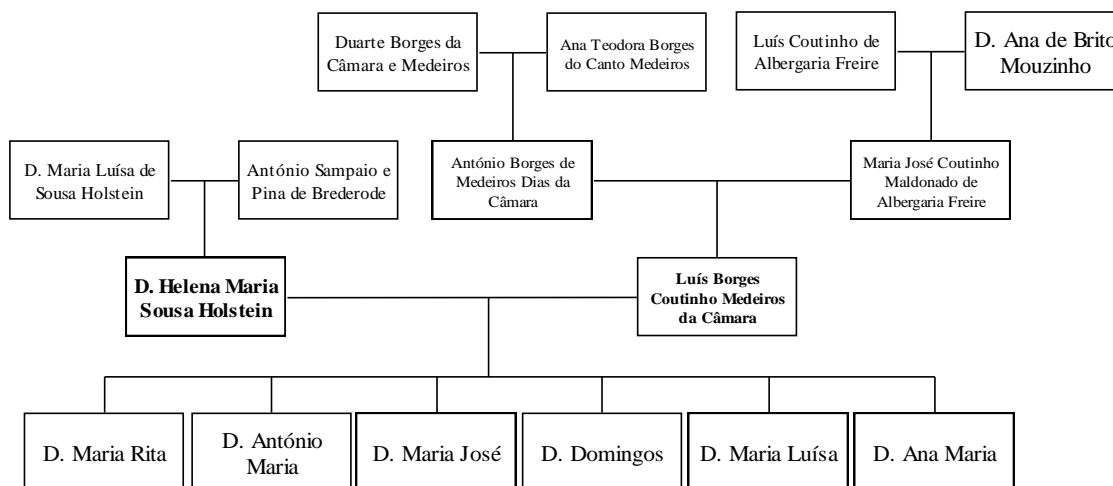
³⁰⁸ Cf. *Certidão de baptismo*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 199.

³⁰⁹ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

³¹⁰ Cf. BREYNER, Tomás, de Melo, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, fac. simil., edição comemorativa do centenário da fundação da Consulta de moléstias sifilíticas e venéreas do Hospital do Desterro, s.d., p. 9.

4ª Duques de Palmela	Dias da Câmara		Praia Monforte	Abril de 1866		Setembro de 1833
	D. Pedro de Sousa Holstein	2º filho	3ºs Duques de Palmela	Lisboa, 24 de Fevereiro de 1866		Lisboa, 2 de Dezembro de 1869

Árvore Genealógica VII - Ascendência e descendência do Quarto Duque de Palmela



Do casamento de D. Helena nasceriam vários filhos. Apesar de não incidirmos a nossa atenção sobre eles, não podemos deixar de os referir. São eles D. Maria Rita (22/06/1889-22/06/1889)³¹¹; D. António Maria (14/08/1892-2/09/1941)³¹²; D. Maria José (17/09/1894-16/05/1969)³¹³; D. Domingos (06/06/1897-16/11/1969)³¹⁴; D. Maria Luísa (30/12/1900-25/11/1872)³¹⁵ e D. Ana (16/11/1968-9/06/1966)³¹⁶.

Desta apresentação dos indivíduos sobre os quais incide a nossa investigação ressaltam, desde logo, algumas ideias que pensamos ser importante sublinhar antes de passarmos à análise dos enlces matrimoniais propriamente ditos.

³¹¹ Cf. *Certidão de nascimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 177; cf. *Certidão de óbito* IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 179.

³¹² Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

³¹³ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243.

³¹⁴ Cf. *Relação geral da família dos Exm.ºs Sr.s Duques de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 243

³¹⁵ Cf. *Anuário da nobreza de Portugal*, vol. III, tomo I, p. 36.

³¹⁶ Cf. *IDEM, ibidem*, vol. III, tomo I, p. 36.

Com efeito, se atentarmos nos nomes dos indivíduos que compõem esta família, verificamos o recurso sistemático aos mesmos nomes próprios. Por exemplo, para os filhos do primeiro Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein; D. Alexandre, seu filho primogénito, recebeu o nome de seu avô paterno; D. Eugénia, o da mãe; D. Domingos recebeu o nome secundário de seu avô paterno; Filipe e Francisco são igualmente nomes recorrentes na família, assim como Mariana, desde que D. Manuel de Sousa, avô do primeiro Duque casou com a princesa de Holstein, de seu nome Mariana. D. Teresa e D. Catarina receberam os nomes das tias paternas, também escolhidas para madrinhas, respectivamente. Ademais, parece ser uma questão de uso e costume, como forma de obséquio: assim o referia D. Mariana de Sousa Holstein, em carta a sua irmã, D. Teresa de Sousa Holstein, pelo nascimento da sobrinha de ambas, D. Isabel Leopoldina, que assim se chamou em memória da bisavó paterna, D. Mariana Leopoldina, princesa de Holstein³¹⁷. As filhas de D. Domingos, segundo Duque de Palmela, receberam todas elas o nome de sua mãe, Luísa, sendo que a filha segunda recebeu igualmente o de sua avó paterna. D. Helena, por seu lado, recebe o nome de sua avó paterna Helena Homem de Teixeira Brederode (02/12/1800-s.d.), primeira viscondessa de Lançada³¹⁸.

Mas não é só a adopção de nomes próprios iguais aos de seus antepassados que aqui ressalta. É também a escolha das várias facetas de Nossa Senhora (Anunciação, Conceição e Assunção), do Santíssimo Sacramento ou de certos santos, como S. Francisco, surgindo todos os santos deste nome do calendário litúrgico: Francisco de Assis, Francisco Xavier, Francisco de Salles, Francisco de Paula e Francisco de Borja. Há também referências a Santa Luzia e a S. João Evangelista. Pretender-se-ia com isto dar provas de devoção ao sagrado e a busca de protecção divina.

Curiosa é também a escolha dos padrinhos. Como se sabe, os de baptismo tinham um papel importante na formação da criança, sobretudo se esta se tornasse órfã. Nesse sentido, parece cuidadosa a opção, essencialmente por familiares próximos, como sejam os avós e os tios. No entanto, à medida que o número de filhos por casal aumenta, como se verifica com D. Pedro e D. Eugénia, outras pessoas com laços menos estreitos vão começando a desempenhar esse papel, ao lado de outras pessoas mais próximas dos

³¹⁷ Cf. VENTURA, António, “Para a História da Epistolografia feminina em Portugal. Correspondência da Condessa de Alva para sua irmã, D. Teresa de Sousa Holstein, (1814-1816)”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 21-22, 5ª série, p. 96.

³¹⁸ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 673.

baptizados, como seja o caso dos seus irmãos mais velhos, como realçámos atrás.

Assim sendo, pensamos que a escolha dos nomes e a escolha dos padrinhos não são fruto do acaso; pelo contrário, parecem denotar uma selecção consciente que pode ser explicada pela noção de pertença a uma mesma estirpe e a uma mesma casa, que importa preservar.

Não podemos deixar de referir a educação, uma vez que esta é uma preocupação constante que ressalta da correspondência mantida entre os primeiros Duques de Palmela. Não se trata somente de dar conta ao cônjuge da educação que se dá aos filhos, mas sim a reflexão de que a mesma é um dado importante na escolha das suas carreiras. Além disso, e como demonstrou David Higgs, importa verificar as profissões seguidas pelos nobres, uma vez que toda a família nobre procurava uma profissão conveniente, sobretudo para aqueles que não iriam viver dos rendimentos do património familiar, ou seja, os filhos segundos³¹⁹.

Verificamos algumas semelhanças, pelo menos dentro de cada geração. A primeira característica é, desde logo, a diferença entre a educação masculina e a feminina. Ainda que o ensino dos princípios básicos das línguas, da matemática e da História seja comum nos primeiros anos, a educação masculina tende a evoluir para um nível superior, primeiro em colégios, depois na Universidade. Efectivamente, esta última é o destino escolhido para os três filhos mais novos do primeiro Duque de Palmela, D. Francisco, D. Tomás e D. Filipe, quer no curso de Direito, quer no de Filosofia. Não é de estranhar este percurso, uma vez que também o meio-irmão do primeiro Duque, D. Filipe de Sousa Holstein, foi bacharel em leis, pela Universidade de Coimbra, onde esteve matriculado entre 1816 e 1821³²⁰. Como Maria do Rosário Cruz chamou a atenção relativamente à aristocracia inglesa de meados do século XIX, a frequência da Universidade não tinha como único propósito a aquisição de conhecimentos, mas pautava-se também pelo alargamento de relações que viessem a

³¹⁹ Cf. HIGGS, David, *Nobles, Titrés, aristocrates en France après la Révolution, 1800-1870*, s. 1., Liana Levi, 1990, p. 203.

³²⁰ Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1820 para 1821; (...)* – Tomo III (XX - XXVIII – 1820 a 1830), p. 5 e cf. *Ibidem*, Tomo IV (XXIX - XXXV – 1830 a 1840), p. 8.

revelar-se proveitosas, quer a nível social, quer a nível político³²¹.

D. Alexandre, o primogénito, frequentou um colégio militar em Inglaterra, tendo estudado algumas disciplinas quer na Universidade de Londres, quer na Sorbonne. O objectivo de seus pais era o de matriculá-lo na Universidade de Coimbra, no curso de Matemática e fazê-lo assentar praça em artilharia, o que não se verificou, devido aos acontecimentos políticos ocorridos em Portugal. Contudo, ficou claro o empenho de seus pais na prossecução de um curso superior e na aposta de uma carreira militar no exército, como tinha desempenhado seu pai, o Duque de Palmela, e como conviria a um filho primogénito. No entanto, a insistência na formação superior parece ser pouco comum para um jovem primogénito do seu estado.

Quanto à formação de D. Domingos, que à morte do seu irmão mais velho, D. Alexandre, se torna o potencial sucessor da casa de seu pai, a opção recai na Academia da Marinha, escolha efectuada posteriormente à morte desse seu irmão. A carreira das armas é novamente a preferida, embora sem uma formação superior, na qual os seus pais tinham investido tanto, relativamente ao seu irmão mais velho.

Quanto a D. Manuel e a D. Rodrigo, constatámos que frequentaram colégios, mas não receberam formação superior, pois morreram antes disso. Todavia, temos a percepção da rotina diária de um colégio através da narrativa que D. Rodrigo efectuou à mãe, em carta de 9 de Fevereiro de 1834: “ (...) *Agora vou-lhe dizer a regra do dia. Nós nos levantamos as seis horas da manhã depois vamos rezar, depois ouvimos missa, depois vamos ouvir uma leitura sagrada que nos lê um dos padres, depois do almoço vamos brincar e depois vamos estudar até às onze e meia depois vamos brincar até ao meio-dia e meia hora, depois vamos estudar até o jantar que é às 2 horas, depois brincamos. A noite temos chá até as 7 horas depois vamos brincar até às 8 horas, depois vamos rezar e deitar. (...)*”³²².

Todavia, apesar dos percursos seguidos na sua educação, não sabemos até que ponto os mesmos influenciaram, de facto, a escolha da sua carreira, pelo que podemos verificar no caso dos filhos do primeiro Duque de Palmela que sobreviveram até à idade adulta, D. Domingos, D. Francisco, D. Tomás e D. Filipe.

Efectivamente, a formação na Academia Real da Marinha seguida por D.

³²¹ Cf. CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e inovação. A aristocracia inglesa entre 1832-1851*, Lisboa, dissertação de mestrado em Estudos Anglo – portugueses apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 48.

³²² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5749, Caixa 161, fol. 453.

Domingos não o fez seguir a carreira das armas, tendo apenas tomado a administração de sua casa e desempenhado a função hereditária de Par do reino e de presidente de algumas comissões ou associações. Todavia, demonstrou algum interesse empresarial, ao ser um dos principais accionistas da Companhia dos Canais da Azambuja.

D. Francisco, Marquês de Sousa Holstein, doutorado em Direito, desempenhou funções diplomáticas, para além de Par do reino, funções que o seu pai também exerceu sem ter formação em Direito. Tal como o seu irmão antecedente, teve também interesses empresariais, como referimos antes. D. Tomás e D. Filipe foram ambos formados em Filosofia. O primeiro exerceu o cargo de Governador Civil, o segundo foi Par do Reino. Apesar de as carreiras seguidas serem as tradicionais para a aristocracia, como a política ou a diplomacia, havia certamente uma maior formação académica que permitiria um melhor desempenho das mesmas.

Relativamente à educação feminina, esta consiste essencialmente na aprendizagem dos conhecimentos básicos da gramática, através de “*livros de uma sílaba só*”³²³, ou de “*spelling books*”³²⁴, encomendados de Inglaterra, da Matemática e da História, dada ou pelos pais, ou por mestras contratadas, e que não diferia muito da educação que os rapazes recebiam na mesma idade e do que acontecia relativamente à aristocracia francesa³²⁵, ao contrário da inglesa, cujo ensino elementar estava a cargo exclusivamente de preceptores³²⁶. Era completada com os labores femininos, com o ensino da música, do desenho e da pintura, que permitiam passar os serões familiares em plena harmonia, como acontece no quadragésimo sétimo aniversário natalício de D. Pedro, relatado por D. Eugénia Teles da Gama a seu filho primogénito, D. Alexandre: “ (...) *Sejamos muitos com parabéns o dia de Hoje. Deus nosso Senhor nos dê a consolação de ver contar muitos dias destes ao Papa. As manas deram todas coisas feitas por elas, a Maria Ana e a Maria deram uns tapetes feitos por elas. (...) a Maria Ana há-de logo à noite tocar um dueto com a Eugénia. Esta fez uma bolsa muito bonita e tem pingente (...)*”³²⁷.

³²³ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 559.

³²⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 366.

³²⁵ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse réinventée. Nobles de Franche-comté de 1814 a 1870*, Paris, Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 477, 1992, pp. 819-820.

³²⁶ Cf. CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e inovação. A aristocracia inglesa entre 1832-1851*, p. 39.

³²⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5743, Caixa 169, fol. 465.

No entanto, o gosto pelas ciências físico-químicas não é de todo arredado do interesse familiar, considerado quase como um divertimento. É assim que podemos entender o estranho pedido da Duquesa de Palmela, em carta de 14 de Julho de 1829 a seu filho primogénito, D. Alexandre, para além dos habituais: “ (...) *A Miss Kelleghene te manda recado e te pede que mandes papel para escrever, que é para a Maria Ana desenhar e que te não esqueças dos desenhos, igualmente te pede lhe mandes um livro de uma sílaba só que é para o Didi. Eu também bem te quero pedir uma coisa. É que me mandes um microscópio se não custar muito dinheiro. Informa-te primeiro do dinheiro e manda-me dizer. O nosso divertimento aqui é examinarmos o lixo (...)*”³²⁸

O cultivo das línguas, tido em França como sinal de distinção³²⁹, ocorre desde muito cedo, visto tratar-se de uma família que esteve durante largos períodos no estrangeiro, sendo natural que as crianças, ainda de tenra idade, falassem fluentemente o inglês e o francês, como verificámos através de vários exemplos epistolares. No entanto, o afastamento da pátria também produziu o efeito contrário, ou seja, provocou o esquecimento da língua portuguesa, como relata D. Eugénia Teles da Gama a seu marido, a respeito do filho D. Rodrigo, em 13 de Agosto de 1832: “ (...) *O Didi está muito crescido e já começou a aprender latim, no princípio do cólera esteve muito tempo sem vir a casa e quando veio já quase que se tinha esquecido do português, agora já o torna a falar bem (...)*”³³⁰.

Relativamente às restantes gerações, no que diz respeito à formação académica, nada podemos acrescentar pela ausência de fontes, à excepção da formação artística da terceira Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa de Sousa Holstein. Apesar disso, podemos afirmar que, pelo menos por parte dos primeiros Duques de Palmela (não nos esqueçamos que nas gerações seguintes se trata de gerações femininas), houve uma clara preocupação com a educação e a formação académica dos seus filhos, na qual investiram bastante. Quando debatermos o assunto da carreira dos cônjuges, no capítulo 4.3.. veremos se se trata de uma característica desta família ou se de um traço comum à aristocracia deste período.

A par da formação escolar, a formação religiosa não foi descurada. Ainda que

³²⁸ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 559.

³²⁹ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse réinventée. Nobles de Franche-comté de 1814 a 1870*, p. 690.

³³⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 166.

numa carta de Fevereiro 1821³³¹, D. Pedro de Sousa Holstein, primeiro Duque de Palmela, perguntasse à mulher qual a fé de baptismo dos filhos, o seu espírito racional fazia-o um pouco avesso à religião, como demonstra esta outra sua carta dirigida a D. Eugénia, de 25 de Maio de 1830: *“Estimo que me digas acerca do confessor que achaste mas peço-te que não te esqueças de que o teu principal dever como mãe, de família é de cuidar nas filhas e na casa e não te exaltes demasiado a imaginação com misticidade e com práticas religiosas que sendo boas em si devem contudo deixar o tempo e a cabeça livres para cuidar nas coisas deste mundo!”*³³². Era a resposta à carta de D. Eugénia, datada de 30 de Março do mesmo ano: *“A propósito ainda te não falei numa fortuna que aqui tenho tido e é ter achado um confessor muito bom, é homem de muita virtude e de muito juízo e achei-o bem diferente do que eu esperava pelas notícias que tinha dos padres franceses; as vezes que me tenho confessado, tem-me dito coisas tão boas que me tem consolado e meu rico se nós não vivermos para Deus, quem é que nos pode consolar como ele! E agora tenho bem visto que se minha mãe me não tivesse dado uma criação tão religiosa, nunca poderia ter podido resistir a tantos trabalhos como tenho tido, e por ti te debes sempre lembrado de Deus e que ele te tem valido e há-de sempre acudir e espero que ele há-de ouvir as orações de tantas pessoas boas que lhe pedem por ti.”*³³³ Era esta educação religiosa que D. Eugénia recebera de sua mãe que pretendia dar a seus filhos. O ensino do catecismo, a que se seguia a cerimónia da primeira comunhão e, posteriormente, a do crisma, são várias vezes relatados por D. Eugénia, como nesta carta de 14 de Junho de 1830: *“(…) Os dois pequenos foram na procissão e pegaram nos cordões da bandeira dos rapazes. Não podes crer como a cerimónia da primeira comunhão foi interessante. Eu chorei imenso, os pequenos especialmente o Manuel portaram-se optimamente, e com muita devoção. De tarde no dia do corpo de Deus que foi o dia da comunhão, renovaram as promessas do baptismo e foi uma coisa bem devota e de fazer a maior impressão. Agora para Agosto hão-de ser crismados para então já tu cá estás (…)*³³⁴

Nas gerações posteriores não podemos deixar de referir, como o fizemos anteriormente, D. Helena de Sousa Holstein, quarta Duquesa de Palmela, de que temos indicação de que fez a sua primeira comunhão com algumas de suas primas. Além

³³¹ Cf. *Correspondência particular*, IANTT, ACP, Microfilme 5748, Caixa 171, fol. 16.

³³² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 56.

³³³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 817.

³³⁴ *Correspondência particular* IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 817

disso, parece ter seguido uma fervorosa religiosidade, uma vez que os livros que sabemos ter possuído são, na sua maioria, de temática religiosa³³⁵.

4. Os Enlaces: a reprodução familiar, as estratégias sociais e os cônjuges

O concílio de Trento, cujas disposições ainda permaneciam como válidas durante o século XIX, instituiu o matrimónio como um sacramento. Todavia, este casamento não era apenas a apropriação do corpo da mulher³³⁶ e a sacralização de uma união aos olhos de Deus. Era a base de toda a unidade familiar e, essencialmente, a “*pedra mestra onde assenta a ascensão social e económica*”³³⁷, uma vez que permitia a reprodução, tão necessária à manutenção da Casa.

No caso das elites isso tornava-se ainda mais evidente. Como sistematizou Nuno

³³⁵ Cf. ROCHA, Ilídio, *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994. Os livros autografados por D. Helena, que indiciam a sua posse são, no caso desta biblioteca, que era pertença familiar, desde a compra do Convento da Arrábida pelo primeiro Duque de Palmela, essencialmente de temática religiosa.

³³⁶ Cf. MENDES; Maria do Céu Dinis, *Alguns aspectos do casamento na Inglaterra setecentista ou o velho Patriarca e a nova Mulher*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p.39.

³³⁷ GONÇALVES, Helena Maria da Costa, *Amar, Sofrer e Obedecer. A mulher e o casamento na Grã-Bretanha: 1790-1890*, Dissertação de mestrado. Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, 1997, p. 38.

Gonçalo Monteiro, “*o casamento e o celibato constituíam momentos fundamentais de afirmação da identidade social do grupo e de cada uma das Casas que o compunham*”³³⁸. Por outras palavras, o casamento enquadrava-se numa estratégia de reprodução e perpetuação da Casa e era usado em seu proveito, não só a nível económico, mas sobretudo a nível simbólico. Daí que o casamento, ou a sua ausência, tenha de ser objecto de estudo em relação à Casa Palmela, procurando averiguar de que forma foi usado e verificar se aqui se manifesta a manutenção das características já evidenciadas pela historiografia relativamente ao período antecedente para o grupo da aristocracia.

4.1. Fecundidade e Nupcialidade

Um dos primeiros factores a ter em conta na nossa análise é o número de filhos por casal, uma vez que pode ser um indicativo da necessidade de assegurar a sobrevivência e continuidade da casa, sobretudo numa época em que a mortalidade, particularmente a infantil, registavam índices bastante elevados. No tronco principal apenas existe uma prole numerosa com D. Pedro de Sousa Holstein, em concreto 15 filhos, muito embora nem todos chegassem à idade adulta. Ninguém conseguiu, nas gerações seguintes igualar tal proeza, nem de perto nem de longe, à excepção dos ramos secundários, referentes aos filhos do primeiro Duque de Palmela: D. Eugénia de Sousa Holstein é mãe de 8 filhos; D. Maria Ana de 3; D. Teresa de 10; D. Catarina de 17; D. Ana Rosa de 3 (um do primeiro casamento, os restantes do segundo); D. Francisco é pai de 3 filhos; D. Tomás de 11. D. Filipe não teve qualquer descendência³³⁹. De facto, no ramo principal o número de filhos é bastante inferior: na geração seguinte apenas três e, na posterior, dois filhos apenas. Há, de facto, uma forte redução do número de filhos por casal, no caso do tronco principal, o que se apresenta como uma continuidade no

³³⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 197.

³³⁹ O Visconde Sanches de Baena atribuiu a causa às sucessivas alianças entre parentes, que só produzem o definhamento das raças e o seu aniquilamento. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890, vol. II, p. 652.

comportamento da aristocracia face ao período antecedente³⁴⁰ e semelhante ao que acontecia em Inglaterra³⁴¹.

Dos indivíduos em questão, pertencentes ao ramo principal das quatro gerações em análise, todos os que chegaram à idade adulta casaram, à excepção de D. Alexandre e de D. Rodrigo, filhos dos primeiros Duques de Palmela e ambos com idade para casar, mas que morreram antes disso. No entanto, no primeiro semestre de 1830, D. Alexandre tinha sido pensado para noivo de D. Eugénia Maria de Assis Mascarenhas (19/11/1808-1847)³⁴², filha dos quintos Condes de Sabugal, D. Manuel de Assis Mascarenhas (1778-1839) e D. Maria Ana Teles da Gama (1798-1816), sua tia materna. De facto, D. Manuel queria este casamento pois “*seriam assim ambos ricos, e que enquanto aos títulos poderiam unir-se ou alternar-se*” e tal agradou também aos Condes de Palmela e ao próprio D. Alexandre.³⁴³ No entanto, logo no início do ano seguinte, D. Alexandre parece, aos olhos da mãe, estar impressionado pela sua prima, D. Isabel Sousa Botelho Mourão Vasconcelos (12/07/1812- 4/04/1890). De facto, D. Eugénia escreveu ao marido, a 4 de Janeiro de 1831, dando-lhe conta da sua intuição materna e mostrando a sua opinião relativamente ao assunto: “(...) *O Alexandre está muito bom em todo o sentido. Saberás que me parece que a Isabel que não deixa de lhe ter feito sua impressão, ela na verdade é galantíssima, e muito boa, mas não me parece que seja forte e em proporção é mais velha do que o Alexandre, há-de se acabar muito depressa e eu (...) queria uma nora que me dê netos e fortes, mas isto só para falar porque o Alexandre é ainda muito criança e as nossas coisas então estarão por muito tempo bastante embaraçadas para se pensar em o casar e em ele passando algum tempo sem a ver é natural que se esqueça por força: que hão-de ser sempre muito amigos porque tem sido criados juntos. Ela é tão galante que não admira nada que faça andar*

³⁴⁰ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos Grandes*, p. 63.

³⁴¹ Cf. CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e inovação. A aristocracia inglesa entre 1832-1851*, Lisboa, Tese mestrado em Estudos Anglo-Portugueses, Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 82.

³⁴² D. Eugénia viria a casar em 1839 com D. Pedro Sousa Coutinho Monteiro Paim, filho segundo dos Condes de Alva, D. Luís Sousa Coutinho Monteiro Paim e D. Mariana de Sousa Holstein, irmã de D. Pedro de Sousa Holstein. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p. 294.

³⁴³ Cf. *Correspondência particular*, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 403 e Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 805.

a cabeça à roda aos rapazes de figura está boa, mas não tem tanta graça no corpo como tinha antes, mas assim mesmo já tem ganho muito depois que voltou de Morley (...)”³⁴⁴ Apesar desta primeira oposição de D. Eugénia, é com D. Isabel que se acorda o matrimónio, em Paris, sem, no entanto, se concretizar, pois D. Alexandre morre antes disso³⁴⁵.

A preocupação em casar todos os filhos e a sua efectiva concretização, uma vez que nenhum ficou solteiro, são características completamente novas relativamente ao grupo aristocrático. É certo que o número de celibatários estava tendencialmente em decréscimo no período imediatamente antecedente e é evidente que, com o advento do liberalismo e o consequente encerramento das ordens religiosas masculinas, extintas em 1833-34, a procura de uma carreira eclesiástica deixava de ser um padrão comum e mesmo possível de realizar. Por outro lado, poder-se-á igualmente supor-se que, numa época de convulsão política, como foi a primeira metade do século XIX, enredada numa reordenação do poder, as alianças matrimoniais seriam um método eficaz de consolidação das redes de solidariedade e de aliança política. Se assim for, a análise das escolhas matrimoniais desta família pode ser reveladora disso mesmo, como veremos adiante. No entanto, não nos podemos esquecer da vontade própria e livre arbítrio destes indivíduos. Efectivamente, a carta que acabámos de citar, demonstra claramente o desejo de D. Eugénia em ter netos, embora não saibamos ao certo qual o peso da vontade individual na concretização do matrimónio.

Em relação ao comportamento dos homens da família, é na primeira geração que se verifica o casamento mais tardio, exactamente com o primeiro Duque de Palmela, que casa com 29 anos. Só se pode avaliar a idade masculina à data do primeiro casamento apenas na geração seguinte, pois nas restantes apenas há descendências femininas pertencentes à casa de Palmela. Nesse sentido, as idades variam entre os 18 anos, de D. Domingos, e os 24, de D. Francisco e de D. Tomás, numa média nessa geração de 21 anos. Nota-se, por isso, uma descida da idade de casamento, mas uma vez

³⁴⁴ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 981.

³⁴⁵ Cf. *Autobiografia de D. Pedro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 460. D. Isabel, que quando sabe da morte de D. Alexandre prometeu nunca se casar, (Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 146) acaba por contrair matrimónio com o 3º Conde de Rio Maior, D. João Maria de Saldanha Oliveira e Sousa. A respeito de D. Isabel *vide* MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004.

que apenas temos um casamento registado na primeira geração – o do primeiro Duque de Palmela –tal não é, de todo, conclusivo. Por outro lado, podemos explicar a tão baixa idade de casamento de D. Domingos, não só pelas condições específicas do seu matrimónio, como relataremos nos capítulos posteriores, mas também por se ter verificado a prematura morte de seu irmão primogénito, o que iria acelerar necessariamente o seu matrimónio, com o objectivo de garantir a sucessão da Casa. Pelo contrário, a idade com que D. Pedro, primeiro Duque de Palmela, casou poder-se-á explicar pelo facto de ter vivido muito tempo no estrangeiro e querido casar com alguém de origem portuguesa e em Portugal, como se verificou com seus irmãos, à excepção de D. Filipe, seu meio-irmão, que casou com uma senhora nascida em Portugal, embora filha do Cônsul de Mecklemburg-Schewerin em Lisboa³⁴⁶.

A idade de casamento das mulheres desta Casa varia entre os 17 anos e os 29³⁴⁷, na geração dos filhos do primeiro Duque de Palmela. A média nessa geração é de 21 anos. Já na terceira e quarta gerações a idade máxima é de 23 anos à data do primeiro casamento, sendo a média de 22 anos e meio. Nesse sentido, confirma-se a tendência progressiva do retardamento da idade média do primeiro casamento das mulheres, enunciada por Nuno Gonçalo Monteiro para o Antigo Regime³⁴⁸.

Em contrapartida, se tivermos em conta as várias gerações, os indivíduos do sexo masculino da Casa Palmela apresentam uma idade média de casamento de 23 anos, que é coincidente com a idade média de casamento dos indivíduos não Palmela. Contudo, se analisarmos cada geração em separado, verificamos, por exemplo, que na geração dos filhos do primeiro Duque de Palmela, os homens Palmela casam mais cedo do que os maridos de suas irmãs, apresentando idades médias de casamento de 21 e 23 anos, respectivamente. Relativamente às mulheres, verificamos exactamente o inverso: as mulheres da Casa Palmela tendem, globalmente, a casar com maior idade, nomeadamente 21 anos, ao passo que as mulheres que casam com membros masculinos da Casa Palmela apresentam uma média de idade de 17 anos à data do casamento.

³⁴⁶ TEIXEIRA, Júlio A., *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias, Brasões, Vínculos*, vol. I Vila Real, Imprensa Artística, 1946, p. 94.

³⁴⁷ Esta última idade refere-se a D. Eugénia de Sousa Holstein. Apesar de não sabermos o porquê de uma idade tão tardia, pensamos que os seus problemas de saúde na coluna, que a obrigaram a frequentes tratamentos, como referimos anteriormente, aliados à ausência do país, terão eventualmente, sido a causa do atraso do seu casamento.

³⁴⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, p. 65.

Quadro IV – Idade de Casamento da Casa Palmela

Indivíduos	Geral		Palmela		Não Palmela	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
D. Pedro/Eugénia	29	12	29			12
D. Eugénia/ D. Brás	24	29		29	24	
D. Domingos/ D. M ^a Luísa	18	9	18			9
D. Mariana / Luís	22	17		17	22	
D. Teresa / D. Caetano	23	18		18	23	
D. Catarina / D. Francisco	21	19		19	21	
D. Ana Rosa / Luís	27	21		21	27	
D. Francisco / D. M Eugénia	24	24	24			24
D. Tomás / D Ana Maria	24	19	24			19
D. Filipe / Eugénia	19	21	19			21
<i>Média</i>	22	20	21	21	23	18
D. Maria Luísa /António	29	21		21	29	
D. Luísa / D. José	18	17		17	18	
<i>Média</i>	24	19		19	24	
D. Helena /D. Luís	20	23		23	20	
Média Total	23	19	23	21	23	17

Todavia, ainda que o casamento se verifique nestas idades, pode ter começado a ser traçado pelas famílias envolvidas algum tempo antes, como se pode verificar pela documentação referente ao processo burocrático que um contrato desta natureza envolvia. De facto, era necessária uma licença régia para a realização do matrimónio, que data geralmente até um ano antes do contrato matrimonial com que se celebra o casamento³⁴⁹. Daqui surgem logo duas ilações. A primeira é a de que a decisão do casamento ocorria ainda mais cedo na vida dos nubentes, o que poderá reforçar a ideia de que estes teriam pouco peso na decisão, uma vez que sendo mais novos, estariam mais sujeitos à autoridade paterna. Embora a historiografia tenha vindo a insistir na

³⁴⁹ D. Eugénia de Sousa Holstein casou em 1842 e o alvará régio de permissão de casamento datava de 15 de Dezembro de 1841. Cf. *Alvará régio*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol 373v-374. D. Teresa de Sousa Holstein casou em 1842 e o alvará régio de permissão de casamento era datado de 15 de Junho de 1841. Cf. *Alvará Régio*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fols. 93 e 94. D. Maria Ana casou em 10 de Setembro de 1838 e o alvará régio datava de 8 de Junho do mesmo ano (Cf. *Alvará régio*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol 415). Todavia, este mesmo alvará foi pedido a 28 de Março de 1838. Cf. IAN/TT, ACP, *Correspondência particular*, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 762. D. Ana casou em 1851 e o alvará régio datava de 12 de Abril de 1850. Cf. *Alvará Régio*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 133. D. Luísa Maria casou em 1862, sendo o alvará régio de 9 de Abril do mesmo ano. Cf. *Alvará Régio*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 272.

ideia de que durante o século XIX se vinha insinuando a afeição pessoal, a atracção física e o amor como motivos para o casamento³⁵⁰, parece que no caso concreto desta família ainda eram os interesses económicos, políticos e de influência que prevaleciam. Seria o que aconteceu com D. Maria Ana, quando casou com o Conde de Terena. De facto, pouco tempo após de aquela noivar, sua mãe, D. Eugénia, comentava com o marido, em carta de 28 de Março de 1837, que o futuro genro “*diz que gosta muito da Maria Ana e ela já me parece que não desgosta muito dele*”³⁵¹, o que demonstra a pouca influência da nubente na escolha do seu futuro marido e que os afectos ainda estavam submissos à vontade paterna, como acontecia nos reinos vizinhos³⁵², apesar de em Inglaterra o casamento por amor ser mais banal, ainda que fosse necessária a autorização paterna³⁵³. Também os próprios primeiros Duques de Palmela parecem ter casado, segundo o próprio D. Pedro, por ter seguido os conselhos e votos de suas irmãs³⁵⁴. No entanto, não quer dizer que não existisse amor, como refere sua mulher, D. Eugénia, em carta que lhe dirigiu, datada de Janeiro de 1826: “*Lisonjeio-me muito as tuas finezas mas ainda mal que acho que não as mereço, é verdade que sou muitíssimo tua amiga, e que desejo de todo o meu coração a tua felicidade, e que os nossos filhos sejam bons e bem criados, mas apesar de todos estes meus bons desejos há às vezes em mim um não sei o quê que faz de mim toda outra pessoa do que eu desejo, e conheço que devo ser, e bem vejo que tu merecias outra mulher em todo o sentido melhor do que eu, e isso seria fácil de achar excepto que te tivesse mais amor do que eu te tenho; abri os olhos gostando de ti, e quanto tive idade de saber que tinha coração já to tinha dado*”³⁵⁵.

A segunda ilação a que nos referíamos relativamente às licenças régias para a

³⁵⁰ Cf. GONÇALVES, Helena Maria da Costa, *Amar, Sofrer e Obedecer. A mulher e o casamento na Grã-Bretanha: 1790-1890*, p. 18.

³⁵¹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 762.

³⁵² Cf. ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. La Casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España editores, 1987, p. 43.

³⁵³ CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e inovação. A aristocracia inglesa entre 1832-1851*, p. 79.

³⁵⁴ Cf. *Autobiografia de D. Pedro de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5801, Caixa 233, fol. 207.

³⁵⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 277. Em Janeiro de 1826 a Duquesa de Palmela também se encontrava em Inglaterra, nomeadamente em Brighton, mas não em Londres, onde estava o Duque de Palmela.

realização dos casamentos é precisamente a própria necessidade de aprovação régia para a concretização do matrimónio, naquilo que Nuno Gonçalo Monteiro apelidou de Rei casamenteiro³⁵⁶. Apesar do rei não intervir directamente na escolha dos cônjuges, decisão essa exclusivamente a cargo de cada uma das famílias, era necessário, desde o século XVII, que os possuidores de bens da coroa com rendimentos, pedissem uma licença prévia ao Rei, através do Desembargo do Paço, para contraírem matrimónio, pagando de direitos determinada quantia³⁵⁷. Estranhamente, a necessidade desta licença surge-nos pelo menos até 1862, onde a mesma ainda é pedida. Efectivamente, quer a Constituição de 1 de Outubro de 1822, no seu artigo 9.º, quer a Carta Constitucional de 1826, no artigo 145.º, § 12.º, quer a Constituição de 1838, Art.º 10.º, estabelecem que a Lei é igual para todos e que os privilégios que não forem fundados em utilidade pública seriam abolidos. Embora a licença régia não seja propriamente um privilégio é claramente a manifestação de uma desigualdade social, que ainda persistia no quadro de um sistema jurídico que proclamava a igualdade dos cidadãos perante a lei.

4.2. Casamento e a escolha dos Cônjuges.

Se já verificámos as características de que se reveste a nupcialidade desta família, resta ainda apurar se existem, ou não, estratégias quanto à escolha dos futuros cônjuges.

Em pleno século XIX, houve boatos da Casa Palmela se querer unir matrimonialmente com a Casa Real. O primeiro ocorreu quando D. Augusto, primeiro marido de D. Maria II, morreu, tendo sido o Duque de Palmela, D. Pedro, acusado de ter implicação nesse acontecimento, motivado por querer casar um seu filho com a rainha. Posteriormente, Maria Ratazzi insinua que a terceira Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa, terá casado com António de Sampaio e Pina, como vingança por o Rei D. Luís se ter casado com D. Maria Pia e não consigo³⁵⁸.

³⁵⁶ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, p. 127.

³⁵⁷ Cf. Leis de 23 de Novembro de 1616, 29 de Janeiro de 1739 e 29 de Novembro de 1775. Cf. *Tratado Jurídico das Pessoas Honradas escrito segundo a legislação vigente à morte d'El Rei D. João VI*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1851, pp. 119-120.

³⁵⁸ RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, p. 120. Em contrapartida, D. Isabel Vasconcelos, Condessa de Rio Maior, em carta a seu filho datada de 16 de Abril de 1863 refere que o noivo, António de Sampaio e Pina “*parece-me que não casa decerto por paixão*,”

Numa carta que D. Pedro, primeiro Duque de Palmela, dirigiu a sua mulher, em 18 de Dezembro de 1844, acerca da escolha do noivo para a sua filha, D. Catarina, ficam bem esclarecidas as principais condições necessárias para o enlace: “isto é, bom carácter do rapaz, probidade no meio da maluquice do pai³⁵⁹ e uma casa de suficiente rendimento”³⁶⁰.

Ora, esta última afirmação acerca da necessidade de uma “casa de suficiente rendimento” parece estar em desacordo com o que Nuno Gonçalo Monteiro constatou para o século XVIII, ao ter demonstrado que o objectivo dos matrimónios não era ampliar o património económico, mas sim preservar a identidade autónoma das casas titulares³⁶¹. Por outras palavras, o que seria realmente importante durante o Antigo Regime seriam os ganhos simbólicos que se conseguissem com determinadas alianças matrimoniais e não os ganhos materiais, numa forma de “afirmação da identidade social do grupo e de cada uma das casas que o compunham”³⁶². No entanto, no caso concreto das escolhas matrimoniais de D. Pedro de Sousa Holstein para os seus filhos parecem estar envolvidos, por um lado, as qualidades humanas dos noivos, e por outro a posse de rendimentos suficientes para a sua sustentação, ou seja, os ganhos materiais que pudessem advir do matrimónio. Esta questão levanta-nos pois, várias interrogações. Afinal, o que presidiu à escolha dos futuros cônjuges desta família? Qual a posição destes no seio de uma nobreza em rápida expansão no século XIX? Haveria ainda,

posto que ela seja digna de a inspirar”. Cf. MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, p. 322.

³⁵⁹ A referência à suposta “maluquice” do então Conde das Galveias, D. António Francisco Lobo Almeida de Melo e Castro de Saldanha e Beja, deve-se ao facto de este querer que o casamento se verificasse o mais depressa possível, ao contrário dos desejos do Duque (Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 312.). A mesma “maluquice” foi mais tarde confirmada, quando, no início do ano de 1845, D. Pedro e o seu futuro genro, D. Francisco, se preparavam para embarcar no paquete para se juntarem a D. Eugénia e D. Catarina. Nesse momento, o Conde das Galveias “teve um verdadeiro acesso de loucura com saudades do filho, medo da viagem, e foi preciso até sangrá-lo e receou-se que morresse se insistissem na partida do rapaz. Este ficou chorando e segundo todas as aparências, sentidíssimo e acho que a sujeição que ele nesta circunstância mostrou é uma prova de que é bom filho porque todos conheciam o gosto com que ele se preparava para a viagem (...) é provável que a doidice lhe passe e que deixe vir o filho vendo que não tem outro remédio (...)”. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 328.

³⁶⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 320.

³⁶¹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, pp. 124-125.

³⁶² IDEM, *ibidem*, p. 197.

motivações políticas? É o que procuraremos responder em seguida, deixando a resposta às questões económicas e simbólicas para os capítulos seguintes.

Para responder às questões relativas à escolha dos cônjuges, vamos analisar a antiguidade das casas envolvidas e o seu papel durante a guerra civil. A análise da antiguidade prende-se com a necessidade de averiguar se as alianças matrimoniais se efectuaram com membros da antiga aristocracia de corte ou se, pelo contrário, ocorreram com uma nobreza que terá emergido com as alterações políticas decorrentes do liberalismo. Por outro lado, a apreciação do seu posicionamento relativamente a D. Pedro ou a D. Miguel poderá revelar se houve, ou não, uma preocupação de índole política na escolha dos matrimónios da Casa Palmela. A análise destes aspectos parece-nos pertinente, atendendo ao contexto histórico e social específico do período em questão. Efectivamente, como já referimos anteriormente, quando incidimos a nossa atenção sobre o percurso de D. Pedro de Sousa Holstein, primeiro Duque de Palmela, Portugal viveu momentos conturbados a nível político durante a primeira metade do século XIX: as invasões francesas, a partida de D. João VI e de toda a corte para o Brasil, a revolução de 1820, o juramento de uma constituição e de uma carta constitucional, a guerra civil que opôs liberais e absolutistas, uma nova constituição e todo um processo de reformas irá transformar a sociedade de então, ou pelo menos lançar as bases para essa alteração. Esta evolução provocou a cisão da Antiga Nobreza e o afastamento do centro político das casas que tinham alinhado pelo lado miguelista.

Se até à década de noventa do século XVIII se verificou uma relativa estabilidade no grupo aristocrático, a partir da regência do príncipe D. João, houve um aumento significativo do número de títulos, onde se insere, naturalmente, a própria titulação de D. Pedro de Sousa Holstein. Efectivamente, se em 1807 existiam em Portugal 68 casas tituladas, em 1828 o número ascendia aos 168³⁶³. Posteriormente, o número de títulos atingiu os 302 em 1855, duplicando em 1886, altura em que existiam 620 títulos³⁶⁴. Todavia, e como Francisco de Vasconcelos chamou a atenção, é preciso ter em conta que muitos dos títulos concedidos nesta época foram atribuídos não a plebeus, mas a pessoas que já eram nobres, embora no final do século XIX a atribuição

³⁶³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A Nobreza na Revolução Liberal” in *Portugal Contemporâneo*, coord. António Reis, Lisboa, Alfa, 1990, p. 252.

³⁶⁴ VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da família da Universidade Moderna do Porto, 2003, p. 140.

de títulos a pessoas de origens modestas se tenha generalizado³⁶⁵. Importa, pois, distinguir entre as famílias que se uniram à do Duque de Palmela, as que vinham de Antigo Regime e as que foram tituladas posteriormente. Neste último caso, três marcos serão essenciais relativamente à antiguidade da atribuição dos títulos: o início da regência de D. João VI, em 1792, uma vez que a partir dessa data se verificou um aumento do número de titulados; a criação da Câmara dos Pares em 1826, que D. Pedro IV pretendeu que fosse um órgão representativo dos Grandes do Reino³⁶⁶; e, finalmente, a vitória do liberalismo em 1834. Por um lado, a partir desta data a titulação tornava-se meramente honorífica, desprovida de quaisquer privilégios, uma vez que a carta constitucional proclamava a igualdade dos cidadãos perante a lei. Por outro lado, a nobreza que tinha apoiado o partido miguelista durante a guerra civil, viu-se afastada da Câmara dos Pares.

A própria vitória do liberalismo e a consequente publicação de legislação, nomeadamente a de Mouzinho da Silveira, que aboliu os dízimos, os bens da coroa e os forais, ou seja, grande parte dos bens que maiores rendimentos traziam à aristocracia, já de si endividada, como mostrou Nuno Gonçalo Monteiro, bem como a concorrência promovida pelos recém-nobilitados, trouxeram novos desafios a este grupo. Seriam os enlances matrimoniais a solução?

D. Pedro de Sousa Holstein casou com uma das filhas dos sétimos Marqueses de Nisa, sétimos Condes de Unhão e 11^{os} Condes da Vidigueira. Este último título data do século XVI, outorgado aos descendentes de Vasco da Gama. Os outros dois títulos datam do século seguinte, sendo o de Conde de Unhão do período filipino, e o de Nisa posterior. É de salientar que o senhorio de Unhão remonta ao final do século XIV³⁶⁷. A casa de Nisa tinha sido, durante o Antigo Regime, uma das casas aristocráticas com maior rendimento³⁶⁸. Para além da sua antiguidade, é bom lembrar que foi uma das escolhidas para estar representada na Câmara dos Pares do Reino em 1826, na pessoa de D. Domingos Teles da Gama, nono Marquês de Niza e sobrinho de D. Eugénia que,

³⁶⁵ IDEM, *ibidem*, p. 134.

³⁶⁶ Cf. SILVEIRA, Luís Espinha da, “Revolução liberal e pariatto (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1992, 2º – 3º, p. 333.

³⁶⁷ PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890, p. 168.

³⁶⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, p. 329.

todavia, não tomou posse, por ser menor³⁶⁹. No entanto, D. Pedro de Sousa Holstein não foi a primeira escolha da família de D. Eugénia, pois esta esteve para casar com o Conde de Assumar³⁷⁰, filho do Marquês de Alorna (1754-1813). No entanto, este jovem morreria antes de se efectuar o consórcio.³⁷¹

A primeira filha de D. Pedro de Sousa Holstein e D. Eugénia Teles da Gama, D. Eugénia, casou com o nono Marquês das Minas, recém-titulado. O título foi renovado em sua vida nas vésperas do casamento e herdou-o por via indirecta. A anterior detentora morreria sem deixar descendentes e D. Brás herdara-o por ser quarto neto e representante de D. Luísa Bernarda de Lima, filha dos primeiros Marqueses de Minas. Embora o título remonte ao século XVII³⁷², sem dúvida que foi renovado em sua vida pelos serviços prestados no exército liberal, quer em Portugal, quer em Espanha, ao lado das tropas isabelinas. Aliás, consta que terá sido o próprio D. Pedro de Sousa Holstein que, enquanto Ministro do Reino, em Fevereiro 1842, terá conseguido o título para seu genro, contrário à vontade da rainha³⁷³.

³⁶⁹ Cf. ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional* (1826-1828), tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 74.

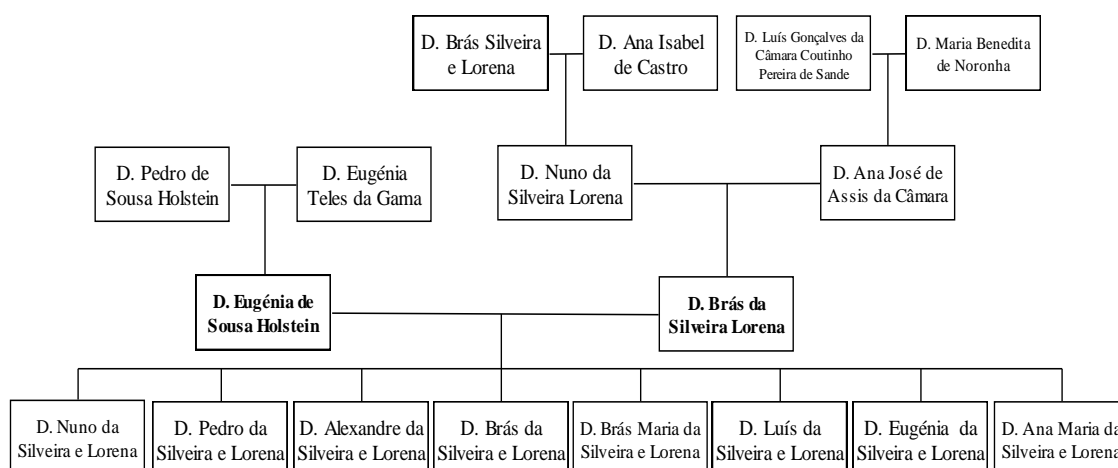
³⁷⁰ Não conseguimos identificar se seria o 6º Conde de Assumar, D. João Almeida Portugal (1786-1805) ou o seu irmão, o 7º Conde do mesmo título, D. Miguel de Almeida Portugal (1787-1806), ambos mortos na juventude.

³⁷¹ SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Varões ilustres das três épocas constitucionais*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1870, p. 13.

³⁷² O título foi pela primeira vez outorgado em 1608 por D. Filipe III de Espanha a D. Francisco de Sousa, terceiro Senhor de Beringel, mas morrendo antes de ser encartado. O primeiro Marquês das Minas trata-se então de seu neto, D. Francisco de Sousa, tendo-lhe sido outorgado o título em 7 de Janeiro de 1670. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 743.

³⁷³ SORIANO, Simão José Luz, *Biografia do 1º Duque de Palmela ou colecção dos principais factos da sua vida pública*, Lisboa, s.e., 1857. Cf. IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 341.

Árvore Genealógica VIII - Ascendência e descendência de D. Brás da Silveira Lorena



D. Domingos de Sousa Holstein casou com D. Maria Luísa de Noronha e Sampaio, filha segunda do primeiro Conde da Póvoa e Barão de Teixeira, mas herdeira da Casa de seu pai à morte do irmão. Sua mãe era filha dos primeiros Condes de Peniche, título outorgado em 1806 ao filho secundogénito dos terceiros Marqueses de Angeja e quartos Condes de Vila Verde³⁷⁴. Por parte do pai, trata-se de títulos recentes: o de Barão de Teixeira data de 16 de Março 1818 e o de Conde da Póvoa de 3 de Julho de 1823, embora lhe tivesse sido outorgada a comenda da ordem de Cristo em 1816 e a carta de Fidalgo de cota de armas em 1819³⁷⁵. A outorga do primeiro destes títulos deve-se essencialmente aos empréstimos concedidos por Henrique Teixeira Sampaio ao exército anglo-luso durante o período das invasões francesas. O segundo, outorgado após a sua nomeação como Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no Governo de D. Pedro de Sousa Holstein, reafirma o seu importante papel como principal credor do erário régio³⁷⁶. Apesar de ser de nobreza recente, Henrique Teixeira de Sampaio pertenceu ao pariatto na legislatura de 1826 a 1828³⁷⁷. Tal como seu sogro, o Conde de

³⁷⁴ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 122

³⁷⁵ Seu pai também fora fidalgo de cota de armas (1789) e cavaleiro professo na Ordem de Cristo (1788). Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, p. 66.

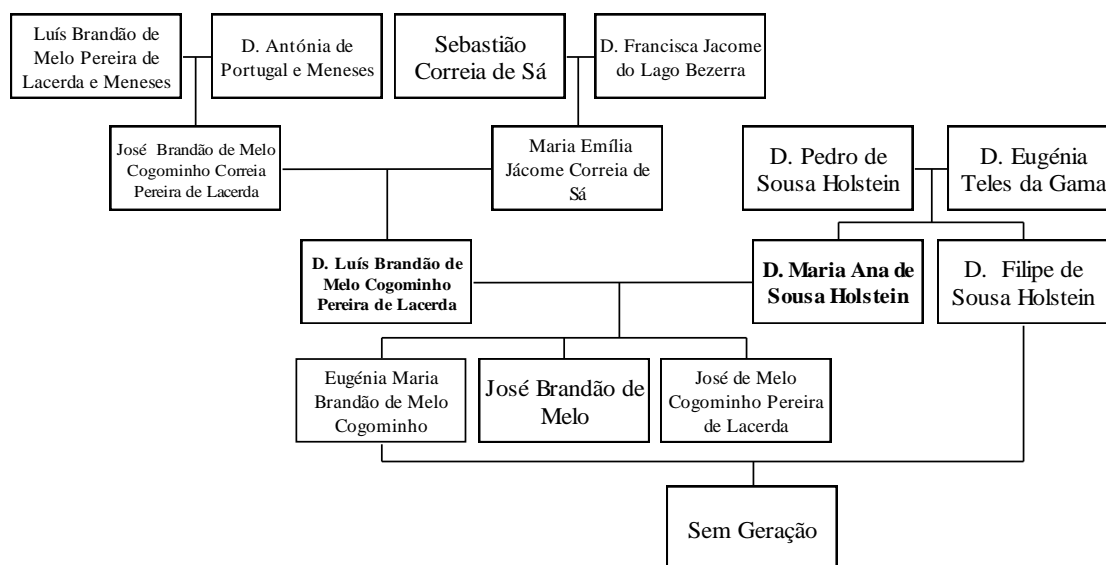
³⁷⁶ Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 96.

³⁷⁷ Cf. ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional (1826-1828)*, tomo II, 77.

Peniche, terá seguido o partido de D. Miguel durante as lutas liberais³⁷⁸.

D. Maria Ana casou com o segundo Marquês de Terena, Luís Brandão de Melo Cogominho Pereira de Lacerda (07/11/1815-08/06/1866). O seu avô materno, que seguiu a causa de D. Pedro³⁷⁹, foi o primeiro Conde (decreto de 28 de Setembro de 1835) e primeiro Marquês de Terena (decreto de 1 de Julho de 1848), para além de Visconde de S. Gil de Perre (30 de Outubro de 1824). Os títulos foram renovados em vida de Luís Brandão de Melo, em 30 de Março de 1858 e 7 de Fevereiro de 1866, respectivamente, bastante depois do casamento com D. Maria Ana de Sousa Holstein. Aliás, esta senhora nunca chegou a ser nem marquesa nem sequer condessa de Terena, pois morreu antes do marido ter herdado o título. Embora seja um título de criação recente, esta família estava na posse há já muitas gerações dos morgados de Torre dos Coelhoiros, Honra de Farelões, Torre da Marca, Sampaio e de Carvalho da Arca³⁸⁰.

Árvore Genealógica IX - Ascendência e descendência de D. Luís Pereira de Lacerda



D. Teresa Maria casou com D. Caetano de Sales Henriques Pereira de Faria Saldanha Vasconcelos e Lancaster, segundo Conde das Alcáçovas por decreto de 22 de

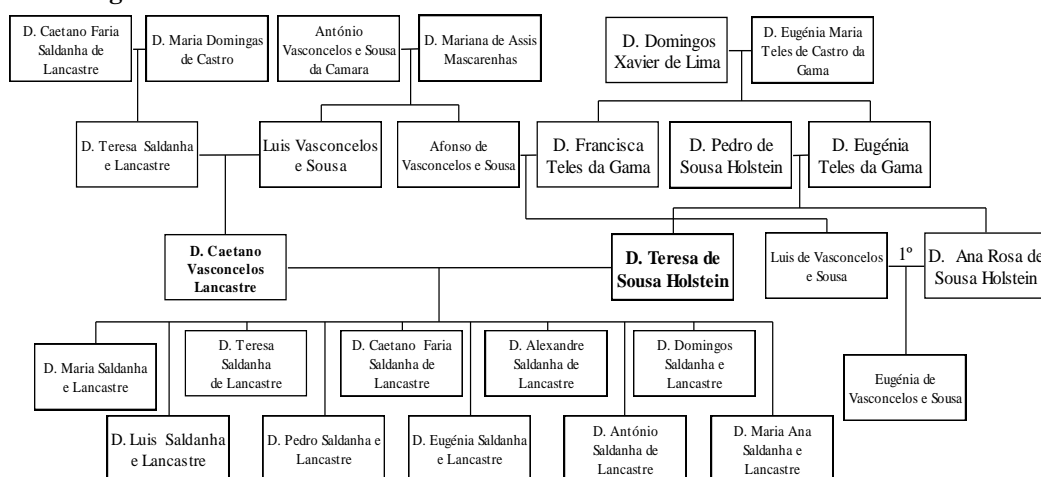
³⁷⁸ Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, Lisboa, Edições Cosmos, 1989, pp. 114-115.

³⁷⁹ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 116-117.

³⁸⁰ AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933, vol. 1, pp. 411-414.

Março de 1840, em sua vida. O seu irmão foi o primeiro Conde do mesmo título, de quem o herdou. Todavia, o senhorio das Alcáçovas é bastante antigo, remontando ao século XV, sendo o seu primeiro detentor inclusive de sangue real, ou seja, neto de D. Afonso V³⁸¹. Relativamente à posição política de D. Caetano nada sabemos, apenas que o seu irmão, D. Francisco, lutou durante o cerco do Porto pelo lado liberal, nomeadamente, no combate de 19 de Setembro de 1834, onde perdeu um braço.

Árvore Genealógica X - Ascendência e descendência de D. Caetano Saldanha Vasconcelos de Lancastre



D. Catarina de Sousa Holstein casou com o 8º Conde das Galveias, D. Francisco Xavier Lobo de Almeida Melo de Castro. O título data de 1691, ainda no rescaldo das Guerras de Sucessão. Foi confirmado naquele senhor, em sua vida, por decreto de 27 de Junho e carta de 15 de Outubro de 1844³⁸². Seu avô foi Par do reino na legislatura de 1826³⁸³ e seu pai terá seguido a causa liberal³⁸⁴.

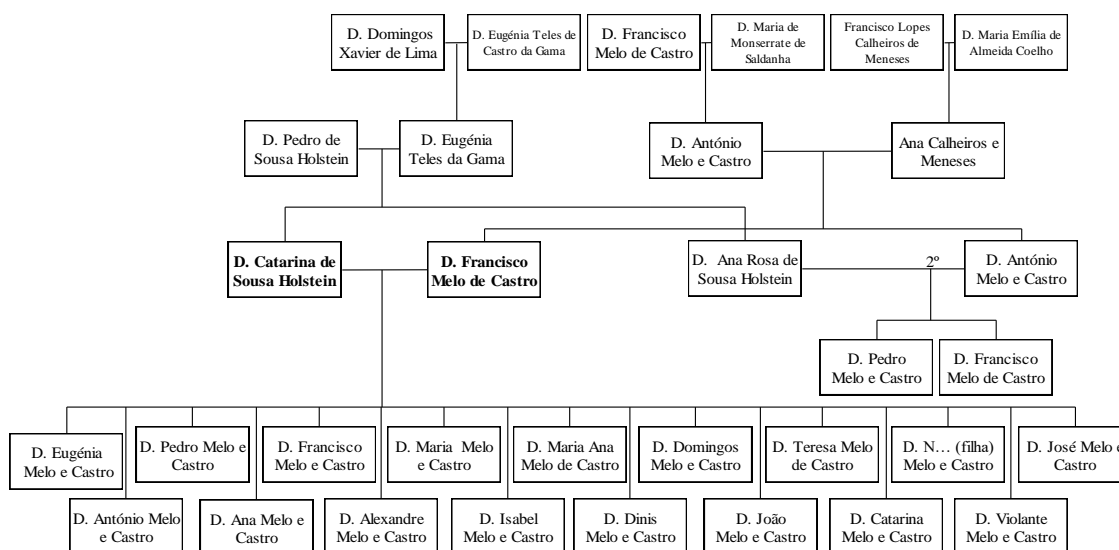
³⁸¹ Cf. IDEM, *ibidem*, vol. 1, pp. 20-22.

³⁸² Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 633; PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 7; AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Ouro da Nobreza*, vol. 2, p. 7.

³⁸³ ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional (1826-1828)*, tomo II, p. 77.

³⁸⁴ LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp. 114-115. Todavia, Nuno Gonçalo Monteiro considera que D. António, pai de D. Francisco, seguiu a causa miguelista. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “CASTRO, D. Francisco Xavier, “ in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, (dir. Maria Filomena MÓNICA), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004-2005, vol. 1, p. 741.

Árvore Genealógica XI - Ascendência e descendência de D. Francisco Melo de Castro



D. Ana Rosa é o único caso em que se verificaram dois casamentos, em consequência de uma viuvez prematura. Casou, primeiro, com Luís de Vasconcelos e Sousa, nono filho dos terceiros Marqueses de Castelo-Melhor e nonos Condes da Calheta, D. Afonso de Vasconcelos e Sousa e D. Francisca de Assis Xavier Teles da Gama, tia materna de D. Ana Rosa³⁸⁵. D. Afonso de Vasconcelos foi nomeado Par do Reino em 1826, embora não tendo chegado a tomar posse³⁸⁶. A Casa Castelo Melhor, criada a 21 de Março de 1611, com o título de conde, foi elevada ao marquesado de juro e herdade por decreto de 2 e carta de 10 de Outubro de 1766³⁸⁷. Quanto à posição política de Luís Vasconcelos e Sousa, não a conseguimos apurar. Sabemos, sim, que o seu irmão, o quarto Marquês de Castelo Melhor, seguiu a causa de D. Pedro³⁸⁸. D. Ana voltou a casar, desta feita com D. António Francisco Lobo de Almeida Melo e Castro de

³⁸⁵ Vide **Árvore Genealógica X** – Ascendência e descendência de D. Caetano Saldanha Vasconcelos de Lencastre.

³⁸⁶ ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional* (1826-1828), tomo II, p. 74.

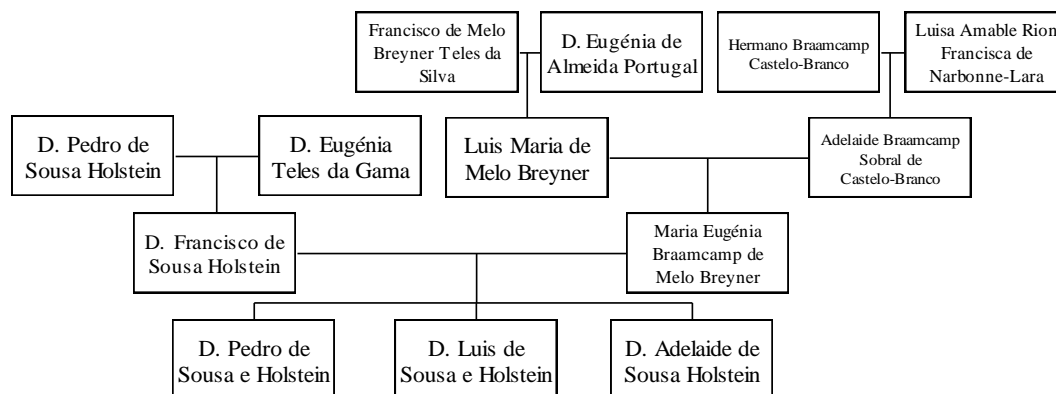
³⁸⁷ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. I, p. 408; AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, p. 430.

³⁸⁸ LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp- 114-115.

Saldanha e Beja, irmão do oitavo Conde das Galveias, seu cunhado, cuja casa foi atrás referida³⁸⁹.

D. Francisco de Sousa Holstein, que viria a receber o título de primeiro Marquês de Sousa Holstein, por decreto de 3 de Setembro de 1855, casou com Maria Eugénia Braamcamp de Melo Breyner, dama honorária da Rainha D. Maria Pia e filha dos segundos Condes de Sobral, D. Adelaide Braamcamp Sobral de Almeida Castelo-Branco, detentora do título, e seu marido, Luís Maria de Melo Breyner. O senhorio do Sobral, honorífico por condição, foi outorgado por carta de 10 de Maio de 1771, em consequência da constituição de um morgado por Joaquim Inácio da Cruz. O título de barão foi outorgado por Decreto de 14 de Maio de 1813 ao quarto Senhor do Sobral. Seria o filho deste que receberia o título de primeiro visconde desta Casa, por decreto de 14 de Setembro de 1838, sendo elevado à grandeza por decreto de 24 de Outubro do mesmo ano. O título de conde foi decretado a 13 de Dezembro de 1844 a este mesmo indivíduo, avô de Maria Eugénia³⁹⁰, que alinhou pelo lado liberal³⁹¹.

Árvore Genealógica XII - Ascendência e descendência de Maria Eugénia Braamcamp de Melo Breyner



D. Tomás de Sousa e Holstein, a quem foi outorgado o título de Marquês de Sesimbra, casou com D. Ana Maria Gonçalves Zarco da Câmara, filha do primeiro

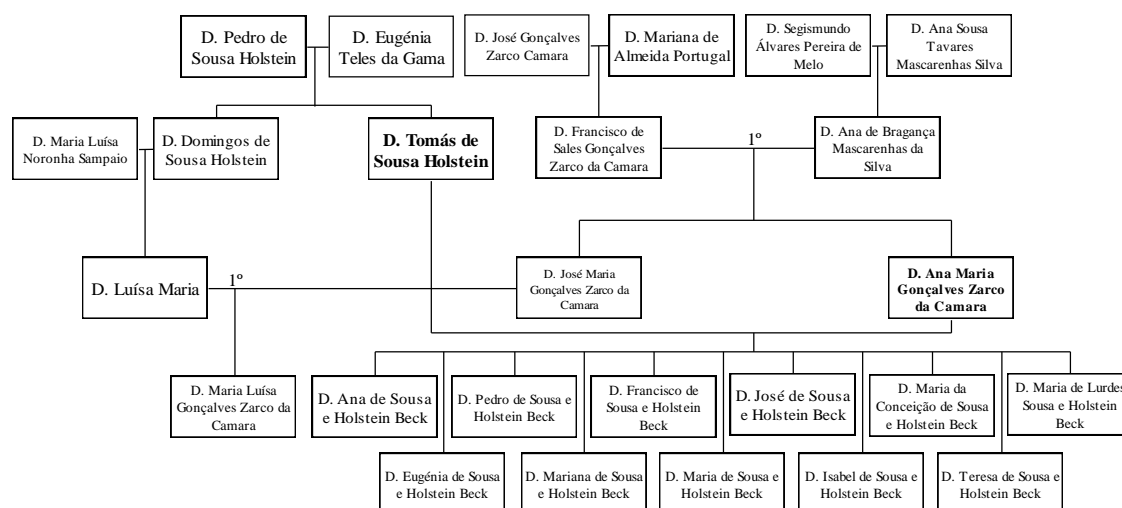
³⁸⁹ Vide **Árvore Genealógica XI** – Ascendência e descendência de D. Francisco Melo de Castro.

³⁹⁰ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, pp. 392-393; PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, pp. 625-626.

³⁹¹ LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp. 114-115.

matrimónio do primeiro Marquês da Ribeira Grande (29/07/1819-01/19/1872) e oitavo conde do mesmo título³⁹², D. Francisco de Sales Gonçalo Soares da Câmara e de D. Ana da Piedade de Bragança Melo e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (01/08/1822-18/07/1856), filha dos terceiros Duques de Lafões. A Casa de Ribeira Grande remonta ao século XVII e tem a representação dos Condes de Vila Franca, que data do século XVI³⁹³. O sétimo Conde de Ribeira Grande, avô de D. Ana Maria, seguiu a causa liberal³⁹⁴, tendo-lhe sido outorgado o cargo de Par do Reino em 1826, embora não tendo chegado a tomar posse³⁹⁵. Foi a respeito da segunda mulher deste, também avó de D. Ana Maria, que D. Pedro de Sousa Holstein, estando no Rio de Janeiro, terá escrito a D. Eugénia Teles da Gama, em 7 de Fevereiro de 1821: “ (...) *O conde dos Arcos tem estado doente e a nora assim como os filhos e a Sr.ª Condessa da Ribeira com sarna, mas é porque se não lavam (...)*”³⁹⁶.

Árvore Genealógica XIII - Ascendência e descendência de D. Ana Maria Gonçalves Zarco da Câmara



³⁹² Na verdade, herdara o título de Marquês de Ponta Delgada de sua tia, mas mudou a designação para Ribeira Grande. Decreto de 5 de Setembro de 1855. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 409.

³⁹³ Cartas de 15 de Setembro de 1662 e de 17 de Junho de 1583, respectivamente. Cf. IDEM, *ibidem*, vol II p. 414.

³⁹⁴ LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp- 114-115.

³⁹⁵ ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional* (1826-1828), tomo II, p. 77.

³⁹⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 8.

Finalmente, nesta geração, temos D. Filipe de Sousa Holstein, 1º Marquês de Monfalim³⁹⁷, que casou com Eugénia Maria Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira do Lago Bezerra de Lacerda e Figueiroa, 3ª Marquesa de Terena e sua sobrinha, por ser filha de sua irmã D. Maria Ana³⁹⁸.

D. Maria Luísa de Sousa Holstein, 3ª Duquesa de Palmela casou com António de Sampaio e Pina de Brederode, filho dos primeiros Viscondes da Lançada, Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire (07/08/1778-07/08/1856) e Helena Teixeira Homem de Brederode (02/12/1800-?). O título é de atribuição recente, datando o decreto de sua criação de 10 de Janeiro de 1849³⁹⁹. Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire destacou-se por ser um dos cabecilhas da aclamação popular da Rainha D. Maria e da Carta Constitucional em Lisboa, em 1833.

D. Luísa Maria de Sousa e Holstein⁴⁰⁰ casou com o nono representante da Casa dos Condes de Ribeira Grande, D. José Maria Gonçalves Zarco da Câmara (03/11/1843-1907), Casa acerca da qual já falámos anteriormente, a propósito do tio de D. Luísa Maria, D. Tomás. D. José é exactamente o irmão primogénito da já citada D. Ana da Câmara⁴⁰¹.

Por último, referiremos D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein, aquela que viria a ser a quarta Duquesa de Palmela e que contraiu matrimónio com D. Luís Coutinho de Medeiros de Sousa Dias da Câmara, filho dos primeiros Marqueses de Praia e Monforte, António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa (23/01/1829-1903) e Maria José Coutinho Maldonado de Albergaria Freire (13/03/1883-18/10/1893). O primeiro título outorgado a esta Casa foi o de visconde, por decreto de 7 de Maio de

³⁹⁷ Decreto de 9 de Agosto de 1861 Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 13.

³⁹⁸ Vide **Árvore Genealógica IX** - Ascendência e descendência de D. Luís Pereira de Lacerda.

³⁹⁹ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 74.

⁴⁰⁰ Cf. IDEM, *ibidem*, 2ª ed., vol. II, pp. 355-357.

⁴⁰¹ Vide **Árvore Genealógica XIII** – Ascendência e descendência de D. Ana Maria Gonçalves Zarco da Câmara

1845, ao avô paterno de D. Luís. D. António receberia o título de conde por decreto de 9 de Julho de 1881 e o de marquês em 21 de Fevereiro de 1890. Curiosa é a proximidade geográfica da residência das duas famílias, pois o palácio dos Condes da Praia e Monforte situa-se a meia dúzia de passos do palácio dos Palmela no Rato, o actual edifício da Procuradoria-geral da República.

Posto isto, passemos então à análise propriamente dita destes casamentos no contexto do grupo social onde os Palmela se inserem e na sua época. Desde sempre que “o casamento desempenha uma dupla função ao nível da reprodução biológica e da reprodução social”⁴⁰². De facto, e de acordo com a vasta bibliografia acerca da questão, verifica-se uma unanimidade em considerar o casamento como uma aliança, sobretudo no seio da aristocracia. Mais do que estabelecer um vínculo entre cônjuges, estabelece-o entre famílias⁴⁰³.

Mafalda Soares da Cunha chamou a atenção para os diferentes factores que concorrem para a realização do casamento. Os externos, interesses políticos, estatuto e rede social em que tais casamentos se inserem, e o nível de riqueza; os internos, número de filhos, sexo e ordem de nascimento dos mesmos⁴⁰⁴. São estes os factores que, válidos para os séculos XVI e XVII, provavelmente poderão ainda ser válidos no século XIX, daí que os devemos ter em conta na nossa análise.

A mulher desempenhava um papel fundamental, seja como filha, herdeira ou não, ou como nora. Percebe-se desde logo uma preocupação dos primeiros duques em casar as filhas não herdeiras com titulares. Mas esta constatação não é de todo linear; há um exemplo contrário a isso, o de D. Ana Rosa, cujo primeiro casamento foi com um secundogénito da Casa Castelo Melhor e o segundo, com um senhor também secundogénito da Casa Galveias. Todavia, a explicação para esta excepção prender-se-á com o facto de esta ser a filha mais nova dos primeiros Duques de Palmela e de ser

⁴⁰² SOUSA, Bernardo Vasconcelos, *Os Pimentéis. Percurso de uma linhagem da nobreza medieval Portuguesa (Séculos XVIII-XIV)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995, p. 273.

⁴⁰³ Cf. PINTO; Alda Maria Martins da Silva, *Casamentos da Casa Real Portuguesa no Século XV*, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1998, p. 46.

⁴⁰⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 473.

também a que casa mais tardiamente.

Há também o caso de D. Maria Ana que, apesar de nunca chegar a ser titular por intermédio do marido, visto morrer antes disso, é como se casasse com um titular, pois o marido era o herdeiro presuntivo de sua Casa. Assim sendo, obedece ao paradigma do casamento com um titular, ou futuro herdeiro de uma Casa titular, assim como as restantes suas irmãs e sobrinha, D. Luísa Maria. Esta capacidade de casar as mulheres da Casa com sucessores de casas titulares é, como demonstrou Nuno Gonçalo Monteiro, um indicador da importância de cada uma das Casas da elite aristocrática e, em última análise, reveladora do seu estatuto⁴⁰⁵. Neste caso concreto, a Casa Palmela demonstra um estatuto elevado, comparativamente aos seus pares, sendo procurada para casar os herdeiros das restantes casas da aristocracia portuguesa.

No caso das herdeiras e futuras Senhoras da Casa de Palmela sucede de maneira diferente. De facto, tanto D. Maria Luísa, como sua filha, D. Helena, casam com secundogénitos de casas titulares, prática típica de Antigo Regime⁴⁰⁶. O nubente era imediatamente adoptado pela Casa à qual ficava pertencendo. Isso é notório na imediata atribuição do título que detinha a noiva à altura do casamento⁴⁰⁷.

Os filhos secundogénitos dos primeiros duques tendem a casar com filhas secundogénitas de casas titulares. A excepção é a de D. Filipe Maria, Marquês de Sesimbra, que casa com a herdeira de uma casa titular: a de Terena. Realmente seria algo invulgar, caso esta herdeira não fosse sua própria sobrinha, numa clara tentativa de fazer perdurar a linhagem dentro da família, evitando a quebra da varonia. Todos os rapazes encabeçaram a formação de uma nova casa titular, logo depois do seu casamento, à excepção de D. Francisco de Sousa Holstein⁴⁰⁸, cuja elevação à titulação tinha ocorrido anteriormente. Pensamos que estas atribuições se devem ao facto de serem filhos de Duque e, como tal, terem direito às honras de Marquês.

⁴⁰⁵ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, p. 129.

⁴⁰⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 122.

⁴⁰⁷ A António Sampaio e Pina de Brederode é dado o título de Duque de Palmela por alvará régio de 16 de Abril de 1863, sendo a mercê outorgada a D. Maria Luísa de Sousa Holstein, por aquele ser seu marido. Cf. *Carta Régia de mercê*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5565, Caixa 21, fol. 59.

⁴⁰⁸ D. Francisco de Sousa Holstein casou em 1862, tendo já recebido o título de Marquês de Sousa Holstein por mercê de 3 de Setembro de 1855; D. Tomás casou em 1864, tendo recebido a 3 de Fevereiro do mesmo ano o título de Marquês de Sesimbra. D. Filipe de Sousa Holstein casou a 29 de Julho de 1861, tendo recebido o título de Marquês de Monfalm a 9 de Agosto do mesmo ano.

Por último, temos de atentar no casamento do único herdeiro varão da Casa Palmela no período em estudo. De facto, foi um casamento envolto em grande celeuma, como já chamámos a atenção atrás. D. Domingos casa com a herdeira de uma casa recém-titulada e detentora de uma das maiores fortunas do país. À data do enlace, D. Domingos era já o herdeiro presuntivo de sua Casa, pois seu irmão primogénito já havia morrido. Todavia, a sua mulher não era ainda a herdeira do património da família. De facto, seu pai já tinha morrido, mas o seu irmão, D. João, herdeiro da casa, ainda era vivo. O caso realmente complica-se com a morte deste último e a não consumação do casamento de D. Maria Luísa, por ainda serem menores os nubentes. Os pormenores do desenvolvimento desta questão serão descritos no capítulo seguinte.

No entanto, pensamos ser importante clarificar desde já as intenções de tal aliança matrimonial, uma vez que a Casa da Póvoa não era uma Casa de grande antiguidade, como sucedia com outras com que a de Palmela estabelecia alianças matrimoniais. É em Agosto de 1833, após a expedição do Algarve e a recepção de D. Pedro IV em Lisboa, que D. Pedro de Sousa Holstein, já feito Duque de Palmela, contacta a Condessa da Póvoa, já viúva, para pedir a mão da sua filha D. Maria Luísa. Em carta à mulher, datada de 7 de Agosto desse ano, D. Pedro explica os seus propósitos: *“Saberás que me resolvi a aproveitar estes primeiros momentos para pedir a filha do Conde da Póvoa para um dos nossos filhos e tenho já a promessa que vou tratar de assegurar por um contrato. Não quis declarar para qual dos dois porque me pareceu que devia esperar por ti para essa decisão. A pequena tem 7 anos, é galante e terá de dote 5 para 6 milhões de cruzados, isto é para cima de oitocentos mil francos de renda⁴⁰⁹. Isto não é para desprezar mesmo para o Domingos, porque um ducado sem vinténs é triste coisa, mas enfim, se por espírito de aristocracia quiseses antes que seja para o Manuel arranjarei a coisa de modo que poderá para qualquer dos dois. Tua mãe já sabe isto e pende para o Manuel, eu confesso que acharia mais razoável que fosse o Domingos, tu decidirás. A condessa da Póvoa já disse ao Imperador que desejava isso muito.”*⁴¹⁰.

Efectivamente ficam bastante claros os objectivos que revestiram a aliança:

⁴⁰⁹ Corresponderia entre 2.000.000\$000 e 2.400.000\$000.

⁴¹⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1238. Jorge Forjaz é de opinião que o casamento fora propiciado pelo próprio Duque de Bragança, como forma de remunerar D. Pedro de Sousa Holstein pelos serviços prestados, sem ter, para isso, de desperdiçar qualquer dinheiro. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 103.

única e exclusivamente questões de índole económica. Todavia, a questão reveste-se de outras particularidades. O interesse seria fazer uma união com a Casa Póvoa, sendo quase indiferente qual dos filhos casaria: o mais velho, D. Domingos, visto que o primogénito já tinha morrido, ou o filho imediatamente a seguir. D. Pedro era de opinião que seria preferível que a aliança se fizesse com o herdeiro de sua casa, de modo a engrandecer economicamente a mesma. No entanto, sua sogra, a Marquesa de Nisa, defensora da antiga ordem social e representante da antiga aristocracia, era de opinião que a aliança se efectuasse com o seu neto secundogénito e não com o herdeiro da Casa, por “*espírito de aristocracia*”. Curiosa é também a tomada de decisão ser deixada para a mulher, D. Eugénia. Além disso, o motivo de ordem económica é reiterado numa carta posterior, ainda de Agosto de 1833, em que D. Pedro diz à mulher “*que não repugne com a consciência tratar de assegurar uma fortuna pecuniária nestes tempos de revolução*”⁴¹¹. Falava a experiência de serem emigrados, que passaram por dificuldades financeiras, e de uma nobreza que já vira os seus bens arrestados por razões políticas, como tinha acontecido durante o seu desterro em Borba. Aliás, as recomendações de severa economia eram constantemente lembradas por D. Pedro a sua mulher⁴¹².

Se os interesses económicos não estiveram arredados do propósito inicial do casamento, provavelmente estiveram-no as questões políticas, visto que o Conde da Póvoa tinha sido um dos assinantes da Representação de 25 de Abril de 1828, alinhando claramente pelo lado miguelista⁴¹³, embora tenha feito parte do Ministério encabeçado por D. Pedro de Sousa Holstein em 1823⁴¹⁴. Todavia, face às razões económicas, o alinhamento político pouca importância teve na questão.

No entanto, a Casa da Póvoa foi a única com que a Casa Palmela encetou relações matrimoniais que alinhou pelo lado miguelista; as restantes alinharam pelo lado liberal, que saiu vencedor em 1834.

Relativamente à antiguidade das Casas, verificamos a existência de vários tipos de aliança. Em primeiro lugar, com aquelas casas da nobreza de Antigo Regime, criadas anteriormente a 1792. É o caso de Castelo Melhor, Galveias, Nisa e Ribeira Grande. Um

⁴¹¹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1258.

⁴¹² Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 48.

⁴¹³ LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp. 114-115.

⁴¹⁴ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 174.

segundo grupo é formado pelas casas que foram tituladas após 1792 e antes da atribuição da Carta Constitucional de 1826, que é o próprio caso da Casa Palmela, embora fosse anteriormente possuidora de morgados e ofícios na Corte, e a Casa da Póvoa. Finalmente, temos as restantes casas, que apenas acederam à titulação após o fim da guerra civil, em 1834. Nesta condição, há duas casas que, para além de terem sido tituladas após 1834, nem sequer possuíam morgados ou senhorios: é o caso da Casa de Lançada e a da Praia e Monforte, a primeira das quais claramente por ter alinhado pelo lado liberal. As restantes, apesar de apenas serem tituladas com grandeza após 1834, já possuíam morgados ou senhorios anteriores a essa data. Estão neste caso as casas de Alcáçovas, Sobral e Terena. Há que chamar ainda a atenção para a Casa de Minas, que apesar de ser um título de Antigo Regime, foi renovada num ramo secundário da Casa, em 1842, ou seja, posteriormente a 1834, como recompensa dos esforços empreendidos para a causa liberal.

Em conclusão, verificamos que o comportamento da Casa Palmela relativamente à política matrimonial seguida apresenta, em traços gerais, uma continuidade em relação ao que se verifica com as casas titulares de finais de Antigo Regime. De facto, o celibato, quer feminino, quer masculino, que vinha decaindo desde finais de Antigo Regime, torna-se totalmente inexistente. Verifica-se igualmente alguma endogamia social, pois são procuradas, na sua grande maioria, outras casas titulares. As filhas não sucessoras casam preferencialmente com sucessores de outras casas, sendo a excepção a última filha de uma vasta prole, que casa, nos seus dois matrimónios, com secundogénitos, demonstrando que o número de filhos concorre para a escolha dos cônjuges, como foi atrás referido. As sucessoras, por seu turno, casam com secundogénitos, característica comum ao Antigo Regime.

Relativamente ao comportamento dos indivíduos do sexo masculino desta família, é também semelhante ao verificado durante o Antigo Regime, casando geralmente com filhas de titulares, não necessariamente herdeiras presuntivas. Aliás, o único caso em que tal se verifica é uma herdeira que faz já parte da família, o que parece demonstrar a vontade que a Casa fique na família.

No entanto, a análise da antiguidade das Casas com que se mantiveram alianças é reveladora de que, apesar de algumas delas serem da antiga nobreza titulada do Reino, com títulos atribuídos anteriormente à regência de D. João VI, muitas eram relativamente recentes. A Casa da Póvoa estava nas mesmas condições que a Casa

Palmela, tendo sido ambas tituladas no período compreendido entre 1792 e 1826, para além da Casa de Sobral, embora sem Grandeza. As restantes foram tituladas após 1834, apesar de possuírem nobreza antiga, a maior parte por terem alinhado pelo lado vencedor da guerra civil, para além de possuírem vínculos anteriores a essa data. Assim sendo, parecem ter concorrido para a escolha dos cônjuges mais os factores externos anteriormente referidos e sistematizados por Mafalda Soares da Cunha, do que os factores internos, neste contexto preciso da Casa Palmela durante o século XIX. É todavia, difícil avaliar em cada caso a importância relativa dos factores simbólicos e económicos, com excepção, talvez, do casamento do segundo Duque de Palmela, sobre o qual deteremos a nossa atenção.

4.3. Os Cônjuges, a Monarquia e o Poder. Cargos, ofícios e carreiras

Embora já tenhamos identificado as famílias com que a Casa Palmela se relacionou através do casamento, falta agora perceber a carreira seguida pelos cônjuges durante a sua vida, nomeadamente, os cargos públicos ou políticos que desempenharam, ou ainda os ofícios exercidos no Paço. Já não se trata somente de averiguar as escolhas que presidiram aos enlances matrimoniais da Casa Palmela, como no capítulo precedente, mas compreender o percurso individual dos membros que ficaram pertencendo a esta família.

Nesse sentido, preferimos sistematizar a informação em pequenos quadros biográficos para cada uma das pessoas em questão, de modo a possibilitar uma comparação das suas carreiras mais fácil. Dividimos a informação disponível em vários predicados, embora nem todos os indivíduos os preencham na totalidade. Tal deve-se ou à ausência de fontes, ou por não terem o predicativo correspondente. Assim, para além do nome e do título, que permita identificá-los, entendemos que seria necessário analisar a sua formação académica, a sua carreira militar, e os cargos que desempenharam. Iremos também analisar os ofícios exercidos na Casa Real e se foram pares ou deputados. Para além disso, iremos verificar a posse de comendas, grã-cruzes e condecorações, quer nacionais, quer estrangeiras.

Ficam, no entanto, a faltar as senhoras. Todavia, perceber o seu percurso é, por

vezes, difícil. A solução consiste em colmatar a falta de informação com dados relativos a seus pais, visto que escolha de determinada noiva passaria necessariamente pela aceitação da família que o pai encabeçava. No entanto, estes dados foram sendo tratados nos capítulos precedentes.

Passemos então à análise do percurso individual dos sujeitos em questão:

Nome	D. Brás da Silveira
Título	9º Marquês das Minas e 12º Conde do Prado
Formação Académica	
Carreira Militar	Alistou-se a 17 de Dezembro de 1830; 1833 - exército liberal; Combateu em Espanha, pela causa de D. Isabel. 1842 – Passou à 3ª secção do exército, por se achar incapaz de servir por moléstias adquiridas em campanha ⁴¹⁵ .
Diplomacia	
Outros Cargos	
Ofícios Casa Real	
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	Comendador da Torre e Espada 1834, por feitos militares; Comendador da Ordem de Cristo ⁴¹⁶ . Medalha de Isabel II
Par / Deputado	Par, Decreto 3 de Maio de 1842, Posse a 12 de Julho 1842 ⁴¹⁷

Nome	Luís Brandão de Melo Cogominho Pereira de Lacerda
Título	3º Conde e 2º Marquês de Terena
Formação Académica	
Carreira Militar	
Diplomacia	Adido à delegação portuguesa nomeada para assistir à coroação da Rainha Vitória.

⁴¹⁵ Carta, Arquivo Histórico Militar, Caixa 177.

⁴¹⁶ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 746.

⁴¹⁷ Cf. *Almanaque de Portugal para o ano de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p. 101. Para conhecer a actividade parlamentar do Marquês das Minas vide MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “LORENA, D. Brás Maria da Silveira e” in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. 2, pp. 626-627.

Outros Cargos	Presidente da Câmara Municipal do Porto ⁴¹⁸ .
Ofícios Casa Real	Conselheiro de Sua Majestade ⁴¹⁹ .
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	Comendador da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha ⁴²⁰ .
Par / Deputado	Deputado em 1842, quando o seu avô foi nomeado par do Reino

Nome	D. Caetano de Vasconcelos de Lencastre
Título	2º Conde das Alcáçovas
Formação Académica	Frequentou 2 anos da faculdade de Direito, Coimbra, entre 1838 e 1840 ⁴²¹ .
Carreira Militar	Praça no 2º Batalhão Nacional de Voluntários do Comércio. Baixa do serviço militar, conservando as honras do posto.
Diplomacia	
Outros Cargos	Director da Companhia de Interesse Público ⁴²² .
Ofícios Casa Real	Gentil-homem da Câmara de D. Luís; Camarista de D. Fernando II ⁴²³ ; Mestre Sala e Aposentador Mor da Casa Real
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	Comendador da Ordem de Cristo; Grã-cruz de Carlos III de Espanha; Grã-cruz de Ernesto Pio, Saxe-Coburgo-Gotha ⁴²⁴ .
Par / Deputado	Par, 22 de Novembro 1843, por sucessão de seu pai ⁴²⁵

Nome	D. Francisco Xavier de Almeida Melo e Castro
Título	8º Conde das Galveias.
Formação Académica	

⁴¹⁸ Cf. *Revolução de Setembro*, nº 7210, Lisboa, Terça-Feira, 12 de Junho de 1866, p. 2.

⁴¹⁹ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 763.

⁴²⁰ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p. 432.

⁴²¹ *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1838 para 1839 (...)*, Tomo IV (XXIX - XXXV – 1830 a 1840), pp. 6 e 8.

⁴²² Cf. *Almanaque de Portugal para o ano de 1856*, p. 602.

⁴²³ Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 1, p. 22. Cf. *Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1888)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 22.

⁴²⁴ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 216.

⁴²⁵ Cf. *Almanaque de Portugal para o ano de 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 13.

Carreira Militar	
Diplomacia	
Outros Cargos	
Ofícios Casa Real	Couteiro-mor da Tapada de Vila Viçosa e Reais Coutadas ⁴²⁶
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	
Par / Deputado	Par Hereditário, posse em 6 de Fevereiro de 1872 ⁴²⁷ .

Nome	Luís de Vasconcelos e Sousa
Título	Filho 2 ^a dos 3 ^o Marquesses de Castelo-Melhor.
Formação Académica	Estudos em Lisboa e Paris, com aproveitamento ⁴²⁸ .
Carreira Militar	
Diplomacia	
Outros Cargos	
Ofícios Casa Real	
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	
Par / Deputado	

Nome	D. António Lobo de Almeida Melo e Castro
Título	Filho 2 ^a dos 7 ^{os} Condes das Galveias.
Formação Académica	
Carreira Militar	
Diplomacia	
Outros Cargos	
Ofícios Casa Real	
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	
Par / Deputado	

Nome	José Maria Gonçalves Zarco da Câmara
Título	9 ^o Conde da Ribeira Grande e sucessor ao título de Marquês.

⁴²⁶ FREITAS, A., *Anuário da Corte Portuguesa, 1^o Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes Editor, 1895, p. 158.

⁴²⁷ Carta Régia de 30 de Abril de 1826. Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2^a ed., vol. II, p. 7; Cf. AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, vol. 2, p. 11.

⁴²⁸ Cf. *Revolução de Setembro*, nº 2802, quarta-feira, 30 de Julho de 1851.

Formação Académica	Doutor em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade de Louvain, Bélgica.
Carreira Militar	
Diplomacia	Adido à legação de Portugal no Vaticano
Outros Cargos	
Ofícios Casa Real	Oficial-mor honorário. Mordomo-mor da Rainha D. Amélia
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	Grã-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Grã-cruz de Vitória, de Inglaterra. Grã-cruz a de Carlos III. Grã-cruz Afonso XII de Espanha. Grã-cruz de Alberto, de Saxe. Grande oficial da Legião de Honra. Comendador da Ordem de Hohenzollern. Condecorado com o colar de S. Pedro ⁴²⁹ .
Par / Deputado	Par por sucessão a seu pai, tendo tomado posse a 7 de Janeiro de 1873 ⁴³⁰

Nome	António de Sampaio e Pina de Brederode
Título	Filho dos 1ºs Viscondes de Lançada; Duque de Palmela, em sua vida, pelo casamento
Formação Académica	Curso preparatório de Marinha na Escola Politécnica, em 24 de Julho de 1849, e o da Escola Naval em 3 de Junho de 1851.
Carreira Militar	Assentou praça como aspirante de 3ª classe da Marinha, em 12 de Março de 1847. 1853 - promovido a guarda marinha e, em 1854, a segundo tenente. Dez anos depois ascendeu ao posto de primeiro-tenente, tendo sido adido ao quadro em 1869. Em 1873 foi promovido a capitão-tenente ⁴³¹ . Desde 1850 que encetou várias comissões de serviço no Mar, destacando-se aquelas ao serviço da Família real.
Diplomacia	
Outros Cargos	Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa entre 1890 e 1905
Ofícios Casa Real	Oficial mor da Casa Real; Fidalgo Cavaleiro da Casa Real; Moço Fidalgo da Casa Real; Capitão da Guarda Real.
Comendas, Grã Cruzes e Condecorações	Ordem da Águia Vermelha, 3ª classe, da Prússia, em 1859. Cavaleiro da Ordem de Albertus Animus, da Saxónia, em 1860. Baltic-medal inglesa ⁴³² . Cavaleiro da Legião de Honra, de França; 3º grau da Ordem de Hohenzollern. Ordem de S. Maurício e S. Lázaro, de Itália, 1864. Cavaleiro da ordem de Leopoldo da Bélgica. Grã-cruz de Carlos III. Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis, por mais de 21 anos de serviço à marinha. Grã-cruz e comenda da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Medalha de ouro de D. Maria II, concedida ao mérito, generosidade e filantropia. Medalha de prata comemorativa da expedição da Angola, em 1860, para a qual fora nomeado ⁴³³ .
Par / Deputado	Par por carta régia de 23 de Fevereiro de 1864

⁴²⁹ Cf. PINTO, Albano da Silveira, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed., vol. II, p. 408; cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p.433; cf. *Anuário Diplomático e Consular Português* (...), pp. 22 e 26.

⁴³⁰ Para saber a actividade parlamentar que desenvolveu, vide PEREIRA, Zélia, “CÂMARA, D. José Maria” in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. 1, p. 541.

⁴³¹ Cf. Arquivo Central da Marinha, *Livro Mestre nº 381*, p. 136; *Livro mestre nº382*, p. 192.

⁴³² Que devolveu à precedência, na sequência do *ultimatum* inglês.

⁴³³ Cf. ACM, *Livro Mestre nº 381*, p. 136; *Livro Mestre nº382*, p. 192 e cf. ABREU, José D’Ornelas de Sanches, FORMOSINHO, José, et alii; *Cruz Vermelha Portuguesa – 1865 a 1925*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1926, pp. 63-73.

Nome	D. Luís Coutinho Borges Medeiros Sousa Dias da Câmara
Título	Filho segundo dos 1 ^{os} Condes da Praia e de Monforte, Marquês do Faial e Duque de Palmela pelo casamento
Formação Académica	Voluntário na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia, na Universidade de Coimbra, em 1883, para além de frequentar a aula de desenho do curso de matemática ⁴³⁴ . Todavia, é em Filosofia que se forma como bacharel, em 1890.
Carreira Militar	
Diplomacia	
Outros Cargos	Director do Banco Emissor. Presidente da Assembleia-Geral do Automóvel Club de Portugal ⁴³⁵ . Protector da Misericórdia de Cascais e dos Bombeiros Voluntários Cascais. Sócio nº 1 do Ginásio Club Português ⁴³⁶ . Criador de gado bravo, que exportava para Espanha ⁴³⁷ .
Ofícios Casa Real	14 ^o capitão da Guarda Real dos Archeiros, em substituição do seu sogro. Oficial-mor. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Vedor dos Reis D. Carlos e D. Manuel II ⁴³⁸ .
Comendas Grã Cruzes e Condecorações	
Par /Deputado	

Como podemos observar, os percursos individuais dos elementos masculinos que casaram com senhoras da Casa Palmela não diferem muito entre si. A grande maioria foi Par do reino. Cinco, num total de nove indivíduos ascenderam a esse lugar.

⁴³⁴ Cf. *Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1883 para 1884; (...)* – Tomo XVI (LXXVII – LXXVIII – 1882 a 1884), pp. 173 e 184.

⁴³⁵ Cf. *Diário de Notícias*, nº 24301, 26 de Setembro de 1933, p. 4; Cf. *Diário de Notícias*, nº 24302, 27 de Setembro de 1933, p. 4.

⁴³⁶ Cf. *Diário de Notícias*, nº 24301, 26 de Setembro de 1933, p. 4.

⁴³⁷ Cf. *Jornal do Comércio e das Colónias*, nº 23936, 26 de Setembro de 1933, p. 1.

⁴³⁸ Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, p.105.

Pensamos que esta forte presença, a que se acrescentarão os dois primeiros Duques e dois dos filhos do primeiro, se explica essencialmente pelo elevado número de descendentes do primeiro Duque de Palmela e pelo facto de todos os descendentes que chegaram à idade adulta terem casado, aliada à política de casamentos seguida. Também é preciso ter em conta que alguns dos cargos de Par do reino são hereditários, como acontece com os das Casas das Alcáçovas, Galveias, Ribeira Grande e o próprio caso da Casa Palmela, sendo sintomático que o terceiro Duque seja nomeado após o seu casamento. Os que não exerceram o cargo de Par eram filhos secundogénitos, como Luís de Vasconcelos e Sousa, primeiro marido de D. Ana Rosa, filha do primeiro Duque de Palmela, ou Luís Coutinho, quarto Duque de Palmela.

Haveria que verificar se estes mesmos indivíduos, nas decisões que tomaram, se se situaram em correntes políticas semelhantes e se defenderam os mesmos interesses. Isto possibilitaria perceber se houve uma efectiva noção de grupo e de pertença a uma mesma estirpe. Todavia, esta investigação está fora dos propósitos deste trabalho.

Por outro lado, pensamos ser expressivo o número de indivíduos que exerceu ofícios no Paço.

Há também um peso significativo do número de indivíduos condecorados pois, à excepção do segundo Marquês de Terena, Luís Brandão Cogominho Lacerda, que apenas possui um grau numa ordem estrangeira, todos os outros indivíduos agraciados o foram com três ou mais condecorações. A maior parte destas condecorações foram atribuídas a título honorífico, à excepção daquelas que constituem uma recompensa por mérito militar.

Muito timidamente, assistimos ao desempenho de cargos não considerados próprios da nobreza durante o Antigo Regime. Efectivamente, temos alguns poucos casos de empreendimentos, sobretudo em companhias de interesse público, tal como acontecia com alguns dos filhos do primeiro Duque de Palmela, como vimos.

As carreiras militares, seja no exército, seja na marinha, assumem um valor pouco expressivo. O exército apresenta maior expressividade que a Marinha, como sucedia com a nobreza estremenha de Espanha no século XVIII⁴³⁹. Além disso, não convém esquecer que Marinha proporcionava uma formação académica.

A formação académica começa a tomar terreno, sobretudo nos filhos

⁴³⁹ Cf. ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, Mérida, Consejo ciudadano de la Biblioteca Pública Municipal Juan Pablo Forner, 1990. p. 463.

secundogénitos, relativamente ao período anterior. A única excepção é a do Conde da Ribeira Grande, filho primogénito, se que doutorou na Universidade de Lovain.

Apesar de não possuímos fontes relativas à educação escolar primária, nem sequer outro tipo de informações que nos permita compreender o investimento em educação por parte destas famílias nos seus filhos, parece haver uma grande discrepância entre a educação que os membros da Casa Palmela receberam e a que tiveram os seus cônjuges. De facto, houve a preocupação, sobretudo por parte dos primeiros Duques de Palmela, de providenciar aos seus filhos uma sólida formação cultural e escolar, que ia bem mais além do que o ensino elementar, ou apenas do ingresso no Exército ou na Marinha. Em França, esta maior formação intelectual seria própria de meio mais aristocrático⁴⁴⁰. Basta atentar no percurso daquele que foi o primogénito, D. Alexandre de Sousa Holstein, que cursou num colégio da Marinha Inglesa, mas completou a sua formação escolar, frequentando aulas na Universidade de Londres e na Sorbonne. Ora, estes estudos superiores contrastavam com a preparação dos restantes primogénitos que casaram na Casa Palmela, e que, à excepção do Conde de Ribeira Grande, não seguiram uma formação académica superior, que continuava a estar destinada aos secundogénitos, tal como acontecia no Antigo Regime⁴⁴¹. É sintomático que D. Caetano de Vasconcelos de Lencastre, Conde das Alcáçovas e filho secundogénito, tenha iniciado os seus estudos em Coimbra, deixando-os logo após a morte de seu irmão mais velho, de modo a assumir os destinos da sua Casa, que então herdou.

As razões que estarão por detrás da aposta em fortes alicerces educacionais por parte da Casa de Palmela poderão estar relacionadas com o facto de esta família ter vivido largas temporadas no estrangeiro ou com a noção, coerente com o espírito liberal, de que a nova sociedade se deveria fundar na meritocracia, para a qual uma formação académica se revelava imprescindível, e que a competência técnica, intelectual e profissional constituía um instrumento privilegiado de domínio social⁴⁴². No entanto, esta parece-nos uma característica própria da família, que

⁴⁴⁰ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse reinventée: nobles de Franche-comté de 1814 à 1870*, Paris, Pie impranta Annales littéraires de l'Université de Besaçon, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, p. 818.

⁴⁴¹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, pp. 521 e 522.

⁴⁴² Cf. CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, « De l'aristocratie aux élites » in *Histoire des élites en France du XVIe ao XXe siècle*, s.l., Tallandier, 1991, p. 255.

manifestou desde cedo interesses na leitura, no coleccionismo, nas artes, e que travou conhecimento com grande parte da intelectualidade portuguesa e europeia do seu tempo, tendo consciência da importância que estas relações tinham, como podemos observar por esta carta, de 1 de Março de 1831, de D. Alexandre de Sousa Holstein, dirigida à mãe, D. Eugénia: “(...) *Ontem encontrei o príncipe Esterhazy⁴⁴³ e isso poupou-me o trabalho de ir lá; ele perguntou-me se o papa já tinha partido e convidou-me para lá ir esta noite e sempre que eu quisesse. A princesa de Lieven⁴⁴⁴ ainda a não tornei a ver depois da partida do papa, mas não tenho remédio se não ir lá bastantes vezes, pois o papa recomendou-me muito que o fizesse. V. Ex.^a bem vê que estas visitas e partidas me custam bastante, não só pelo pouco que eu gosto delas, em todos os tempos, mas particularmente nestas circunstâncias e só as faço por ser uma das ordens mais positivas que o papa me deu. (...)*”⁴⁴⁵.

⁴⁴³ Príncipe Nicolau II (1765-1833), diplomata Húngaro, pertencente ao império Austríaco, ou então seu filho, o príncipe Paul Anton III (1786-1866), também diplomata.

⁴⁴⁴ Doroteia Christophorona Von Bekendorf, (1785-1857) princesa de Lieven pelo seu casamento com o príncipe Cristóvão Lieven, embaixador Russo em Inglaterra entre 1812 e 1834. Íntima de personalidades como Metternich, Madame de Staël e o Duque de Wellington.

⁴⁴⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5747, Caixa 169, fol. 1917.

5. Desenlace: tentativa de dissolução do matrimónio de D. Domingos

Propositadamente, não nos debruçámos com particular atenção sobre contrato antenupcial dos segundos Duques de Palmela, uma vez que a própria união entre ambos foi um acontecimento que provocou um grande alarido nos tribunais, na imprensa e na própria família. Deste modo, não poderemos deixar de explicar neste capítulo as tentativas de dissolução deste matrimónio por parte dos tios paternos de D. Maria Luísa Noronha Sampaio e as medidas tomadas pela Casa Palmela para o evitar. Neste sentido, procuraremos também aprofundar os motivos que presidiram à escolha de D. Maria Luísa como noiva de D. Domingos de Sousa Holstein, que parecem divergir da escolha dos restantes consórcios que analisámos. Iremos também analisar o esforço dispendido para contrariar a tentativa de separação dos nubentes.

Para melhor compreender como tudo se passou, é necessário recuar um pouco no tempo, à data da morte de Henrique Teixeira de Sampaio, pai daquela que veio a ser a segunda Duquesa de Palmela. Como referimos anteriormente, Henrique Teixeira de Sampaio nasceu em Angra, em 1774. Estudou num colégio em Londres e aí iniciou a sua vida comercial. Em 1800 foi Comissário-em-Chefe do exército auxiliar anglo-luso. Em 1816 foi-lhe outorgada a comenda de Cristo, a que se seguiu o título de Barão de Teixeira, em 1818, como recompensa dos empréstimos concedidos ao exército anglo-luso durante as invasões francesas. Seguiram-se a outorga da carta de fidalgo de cota de armas em 1819 e o título de Conde da Póvoa em 1823, que lhe permitiu tomar assento na Câmara dos Pares, entre 1826 e 1828. Foi ainda o impulsionador do Banco de

Lisboa, de que foi um dos principais accionistas⁴⁴⁶. Henrique morreu a 27 de Março de 1833⁴⁴⁷, com testamento de dia três do mesmo mês. Em inventário a que se procedeu após a sua morte, os seus bens foram avaliados em oito mil e quatrocentos contos. Tendo instituído um morgado em 1 de Março de 1824 no valor de 3 milhões de cruzados, ou seja, 1.200.000\$000, com especial mercê régia de 27 de Fevereiro de 1824, declarou, no seu testamento, vincular simultaneamente todos os bens de raiz adquiridos antes e depois da instituição do mesmo morgado. Foram também incorporadas as duas baixelas de prata de que era possuidor e os brilhantes que tinha a uso pessoal. Ordenou que a legítima que caberia a seu filho primogénito fosse igualmente incorporada neste vínculo, assim como a terça remanescente, após o pagamento dos encargos ordenados no testamento. Instituiu como herdeiros universais os seus filhos legítimos, D. João e D. Maria Luísa, na(s) parte(s) da herança e na terça da mesma da qual dispunha livremente e a parte que restava da terça ficaria anexa ao morgado. Sendo os seus filhos menores, nomeou para seus tutores a Condessa de Peniche⁴⁴⁸ e o Desembargador do Paço, João Baptista Esteves⁴⁴⁹.

Cinco meses depois da morte do Conde da Póvoa, o Duque de Palmela pedia a mão de sua filha, D. Luísa, à Condessa da Póvoa viúva, para um dos seus filhos, D. Domingos ou D. Manuel, como vimos, ao que aquela depressa anuiu.

Entretanto, tinha-se formado o conselho de família, constituído pelo tutor, João Baptista Esteves, o curador Luís Martins Bastos, a Condessa da Póvoa, D. Domitília Teixeira de Sampaio, Luís Teixeira de Sampaio, ambos irmãos do falecido e que podemos observar na **Árvore Genealógica XIV**, e José Joaquim Gerardo de Sampaio⁴⁵⁰. O objectivo era velar pelos interesses dos menores e possibilitar a administração da Casa do Conde da Póvoa. Foi perante este conselho que, a 11 de

⁴⁴⁶ Cf. FRANÇA, José Augusto, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal” in *Pombal revisitado*, vol. I, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984, p. 31.

⁴⁴⁷ Cf. *Certidão de óbito do Conde da Póvoa*, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 187.

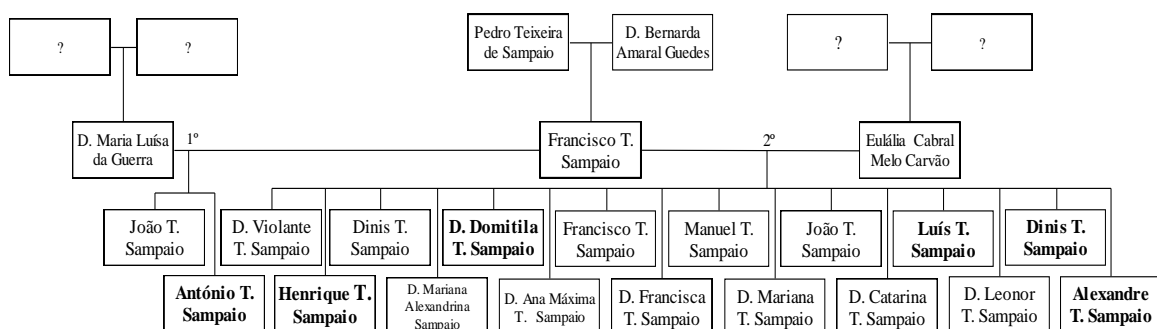
⁴⁴⁸ Isabel Teles da Silva (1789-1862), filha do terceiro Marquês de Penalva, Fernando Teles da Silva e casada com D. Manuel Lourenço de Almeida e Noronha, 2º Conde de Peniche, cunhado do Conde da Póvoa.

⁴⁴⁹ Cf. *Testamento do Conde da Póvoa*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 593.

⁴⁵⁰ Cf. *Actas do Conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 25.

Agosto de 1834, se apresentaram os autos do alvará régio de licença de casamento expedido em favor de D. Domingos de Sousa Holstein e de D. Maria Luísa, filha do Conde da Póvoa. Decidiu-se unanimemente que se procedesse à escritura de esponsais entre os futuros esposos, onde se estipulasse a promessa verbal de casamento entre a Condessa da Póvoa e o Duque de Palmela, declarando-se também que, quando os noivos chegassem à idade própria de se efectuar o casamento, se procederia a outra escritura antenupcial, que ajustaria a administração dos bens de cada uma das partes⁴⁵¹.

Árvore Genealógica XIV - Irmãos do Conde da Póvoa



Efectivamente, foi isso que aconteceu, como podemos constatar com maior pormenor no capítulo seguinte: a 6 de Setembro de 1834 procedeu-se à primeira escritura de esponsais, onde se decidiu que o casamento teria lugar quando a noiva atingisse a “*idade conveniente*”⁴⁵². A relação entre a família Póvoa e Palmela parecia correr dentro da normalidade. No Verão seguinte, em 12 de Agosto de 1835, o Duque de Palmela, em carta à mulher, pensava pedir emprestada a Casa de Sintra à Condessa da Póvoa, para aí passar alguns dias: “(...) Acho porém muita dificuldade em obter quartos na estalagem. Lembrou-me pedir à Condessa da Póvoa que me emprestasse por oito dias a sua casa, mas agora suscitou-me a Rainha outra ideia, oferecendo-me quartos no paço. Que te parece? Se gostares de vir estar um mês ou dois meses em Sintra podemos acomodar-nos todos optimamente no paço e bem sabes que não é coisa nova emprestarem-nos aqueles quartos. Creio mesmo que se poderão obter alguns móveis para lá. Se preferires ir aos banhos do mar mando-mo dizer. Eu creio que para a saúde dos nossos filhos uma estada em Sintra não será pior do que uma residência na

⁴⁵¹ Cf. *Actas do Conselho de Família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 151, fol. 68.

⁴⁵² *Escritura de Esponsais*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 311.

*praia e o Didi podia ir dia ou outro banhar-se à praia das maçãs. (...)*⁴⁵³.

Em Junho de 1836, o Duque de Palmela recebia uma carta do tutor dos menores, no qual este lhe confirmava não se opor ao casamento entre D. Domingos e D. Maria Luísa, sobretudo quando se tinha já assinado uma escritura de esponsais celebrada pelo conselho de família e ordenada pelo imperador⁴⁵⁴.

Esta missiva parece ter sido um estratagema arquitectado pelo Duque de Palmela, como ele próprio confessa a D. Eugénia numa carta datada do dia imediatamente posterior, como forma de concretizar o casamento: “(...) *Fui ontem ao Lavradio e depois de muito combater e uma singular consideração que te contarei, o mais que pude conseguir foi uma carta (que já tenho na minha mão) na qual João Baptista me diz que se não oporá ao casamento, visto que assinou a escritura dos esponsais, por mandado do Imperador. Que te parece isto? Assim mesmo suponho que esta resposta basta para podermos fazer o casamento, mas necessito arranjar aqui as coisas para isso e levar tudo feito para a Condessa da Póvoa. Entretanto guarda isto tudo para ti. Mas vejo com certeza que J. Baptista favorecia a Condessa de Peniche e que para por todos os contendores fora de combate é indispensável apressar todo o negócio (...)*” O objectivo foi o de apressar o “negócio” – leia-se casamento – de forma a colocar “*todos os contendores fora de combate*”, ou seja, todos aqueles que se opunham ao mesmo. D. Pedro demanda à mulher, ainda na mesma carta, que esta tome as medidas necessárias para alojar D. Maria Luísa em Sintra: “*Portanto é preciso que a todo o custo tomes as tuas medidas para arranjar em Sintra lugar para a pequena, para a mestra, que nos primeiros dias será a D. Teresa e para uma ou duas criadas. Para este fim é indispensável tomar ou a Piedade ou a casa amarela por cima da água férrea. Arranja tu isso como quiseses falando ao procurador do Duque de Cadaval ou a quem te parecer mas olha que te digo de todo o coração que nisto não admito a menor dúvida nem demora e que te tornarias responsável por todos os transtornos e desgraças que resultassem de se sacrificar agora a considerações pequenas e secundárias uma coisa em que interessa o sossego de toda a minha vida e a sorte futura da nossa família. Perdoa estas reflexões, porque o caso é sério e digo-te que o não pode haver mais sério*

⁴⁵³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5804, Caixa 236, fol. 986.

⁴⁵⁴ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 369.

para mim neste mundo”⁴⁵⁵. Desde esta data fica claro que o Duque de Palmela iria empregar todos os seus esforços para concretizar o casamento de seu filho com a filha do Conde da Póvoa, percebendo-se desde esta data a preocupação de que o casamento poderia não vir a realizar-se, por falta de autorização do tutor.

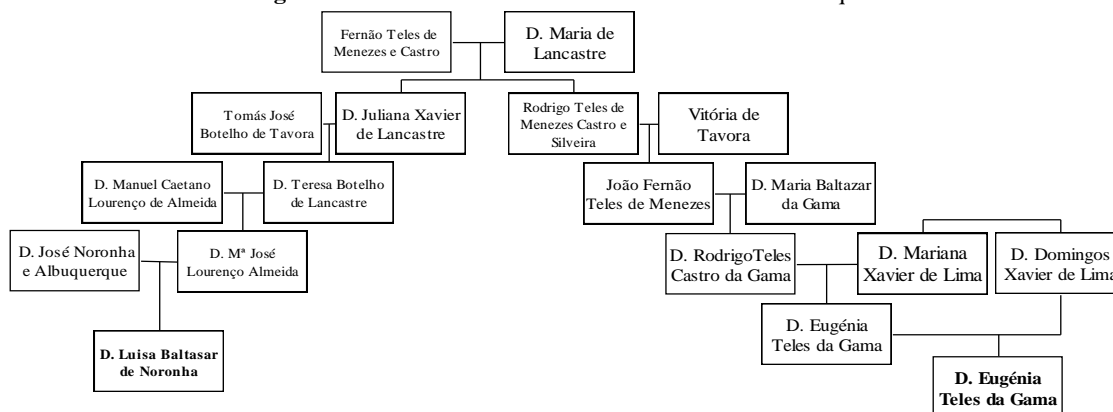
Todo o empenho dos progenitores Palmela veio a ter bom sucesso, pois os prometidos receberam-se a 3 de Julho do mesmo ano, como marido e mulher, no oratório da Casa da Condessa da Póvoa. Foram efectuadas as autorizações régia e do conselho de família e a dispensa de idade e de parentesco⁴⁵⁶ por parte do Cardeal Patriarca. A escritura assinada nesta data referia expressamente a vontade deste casamento por parte dos pais dos noivos e deles próprios. Acordou-se, no entanto, que a noiva vivesse separada do noivo até que o casamento fosse consumado⁴⁵⁷.

Todo o final de ano ocorreu sem grandes incidentes. A vinte de Outubro o conselho de família dos menores reuniu-se, estando presente como membro do mesmo, o Duque de Palmela. Nele se decidiram os alimentos que a Marquesa do Faial, D. Maria Luísa Noronha Sampaio, teria pelos rendimentos da sua legítima. A Condessa da Póvoa, Luís Teixeira de Sampaio e Dinis Teixeira de Sampaio, tios da menor, decidiram que se

⁴⁵⁵ *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 104.

⁴⁵⁶ A Duquesa de Palmela ainda era aparentada com a Condessa da Póvoa, como podemos verificar:

Árvore Genealógica XV - Parentesco entre a Condessa da Póvoa e a Duquesa de Palmela.



⁴⁵⁷ Cf. *Certidão de Casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5708, Caixa 146, fol. 671. Jorge Forjaz refere que o advogado Manuel Pereira de Araújo, no depoimento que prestou posteriormente, diz que a noiva não demonstrou a sua vontade na realização dos esponsais. O mesmo Autor refere que a junção dos contraentes se daria quando a noiva tivesse 12 anos de idade, o que não é referido na escritura. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, p. 105.

deveriam dar todos os rendimentos da sua legítima. Nesta questão o Duque foi peremptório, demonstrando que era contra a entrega da totalidade dos rendimentos, mas que aceitava a decisão, uma vez que era propósito da maioria⁴⁵⁸. No entanto, a ideia de que a família da nubente poderia voltar atrás na decisão tomada relativamente ao casamento permanecia na mente do Duque, apesar de a Condessa da Póvoa mostrar-se favorável ao mesmo, como podemos observar na carta dirigida pelo Duque de Palmela à mulher, na véspera de Natal de 1836: “ (...) *Fui à 4 ou 5 dias com a Maria Luísa a Benfica ter com Mãe. Fez-lhe algumas festas mais do que costume e disse-me na conversação que a maior consolação que tinha era ter casado a menina. Respondi-lhe que esperava que ela assim dissesse sempre. A pequena gosta muito de nós todos* (...)”⁴⁵⁹.

Um facto viria, no entanto, a mudar o rumo dos acontecimentos. Às oito horas da manhã do dia oito de Julho de 1837 morria o irmão de D. Maria Luísa, o segundo Conde da Póvoa, D. João Noronha de Sampaio⁴⁶⁰. Isto significava que D. Maria Luísa se tornava, assim, a herdeira da Casa da Póvoa e da totalidade da fortuna que a compunha.

Os acontecimentos precipitaram-se a partir deste momento. A nove de Outubro de 1838⁴⁶¹ o conselho de família reuniu-se novamente. Por essa altura, os Duques de Palmela estavam a residir em Paris, com os seus filhos e claro, com D. Maria Luísa Noronha Sampaio, que com eles vivia, desde a já referida escritura de 3 de Julho de 1836. O conselho compôs-se, para além do tutor e do curador da menor, por Luís Teixeira de Sampaio, Francisco Martins e Pedro Daniel Mouchet, como procurador da Condessa da Póvoa, e José Xavier Mouzinho da Silveira, como procurador de Dinis Teixeira de Sampaio. O motivo desta reunião tinha sido uma carta recebida pelo tutor, datada de 29 de Maio desse mesmo ano, assinada por Osborne Henrique de Sampaio,

⁴⁵⁸ Cf. *Acta do Conselho de Família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 131.

⁴⁵⁹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 622.

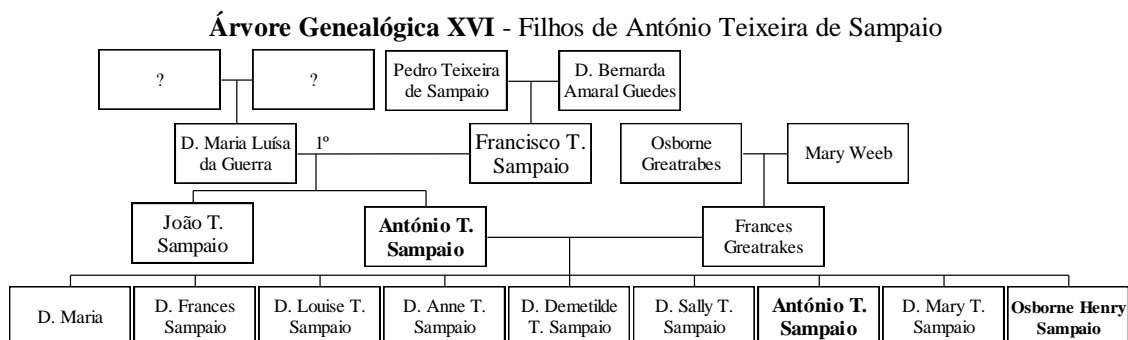
⁴⁶⁰ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 65.

⁴⁶¹ E não a 9 de Outubro de 1837, como é referido por Jorge Forjaz. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 105.

por si e como procurador de seu irmão António de Sampaio⁴⁶² e Luís Teixeira de Sampaio e ratificada pelos Duques de Palmela, onde se convencionava um novo ajuste relativamente ao casamento entre D. Domingos e D. Maria Luísa, uma vez que as circunstâncias faziam desta menina herdeira de seu irmão. Era, por isso, necessário “*promover o [seu] desenvolvimento físico e moral*” de modo a não extinguir o seu livre arbítrio na escolha de esposo. Deste modo, os Duques de Palmela e seu filho obrigavam-se a concluir o casamento somente quando D. Maria Luísa tivesse completado quinze anos de idade, o que corresponderia a 21 de Abril de 1842 e apenas nas cidades de Lisboa, Paris ou Londres. Para tal, a mesma deveria declarar perante estes seus parentes paternos que casava de livre vontade, sem condicionamento algum. Seria necessário também estabelecer uma casa de residência para D. Domingos diferente daquela que os Duques partilhariam com D. Maria Luísa, uma vez que a mesma continuaria sob a direcção moral de D. Eugénia até à conclusão do casamento com D. Domingos, com qualquer outro esposo ou até mesmo nenhum. Caso os Duques de Palmela residissem em outra cidade diferente das três mencionadas, seriam obrigados a manter a menina em uma delas, de modo a permitir uma mais fácil comunicação entre ela e os seus parentes paternos, que devia, aliás, ser propiciada. Caso alguma destas condições não se verificasse, o casamento seria considerado como não tendo o consentimento e vontade legal da menina, e como tal considerado nulo. Esta seria considerada menor até à idade de vinte e cinco anos completos e todos os seus bens e rendas passavam a ser administrados como se tratassem de propriedade de um menor, sendo somente entregues aquando da maioridade da mesma. Os Teixeira de Sampaio procuravam, deste modo, atrasar o mais possível a consumação do casamento, abrindo a possibilidade de a menor poder escolher no futuro um outro noivo, preferencialmente algum membro da sua família.

Perante isto, o tutor pedia ao conselho de família a deliberação adequada,

⁴⁶² Ambos filhos de António Teixeira de Sampaio, meio-irmão de Henrique Teixeira de Sampaio:



afirmando, no entanto, que não ratificava o casamento da menor sem a aprovação do mesmo conselho, além de que também não apoiava que a menina tivesse saído do reino sem a sua autorização e a do conselho de família, demarcando-se essencialmente da posição tomada pela Casa Palmela. O conselho de família, em conjunto com o Juiz de Paz, decidiu que a convenção descrita seria reduzida a escritura pública⁴⁶³.

Poucos dias depois, a 15 de Outubro de 1838, celebrou-se uma nova escritura entre o Conde de Vila Real, como procurador dos Duques de Palmela e do Marquês do Faial, e Pedro Daniel Mouchet, procurador do tutor João Baptista Esteves. O objectivo era o de celebrar as novas condições do consórcio de D. Maria Luísa e de D. Domingos, que foram aprovadas por conselho de família a 9 de Outubro desse ano. As condições foram as mesmas expostas nesse conselho e que referimos anteriormente⁴⁶⁴. Trata-se pois, de uma escritura em que se verifica que os parentes paternos de D. Maria Luísa procuraram fazer valer os seus direitos pela forma da lei: por um lado fazendo atrasar a realização e a consequente consumação do matrimónio, prevendo a possibilidade de a noiva poder decidir sobre o seu destino e sobre o qual os seus parentes pensavam poder interferir; por outro lado, evitavam que a fortuna que a menor possuía fosse administrada senão pelo conselho de família. Apesar de dificultarem a conclusão do matrimónio, a menor continuava à guarda dos Duques de Palmela.

No entanto, encontramos uma outra escritura datada do mesmo dia, mas com algumas diferenças. Desta vez, as partes eram compostas pelos Duques de Palmela, representados pelo seu cunhado, o Conde de Vila Real, e Luís Teixeira de Sampaio, Osborne Henrique Sampaio, por si como procurador de Alexandre Teixeira Sampaio, seu tio e António Sampaio, seu irmão, procurando estabelecer não só as mesmas condições expressas da carta de 29 de Maio, mas também outras no mesmo sentido. De facto, os Duques de Palmela ficavam obrigados a não colocar entrave algum a D. Maria Luísa em passar um dia, pelo menos uma vez por semana, nas casas de Osborne Henrique Sampaio e António Sampaio, sempre que estes assim o desejassem. Os Duques também se obrigam a não sair de Paris, onde se encontravam, com a D. Maria Luísa antes de ela perfazer quinze anos completos. Caso os Duques necessitassem de

⁴⁶³ Cf. *Acta do Conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 189.

⁴⁶⁴ Cf. *Escritura*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5645, Caixa 92, fol. 1028. Jorge Forjaz refere apenas esta escritura. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 106.

sair da cidade deviam deixá-la num estabelecimento conveniente à sua educação. A Duquesa de Palmela continuaria com a superintendência geral da educação da menina, que deveria assentar no princípio de que possuía a liberdade de escolher um esposo e que iria administrar uma grande fortuna. Também não deveria tomar o título de Marquesa do Faial, sendo que todos a tratariam pelo seu nome de baptismo, de modo a manter a sua liberdade de escolha intocável relativamente a um marido. Estas condições incrementavam ainda mais a tentativa, por parte dos tios paternos da menor, de exercer influência sobre ela, apesar desta continuar à guarda dos Duques de Palmela.

Por outro lado, os familiares da pequena, condescendendo em que os Duques de Palmela não deveriam sofrer perdas causadas pela demora do casamento ou inclusive pela sua eventual não realização e como consideravam possível qualquer um deles ser o sucessor da Casa da Póvoa, obrigaram-se a entregar anualmente aos Duques de Palmela e ao Marquês do Faial uma renda vitalícia, igual à quarta parte da renda do morgado já constituído, ou que se viesse a constituir. Para além disso, Luís Teixeira Sampaio e António Sampaio ficavam obrigados a entregar a metade da legítima que actualmente possuía a menor, caso esta designasse para esposo algum dos filhos destes últimos nomeados. Se assim fosse, mas se o escolhido tivesse casa ou título de aliança, os Duques de Palmela e o Marquês do Faial receberiam a quinta parte do rendimento. Na eventualidade de Luís Teixeira de Sampaio ou António Sampaio não quererem nessa ocasião a fortuna pecuniária da menina e caso não pudessem pagar aquele capital igual à sobredita metade e por seus próprios bens, cada um deles se obrigava a não dispor de nenhuma parte da sua fortuna, sem lhe fazer saber qual sua posição⁴⁶⁵. Ou seja, nestas condições da escritura ficava expressa a possibilidade de um dos familiares paternos vir a casar com a menina, mas possibilitando à Casa Palmela uma indemnização pelos danos que daí adviessem. Ficam claramente traçados os objectivos dos Sampaio relativamente a esta questão: anular a todo o custo o casamento de D. Maria Luísa com o Marquês do Faial e casá-la com um dos seus tios ou primos, de forma a apoderarem-se da sua fortuna. Obviamente, logo após a clarificação teórica dos seus objectivos, que ficava patente nesta escritura, os mesmos parentes passariam à acção, de modo a concretizarem os seus objectivos.

Efectivamente, cinco dias depois, a 20 de Outubro de 1838, o conselho de família reuniu-se novamente, a pedido de Luís Teixeira de Sampaio. O seu objectivo era

⁴⁶⁵ Cf. *Escritura*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5574, Caixa 31, fol. 310.

o de nomear em Paris, onde residia à data a menor, uma pessoa de confiança e probidade que tivesse todo o cuidado na fiel execução dos contratos celebrados entre o Duque de Palmela e os parentes paternos da mesma menor. Luís Teixeira de Sampaio sugeria que tal pessoa fosse António Sampaio “*porque reside em paris e é parente mui próximo da menor e é dotado de todas as qualidades necessárias para o bom desempenho de uma tal comissão*”. O conselho decidiu unanimemente que, embora não fosse necessária a sua autorização para tal, se encarregasse António Sampaio ou qualquer outra pessoa apta, “*de todos os poderes necessários para fazer executar perfeitamente o convencionado na escritura a que se procedeu por determinação deste mesmo Conselho*”. Caso houvesse alguma falta, pudesse esse procurador requerer às autoridades competentes em Paris tudo o que fosse para bem da menor, inclusive a sua remoção “*para uma casa ou convento decente e próprio à dignidade dela, e conduzi-la com todo o decoro e cautela a este reino.*” O procurador poderia também requerer perante as autoridades francesas a declaração da violência e nulidade com que a menor tinha sido levada para fora do Reino de Portugal, sem o seu consentimento e vontade. Também poderia invocar a nulidade de um casamento feito por uma menor e, por isso, sem uso de razão. Em suma, o procurador poderia tomar todas as providências que achasse necessárias, ou por falta da Duquesa de Palmela, ou qualquer outra eventualidade, expedindo-se assim uma procuração precatória do tutor dirigida a qualquer autoridade a quem fosse apresentada⁴⁶⁶. O objectivo dos Sampaio era o de retirar D. Maria Luísa da guarda dos Duques de Palmela, alegando-se, para tal, que fora levada para fora de Portugal sem o seu consentimento e que o casamento, tendo sido efectuado por uma menor, sem uso de razão e vontade próprias, deveria ser considerado nulo. Era esta a base argumentativa dos parentes da menor, com o objectivo de a casar com um seu parente ou, pelo menos, de ela não vir a ter descendentes directos, o que os tornava seus imediatos sucessores e herdeiros.

A 22 do mesmo mês de Outubro de 1838, dois dias depois desta decisão do conselho de família, os parentes do falecido Conde da Póvoa assinaram um contrato entre si, de modo a negociarem as condições da herança que lhes viesse a caber, caso D. Maria Luísa morresse sem sucessão. Os interessados foram Luís Teixeira de Sampaio, representando o seu filho Luís Teixeira de Sampaio, Dinis Teixeira de Sampaio e Alexandre Teixeira de Sampaio (este representado por Osborne Henrique Sampaio),

⁴⁶⁶ Cf. *Acta do Conselho de Família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 219.

irmãos do Conde da Póvoa. Por outro lado apresentava-se António Sampaio e seu filho primogénito António Sampaio, representados por Mouzinho da Silveira⁴⁶⁷. Caso se extinguisse a linha directa do Conde da Póvoa por falecimento de D. Maria Luísa, sua única filha legítima, os bens passariam para os colaterais do mesmo Conde. Todavia, seria necessário apurar qual o sucessor, se os irmãos, se os filhos de seu irmão mais velho. Acresce ainda o facto de não se saber quais seriam vivos na altura em que a sucessão tivesse lugar. A escritura pretendia assim estabelecer as condições dessa sucessão, ou melhor, embora não se decidindo quem viria a ser o sucessor da Casa Póvoa, decidia-se sim a quantia em alimentos que o sucessor teria de pagar aos restantes membros da escritura⁴⁶⁸.

Estando previstas as condições da repartição da fortuna do falecido Conde da Póvoa, faltava agir de forma a impedir que D. Maria Luísa tivesse descendentes e a forma de o conseguir era conseguir a anulação do matrimónio com D. Domingos de Sousa Holstein. Assim, a 27 de Outubro de 1838, Luís Teixeira de Sampaio, Dinis Teixeira Sampaio e Francisco Martins dirigiram uma petição ao Desembargador promotor do Patriarcado de Lisboa, aprovada pelos representantes da família do falecido Conde, em que provavam que o casamento da mesma menor tinha sido celebrado sem as condições necessárias que satisfaziam o que estava disposto pelo Concílio de Trento e pelas restantes leis canónicas e civis que regulavam o sacramento do matrimónio. Pediam, por isso, junto do patriarcado a separação canónica do Marquês do Faial e de D. Maria Luísa, incorrendo os mesmos nas penas canónicas que o direito lhes aplicasse, caso contrariassem a intimação da sua separação, sendo o mesmo extensível aos Duques de Palmela e demais parentes da mesma senhora assinados na convenção⁴⁶⁹. A petição foi aceite e assinada pelo Arcebispo da Lacedemónia⁴⁷⁰, que anulava o casamento até

⁴⁶⁷ Vide **Árvore Genealógica XIV** – Irmãos do Conde da Póvoa.

⁴⁶⁸ Cf. *Escritura*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5708, Caixa 146, fol. 639.

⁴⁶⁹ Cf. *Autos cíveis de Petição*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 151, fol. 85.

⁴⁷⁰ O Arcebispado de Lacedemónia era a agraciação da Santa Sé ao Vigário-Geral do patriarcado. Todavia, em 1833, quando morreu D. António José Ferreira de Sousa arcebispo de Lacedemónia, o título não fora renovado pelo Vaticano, uma vez que as relações da corte pontifícia com Portugal se interromperam. Quando reatadas, a agraciação passou a ser com o arcebispado de Mitilene, em 1853. Todavia, apesar de a Santa Sé nesse período não ter procedido a nenhuma nomeação com essa denominação, encontramos na documentação o título de Arcebispo de Lacedemónia, eleito, cargo que cabia a Marcos Pinto Soares Vaz Preto, um dos principais clérigos que participou activamente nas comissões encarregues de proporem e efectivarem a extinção das ordens religiosas. De facto, Marcos Vaz

ele ser canonicamente revalidado ou anulado por acção ordinária. No entanto, a menor deveria permanecer em casa dos Duques de Palmela, sob responsabilidade da Duquesa, que deveria assinar um termo de direito de responsabilidade caso concordasse em ser depositária da menor. Tanto os contraentes, como os Duques de Palmela deveriam ser intimidados por carta requisitória dirigida às justiças eclesiásticas e civis da diocese de Paris⁴⁷¹.

No dia seguinte, o arcebispo de Lacedemónia, Marco Pinto Soares Vaz Preto, expediu a carta requisitória às autoridades eclesiásticas e civis de Paris⁴⁷², onde aí chegou a 4 de Dezembro. Dia 12, o meirinho dirigiu-se à residência dos Duques de Palmela para os intimar, mas não encontrou o Duque para lhe comunicar que os nubentes tinham de se submeter a separação canónica e legal até que, por acção civil, a nulidade dele fosse pronunciada.

Foi a 14 de Dezembro que os Duques de Palmela se apresentaram no Consulado Geral Português em França, na cidade de Paris, onde declararam que dia 12 foram notificados pelo Tribunal de Primeira Instância de Paris, ordenando a separação canónica do Marquês do Faial e de D. Maria Luísa até que se revalidasse o seu matrimónio ou se julgasse sua nulidade, sendo que a menor continuaria em depósito a cargo da Duquesa que, com aprovação de seu marido, o confirmou⁴⁷³.

Entretanto, a Duquesa de Palmela veio para Portugal, juntamente com sua filha D. Eugénia e a sua nora, às escondidas e deixando em Paris um filho de colo⁴⁷⁴. Durante a viagem, D. Pedro escrevia-lhe, a 19 de Dezembro de 1838, de Paris, onde permaneceu, preocupado com o sucesso da mesma, dando-lhe instruções sobre o que

Preto exerceu as funções de arcebispo eleito de Lacedemónia, usurpando as funções episcopais da diocese do Porto, mas nunca recebeu a confirmação. Cf. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto – Lisboa, Livraria Civilização – Editora, 1970, pp. 294, 324, 468 e 502. Foi confessor da Rainha D. Maria II e inclusive, de D. Domingos de Sousa Holstein, em 1832, conforme carta dirigida a D. Eugénia Teles da Gama, por seu marido, em 6 de Maio desse ano: “(...) *O Domingos está bom e vai dar lições de escrita, conforme a tua recomendação. Também arranjei já com o Padre Marcos para o confessar (...)*”. IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 767.

⁴⁷¹ Cf. *Autos cíveis de Petição*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 151, fol. 85.

⁴⁷² Cf. *Carta requisitória*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 761.

⁴⁷³ Cf. *Termo de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 473.

⁴⁷⁴ Jorge Forjaz refere que todos se ausentaram de Paris, inclusive o Duque de Palmela. Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 107.

fazer quando D. Eugénia chegasse a Portugal, o que demonstrava claramente a posição do Duque perante a questão: *“Bem podes acreditar o cuidado com que estou e estarei até saber o fim e o resultado da tua viagem! Comigo pelo que me inspira o rigor da estação e sem depois a consideração da incerteza do juízo dos Homens! Enfim, Deus te protegerá como bem mereces e eu em todo o caso te abençoarei. Abraça as nossas Eugénia e Maria Luísa muitas coisas a Mme Messier. Vamos às instruções que serão por agora em poucas palavras. Esta carta pode servir-te de auxílio para a memória sobre os principais pontos. 1º O grande objecto é certificar-te se há ou não a certeza (que pode haver nas coisas humanas) de que a decisão do Tribunal será a nosso favor. Se o Bastos, o P. J. d' Oliveira, as outras pessoas que consultares te assegurarem que sim debes apressá-la o mais possível e dar-te logo por citada, assim como a M^a Luísa. O conde de Vila Real tem procuração minha e do Domingos para isso. Mas, se, pelo contrário, parecer que há dúvida, então debes gastar tempo com as citações e com o mais até vermos se chegam os doze anos para nos prestar auxílio, dando voz activa à Maria Luísa. 2º Assim que chegares a Lisboa manda a minha carta ao tutor pelo Basto. Se pudesses ir levar-lhe a Maria Luísa seria melhor, mas se o tempo estiver mau, basta que lhe anuncies a visita. Entretanto, quanto antes ele vir a Maria Luísa e lhe ouvir declarar as suas intenções melhor será, mas é preciso pedir-lhe que se pronuncie bem decididamente sobre o casamento e o que diga o que quer e que o quer. 3º Deves logo ir falar com ela a todos os juízes, principiando pelo Patriarca e o seu Vigário e convém que a M^a Luísa diga a todos não só que quer ficar contigo, mas que quer ser Marquesa do Faial e ficar com o Marquês do Faial, que sua mãe e seu tutor a prometeram e deram e que ela agora está decidida a não anuir a outro nenhum arranjo. 4º Deves leva-la a El-Rei e à Rainha para pedir o mesmo e visitar com ela as tias sempre fazendo que fale, enquanto aos tios, depois do que fizeram, não digo que lá vão, só se persuades que podias induzi-los a desistir da demanda. 5º Bom está que te faças auxiliar por toda a gente que tiver alguma actividade e amizade por nós. Manda chamar o João de Sousa. O réu sobredito, Jm. A. de Magalhães e Basto já se sabe, autoriza-os a todas as promessas inclusivamente de dinheiro, pois é preciso combater o inimigo com as armas de que ele se serve. 6º Ao Padre Manuel dirás logo que lhe estás o mais obrigada pela decisão de depósito, mas que é preciso terminar a questão. Que se lembra que ele mesmo arranjou tudo isto. Que saiba que os Sampaio aqui o queriam fazer passar com o arcebispo por cismático, que sabes que os outros têm prometido grandes coisas, mas que tu sempre farás mais do que eles possam ter prometido. 7º O que o cura disse*

ontem e de que é bom lembrar-se é que há uma grande diferença entre impedimentos dirimentes e os que não são dirimentes. Os primeiros tornam um matrimónio nulo sempre que se apresentam. Os outros servem para impedir que um matrimónio se faça mas não o tornam nulo depois de feito. Ora, todos os argumentos que apresentam os nossos contrários são da segunda espécie e mesmo são falsos, mas ainda que fossem verdadeiros não poderiam já agora invalidar o matrimónio depois de feito. Lembra-te desta razões que são boas e sobretudo de que sua mãe é que a deu, estando ela em sua casa e ninguém pode tirar os direitos que a natureza dá, nem o Patriarca tinha nada a ver com o testamento do Conde da Póvoa. 8º Ensejo dizer-te que o Conde de Vila Real e o Conde que tanto tem lidado com este negócio estão identificados connosco. Enquanto a dinheiro creio que sacarei por força sobre ti e deves para pagar as minhas letras e fazer cá as tuas despesas consultar a M^a Teresa e ajustar logo se for preciso com o Quintela a venda de Cadafais. A minha carta para o tutor irá amanhã, e te alcançará em Lisboa. O Francisquinho está bom, e os outros todos te abraçamos.”⁴⁷⁵.

Em suma, a carta do Duque dizia que, em primeiro lugar era necessário indagar as justiças acerca da decisão do tribunal, pois se fosse em contrário seria necessário ganhar tempo para que quando a menor atingisse os 12 anos e declarasse que queria realmente casar com D. Domingos. Até lá, o objectivo era demonstrar a todos quantos interessasse, quer à família, ao tutor, ao cardeal, ao rei e à Rainha, que a menor manifestava vontade de se casar com o Marquês do Faial, tal como tinha sido essa a vontade de sua mãe, a Condessa da Póvoa e do próprio tutor. Manifestando D. Maria Luísa essa vontade, os Sampaio nada podiam fazer contra a realização do casamento. No entanto, D. Pedro aconselhava também a mulher a servir-se de toda a teia de amizades que dispunha, nem que fosse preciso pagar determinados préstimos, o que demonstra uma efectiva vontade de que nada corresse contrariamente aos seus desejos: efectivar o casamento de D. Maria Luísa com o seu filho.

Numa outra carta de D. Pedro para a mulher, de 27 de Dezembro de 1838 dava conta de como D. Eugénia escapara das autoridades francesas, referia o estado da opinião pública relativamente ao caso e lhe aconselhava novamente o que fazer quando chegasse a Portugal: “Devo começar esta carta dando novamente graças a Deus pelo milagre que fez para te livrar e a nós todos do risco eminente que correste de ser apanhada em Boulogne. Não foi por horas, mas por minutos que escapaste da ordem

⁴⁷⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 92.

telegráfica em virtude da qual terias sido reconduzida para Paris e a Maria Luísa levada para o convento (que já estava destinado) das Agostinhas! Se assim acontecesse, que trabalhos não teríamos tido depois para a tirar daí vista a rede terrível em que A. Sampaio nos tinha envolvido com a procuração do tutor de que abusava as cartas precatórias [SIC]. Escrevo esta à última hora e ainda não recebi as cartas de Lisboa, que segundo vejo das gazetas devem ser de 16. Já há 3 dias te escrevi no maço da Embaixada inglesa e mandei-te o artigo que os Sampaio escreveram sobre a tua partida. Agora mando-te a resposta que Mme. Messyer me aconselhou de dar e que tem produzido o efeito de desenganar a maior parte da gente. Já fui procurar o Juiz (Mr. de Balleynu) que tinha passado a ordem contra ti. Ficou convencido da sua injustiça e vou começar um procedimento jurídico sumário para obter a revogação da tal ordem que me emitem e que acabará de manifestar ao Publico a conduta dos Sampaio. Temos tido também alguns amigos muito eficazes que tomam o maior calor a nosso favor. Principalmente a Princesa de Lieven e a Duquesa de Talleyrand que nesta ocasião me tem dado as maiores provas possíveis de uma activa e eficaz amizade. (...) O Capeller e o Lasteyvier gritam em toda a parte a nosso favor (...) Enfim, os portugueses (à excepção dos miguelistas) mostram-se a nosso favor (...) Os Sampaio (creio que A. Sampaio e mulher e o filho) e os Mouzinhos, ouço que partiam daqui no dia 3. Estão na maior desesperação possível. A Sampaio diz que gastará tudo quanto tem (e se poder metade da fortuna da M^a Luísa) para comprar juízes, e toda a gente enfim vomita as maiores imprecações. Mostra esta carta à M^a Teresa, e ao C: V. R, visto que tudo o que te digo sirva também para eles. Conhecerás quanto é necessário tomar a dianteira aos Sampaio. Creio que se se disser ao Patriarca os propósitos que eles têm de espalhar dinheiro será uma boa razão para o induzir a interpor a sua autoridade para pôr termo à causa ou ao menos declarar que não deve progredir até que a M^a Luísa tenha doze anos para se lhe tomar então a sua declaração e se validar o casamento. Muito importa que a M^a Luísa seja levada mais de uma vez ao paço. Que ela mesma peça a protecção de sua madrinha e padrinho, pois creio que os Sampaio por meio de intriga solicitem recomendação do Rei Leopoldo [I da Bélgica] para o nosso Rei. Sobretudo ao tutor mostra-lhe o abuso que fizeram da sua procurarão intitulado-se A. Sampaio Tutor subrogado; diz-lhe que queres tudo o que ele quiser, mas nada mais com nenhum Sampaio, vê se obténs a sua promessa escrita de não desmanchar o casamento, fazer-lhe ver o desenvolvimento da M^o Luísa, quanto ela é tua amiga e que por caso nenhum te quer largar. Fala ao P.e Marcos dizendo-lhe que o quiseram aqui dar por cismático

*e que abusavam das palavras do seu desprezo para dar a entender que o casamento estava anulado. Diz-lhe que falam em dinheiro mas que não contamos com a sua amizade e que se lembre que ele é que arranjou tudo para o casamento. Perdoa tantas repetições, estamos ambos fazendo uma guerra decisiva, tu atacando e eu defendendo e se não sairmos ambos bem ficamos perdidos. Mas estou certo que Deus o protege e é o que me dizia a Duquesa de Talleyrand⁴⁷⁶ que a virtude que toda a tua vida seguiu-te, te serve agora até nesta contenda mundana (...). A condessa de Alva, o Barão de Rendufe, Visconde da Carreira, se mostram mais vivo interesse pelas nossas coisas. (...). Diz mil coisas ao Conde de Sabugal, e diz ao Duque da Terceira que conto sobre ele para muito eficazmente por El Rei, por si e por todos os seus amigos falar ao P. Marcos e pôr termo às maroteiras dos Sampaio. A Condessa da Póvoa deveria falar também juntamente contigo. (...)*⁴⁷⁷.

Pelas próprias palavras do Duque verificamos que se trata de uma questão essencial, que é necessário resolver: por um lado, continuar a mostrar que a vontade de D. Maria Luísa era casar com o Marquês do Faial, por outro, usar a opinião pública em seu favor. Simultaneamente, verificamos que os Sampaio também estavam empenhados, a qualquer preço, em atingir os seus objectivos. Nesta luta, parecia continuar de fora a mãe de D. Maria Luísa, a Condessa da Póvoa, inclinando-se mais para o lado da Casa Palmela, que para os Sampaio. Pela primeira vez percebemos que esta questão, à partida uma simples contenda familiar, assumia alguns contornos políticos. A referência aos portugueses não miguelistas, que estariam do lado do Duque de Palmela, deve ser tida em consideração, uma vez que a guerra civil já tinha acabado, e os emigrados liberais tendiam a regressar a Portugal. Todavia, não é de admirar que os miguelistas preferissem apoiar os Sampaio. Por um lado, em clara oposição ao liberal Palmela, por outro, porque o falecido Conde da Póvoa e mesmo o pai da Condessa da Póvoa, o Conde de Peniche, tinham sido miguelistas, como referimos anteriormente.

A 30 de Dezembro de 1838 a Duquesa de Palmela apresentou-se perante a Cúria Patriarcal, em Lisboa. Nela declarou que, uma vez que fora constituída depositária em Paris de sua nora, por ordem de uma carta rogatória expedida pelo Patriarcado considerando que em mais nenhuma parte podia melhor efectuar o depósito, que em

⁴⁷⁶ Possivelmente Catherine Worlée, mulher de Charles Maurice de Talleyrand (1754-1838), primeiro ministro Francês e embaixador em Inglaterra.

⁴⁷⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 162.

Lisboa, para aí se dirigiu, onde chegara na véspera e assim o declarava⁴⁷⁸.

Em 21 Janeiro de 1839, D. Pedro de Sousa Holstein, que se ainda encontrava em Paris, escrevia à mulher, dando conta das suas resoluções: “(...) *não deixes pedra por mover para frustrar as diligências do malvado Mouzinho que na sua passagem por Londres vomitou postas de pescada e ameaços de toda a espécie. Esta circunstância da moléstia de tua mãe veio ainda reforçar o desejo que eu tinha de partir quanto antes para Lisboa, porque me parece que a minha presença lá sempre poderá contribuir para me impor um pouco a J. B. Esteves e aos Sampaio. Vou portanto ocupar-me seriamente de ver se me posso arranjar para partir com muita brevidade, mas a operação é difícil por muitas razões que tu podes conceber. Se for, parece-me que levarei comigo a Teresa que já é grande para ficar aqui sem um de nós, e deixarei o Domingos que não deve aparecer em Lisboa no fim de Abril, (...) A condessa da Póvoa se for toda nossa pode facilmente adiantar à filha as somas de dinheiro que quiser, fala sobre isto com o Basto, mas sem dar passos decisivos, enquanto nos não concertarmos a este respeito (...)”*⁴⁷⁹. Duas conclusões se retiram destas palavras. A primeira é a de que D. Domingos só iria para Portugal quando D. Maria Luísa completasse os 12 anos de idade, em 21 de Abril de 1839, altura em que podia ratificar o seu casamento. A segunda é de que a Condessa da Póvoa se encontrava do seu lado, embora sem terem a certeza absoluta.

No mesmo mês de Janeiro de 1839, Luís Martins Basto, escrevia da parte do Duque de Palmela ao Juiz de Paz, dando conta de umas escrituras, em que Luís e Dinis Teixeira de Sampaio partilharam entre si e outro seu irmão e sobrinho, Alexandre Teixeira Sampaio e António Sampaio, respectivamente, uma quantia pecuniária dos alimentos destinados à menor D. Maria Luísa, o que deveria ser entendido como concussão. Por esta razão, considerava que se deveria organizar novo conselho de família e que se retirasse aos actuais membros toda a ingerência nos fundos estrangeiros e rendimentos que pertencessem à menor. O Juiz de Paz anuiu a este pedido, por achar suspeita contra as pessoas mencionadas. Através desta acção, o Duque de Palmela procurava afastar os parentes paternos da menina do conselho de família, o que

⁴⁷⁸ Cf. *Auto de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 477.

⁴⁷⁹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 188.

significava afastá-los do centro de decisão acerca dos destinos da mesma.

Todavia, como resposta ao processo, Luís e Dinis Teixeira de Sampaio dirigiram-se ao Juiz de Paz, alegando que não pretendiam a fortuna de sua sobrinha, ao contrário dos Duques de Palmela, a quem a menor foi entregue na altura em que se contratou um pretenso casamento, que era contrário à vontade do tutor da menina. Quanto às escrituras que repartiam a fortuna de D. Maria Luísa entre seus tios e primos, alegavam que tinha sido o Duque de Palmela, que persuadindo o primo da órfã, António de Sampaio, de que seria ele o sucessor da Casa Póvoa, que seria conveniente efectuar uma escritura. Perante esta argumentação, o juiz voltou atrás na decisão e requereu a convocação do conselho de família, formado pelos membros de sempre. Face à decisão, o Duque de Palmela, por intermédio do seu cunhado, o Conde de Vila Real, interpôs dois recursos, tendo sido aceite apenas o segundo, embora não tenham sido atendidas as alegações, que se baseavam essencialmente em três pontos essenciais: a validade do matrimónio, por ser afecto à vontade da mãe, tutor e parentes da menor, presidido pelo Patriarca e testemunhado por várias pessoas e de acordo com a própria vontade da menor; a tentativa de impugnação do matrimónio verificar-se apenas após a morte do seu irmão, que fez aumentar desmesuradamente a sua herança; e, finalmente, a falta de idoneidade dos parentes da menor, que levantam fundos que pertenciam aos menores, colocando-os no banco em seu nome e proveito próprio⁴⁸⁰.

O conselho de família, reunido em seis de Fevereiro de 1839 decidiu que, atendendo à “*repentina saída*” da Duquesa de Palmela com a menor de Paris, mantinha a decisão tomada por António Sampaio e Alexandre Sampaio, de suspensão da entrega dos rendimentos à menor⁴⁸¹. Uma vez não recebendo mesada, talvez isso tivesse um efeito de abrandamento no contra-ataque da Casa Palmela relativamente à questão.

Toda a família Palmela tinha a noção de que era preciso que a menor continuasse afecta à sua família, assim como a Condessa da Póvoa. “*Se a menina estiver firme na sua amizade, para a tua família nada se perderá, mas a sua pouca idade, e a ligeireza herdada de sua mãe sempre mete medo*”, é a opinião da irmã de D. Pedro, D. Maria Teresa, que lhe escrevia em 5 de Fevereiro de 1839. Afiançava também que havia suspeitas que Luís Teixeira de Sampaio procurava os favores da Condessa da Póvoa⁴⁸²,

⁴⁸⁰ Cf. *Representação e resposta*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 249 e segs.

⁴⁸¹ Cf. *Auto do Conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 241.

⁴⁸² Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 613.

o que demonstra que esta não pendia para o lado dos Sampaio. Aliás, esta era uma grande preocupação para o Duque, que escreve a sua mulher, em 7 de Fevereiro de 1839, dizendo que se deveriam “*empregar todos os meios para a segurar*”⁴⁸³.

A 25 de Fevereiro de 1839 os Sampaio tomaram medidas enérgicas: decidiu-se em conselho de família que se deveria proceder à anulação do casamento da menor com o Marquês do Faial e remover o depósito da menor onde se encontrava⁴⁸⁴.

No dia 28 de Fevereiro de 1839, o jornal *O Director* noticiava que a Rainha nomeava D. Maria Luísa de Noronha Sampaio sua dama de honra, para a acompanhar em todos os actos oficiais, designando-a pelo título de Marquesa do Faial⁴⁸⁵. Via-se concretizado um desejo do Duque de Palmela, como ele tinha expresso na carta já referida de 7 de Fevereiro de 1837, dirigida à mulher⁴⁸⁶, desejo esse que terá conseguido o apoio régio, ainda que de forma implícita. Por outro lado, esta nomeação contrariava os objectivos dos Sampaio, que tinham procurado desde sempre fazer com que D. Maria Luísa não fosse tratada pelo título do marido. Ao tratar D. Maria Luísa pelo título de Marquesa do Faial, a Rainha reconhecia tacitamente a validade do seu casamento.

Poucos dias depois, a 11 de Março de 1839, D. Pedro escrevia ao tutor de sua nora perguntando se, tendo os parentes do Conde da Póvoa requerido à Rainha a anulação da nomeação de dama de honor dirigida à Marquesa do Faial, se a petição ia assinada pelo próprio tutor, ou por algum procurador em seu nome. Pedia também informações se a menor tinha direito a usar o título de Condessa da Póvoa, ou seja, se a Rainha já lhe tinha feito mercê do título, ou se tinha vida no mesmo⁴⁸⁷. Não sabemos qual a resposta, mas sim que, poucos dias depois, no dia 18 de Março desse ano, D. Pedro escrevia à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pedindo uma certidão onde viesse referido se tinha sido conferido o título de Condessa da Póvoa a D. Maria Luísa, por morte de seu pai ou de seu irmão. A mesma secretaria respondeu que não havia nenhum registo de decreto ou diploma onde constasse que tal título tivesse sido conferido a D. Maria Luísa. Acrescentava que também não tinha dado entrada na

⁴⁸³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 204.

⁴⁸⁴ Cf. *Auto do conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 295

⁴⁸⁵ *O Director*, nº 341, Lisboa, Tipografia de M. A. F. Portugal, Quinta-feira, 28 de Fevereiro de 1839, fol. 1534 e nº 342, sexta-feira, 1 de Março de 1839, fol. 1537.

⁴⁸⁶ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 204.

⁴⁸⁷ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 101.

repartição qualquer requerimento seu ou em seu nome, do mesmo título⁴⁸⁸.

Entretanto, o Duque preparava a argumentação necessária ao processo. Analisando o requerimento do Conselho de família, fez notar a omissão, de má fé, de que se havia ordenado a separação canónica até que se ratificasse ou se julgasse competentemente a validade do casamento, além de que se determinava que a menor ficaria depositada em casa da Duquesa de Palmela, sob sua responsabilidade e que esta deveria assinar um auto de aceitação de depósito, caso quisesse encarregar-se dele. Ao notificarem-se os Duques de Palmela e os Marquês do Faial em Paris, através do despacho do Vigário-Geral, foi apresentada uma tradução “*viciada*”, com o objectivo de “*confundir os tribunais franceses e conseguir que o depósito ficasse incompleto pela falta de aceitação da Duquesa*”, em que se dava a entender que a causa da nulidade já se achava julgada e tratando a separação canónica como uma sentença. Além disso, não se pedia à Duquesa de Palmela a aceitação do depósito, como determinou o Vigário Geral. O depósito ficou completo pois a Duquesa apresentou-se no Consulado Português em Paris, para declarar formalmente a sua responsabilidade e porque adoptou o recurso legítimo de trazer a menor para Lisboa, perante o tribunal que devia julgar a causa de nulidade. Não só a Duquesa cumpriu o depósito, como efectuou “*do modo mais decisivo, a separação canónica imposta aos dois cônjuges*”. D. Pedro procurava argumentar contra a ideia de que o depósito da Duquesa se tratava de um rapto, como era dito pelo tutor da menor, alegando, como sempre o fizera, que fora efectuado um legítimo contrato de casamento de acordo com a vontade de seus parentes⁴⁸⁹.

João Baptista Esteves, em seu nome e como “*órgão das vontades da mãe e parentes da pupila*”, em 22 de Março de 1839, pediu a efectiva separação decretada. No mesmo dia foi feita diligência para se proceder à remoção do depósito da menor. Assim, o Juiz de Direito substituto da Primeira Vara, juntamente com um escrivão, dirigiu-se ao Palácio da Marquesa de Nisa, em Xabregas, e fazendo-se anunciar à Duquesa de Palmela e à Marquesa de Nisa, sobre o objecto por que ali se encontravam, foi-lhes dito que a menor não se encontrava no Palácio e por isso a diligência deu-se por concluída⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ Cf. *Correspondência*, Cf. IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 505.

⁴⁸⁹ Cf. *Alegações*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5666, Caixa 109, fol. 53.

⁴⁹⁰ Cf. *Autos cíveis de Petição*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 515.

No dia seguinte, a 23 de Março de 1839, João Baptista Esteves pede a citação da Duquesa de Palmela, pois há “*a suspeita que se ausente, ou fuja para lugar incerto, e para fora do reino*” e solicita que o depósito da menor seja na companhia da mãe⁴⁹¹.

No mesmo dia 23, D. Domingos pede que em nada se altere o estado dos negócios pendentes relativamente a esta questão, mantendo-se o depósito da menor a cargo da Duquesa de Palmela, e sob a protecção e o abrigo da lei. Nesse sentido, foram intimados os Duques de Palmela, ao que a Duquesa de Palmela assentiu em como se responsabilizava a conservar debaixo de sua guarda a Marquesa do Faial, de que já era depositária, até à conclusão do litígio pendente no juízo eclesiástico⁴⁹².

Conforme foi pedido, citou-se a Duquesa de Palmela em sua pessoa, mas apenas a 3 de Abril de 1839, visto ser a época da Páscoa. No entanto, a Duquesa protestou segundo o artigo 503 da Reforma Judiciária, contra a nulidade da intimação, pela incompetência do juiz que a ordenou, visto ter sido o depósito efectuado pela jurisdição do juiz eclesiástico, tendo o juiz relator do recurso ratificado o mesmo depósito⁴⁹³. Tratava-se, certamente, de um estratagema utilizado pela Casa Palmela para conseguir ganhar algum tempo, uma vez que a menina estava prestes a completar os 12 anos.

A 30 de Março João Baptista Esteves, ao ver aproximar-se a data de aniversário da sua órfã e consciente de que o Duque de Palmela procuraria ratificar o suposto matrimónio, rogou ao Patriarca para não dar dispensa nem decisão alguma que ratificasse o suposto matrimónio sem audiência do suplicante, nomeadamente intimando os párocos das freguesias de naturalidade e residência dos contraentes, para que não procedessem ao matrimónio. Segundo o despacho do arcebispo, a lei civil estava satisfeita. Relativamente às leis eclesiásticas, o Arcebispo faria o que lhe parecesse indicado, embora não o dissesse⁴⁹⁴.

Entretanto, vários documentos de declaração de testemunho foram sendo efectuados, para mostrar que o casamento dos Marqueses do Faial tivera lugar em Junho de 1836. A 23 de Março de 1839, D. João da Silva Pessanha, Moço Fidalgo e cunhado da Condessa da Póvoa, declara que a Condessa escrevera uma carta aos Duques de Palmela, poucos dias anteriores a 3 de Junho de 1836, para se efectuar o casamento de sua filha menor com o filho dos Duques. Além disso, na antevéspera do dia 3 de Julho,

⁴⁹¹ Cf. *Certidão*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 151, fol. 21.

⁴⁹² Cf. *Contra fé e Notificação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 303.

⁴⁹³ Cf. *Contra-fé*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 317.

⁴⁹⁴ Cf. *Auto de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 347.

a mesma Condessa da Póvoa fora a Casa de D. João da Silva Pessanha convidá-lo a si e à sua família para testemunha da escritura deste casamento, que teria lugar dia 3. No dia citado, “*viu e presenciou [que] com a maior publicidade se celebrou aquela escritura de casamento, sendo testemunhas ele Exmos. declarantes os Ilmos. Dinis Teixeira de Sampaio, tio da Exma. noiva, Francisco Teixeira de Sampaio, primo da Exma. mesma noiva, além de outros muitos fidalgos e outras pessoas que igualmente para solenizar aquele acto assinaram a referida escritura, a que também esteve presente o Exmo. D. Domitília de Teixeira de Sampaio, tia da Exma. noiva, mas que agora não se recorda se também assinou a sobredita escritura, e bem assim assistiu a mesma escritura o curador da Exma. noiva, o Dr. Luís Martins Vastos sendo lida pelo respectivo tabelião antes de se celebrar a sobredita citada escritura, uma carta do Exmo. João Baptista Esteves, o tutor da Exma. noiva, na qual se declarava que se não opunha ao casamento*”⁴⁹⁵.

D. José Miguel de Noronha, Coronel Graduado e comandante interno do corpo militar do arsenal do Exército, casado com D. Leonor da Silva Pessanha fez uma declaração semelhante, em 2 de Abril de 1840: que a Condessa da Póvoa convidara sua mulher para o casamento de sua filha e que estava “*satisfeitíssima por sua sobredita filha ficar debaixo da tutela dos Exmo. Duque e Duquesa de Palmela, em que ela reconhecia todas as virtudes imagináveis e próprias para educarem a menina até que chegasse à idade competente de se juntar com seu marido*”. Além disso, dizia também que “*muito folgava que ela se enlaça-se com uma respeitosa família, até para se ver livre das exigências dos seus parentes Póvoas, e Peniches, e que pensava pedir uma das filhas do Exmo. Duque de Palmela para o Exmo. Sr. Conde da Póvoa moço, o que efectivamente verificou*”⁴⁹⁶.

Também a irmã de D. Luísa Maria de Noronha, Condessa da Póvoa, D. Francisca de Noronha esclareceu a questão em carta dirigida aos Duques de Palmela, datada de 3 de Abril. Segundo D. Francisca, foi o Imperador quem mandara chamar D. Luísa Maria de Noronha à sua presença, que se fez acompanhar pela irmã, D. Francisca, e por Luís de Sampaio. D. Pedro ter-lhe-ia dito que estimaria muito que a sua filha casasse com o Marquês do Faial, ao que a Condessa da Póvoa terá respondido que cumpriria de bom grado os desejos do Imperador. A nomeação de D. Luísa Maria como

⁴⁹⁵ *Auto de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 523.

⁴⁹⁶ *Auto de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 527.

tutora de seus filhos permitiu-lhe gozar mais da sua companhia, o que não se verificava desde a morte do Conde da Póvoa⁴⁹⁷. Esta nomeação, verificada com o auxílio do Duque de Palmela, fez com que a Condessa da Póvoa lhe ficasse muito grata, consolidando-se uma amizade e confiança, que já resultavam do parentesco que unia as duas Casas⁴⁹⁸ e a convivência que o falecido Conde da Póvoa tinha com os Duques de Palmela. Ora, os Sampaio eram contra esta nomeação, tendo apresentado diversos requerimentos contra ela. Providenciaram a vinda de mestres Franceses para a educação dos menores, ameaçando a tutela de D. Luísa Maria e manifestando que esta não seria capaz de os educar. Vendo ameaçada a posse dos seus filhos, a Condessa lembrou-se de antecipar o casamento, visto ser a ser gosto. Ora, conhecendo as qualidades da Duquesa de Palmela como educadora, preferia que fosse esta a educar a sua filha do que uma mestra totalmente desconhecida. Foi neste contexto que se verificou o casamento, que também era do agrado dos Sampaio que, para além de nada dizerem em contrário, todos conviviam pacificamente com os Duques. D. Francisca de Noronha foi convidada para o mesmo casamento, ao qual compareceu, apesar de atrasada. No entanto, constatou que tanto a irmã, como os parentes de seu falecido cunhado pareciam estar satisfeitos⁴⁹⁹. Outras cartas, de Mariana da Silva, cunhada de D. Francisca de Noronha, e D. José António de Noronha, primo de D. Francisca, confirmavam o mesmo, relativamente à cerimónia do casamento dos Marqueses do Faial⁵⁰⁰.

Estas declarações, bem propícias à Casa Palmela, provavam como o casamento fora efectuado de acordo com a vontade da mãe e dos parentes da menor, justificando a principal argumentação da Casa Palmela, mas também explicam o porquê de a menor ficar entregue aos cuidados da Duquesa de Palmela.

No entanto, por parte dos parentes do falecido Conde da Póvoa também se reuniam outros testemunhos em contrário. De facto, todos aqueles, entre médicos e

⁴⁹⁷ De facto, os testamenteiros do Conde da Póvoa tiraram os seus filhos menores do seio materno. A Condessa da Póvoa, logo em Maio de 1833 manteve correspondência com Francisco Teixeira de Sampaio e Osborne Henry Sampaio, que também eram de opinião de que os menores deveriam permanecer à guarda da mãe. Cf. *Cartas*, Arquivo Histórico Militar, Caixa 565.

⁴⁹⁸ A Condessa da Póvoa era familiar da Duquesa de Palmela. O bisavô paterno da Marquesa de Niza, mãe da Duquesa, era irmão da bisavó materna da Condessa da Póvoa. Vide **Árvore Genealógica XV** – Parentesco entre a Condessa da Póvoa e a Duquesa de Palmela.

⁴⁹⁹ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 481

⁵⁰⁰ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 489 e *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 537.

mestres, que em 1836 tinham passado certidões confirmando que D. Maria Luísa, apesar de ter apenas 9 anos, possuía um desenvolvimento superior à sua idade, vieram agora dar o dito por não dito. De facto, Teresa MacDonald, aia e educadora de D. Maria Luísa, confirma que a menina na altura gozava de saúde e tinha um desenvolvimento superior às meninas da sua idade, mas que, no entanto, ainda se ocupava “*com entendimento da puerícia*”⁵⁰¹. Dois cirurgiões, Policarpo José de Sousa e Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, fazem declarações no mesmo sentido, embora com uma visão mais científica acerca da questão.⁵⁰²

A três de Abril de 1839, os Duques de Palmela e os Marqueses do Faial fizeram um pedido formal ao arcebispo para que autorizasse qualquer pároco a ratificar o seu matrimónio, segundo os ritos da Igreja Católica, assim que a contraente atingisse a “*idade de puberdade*”, que ocorria dia 21 do mesmo mês. Como consta deste pedido, o objectivo da ratificação era o de afastar quaisquer dúvidas acerca do merecimento do casamento das consciências mais escrupulosas, uma vez que apesar dos casamentos antes dessa idade serem conformes ao direito, são pouco frequentes⁵⁰³.

A seis de Abril de 1839, face à representação do Duque de Palmela, expondo que havia mais de oito meses que a menor não recebia alimentos, devido ao processo judicial que decorria, o conselho de família não se opôs a que se pagassem despesas razoáveis relativamente a uma menina da sua nobreza e proporcionadas à sua idade e boa educação, perfazendo para isso uma quantia de quatrocentos mil reis mensais, pagos através do tutor, a contar desde o dia em que o pagamento dos rendimentos fora suspenso⁵⁰⁴.

Na mesma altura, a Duquesa de Palmela escondeu-se em local incerto, juntamente com D. Maria Luísa, mas seguramente em casa de alguém de sua confiança. O intuito era permanecerem assim, até se verificar o casamento da mesma com D. Domingos, possivelmente por desconfiarem que os Sampaio tentassem, de algum modo, impedir o casamento, visto que apenas o pretendiam para quando a menor

⁵⁰¹ *Declaração*, Biblioteca Nacional, *Arquivo Mouzinho da Silveira*, COD. 8862, F. 3629, fol. 61. Nº 12.

⁵⁰² Cf. BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, P. 63 (nº 14). Encontra-se transcrito em FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, p. 107.

⁵⁰³ Cf. *Certidão*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 547.

⁵⁰⁴ Cf. *Auto do Conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 275.

atingisse os 15 anos, e não os 12⁵⁰⁵. Efectivamente, a 13 de Abril desse ano, D. Pedro de Sousa Holstein escreveu a sua mulher, dizendo: “(...) *Os nossos adversários vão desanimando, creio eu, e já conhecem que não poderão embaraçar a união dos nossos filhos, mas teremos depois uma guerra renhida para os fundos Estrangeiros.* (...)”⁵⁰⁶

A 10 de Abril de 1839, o tutor dirigiu-se ao Cardeal pedindo que se impedisse a consumação do casamento, enquanto não se resolvesse a questão da nulidade do depósito, pedidos por si anteriormente. Todavia, o pedido foi indeferido, assim como a sua réplica⁵⁰⁷.

Uma semana depois, dia 18 de Abril, a Condessa da Póvoa escrevia ao Patriarcado, rogando que as autorizações e demais despachos por ele emitidos fossem declarados nulos, por forma a que não fosse possível a revalidação do casamento de D. Maria Luísa com o Marquês do Faial. Foi a primeira vez que a Condessa da Póvoa tomou uma posição clara e desta vez contrária à Casa Palmela. Todavia, o Cardeal respondeu dizendo que estava ciente das leis civis e canónicas que pendiam sobre a questão, de forma a proceder em sua conformidade⁵⁰⁸. À vista desta resposta, a Condessa recorreu no dia seguinte à rainha, por carta, denunciando a situação, que reputava de repugnante, de a sua filha estar violentamente raptada pelos Duques de Palmela. Apelava ao amor de mãe da Rainha, para que esta ordenasse a libertação da menor⁵⁰⁹.

Nesse mesmo dia, dia 19, o conselho de família reuniu-se, para se tomarem as precauções necessárias para evitar que os fundos pertencentes à menor fossem invadidos pelo Duque de Palmela ou seu filho. Ficou decidido que se tomariam todas as medidas necessárias para o evitar. Ficou igualmente estabelecido que o casamento da menor, previsto para quando esta tivesse 15 anos, se efectuasse sempre com o prévio conhecimento e aprovação do conselho de família⁵¹⁰. Apesar de desconfiarem que os Duques de Palmela poderiam ratificar o casamento de seu filho com D. Maria Luísa, assim que esta completasse 12 anos, o conselho de família procurava, através dos meios

⁵⁰⁵ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 224.

⁵⁰⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 232.

⁵⁰⁷ Cf. BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 11 – N° 1.

⁵⁰⁸ Cf. BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 18 (° 4).

⁵⁰⁹ Cf. IAN/TT, ACP, Microfilme 5645, Caixa 92, fol. 1038.

⁵¹⁰ Cf. *Auto do Conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5707, Caixa 146, fol. 301.

a seu alcance, fazer com que este só se verificasse quando ela atingisse os 15 anos e apenas com o conhecimento e aprovação do próprio conselho de família.

Ainda no mesmo dia, o tutor João Baptista Esteves escrevia ao Cardeal Patriarca pedindo o impedimento da ratificação do casamento do Marquês do Faial com D. Maria Luísa, visto estar em poder de seu sogro, sem lhe ser permitido o contacto consigo, nem com a mãe e demais parentes. No entanto, o cardeal assumiu que, atingindo a nubente a idade legal, que seriam os 12 anos, ela própria poderia ratificar ou não o casamento, não tendo lugar o dito protesto. Duas réplicas se seguiram, mas ambas foram escusadas pelo Cardeal⁵¹¹, que se mostrava favorável à Casa Palmela.

A 22 de Abril, o conselho de família reuniu-se para assinar um documento de declaração de protesto. Alegavam que D. Maria Luísa, não queria nem podia casar antes do período estipulado pela escritura de 15 de Outubro de 1839 e apenas o poderia efectuar estando livre dos Duques de Palmela. Ora, esta alegação, era contrária à alegação da Casa Palmela, de que a menor tinha casado de livre vontade. Alegavam também que a menor se encontrava encarcerada, sem comunicação desimpedida com o tutor, mãe ou outros parentes, não tendo por isso direito a vontade própria, o que também era contrário à argumentação da Casa Palmela, que considerava o depósito da menor nas mãos da Duquesa de Palmela perfeitamente natural. Por outro lado, ainda que se provasse e atestasse que a menor estivera sós com o Marquês do Faial, não se podia induzir desse facto presunção alguma de consumação de matrimónio, ainda que o fosse por violência, ignorância ou sugestão, uma vez que o mesmo matrimónio só podia ser considerado legítimo com declaração prévia estipulada e aprovada pelo conselho de família, pelos Duques de Palmela e Marquês do Faial. Relativamente a este ponto, introduziam uma nova questão, que a Casa Palmela não tinha até então focado: a consumação do matrimónio. Mesmo que se consumasse o casamento, alegava o conselho de família, a menor continuava a ser a administradora de seus bens e rendas. Por sua morte, nem o seu marido, nem a família dele teriam sucessão da partilha, ficando o tutor responsável pela vigilância da pessoa e bens da menor. Isto significava que, já que não se pudesse anular o casamento, devido à sua consumação, os bens que pertenciam à menor continuavam a ser administrados pelo conselho, não tendo a família do marido direito às partilhas, afastando a possibilidade de a Casa Palmela arrecadar a

⁵¹¹ Cf. BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 13.

fortuna do Conde da Póvoa⁵¹².

Apesar de tudo, no mesmo dia, no oratório do Palácio do Calhariz em Lisboa e em virtude de um despacho do Cardeal, ratificou-se o sacramento do matrimónio dos Marquês do Faial, com testemunho de diversas individualidades, muitas das quais relacionadas quer familiarmente, quer politicamente, como o Duque de Palmela.⁵¹³

O *Correio de Lisboa* noticiou a celebração, acrescentando que fora servido um jantar para mais de sessenta convidados⁵¹⁴. No mesmo sentido, *O Director* afirma que “concorreram a testemunharem este acto quase toda a nobreza e outras muitas pessoas de hierarquia; mui luzido foi o cortejo, e consta-nos que a jovem Marquesa se expressara da maneira a mais lisonjeira, dirigindo-se ao seu novo consorte, declarando na presença de todos os convidados, que livre e espontaneamente acabava de confirmar os seus esponsais, já há muito celebrados em França, e em cuja cerimónia tinha havido toda a solenidade, sem faltar mesmo o consentimento da Mãe e do tutor, e que só lhe pesava no seu coração, não se poder ter realizado há mais tempo os seus desejos.”⁵¹⁵. Curioso é notar que todo o artigo está escrito de acordo com grande parte das alegações da Casa Palmela: foi largamente testemunhado; a noiva expressava, sem margem para dúvidas, que aceitava de livre vontade o casamento, cujos esponsais já tinham anteriormente sido efectuados e para o qual tinha o consentimento da mãe e do tutor.

No dia seguinte à ratificação dos esponsais, o tutor de D. Maria Luísa, confirmado pelo conselho de família, requeria junto do Cardeal uma revogação do casamento, alegando novamente todas as arbitrariedades do processo, já anteriormente referidas por si, acrescentando que o casamento se tinha realizado apenas na presença de amigos do Marquês do Faial. Todavia, o patriarcado indeferiu todas as alegações apresentadas, considerando que tudo quanto tinha deferido até então estava de acordo com as leis civis e canónicas e o seu usual cumprimento⁵¹⁶.

A 29 de Abril de 1839, D. Maria Luísa, instaurou um processo judicial em que, mostrando-se emancipada, de acordo do artigo 62 do decreto de 18 de Maio de 1832,

⁵¹² Cf. *Auto de declaração do conselho de família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5574, Caixa 31, fol. 319.

⁵¹³ Cf. BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 26, nº 8.

⁵¹⁴ Cf. *Correio de Lisboa*, nº 271, Lisboa, Tipografia no largo do Contador Mor nº 1, 23 de Abril, fol. 1096.

⁵¹⁵ Cf. *O Director*, nº 383, 24 de Abril de 1839, fol. 1703.

⁵¹⁶ BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 15.

através do seu casamento, e competindo-lhe a administração de todos os seus bens, pretendia que estes passassem da posse do seu tutor para si. João Baptista Esteves respondeu que lhe entregaria todos os bens de raiz de que tinha sido administrador e que os bens móveis nunca estiveram em seu poder, mas da Condessa da Póvoa que, por deliberação do concelho de família, fora declarada inventariante e cabeça de casal⁵¹⁷. A esperança que os Sampaio tinham de, tendo o casamento sido consumado, o conselho de família continuar a ser o administrador dos bens de D. Maria Luísa, ficava, deste modo, posta de lado. Teriam de lançar os últimos esforços para se apoderarem da fortuna de sua prima e sobrinha.

Efectivamente, novos acontecimentos se verificaram no mês seguinte. De facto, a 3 de Maio de 1839, o Duque de Palmela requereu que as autoridades judiciais fossem testemunhas da tentativa de suborno, que uma aia da Marquesa do Faial e sua ama de leite, por parte da Condessa da Póvoa, pretendia fazer a uma criada de sua casa, mãe da criada da mestra da Marquesa, com o objectivo de extorquir dolosamente desta senhora uma assinatura em branco⁵¹⁸.

Dia 6 de Maio de 1839, o Duque de Palmela tomou posse do Palácio do Rato, propriedade do Conde da Póvoa. O momento foi oportuno para os miguelistas, que se aproveitaram “*das indiscrições da Condessa da Póvoa, das loucuras da família Sampaio e da persuasão dos seus agentes*”, lançando um impresso apelando o povo à revolta. De facto, havia quem se dirigisse ao Duque de Palmela, alertando-o para o facto de que a Condessa da Póvoa fora sempre uma protectora dos miguelistas⁵¹⁹. Efectivamente, uma carta de um mesmo indivíduo, não identificado, dirigida ao Duque, de 26 de Abril do mesmo ano, dava conta de que constava nos círculos miguelistas, nomeadamente do Conde de Mesquitela, que o casamento de seu filho com a filha do Conde da Póvoa “*ainda havia de fazer correr muito sangue, e dar em resultado um grande triunfo para o partido realista*”⁵²⁰.

Entretanto, os Sampaio ainda não haviam desistido do seu objectivo de impedir o casamento de sua sobrinha com o Marquês do Faial. Efectivamente, poucos dias

⁵¹⁷ Cf. *Certidão*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 333.

⁵¹⁸ Cf. *Requerimento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 561 e cf. *Declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5712, Caixa 150, fol. 351.

⁵¹⁹ Cf. *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 655.

⁵²⁰ *Correspondência*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 645.

depois, a 10 de Maio de 1839, a Marquesa do Faial assinou uns autos de declaração, em que dizia que o seu primo António Sampaio, na quinta-feira de Endoenças desse ano tinha enviado a Madame Messiers, mestra da Marquesa, dois bilhetes, um na Igreja dos Inglesinhos, outro na Igreja do Loreto, aliciando a dita mestra para falar com António Sampaio no Largo do Carmo, nº 7, para raptar a Marquesa, com a promessa de cem mil reis, o que não se veio a verificar, devido à denuncia de Mme Messiers⁵²¹.

No mês seguinte, a 11 de Junho de 1839, os membros do conselho de família reuniram-se para discutir a questão da extinção da tutela. De facto, a Marquesa do Faial estava emancipada pelo seu casamento e tinha já expedido ordem ao tutor para lhe entregar a administração de todos os bens que lhe tocavam por legítima paterna, e dos rendimentos da dita legítima, dos bens vinculados e dos fundos destinados para preencher o vínculo. Todos estiveram de acordo quanto à extinção da tutela, à excepção do procurador da Condessa da Póvoa⁵²², o que demonstra a posição que esta assumia na altura, pois pressupunha que, ainda estando sob tutela, a Marquesa do Faial estaria menos exposta às decisões da Casa Palmela, como agora ficaria ao extinguir-se a tutela.

Na semana seguinte, dia 18 de Junho de 1839 a Marquesa do Faial pediu que se declarasse extinta, através da Cúria Patriarcal, a acção de nulidade intentada contra o seu matrimónio e ilegais as denúncias verificadas ao longo de todo o processo. O requerimento foi indeferido, alegando-se que a acção de nulidade não podia ter lugar, uma vez que tendo-se verificado a 22 de Abril de 1839 a revalidação do matrimónio celebrado a 3 de Julho de 1836, este não podia ser considerado nulo nem ser posta em dúvida a sua validade⁵²³.

Concluía-se assim todo o processo judicial, junto dos tribunais civis e das autoridades eclesiásticas. Em todo o ele, o comportamento da Casa Palmela pautou-se por várias linhas mestras. Efectivamente, houve a preocupação de demonstrar que a vontade de D. Maria Luísa em casar com o Marquês do Faial era real, nomeadamente junto das diversas autoridades, seja o trono, seja o altar. Houve também a preocupação de ganhar tempo até que D. Maria Luísa atingisse os 12 anos de idade para ratificar o

⁵²¹ Cf. *Cópia de Certidão de Escritura de declaração*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 453.

⁵²² Cf. *Acta do Conselho de Família*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5708, Caixa 146, fol. 327.

⁵²³ Cf. *Certidão*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5713, Caixa 150, fol. 749.

matrimónio que, a partir desse momento, já não levantava dúvida alguma acerca da sua validade. De facto, existiu sempre a noção por parte da Casa Palmela, nomeadamente do Duque D. Pedro, de que apenas a consumação do casamento de seu filho com D. Maria Luísa poderia terminar com toda a especulação, conforme podemos constatar nesta carta enviada por si a sua mulher, quando esta se encontrava escondida com D. Maria Luísa, em 15 de Abril de 1839: “ (...) *Dizem-me que sempre quero por o Domingos com a Maria Luísa!!! Com efeito tu quererás continuar a estar uns poucos de meses ou de anos escondida? E não sabes que só isso pode terminar a questão? (...)*”⁵²⁴. Aliás, parece ser de facto D. Pedro o mais empenhado na concretização do mesmo casamento, por ter a noção exacta das consequências que o mesmo traria para a Casa Palmela, ao contrário de D. Eugénia, que se prestou a tantos sacrifícios para agrado do marido, como podemos perceber na continuação da mesma epístola: “ (...) *Enfim, eu desejo de todo o coração fazer o que é melhor, isto é o que for mais do teu agrado e se tu sofres este trabalho como me dizes quase só por minha tenção posso afirmar-te que eu me não interesso no resultado da contenda, senão por tua tensão e dos nossos filhos, e que nem tu imaginas quais seriam os resultados da nossas derrota! (...)*”⁵²⁵.

Em contrapartida, a família Sampaio usou todos os meios que estavam a seu alcance para obter separação de D. Maria Luísa e do Marquês do Faial, assim que a menina se tornou a herdeira de casa de seu pai, após a morte de seu irmão. Foi apenas no final do processo que a Condessa da Póvoa, que até então estivera do lado da Casa Palmela se bandeou para o lado dos Sampaio, pelo que se percebeu através da influência que estes souberam exercer sobre ela.

A insistência da Casa Palmela na prossecução do casamento da herdeira com o Marquês do Faial e, por conseguinte, da família Sampaio na sua dissolução, e os meios empregues por ambas as partes demonstram quão apetecível era o pomo dos seus desejos. De facto, tratava-se da maior fortuna do país à época, o que não era de menosprezar.

Todos estes acontecimentos foram sendo acompanhados tanto pela imprensa nacional, como pela estrangeira, a partir do momento em que é expedida a carta precatória, ordenando a separação canónica dos Marqueses do Faial. De facto, logo no

⁵²⁴ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 240.

⁵²⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 240.

final do ano de 1838 surgem os primeiros artigos em jornais franceses, caracterizando a questão como “*une aventure assez romanesque qui cause une très vive émotion dans la haute société parisienne*”⁵²⁶. Segundo o mesmo folheto, o casamento fora efectuado sem o conhecimento dos parentes da noiva, que recorreram ao tribunal eclesiástico de Lisboa pedindo a separação canónica dos menores.

Em Portugal, a questão surge na imprensa periódica aquando da nomeação de D. Maria Luísa como Dama da Rainha, no final do mês de Fevereiro de 1839⁵²⁷. Não estava em causa a nomeação em si, mas sim a forma como a menor fora apelidada, Marquesa do Faial, o que pressupunha que a rainha considerava legítimo o casamento entre D. Maria Luísa e D. Domingos. Neste mesmo pasquim, acusava-se o Duque de Palmela de roubar a menor, de a fazer Marquesa do Faial e de obrigar a Rainha a fazê-la dama sem o consentimento dos ministros. Neste mesmo texto fazia-se um paralelismo entre este caso e o da mãe do próprio Duque: também esta fora casada com o filho do Marquês de Pombal e durante anos considerada Condessa da Redinha pelo Rei e pela corte, mas ficou sendo conhecida como mulher de D. Alexandre que, não sendo nem conde, marquês ou duque, fora sempre tratada pelo nome de baptismo.

Um outro panfleto, datado de dia 8 de Março de 1839, dava conta de que os familiares de D. Maria Luísa se dirigiram ao Primeiro-ministro e ao Ministro dos Negócios do Reino, pedindo justificações acerca da nomeação da sua sobrinha para dama da Rainha, ao que lhes responderam que isso era unicamente uma questão do Paço, para a qual não tinham sido consultados. Face a isto, os mesmos parentes pediram, por intermédio do então Visconde de Sá da Bandeira, uma audiência à Rainha, que os recebeu e lhes comunicou que não existia carta escrita ou assinada por si e que o tratamento de Marquesa do Faial assim se devia, visto ter sido a vontade da mãe da menor e de alguns seus parentes, “*no tempo em que o casamento se julgava bom e válido*”. A isto responderam os parentes da menor que a mãe da mesma não tinha dado consentimento ao casamento e porque lhe tinham feito crer que o tutor lhe tinha dado o seu consentimento. Que eles apenas procuravam uma explicação por parte da Rainha, sobretudo, “*quando acabavam de saber que o Juiz que devia sentenciar este processo se tinha dado por suspeito; que este facto tinha um carácter deplorável para a justiça,*

⁵²⁶ *Periódico francês* [sem nome], IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 254.

⁵²⁷ Cf. *Folheto*, Lisboa, Tipografia JCM, 1 Março 1839, BN, AMS, COD.8862, F. 3629, fol. 94.

por quanto este juiz se achava moralmente constrangido e fora de estado de fazer justiça, como entenderia”⁵²⁸.

A dez de Março de 1839 surgia uma carta publicada num outro jornal, fazendo o elogio do Duque de Palmela e seu filho⁵²⁹, contrapondo tudo o que se disse nos números anteriores, nomeadamente a 1 de Março de 1839⁵³⁰. Ficava assim patente que uma facção da imprensa periódica apoiava os Duques de Palmela, enquanto outra apoiava claramente os parentes da menina. Não conseguimos, todavia, avaliar, se por detrás de cada uma destas facções havia uma acção interventora de cada uma das partes, isto é, se cada uma das partes interessadas se serviu da imprensa periódica para manipular a opinião pública ou se essa iniciativa foi realizada espontaneamente pelos periódicos que, entretanto, continuavam a publicar variadíssimos folhetos relativamente à questão.

A 12 de Abril de 1839, um panfleto saído da tipografia de J. C. Novais publicava o requerimento apresentado à segunda vara pelo tutor de D. Maria Luísa, onde se explanava que a suplicante não queria casar e que se encontrava em cárcere privado em casa dos Duques de Palmela. O matrimónio só poderia ser legitimado através do conselho de família e que, relativamente aos bens, ainda que o casamento viesse a ser validado, apenas seria a Marquesa do Faial a administradora de seus bens e rendas⁵³¹.

A 23 de Abril de 1839, dia seguinte à ratificação dos esponsais, a Tipografia de J. M. Novais lançava um panfleto dando conta do ocorrido, embora dissesse que a este acto não tinha assistido a mãe, tutor, curador, ou outro parente paterno na menor, além de que este casamento nunca tivera o livre consentimento da menina. Se ninguém interessado assistiu a esta revalidação, ninguém, “*nem a subsequente cópula carnal revalidam o matrimónio nulo, pela falta de consentimento*”. Novamente se declarava

⁵²⁸ *Panfleto*, Lisboa, Tipografia de MJ. Coelho, 8 de Março de 1839, BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 96

⁵²⁹ “*O Marquês do Faial é de uma constituição fraca, porém não consta que adquirisse moléstias, nem a sua boa morigenação e suas aplicações permitem que se possam suspeitar dele travessuras, até quem o conhece lhe faz a justiça, que o autor do monstruoso papel lhe nega: é verdade, que o moço Faial não é petit-maître, não faz vida de vadio, nem de jogador, não quebra penas a algum desgraçado com as rodas da sua sege correndo partidos não atropela quando anda a cavalo: parece que se o fizesse não seria julgado hipopletico e por outros princípios mórbidos, finalmente inábil para marido*”. *Folheto*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 613.

⁵³⁰ Cf. *Folheto*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5725, Caixa 158, fol. 613.

⁵³¹ Cf. *Folheto*, Lisboa, Tipografia de J. C. Novais, 12 de Abril de 1839, BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 97.

que o tutor apenas tinha dado consentimento para os esponsais e que no dia da ratificação a Condessa da Póvoa apenas tinha sido participada a assistir ao meio-dia e meia hora, quando a mesma ocorrência já tinha ocorrido às dez e meia da manhã. Para o provar, publicava uma carta do Duque de Palmela, datada do dia anterior, dirigida à Condessa da Póvoa, convidando-a a assistir à declaração que a Marquesa do Faial faria perante as autoridades eclesiásticas, convite esse efectuado também pela própria Marquesa, através de carta, também publicada nesse panfleto. Ao Duque, a Condessa respondeu que não percebia porque é que o convite só surgia depois de a declaração já ter ocorrido e, à filha, que ficava admirada com tal carta, pois havia quase dois meses que não recebia notícias suas. Maldizia a sorte da filha, ao querer casar-se com o Marquês do Faial e aludia à inveja que se tem da fortuna de que é possuidora⁵³².

O jornal *O Eco*, de feição miguelista, dava também conta do sucedido, louvando a firmeza de carácter do tutor e da Condessa da Póvoa, de “*fazer valer a sua justiça contra todos os obstáculos que a política lhes tem anteposto*”⁵³³. O *Correio de Lisboa*, de corrente contrária, além de tentar repor os factos a favor do Duque de Palmela, acabava por fazer propaganda política a favor da causa liberal⁵³⁴.

Dia 5 de Maio de 1839, um outro jornal relatava como o Duque, para conseguir a herança do Conde da Póvoa, requereu no juízo competente um mandado para entrega e posse de todos os bens, que efectivamente conseguiu. Assim, dia 4, às seis horas da tarde, uma vasta quantidade de soldados municipais surgira em torno do Palácio do Rato, para dele se apossarem, ao que a Condessa da Póvoa não consentiu. Publicava ainda uma carta de D. Maria Luísa, de 2 de Maio de 1839, em que esta se dirigia à Condessa da Póvoa sua mãe, dizendo que apesar de a justiça estar a proceder à posse, em seu nome, das suas propriedades, que a sua mãe podia continuar a habitar o Palácio do Rato⁵³⁵.

Também o jornal *O Director* defende o Duque de Palmela contra a opinião pública, nomeadamente quando surgiram pasquins que o detractavam⁵³⁶.

⁵³² *Folheto*, Lisboa, Tipografia de JM de Novais., 23 de Abril de 1839, BN, AMS, COD. 8862, F. 3629, fol. 99.

⁵³³ Cf. *O Ecco, Jornal Critico, Litterario e Politico*, nº 368, Lisboa, Tipografia de A. I. S. de Bulhões, 4 de Maio de 1839.

⁵³⁴ Cf. *Correio de Lisboa*, nº 283, 7 de Maio, fol. 1143.

⁵³⁵ Cf. *Folheto*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 181.

⁵³⁶ Cf. *O Director*, Nº 397, 11 de Maio de 1839, fol. 1831 e Nº 399, 14 de Maio de 1839, fol. 1840.

A escritura efectuada entre António Sampaio e Luís Teixeira de Sampaio também suscitou o interesse da imprensa que apoiava o Duque de Palmela, que a publicou e a criticou fortemente, considerando que foi a forma por aqueles encontrada de divisão de espólio e herança de uma pessoa viva⁵³⁷.

Igualmente os acontecimentos verificados em 24 de Maio de 1839, quando pelas duas horas da tarde, o Duque de Palmela e os Marqueses do Faial se apresentaram na residência da Condessa da Póvoa, onde as portas foram arrombadas, com os criados armados, provocaram reacções diferentes na imprensa, consoante se posicionavam pró ou contra o Duque de Palmela, ou melhor dizendo, caso se tratasse de imprensa liberal ou de imprensa miguelista. Esta recordava os processos de que o Duque se serviu para incentivar o Patriarca a consentir o casamento da menor, sem autorização do tutor, e acicatar o conselho de família a outorgar como alimentos uma soma demasiado avultada. Recordava ainda que “*quando o Duque ostentava fausto, e luxo pela ocasião da coroação da Rainha de Inglaterra, só a menina que o sustentava parecia pobre*”. Claro que por detrás desta argumentação estava uma intenção política, pois o mesmo jornal argumentava que tal só podia acontecer com a conivência de um governo fraco. Defendia a Condessa da Póvoa, que considerava a pessoa mais empenhada em exigir o cumprimento e execução da lei⁵³⁸.

Os jornais de feição liberal mostravam a questão por outro prisma, acusando o jornal anterior de calúnia e de deturpação, relativamente ao episódio ocorrido a 24 de Maio, em que na sua opinião a menina fora obrigada a dizer que estava constrangida em casa dos Duques e violentada na companhia do marido⁵³⁹.

Um outro panfleto, apoiante do Duque de Palmela e publicado em início de Abril de 1839 apresentava as duas escrituras de 15 de Outubro de 1838, procurando mostrar como os Sampaio e a Condessa da Póvoa tinham “*aturdido os Povos, fascinando e talvez conseguindo enganar os incautos*”. O panfleto acusava-os de terem subornado várias autoridades e pessoas, inclusive talvez o próprio juiz. Dava ainda a conhecer a tentativa de suborno ocorrida na Hospedaria de Isabel de Belém e a má

⁵³⁷ Cf. *Correio de Lisboa*, nº 296, 24 de Maio 1839, fol. 1195 e nº 300, 29 de Maio, fol. 1211.

⁵³⁸ Cf. *Folheto*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5645, Caixa 92, fol. 1031.

⁵³⁹ *O Director*, Nº 409, 27 de Maio de 1839, fol. 1881.

tradução para francês da carta requisitória emitida em Portugal⁵⁴⁰.

Dois jornais fizeram o balanço de toda a história acerca do casamento dos Marquês do Faial. Um deles, claramente opositor de D. Pedro, considerava que tudo fora urdido por este, para unir a menor a seu filho, reputado de “*incapaz de preencher os fins do matrimónio e arriscado a morte prematura, por enfermidades, que se reportam incuráveis*”, tudo para que o Duque venha a desperdiçar a sua fortuna em “*jantares diplomáticos, luxo, jogo e a álcoois/alcova*”. A questão, segundo o periódico, começara em 1833, quando o Duque chegara a Lisboa, ávido de dinheiro. Entendeu que era um meio de remediar a sua situação, casando o seu primogénito com a órfã do Conde da Póvoa. O único obstáculo, a idade da menina, facilmente se transpunha, retirando-a do poder da mãe e do tutor, através da simulação de uma carta em nome da Condessa da Póvoa, tendo como destinatário o general das tropas miguelistas, estacionadas nos arredores de Lisboa nesse mesmo ano. A carta, que denunciava a posição do exército constitucional, fora remetida através de um galego, que se deslocou por um caminho onde não pudesse escapar à vigilância das sentinelas, sendo efectivamente apreendido e fuzilado. D. Pedro ter-se-ia servido desta circunstância, prometendo à Condessa da Póvoa influência e patronato e acabou por se negociar o casamento. O facto de o tutor da menor ser de diferente posição política do Duque, foi favorável a este Duque, conseguindo que ele concordasse numa escritura de sponsais, e para a qual se conseguiu a dispensa de idade. A prematura morte do Conde da Póvoa foi bastante oportuna para o Duque. A restante argumentação era semelhante ao já relatado em outros periódicos⁵⁴¹.

O segundo é um rascunho de um folheto, acompanhado de cópia dos vários documentos e constitui o contraponto do anterior, fazendo claramente a apologia da Casa de Palmela, o que não deixa de supor uma intervenção por parte do Duque na publicação do folheto, uma vez que utiliza claramente toda a argumentação usada por este nas variadas circunstâncias pontuais ocorridas anteriormente. Considera que foi o amor paternal e o uso acostumado no reino “*fazer alianças matrimoniais, tendo em vista*

⁵⁴⁰ Cf. *Considerações sobre uma das escrituras de 15 de Outubro de 1838, e sobre o que escreveu em um papel diário nº 112 de 31 de Maio último a respeito da célebre causa do casamento do Marquez do Fayal com a herdeira da Casa do Conde da Póvoa*, Lisboa, Tipografia do largo do Contador mor, 1839.

⁵⁴¹ Cf. *Cópia manuscrita de artigos de imprensa*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5714, Caixa 151, fol. 425.

as vantagens e interesses sociais”. Nessa altura, a fortuna de D. Maria Luísa era somente a da sua legítima que, embora importante, não fazia crer um casamento desigual e pouco proveitoso para ambas as partes, atendendo à posição social que o Duque de Palmela atingira. A escritura de esponsais celebrou-se a 2 de Setembro, com o consentimento da Condessa da Póvoa, Luís Teixeira de Sampaio e do conselho de família. A Condessa da Póvoa, sabendo que os parentes da menina procuravam afastá-la da sua companhia, com o pretexto de prover à sua educação, propôs aos Duques de Palmela procederem à conclusão do casamento, tendo sido a própria Condessa da Póvoa quem expôs junto do patriarcado a necessidade de celebrar-se com a maior brevidade possível o matrimónio, o que se verificou. D. Maria Luísa ficou entregue aos cuidados da Duquesa, tendo o conselho de família decidido entregar-lhe como alimentos, todos os rendimentos de sua legítima. Quatro meses volvidos, o Duque ausentou-se para França com a família e foi nessa altura que morreu o irmão da Marquesa do Faial, o que veio engrossar a sua fortuna. Por essa mesma razão, os seus parentes consideravam que tinham direito a desfazer o casamento, a fim de ligá-la com alguém de sua família. O jornal refere ainda a má tradução da carta precatória emitida pelo juízo eclesiástico. Nesta altura, a Condessa da Póvoa não tomava parte destas maquinações, pois em carta dirigida a sua filha, em 9 de Novembro, ainda reconhecia a Duquesa como sogra de sua filha. O tutor da menor também estava alheio da situação. Portanto, quem estaria por detrás destas manobras contra o Duque de Palmela eram os parentes paternos da menor.

Como pudemos perceber, a imprensa periódica teve neste caso um papel de relevo, que não se ficou apenas pela informação e divulgação do caso, quer a nível nacional, quer a nível europeu. De facto, o caso foi sendo utilizado com fins políticos, sobretudo pela imprensa miguelista, que procurou através dele denegrir a imagem do Duque de Palmela e, com isso, o próprio regime Liberal. Por outro lado, há que realçar a intervenção da imprensa periódica, que não foi inocente, defendendo ou atacando cada um dos lados. Muitas vezes transparece que, sobretudo a Casa Palmela, mas também a família Sampaio, terão, através dos periódicos, feito publicar a sua visão dos acontecimentos. Ou seja, torna-se difícil perceber onde acaba o apoio dos jornais a cada uma das partes e começa a sua utilização activa por parte dos intervenientes, que deles se servem para defender os seus interesses.

Para além da imprensa periódica, os acontecimentos relativos ao casamento dos

segundos Duques de Palmela, de contornos rocambolescos, tiveram também impacto em diversas individualidades da época, como o Conde de Lavradio (1796-1870), Marquês de Fronteira e o Príncipe Félix Lichnowsky que, nas suas memórias dedicaram algumas linhas a este assunto, como Jorge Forjaz chamou a atenção⁵⁴².

O Conde de Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal diz que foi um caso que, “*fora da política*”, “*apaixonou vivamente a opinião pública*” visto terem-se escrito “*artigos nos jornais, apareceram pasquins nas esquinas das ruas de Lisboa*”. Atribuiu a tentativa de anulação do matrimónio de D. Maria Luísa com D. Domingos, ao facto de estranhos à Condessa da Póvoa não terem visto com bons olhos o aumento extraordinário da fortuna da Casa Palmela, provocado por este matrimónio⁵⁴³.

O Marquês de Fronteira, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, (1802-1881) relata a questão do casamento como tendo sido a Condessa da Póvoa a propor ao Duque de Palmela o casamento de sua filha com o filho primogénito daquele, proposta essa aceite com bastante entusiasmo e que tiveram como consequência a celebração de vários jantares, onde os próprios Marqueses de Fronteira estiveram presentes⁵⁴⁴. Quanto à tentativa de anulação do casamento, D. José Mascarenhas Barreto diz que foi ele quem convenceu o Ministro do Reino, na altura também com a pasta da Justiça, a que mudasse de juiz no caso, uma vez que se dizia que o que então exercia tinha sido comprado pelos Sampaio⁵⁴⁵.

O Príncipe Lichnowsky, de visita a Portugal em 1842 e hóspede em casa dos Duques de Palmela, também alude ao casamento dos Marqueses do Faial, referindo que D. Domingos casou com a mais rica herdeira de Portugal. E acrescenta: “*Acerca de*

⁵⁴² Cf. FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, pp. 100-101.

⁵⁴³ Cf. SÁ, D. José de Almeida Correia de Sá (com.), ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 144.

⁵⁴⁴ Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861*, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), Parte V e VI (1833 a 1842), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 45.

⁵⁴⁵ Cf. IDEM, *ibidem*, Parte V e VI (1833 a 1842), p. 260.

história singular deste casamento com o qual estão entrelaçadas cenas de rapto da idade média, falaram largamente os jornais daquela época. Julgo supérfluo discutir de novo esse assunto, e tanto mais que eu não conheço qual é a verdadeira versão entre as muitas que a tal respeito apareceram, nem sei qual o Duque desejaria antes que fosse impressa. Contudo, é fora de dúvida, que se chegou a haver roubo, o que eu ignoro; o objecto roubado acha-se muito a seu contento; ninguém poderá dizer que a jovem Marquesa tenha a menor aparência de vítima. Estive um dia sentado junto dela à mesa, via-a animada, satisfeita, e como costumam dizer os ingleses, naquele estado interessante em que os maridos gostam de ver as suas consortes. Tem já um filho, que como é próprio a toda a criança, parece-se excessivamente com o pai e com a mãe”⁵⁴⁶.

Já no século XX o assunto também não deixou de ser referido. De facto, D. Tomás de Melo Breyner (1866-1933), quarto Conde de Mafra e médico da família Real, referia no seu diário a seguinte história, que lhe havia sido confirmada pelo Conde de Ficalho, pelo Conde de Sobral e pelo professor May Figueira: “(...) *O 1º Duque de Palmela (D. Pedro) o que foi diplomata e bom estadista tinha um filho chamado Domingos que ele casou com a filha única do riquíssimo Conde da Póvoa (um semi-plebeu e novo rico daquela época). Como o filho fosse julgado incapaz de procriar encarregou-se o pai desse encargo e teve da nora duas... “netas” (...)*”⁵⁴⁷, referindo-se a D. Maria Luísa de Sousa Holstein, terceira Duquesa de Palmela e sua irmã, D. Luísa Maria de Sousa Holstein.

Em conclusão, se por si só a ligação da Casa Palmela a uma filha de um “*semi-plebeu*” e “*novo rico*” não poderá demonstrar a existência de alterações no recrutamento dos cônjuges na aristocracia portuguesa oitocentista, é certo que a própria Casa Palmela não teve qualquer pejo, por “*espírito de aristocracia*” em unir-se a tal família, estando em causa uma “*fortuna pecuniária*”. Só assim se poderá compreender os esforços levados a cabo por si para efectivar a união, sobretudo face aos ataques dos parentes do Conde da Póvoa. De facto, foram estes que manifestaram um comportamento mais aristocrático relativamente à questão, uma vez que a tentativa da anulação do casamento

⁵⁴⁶ LICHNOWSKY, Príncipe, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, 2ª ed, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844. p. 60.

⁵⁴⁷ BREYNER, Tomás de Melo (Prod.), *Diário de Um monárquico, 1911-13*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1994, p. 209.

da sua sobrinha teria como objectivo um possível casamento com um primo, permitindo assim que a fortuna permanecesse na família, evitando desse modo, a quebra da varonia. Tal com Maria de Lurdes Rosa apontou para os séculos XIV e XV em Portugal, no século XIX “ (...) *o perigo dos cunhado e genros explica as dobradas prevenções em relação ao casamento das herdeiras* (...)”⁵⁴⁸. Neste caso, uma vez que D. Maria Luísa Noronha Sampaio somente se tornou herdeira apenas após o seu casamento com D. Domingos de Sousa Holstein, as prevenções resultaram nas tentativas da anulação deste consórcio.

Todavia, apesar de não podermos comprovar através deste consórcio alterações no recrutamento dos cônjuges na aristocracia portuguesa oitocentista⁵⁴⁹, podemos afirmar com certeza que este casamento rompeu claramente com o padrão seguido pelos primeiros Duques de Palmela relativamente ao casamento dos restantes filhos. De facto, e como verificámos, houve uma clara preocupação de casá-los com membros de casas tituladas. Mesmo que não fossem tituladas no Antigo Regime, eram já nessa época, antigas famílias da nobreza da Corte, cujo posicionamento pelo lado liberal permitiu o acesso à titulação. O casamento do segundo Duque de Palmela veio romper com este cânone, não só pela ausência de nobreza antiga do primeiro Conde da Póvoa, ainda que casado com uma filha de uma antiga Casa titular, mas também pelo posicionamento deste pelo lado miguelista. Neste caso concreto, os ganhos simbólicos foram completamente suplantados pelos interesses económicos e as vantagens materiais que decorreriam deste consórcio.

Assim, compreendidas as razões que estiveram por detrás deste casamento, importa avaliar, em termos concretos, as vantagens económicas que o mesmo trouxe para a Casa Palmela. Todavia, antes de o fazer, iremos analisar os contratos dotais desta família.

⁵⁴⁸ ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 182.

⁵⁴⁹ Temos conhecimento de um caso parecido, nomeadamente do casamento do quarto Conde da Cunha, com a filha do Barão de Quintela. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes* (...), p. 193.

6. Dotar, partilhar e legar: a transmissão do património.

O casamento era, para as elites aristocráticas europeias, um momento singular⁵⁵⁰, uma vez que constituía o veículo primordial de transmissão de património material e simbólico. Ao longo do século XVIII, em Inglaterra, assumiu-se cada vez mais como uma forma, potencial ou real, de acumulação de terras ou de aumento de fortunas⁵⁵¹.

Neste contexto, tornou-se imprescindível que se fixassem, através de um contrato notarial, as condições matrimoniais, nomeadamente os dotes⁵⁵², ou seja, os bens que a mulher levava para o casamento e dos quais tinha o usufruto. Como Nuno Gonçalo Monteiro constatou para a alta nobreza em Portugal, foi apenas no século XVIII, através da lei de 17 de Agosto de 1761, que se tabelou o montante do dote em 1,6 contos de reis e das jóias esponsalícias, oferecidas pelos futuros maridos às noivas, em 3,2 contos de reis⁵⁵³. De facto, os dotes relativos às pessoas que tivessem o foro de Moço Fidalgo da Casa Real só poderiam atingir o referido valor máximo e serem constituídos pelo enxoval de roupa branca, não se podendo dar ou doar às noivas quaisquer outros bens a título de dote, fossem de raiz, dinheiro, jóias ou outras alfaias,

⁵⁵⁰ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse réinventée. Nobles de Franche-comté de 1814 a 1870*, Paris, Pie impronta Annales littéraires de l'Université de Besaçon, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, p. 500.

⁵⁵¹ Cf. MENDES; Maria do Céu Dinis, *Alguns aspectos do casamento na Inglaterra setecentista ou o velho Patriarca e a nova Mulher*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p. 40.

⁵⁵² Cf. ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. La Casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España, 1987, p. 43.

⁵⁵³ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, pp. 99-100.

sob pena de anulação dos contratos. A excepção era feita, quer às Damas da Rainha, quer às herdeiras de suas Casas, podendo-se estas dotar livremente com os bens que tivessem. Estava também previsto nesta lei que as viúvas tinham direito à décima parte do rendimento das casas dos seus falecidos maridos, a título de apanágio ou alimentos. Esta legislação tinha como principal objectivo refrear o aumento dos dotes, que vinha causando a ruína financeira das famílias.

No mesmo sentido, foi publicada a lei de 4 de Fevereiro de 1765, que clarificava alguns pontos da anteriormente referida, nomeadamente, as questões relativas aos bens dotais, em caso de viuvez. A viúva ficava com o direito de manter as mesadas que lhe tivessem sido estipuladas nas escrituras dotais como alfinetes, até passarem a segundas núpcias. Os alfinetes constituíam o dinheiro que era dado à mulher casada para as suas próprias despesas.

Já durante o reinado de D. Maria I, a lei de 17 de Julho de 1778 revogou alguns pontos relativos a esta legislação, mas o tabelamento máximo do dote em 1,6 contos de reis e o das jóias esponsalícias em 3,2 contos de reis manteve-se em vigor.

Contudo, a tendência para a estabilização do montante do dote era anterior à publicação destas leis, datando da primeira metade do século XVIII, como consequência do próprio mercado matrimonial, que se tornou pouco competitivo e mais fechado sobre si mesmo. Efectivamente, como Nuno Gonçalo Monteiro mostrou, para o período entre 1681 e 1761, os dotes das noivas dos titulares só ultrapassavam os oito contos de reis quando incluíam expressamente as legítimas ou serviços, como damas do paço. Além disso, verificava-se uma ausência quase total de bens de raiz na constituição dos dotes, que apenas incluíam dinheiro, jóias e roupa branca. Relativamente aos alfinetes, estes oscilavam entre os 40 e os 50 mil reis mensais. Obviamente que oito contos de reis não era uma quantia desprezível, visto representarem para a maioria das casas titulares, cerca de ano e meio de rendimentos. Além disso, era uma quantia bastante superior à do dote dado para a entrada num convento. No entanto, comparativamente a outros países, era um valor bastante inferior, sobretudo se se tiver em conta a ausência de bens de raiz.

Segundo o mesmo autor, verifica-se que, após as leis de 1761, há uma normalização do que era apenas uma tendência – a uniformização dos dotes na quantia fixada juridicamente, com excepção dos casos já referidos. Para além disso, no caso de viuvez, em vez do pagamento das arras à viúva, que consistira na devolução de parte do dote, passava-se agora ao pagamento de apanágios ou alimentos, que consistiam em

10% do rendimento das casas⁵⁵⁴.

No século XIX, vigorava ainda a legislação pombalina. De facto, apesar da Constituição de 1822 e os outros textos constitucionais que lhe seguiram, como a Carta de 1826 ou a Constituição de 1838, preverem a igualdade jurídica do cidadão, eram aquelas as leis que vigoravam relativamente ao matrimónio e que assentavam na noção de privilégio, uma vez que se destinavam a quem era detentor, pelo menos, do foro de Moço Fidalgo da Casa Real. Seria apenas com a publicação do Código Civil de 1867 que a legislação relativa ao matrimónio deixaria de assentar em tais bases de privilégio, passando a estar de acordo com a vontade expressa dos noivos. Efectivamente, este Código, para além de prever as disposições gerais acerca do casamento, estabelecia também as várias convenções que os esposos podiam realizar relativamente a seus bens, desde que dentro do limite da lei e de acordo com uma escritura pública. Assim sendo, o casamento podia efectuar-se sob o costume do reino, que consistia na comunhão de todos os bens dos cônjuges, presentes e futuros; comunhão de adquiridos; separação total de bens; e, finalmente, regime dotal. Cada um destes casos estava devidamente regulado no Código Civil.

Torna-se fundamental que se proceda à análise dos contratos dotais que antecederam os casamentos efectuados no seio da Casa Palmela, de modo a verificar a existência de um eventual padrão comum nas várias gerações e os moldes que revestiam todo o processo, procurando detectar a existência de continuidades ou rupturas entre gerações e relativamente ao período do Antigo Regime. Apesar de não termos contratos antenupciais relativos a todos os indivíduos mencionados, possuímos uma grande parte deles, apenas faltando os relativos aos filhos do sexo masculino mais novos do primeiro Duque e o da terceira Duquesa de Palmela, que não o efectuou⁵⁵⁵.

D. Pedro de Sousa Holstein assinou o seu contrato antenupcial a 4 de Junho de 1810 com a sua mulher e sua futura sogra, na altura já viúva. Nele se estabelece que a Marquesa de Nisa dotava a sua filha com “*a quantia de um conto e seiscentos mil reis*

⁵⁵⁴ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *O Crepúsculo dos Grandes*, pp. 106-108.

⁵⁵⁵ Cf. *Testamento*, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5710, Caixa 147, fol. 1447.

empregados em roupas, vestidos do seu enxoval”⁵⁵⁶, em conformidade com a quantia estipulada no decreto de 17 de Agosto de 1761. Por seu lado, D. Pedro obrigava-se a dar à noiva a “*quantia de cinquenta mil reis no principio de cada mês para seus alfinetes, e pela grande satisfação que tem neste consorcio se obriga também de pedir quanto antes a sua alteza real a sobrevivência de uma das melhores comendas da sua Casa para coadjuvar a decente sustentação da mesma (...) futura noiva no caso de Viuvez.*”

Na geração seguinte, a primeira escritura de esponsais efectuada foi a relativa a D. Domingos de Sousa Holstein e a sua futura mulher, D. Maria Luísa de Noronha Sampaio. Lavrada no então palácio de residência da Condessa da Póvoa, já viúva, ao Rato, aos seis de Setembro de 1834, a dita escritura não apresentava a fixação do dote, mas sim as condições em que o casamento se viria a realizar. Efectivamente, tal decorria do facto de a noiva ser menor, então apenas com 7 anos. Assim, estabeleceu-se que o casamento teria lugar quando a nubente atingisse a “*idade competente*”. Estas condições, segundo a mesma escritura, eram o resultado da reunião dos pais dos noivos com o imperador D. Pedro, regente em nome de D. Maria, que, tendo acordado entre si essa união, contrataram que se expediria “*uma portaria ao juiz de Paz da Freguesia de S. Mamede remetendo o alvará de Licença para o dito casamento*” e se ordenaria “*a convocação do Conselho de Família para se darem as providencias que se julgassem úteis aos interesses e seguranças recíproca dos Exmos. futuros noivos*”. Assim, a reunião do Conselho de Família da menor, em Agosto de 1834, apenas estabeleceu que se procedesse à presente escritura de esponsais, que constituía um contrato de obrigação futura⁵⁵⁷.

Foi somente em 1836 que se efectuou nova escritura, precedendo o sacramento do matrimónio e cumprindo o estabelecido na escritura efectuada dois anos antes e a vontade dos pais dos noivos e dos próprios⁵⁵⁸. Aqui ficavam também estabelecidas as condições do casamento. Em primeiro lugar deliberou-se que a noiva viveria em casa dos seus sogros, mas separada do seu marido, “*até que se possam unirem-se para a*

⁵⁵⁶ Cf. *Contrato Matrimonial*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 21.

⁵⁵⁷ Cf. *Escritura de esponsais*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5708, Caixa 146, fol. 661.

⁵⁵⁸ É referido no documento que, apesar da noiva, em 1836, ter apenas 9 anos, tem o discernimento intelectual para exercer “*o seu agrado e gosto*” e sendo para isso autorizada pelo Cardeal Patriarca, que concedeu a dispensa da idade para o matrimónio. Cf. *Contrato para casamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5708, Caixa 146, fol. 671.

consumação do matrimónio”. Em segundo lugar, “*estipulou-se que tendo ambos os contraentes bens e rendimentos próprios com que possam sustentar a dignidade e decoro de suas pessoas, na constância do matrimónio, e no estado de viuvez, não precisam aproveitar-se das providências dadas nas leis de 17 de Agosto de 1761 e de quatro de Fevereiro de 1765, relativamente ao apanágio e decima vidual.*” Concordaram que todos os bens da noiva, tanto os da legítima paterna, “*como quaisquer outros que acrescerem a esses tenham e conservem a natureza de dotais enquanto ela viver*”, revertssem metade para D. Domingos, à morte da mulher, se não existissem filhos. No caso contrário, ficaria D. Domingos com a terça parte dos rendimentos dos referidos bens, enquanto vivesse. Também se estipulou que se poderia constituir “*um vínculo de quatrocentos contos de reis ou um fideicomisso de igual importância, determinado nele a forma da sucessão e administração do mesmo.*” Não ficou contratado o montante do dote da noiva, apenas o destino a dar-lhe no caso da sua morte.

De modo a não sobrecarregar o texto com a descrição pormenorizada das escrituras dotais das filhas dos primeiros Duques de Palmela, resumimo-las no quadro seguinte:

Quadro V – Dotes relativos às filhas dos Primeiros Duques de Palmela

Data	Nubente	Dote	Jóias	Outros	Alfinetes	Arras
13 de Setembro 1838	D. Maria Ana Sousa Holstein ⁵⁵⁹	1600\$000 em enxoval	Esponsalícias		50\$000 mensais	2000\$000 anuais ou 1/10 rendimento Casa marido
8 de Maio de 1842	D. Eugénia Sousa Holstein ⁵⁶⁰	40.000\$000 em dinheiro	Esponsalícias	Enxoval em trastes, roupas, prata, ouro e brilhantes	50\$000 mensais	50\$000 mensais

⁵⁵⁹ Cf. *Contrato dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 413

⁵⁶⁰ Cf. *Contrato dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 369.

8 de Maio de 1842	D. Teresa Sousa Holstein ⁵⁶¹	40.000\$000 em dinheiro	Esponsalícias	Enxoval em trastes, roupas, prata, ouro e brilhantes	50\$000 mensais	50\$000 mensais
29 de Fevereiro de 1848	D. Catarina Sousa Holstein ⁵⁶²	40.000\$000 em dinheiro				
6 de Maio de 1850	D. Ana Rosa Sousa Holstein ⁵⁶³	40.000\$000 em fundos franceses		Enxoval em trastes, roupas, prata, ouro e brilhantes		
5 de Outubro de 1857	D. Ana Rosa Sousa Holstein (2º Casamento) ⁵⁶⁴	40.000\$000 em fundos franceses		Enxoval em trastes, roupas, prata, ouro e brilhantes		

Como podemos observar, a primeira filha a casar, D. Maria Ana foi a única que efectuou o seu contrato dotal em estrita observância da lei de 17 de Agosto de 1761, sendo dotada com a quantia de 1600\$000 em enxoval. Tanto ela, como suas irmãs D. Eugénia e D. Teresa receberam na ocasião as jóias esponsalícias de seus futuros maridos. Embora não seja referido o seu valor, supõe-se que não excedessem os 3200\$000 estabelecidos na lei. Além disso, foram as únicas dotadas por seus pais: D. Catarina foi dotada por seu irmão primogénito, ainda que em vida dos pais, ao passo que D. Ana Rosa, no seu primeiro consórcio, foi dotada também pelo seu irmão, sendo já órfã. No entanto, no segundo casamento dotou-se a si própria. Apenas o contrato dotal de D. Catarina é omissivo relativamente ao enxoval, visto que no caso de D. Maria Ana, é referido que o dote é constituído pelo enxoval.

Os alfinetes a dar às noivas pelos seus maridos apenas estão estipulados nos contratos dotais das três primeiras nubentes, consistindo na quantia de 50 mil reis mensais. É também nestes casos que se referem as arras ou apanágio que receberiam quando enviuvassem: D. Maria Ana receberia 2000\$000 anualmente ou um décimo do rendimento da Casa do falecido marido; D. Eugénia e D. Teresa receberiam 50\$000 mensalmente.

Em todos os contratos estava consignada a identidade jurídica dos bens dotais. De facto, quaisquer bens da noiva que viessem ao casal, como legítimas, heranças,

⁵⁶¹ Cf. *Contrato dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 81.

⁵⁶² Cf. *Contrato dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 173.

⁵⁶³ Cf. *Contrato dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 125.

⁵⁶⁴ Cf. *Contrato Dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 147.

doações ou outros direitos, conservariam a sua natureza de dotais, independentemente da existência de filhos. Havendo filhos, estes seriam os herdeiros de sua mãe. Caso não existissem, a esposa não podia testar a favor do marido, à excepção da terça, tornando-se os irmãos dela, herdeiros da restante parte. No caso de viuvez, o dote revertia para a viúva, ou para seu herdeiros. Isso significava que os bens permaneciam sua propriedade exclusiva. O dote era também inalienável ou passível de ser hipotecado, mesmo que fosse transformado em bens de raiz, direitos e acções. No entanto, ficaria reservado o direito da noiva poder alienar os referidos fundos, empregando o seu produto da forma que mais lhe conviesse, sem necessidade de consentimento ou outorga. Todos ou parte dos fundos dotais que fossem convertidos em bens de raiz, direitos ou acções manteriam a natureza de dotais e os respectivos privilégios. Para garantir a segurança dos dotes das noivas, algumas das Casas com que a de Palmela casou as filhas – Terena, Alcáçovas e Galveias – hipotecaram os seus bens ou rendimentos.

Como já referimos, apenas a primeira filha que casou, foi dotada de acordo com a legislação pombalina, tendo as suas irmãs recebido como dote uma quantia vinte e cinco vezes superior. Ora, os quarenta contos de reis correspondiam à quantia que elas receberam por haverem cedido o direito que tinham às legítimas dos seus pais, em favor de seu irmão primogénito e cunhada, os Marqueses do Faial.

De facto, até à promulgação das leis de extinção dos vínculos e da publicação do Código Civil de 1867 estava previsto na lei que os filhos das Casas distintas procedessem a um contrato de renúncia da parte que lhes caberia por herança pela morte de seus pais, a favor de seu irmão primogénito, mediante uma recompensa monetária que permitisse a sua conveniente sustentação. Obviamente que a parte que lhe estava destinada em herança era única e exclusivamente composta pelos bens livres, uma vez que os vinculados pertenciam, na totalidade, aos primogénitos.

Tal derivava da distinção que o direito civil fazia dos bens dos particulares: livres ou alodiais eram aqueles de que se podia dispor livremente, sem necessidade de licença de outrem e, por conseguinte, comunicáveis entre cônjuges e divisíveis entre os herdeiros, em contraposição aos vinculados, aos enfiteúticos e aos da coroa⁵⁶⁵. Por

⁵⁶⁵ ROCHA, M. A. Coelho da, *Instituições de direito civil português*, 8ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, p. 52.

outras palavras, dos bens livres fariam parte os bens de família não vinculados, ao passo que os bens não livres corresponderiam aos bens vinculados, de morgado ou capela, aos bens enfitêuticos e aos bens das comendas e ordens.

O quadro legal que regulava esta questão remontava, pelo menos, à lei de 9 de Novembro de 1754, que ordenava que os bens livres passariam, por morte dos seus possuidores, aos seus herdeiros, escritos ou legítimos, e que os bens vinculados passariam ao filho mais velho, ou neto, filho do primogénito. Tratava-se não só de manter intactos e indivisíveis os bens de morgado, mas também de possibilitar aos filhos secundogénitos herdarem algo de seus pais.

A lei de 17 de Agosto de 1761 determinou que, relativamente às heranças das pessoas que possuísem o foro de Fidalgo da Casa Real e bens vinculados, da Coroa e Ordens, que excedessem os três contos de reis de renda anual, os bens livres apenas seriam divisíveis entre os filhos. Esta lei determinava que os secundogénitos apenas podiam herdar o que lhes cabia das partilhas dos bens livres, sendo as filhas excluídas das legítimas paternas. A lei foi revogada em 17 de Julho de 1778, permitindo que dois terços dos bens livres estivessem destinados aos filhos dos seus possuidores, independentemente do seu sexo, quando estes morressem, repondo a situação anterior a 1761.

O principal objectivo ao renunciar à sua parte na herança era, mais do que favorecer o primogénito, favorecer Casa, mantendo os seus bens. No fundo, tratava-se de mais um mecanismo que permitia a concentração dos bens na posse das Casas titulares, sendo os bens livres, na maior parte dos casos, em menor número e valor do que os vinculados. Como sublinhou Maria de Fátima Coelho, a transmissão perpétua do património familiar tinha como objectivo a manutenção do estatuto social privilegiado da aristocracia⁵⁶⁶.

Nuno Gonçalo Monteiro constatou que, ainda em finais de Antigo Regime, as legítimas, como podiam atingir valores superiores aos 1,6 contos de reis estabelecidos

⁵⁶⁶ COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias” in *O Século XIX em Portugal, Análise Social*, vol. XVI, (61-62), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1980, pp. 112-123.

para o dote, estavam muitas das vezes omissas nos contratos dotais, no caso de as noivas já terem herdado, não adquirindo, por isso, natureza dotai⁵⁶⁷.

Quadro VI – Escrituras de renúncia de legítimas dos herdeiros dos primeiros Duques de Palmela a favor de seu irmão primogénito, D. Domingos de Sousa Holstein

Data	Renunciador	Quantia	Pagamento
22 de Abril de 1842	D. Eugénia Sousa Holstein ⁵⁶⁸	40000\$000 moeda metálica	Metade no acto renúncia, metade até 20 Abril de 1852, vencendo juro anual de 5%
22 de Abril de 1842	D. Teresa Sousa Holstein ⁵⁶⁹	40000\$000 moeda metálica	Metade no acto renúncia, metade até 20 Abril de 1852, vencendo juro anual de 5%
30 de Agosto de 1844	D. Catarina Sousa Holstein ⁵⁷⁰	40000\$000 moeda metálica	Pagamento quando D. Catarina atingisse maioridade ou casasse. Neste caso, pagamento de juro de 5% até amortização total.
9 de Junho de 1845	Luís Brandão de Melo Cogominho, como tutor de seus filhos, D. Eugénia e José Maria Brandão de Melo	40000\$000, metade para cada um	5% de juro de metade desde a morte de um dos Duques de Palmela; 5% da totalidade depois da morte dos dois Duques de Palmela ⁵⁷²

⁵⁶⁷ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O crepúsculo dos Grandes*, p. 113.

⁵⁶⁸ Cf. *Escritura de desistência de legítima*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 59.

⁵⁶⁹ Cf. *Escritura de desistência de legítima*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 59.

⁵⁷⁰ Cf. *Escritura de desistência de legítima*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 107.

⁵⁷² Caso algum dos menores morresse sem descendentes, o irmão sobrevivente seria o herdeiro desta transacção. Caso morressem ambos sendo ainda menores, *ab intestado* ou sem descendentes, os quarenta contos de reis reverteriam para a herança dos Duques de Palmela. Ora, anos mais tarde, a 9 de Março de 1867, os então Duques de Palmela, D. Maria Luísa e António de Sampaio e Pina de Brederode, e os Marqueses de Monfalmim, seus tios efectuaram uma escritura de quitação de pagamento, visto ter falecido D. José Maria. D. Eugénia, Marquesa de Monfalmim, era a sua imediata herdeira e, portanto, tinha direito a herdar a quantia que pertencia a seu irmão, ou seja, os vinte contos de reis respeitantes à renúncia de legítimas dos seus avós. Ficavam, por isso, através desta escritura, pagos dez contos de reis a D. Eugénia, que dava plena quitação dos restantes dez contos de reis e dos juros do capital de vinte contos de reis,

	Cogominho ⁵⁷¹		
28 de Outubro de 1848	D. Francisco, D. Tomás e D. Filipe, representados por seu pai, como seu tutor, por serem menores, e D. Ana Rosa de Sousa Holstein ⁵⁷³	40000\$000 a cada um, moeda metálica	Quando atingissem a maioridade ou casassem. Deviam ser empregues na totalidade ou em parte, em bens rendosos, enquanto não fosse pago o juro de 5%, a partir do falecimento de seu pai ou desde o casamento dos menores

Como podemos observar pelo **Quadro VI**, os herdeiros dos primeiros Duques de Palmela renunciaram a parte que lhes caberia por legítima herança à morte de seus pais, a favor do irmão primogénito, o Marquês do Faial. Cada um dos herdeiros, à excepção de D. Eugénia e José Maria Brandão de Melo Cogominho, que representavam a mãe, já defunta, recebeu 40 contos de reis em moeda metálica, a qual foi aplicada pelas mulheres para seu dote.

Curioso é o facto de, nos três primeiros contratos de renúncia realizados, constar também um auto de decisão do conselho de família de D. Maria Luísa, Marquesa do Faial, que estipulava que o mesmo conselho não se opunha à transacção descrita, desde que, para o pagamento do montante da renúncia às legítimas, não se utilizassem capitais nem se alienassem os bens de raiz pertencentes à Marquesa do Faial, ficando desde logo implícita a separação dos bens relativos às Casas Palmela e Póvoa. De facto, a renúncia às legítimas dizia única e exclusivamente respeito à Casa Palmela.

Entretanto, em 27 de Julho de 1850, o Duque de Palmela efectuou uma escritura com os Marqueses do Faial, doando-lhes todos os bens, direitos e acções que possuía no Reino de Portugal e em Sanfré, no Piemonte, com a reserva de que continuaria possuidor dos rendimentos por ele auferidos enquanto vivesse, uma vez que todos os seus outros filhos tinham renunciado às legítimas, que receberiam quando herdassem⁵⁷⁴. No mesmo ano, a 12 de Outubro, D. Pedro de Sousa Holstein morria. D. Domingos, seu primogénito, tornava-se assim o herdeiro da totalidade de sua casa. De facto, a doze de

desde que se começaram a vencer até então, por terem sido pagos na totalidade. Cf. *Instrumento de pagamento e quitação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 547.

⁵⁷¹ Cf. *Instrumento de pagamento e quitação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 547. Sendo viúvo de D. Maria Ana de Sousa Holstein, assinou o contrato na qualidade de tutor dos filhos menores de ambos, D. Eugénia e José Maria Brandão de Melo Cogominho, que representariam a mãe.

⁵⁷³ Cf. *Escritura de desistência de legítima*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5674, Caixa 116, fol. 475.

⁵⁷⁴ Cf. *Escritura de doação inter-vivos e obrigação* IANTT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 145.

Fevereiro de mil oitocentos e cinquenta e um, era certificado ao Duque de Palmela, D. Domingos, que era o único herdeiro de todos os bens livres, direitos e acções que ficaram por morte de seus pais, assim como de todos os vínculos a eles pertencentes, em virtude das transacções e renúncias de heranças que suas irmãs e cunhados efectuaram⁵⁷⁵.

Apesar de a sua certidão de óbito atestar que não efectuou testamento, o que é certo é que existe um testamento de honra do primeiro Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, datado de 12 de Outubro de 1850. Visto terem-se efectuado já as renúncias indicadas, deixa patente que gostaria de deixar algumas determinações por escrito. Queria recomendar a seus filhos e noras/genros, que “*procurassem viver todos com a melhor harmonia e amizade entre si.*”. Tratava-se de realçar a harmonia familiar, presente também em grande parte dos testamentos efectuados em França para o mesmo período⁵⁷⁶. Relativamente aos seus três filhos menores, D. Francisco, D. Tomás e D. Filipe, nomeava-lhes como tutor o seu filho primogénito, o Marquês do Faial, e como subtutor, o Conde de Lavradio ou o próprio Tabelião João Baptista Ferreira, sendo que o que não ficasse subtutor fizesse parte do conselho de família, juntamente com alguns de seus genros e amigos, de que se lembrava dos Viscondes de Sá, de Benagasil e de Algés, de João de Sousa Pinto de Magalhães⁵⁷⁷.

Como vimos anteriormente, os segundos Duques de Palmela tiveram duas filhas. Antes de procedermos à análise do contrato dotal de D. Luísa Maria e à da escritura de renúncia das legítimas, é necessário ter em conta o testamento de seus pais, datado de 10 de Maio de 1859, que anulava um outro testamento de mão comum, anterior a este, datado de 1856. De facto, a sua filha primogénita, D. Maria Luísa, seria a imediata sucessora dos vínculos que administravam e, por isso, teria uma fortuna muito superior à de sua irmã. Querendo prover esta de um melhor futuro, pretendiam estabelecer um fundo de propriedades e rendas sólidas que não dependesse da demora de um processo de partilhas. Nesse sentido, fixavam-lhe através deste testamento, a sua legítima em quatrocentos contos de reis, quantia que poderia eventualmente elevar-se. Caso não

⁵⁷⁵ *Certidão dos autos de inventário dos bens*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5625, Caixa 77, fol. 49.

⁵⁷⁶ HIGGS, David, *Nobles, Titres, aristocrates en France après la Révolution, 1800-1870*, s. l., Liana Levi, 1990, p. 334.

⁵⁷⁷ Cf. *Testamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121 fol. 41.

atingisse a essa cifra, deixavam-lhe a terça de seus bens livres, instituindo D. Luísa Maria a única herdeira desses bens, nos quais ficavam compreendidas as quintas de Cadafais e da Goucha, pelo preço que tivessem ao tempo da sua entrega. Para além disso, o fundo que constituía a sua legítima, estimada em quatrocentos contos de reis, seria constituído em moeda metálica, bens de raiz ou fundos públicos consolidados, nacionais ou estrangeiros, pelo preço real de mercado que tivessem na altura do pagamento. No entanto, a entrega desta quantia de quatrocentos contos de reis apenas podia ser efectuada após a renúncia, por parte de D. Luísa Maria, de todos os bens da herança e legítima que lhe pertencesse por morte de seus pais. Caso não se pudesse efectuar esta renúncia, os Duques de Palmela instituía D. Luísa Maria como herdeira na terça dos bens que possuíam dentro e fora do reino⁵⁷⁸.

Foi em 27 de Julho de 1859, que D. Luísa Maria de Sousa Holstein efectuou a escritura de renúncia às legítimas materna e paterna, em favor de sua irmã, D. Maria Luísa, mediante o pagamento da indemnização de quatrocentos contos de reis em moeda forte. Todavia, não poderia ser exigido o seu pagamento ou parte dele enquanto os Duques de Palmela vivessem. Deste modo, o referido capital não venceria juro algum durante esse período de tempo. No entanto, no caso de se verificar a morte de um dos Duques, deveria vencer-se juro de metade do capital, ou da totalidade dos quatrocentos contos de reis em moeda forte, no caso de serem os dois que morressem⁵⁷⁹.

Entretanto, eram publicadas as leis de 30 de Julho de 1860 e 19 de Setembro de 1861, no sentido da desvinculação dos bens de morgado e capela. De facto, até à promulgação dessas leis, vigorava a de 4 de Abril de 1832, que aboliu os vínculos, cujo rendimento líquido não chegasse aos duzentos mil reis. O relatório que acompanhava esta lei justificava tal decisão: ainda que estas instituições – morgados e capelas – não fossem injustas em si, pois o seu objectivo era o da não alienação dos bens, tinham, no entanto, como consequência, tornar um irmão rico e muitos irmãos pobres “*causando a imoralidade, e os costumes dissolutos, e destruindo a circulação, e os meios de industria e de trabalho*”⁵⁸⁰. Julgado o vínculo dissolvido, os bens que o constituíam

⁵⁷⁸ Cf. *Testamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa fol. 287.

⁵⁷⁹ Cf. *Escritura de renúncia de legítimas*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 293.

⁵⁸⁰ *Colecção Oficial de Legislação*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1832, p. (1).

seriam considerados alodiais ao tempo da morte do último administrador, vindo às partilhas da herança geral.

Todavia, foi a lei de 30 de Julho de 1860 que causou maior impacto, ao tornar livres e alodiais todos os bens de vínculo móveis e semoventes, assim como os “*juros vinculados de capitais que estão fora do mesmo vínculo, embora sejam estes capitais livres ou alodiais, ou estejam vinculados em outros vínculos*”. Aboliu também “*todos os morgados ou capelas que não tiverem de rendimento anual líquido 400 mil reis ou daí para cima*”⁵⁸¹. No entanto, se o administrador, por si ou em conjunto com o seu cônjuge, reunissem dois ou mais vínculos que perfizessem o rendimento anual líquido de 600 mil reis, a abolição era facultativa. Todos os morgados e capelas que não fossem registados no prazo de dois anos a partir da publicação desta lei também seriam abolidos. Os bens desvinculados ficavam livres de quaisquer encargos pios que tivessem e permaneciam em posse dos actuais administradores. Todavia, se estes administradores tivessem sucessores maiores, metade dos bens conservaria a natureza vincular, passando pela morte do actual administrador para os seus imediatos sucessores, tornando-se nessa ocasião livres e alodiais. Se o imediato sucessor tivesse filhos ao tempo da publicação desta lei, os bens conservariam a sua natureza vincular até que, por morte daquele, passassem para posse do seu sucessor, tornando-se então bens livres e alodiais. Relativamente à sucessão dos vínculos, esta lei abrangia ambos os sexos, ficando limitada aos descendentes do administrador do vínculo e aos seus ramos colaterais, ou seja, a seus irmãos, sobrinhos ou sobrinhos netos. Extinta esta ordem sucessória, os bens de vínculos tornavam-se livres e alodiais. Curiosamente, esta lei garantia aos Pares do Reino o direito de instituir novos vínculos em bens de raiz ou em títulos de dívida pública portuguesa⁵⁸².

Tal como podemos observar, a legislação tendente à abolição gradual dos vínculos introduziu alterações a nível do sistema sucessório. Assim se explica que, no mesmo dia da publicação da lei de 19 de Setembro de 1861, que determinava a forma e os emolumentos do registo dos vínculos a que estavam obrigados os seus administradores, D. Domingos de Sousa Holstein tenha efectuado uma escritura de partilha amigável com sua filha D. Maria Luísa, dos bens que ficaram por morte de D.

⁵⁸¹ *Ibidem*, 1860, p. 275.

⁵⁸² Cf. Colecção Oficial de Legislação, 1860, pp. 275-279.

Maria Luísa de Sampaio e Noronha, mulher e mãe dos contratantes. Nesta partilha não entrava D. Luísa Maria, irmã da antecedente e herdeira de sua mãe, uma vez que já tinha efectuado a renúncia à legítima paterna, a favor da irmã, através da escritura que referimos anteriormente, celebrada em 27 de Julho de 1859. Também não entravam seus tios, irmãs e primos, herdeiros legítimos de seus pais e avós, os Duques de Palmela, que receberam os quarenta contos de reis por cessão das suas legítimas, cujas escrituras também já referimos. Ora, o Duque de Palmela e sua filha reconheciam que as benfeitorias realizadas nos palácios do Calhariz de Lisboa e do Calhariz ao Sul do Tejo, tinham sido efectuadas com fundos pertencentes à Casa do Conde da Póvoa, a qual ainda era credora da Casa Palmela em avultadas somas, apesar da cessão que esta lhe fizera da propriedade de Sanfré, no Piemonte. Como todos os bens da Casa Palmela não chegariam para o pagamento desta dívida, caso esta se liquidasse conforme o direito, acordaram em efectuar entre si a partilha dos bens de ambas as casas do seguinte modo: ao Duque de Palmela ficavam pertencendo exclusivamente os bens vinculados da Casa Palmela, dispondo dos seus rendimentos como lhe aprouvesse; à Marquesa do Faial ficariam pertencendo os bens livres da Casa da Póvoa, da qual era herdeira directa por morte de sua mãe, e os bens livres da Casa Palmela. Ficava também com a posse de todos os bens vinculados da Casa Póvoa, em virtude da escritura efectuada com sua irmã, em 1859. No entanto, a Marquesa do Faial ficava obrigada a dar anualmente a seu pai, para além dos rendimentos dos bens vinculados da Casa Palmela, a quantia de seis contos de reis, possibilitando-o “*sustentar-se com a decência e grandeza que a sua alta posição exige.*”⁵⁸³.

O contrato antenupcial de D. Luísa Maria de Sousa Holstein realizou-se a 28 de Abril de 1862, em Londres, onde estavam residindo⁵⁸⁴. Estiveram presentes, quer o pai e a irmã de D. Luísa Maria, quer o pai do noivo. O dote da noiva era constituído por todos os seus bens, que lhe ficaram por testamento de mão comum de seus pais, de 10 de Maio de 1859, que analisámos anteriormente, e pela renúncia efectuada com sua irmã, que perfaziam a soma de quatrocentos contos de reis. Além desta quantia dotou-se com tudo o mais que lhe adviesse por título gratuito, como as jóias que recebeu do seu futuro sogro. Todo o dote gozava dos privilégios que o direito concedia, nunca ficando

⁵⁸³ Cf. *Escritura de partilha*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 323.

⁵⁸⁴ Cf. *Contrato Dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 269.

por isso sujeito às dívidas do seu marido. Os bens dos noivos ficavam, deste modo, incommunicáveis entre si, independentemente da existência de descendência. Para seus alfinetes, a noiva tinha direito a reservar da totalidade dos bens dotais, tantos quantos pretendesse para terem o carácter de parafernais, isto é, para os gozar ou administrar como pretendesse, de modo a produzirem um rendimento equivalente a duzentos e vinte cinco mil reis mensais, enquanto não estivessem vencidos os primeiros duzentos contos de reis, que passariam a ser de quatrocentos mil reis, quando vencidos os restantes duzentos contos de reis. As restantes disposições referiam-se à sucessão. Caso o seu marido morresse, havendo ou não descendentes, a noiva só poderia herdar o dote, ainda que tivesse direito à décima que a lei previa em caso de viuvez e “*nos casamentos de pessoas de sua qualidade e nobreza*”.

No entanto, na sequência da publicação das leis de 1860 e 1861, D. Maria Luísa decidiu proceder a alterações à renúncia das legítimas que sua irmã tinha efectuado em seu favor, em 1859. Nesse sentido, a 9 de Abril de 1862, ainda antes da escritura antenupcial de D. Luísa Maria, consultou o advogado António Maria Ribeiro da Costa Holtreman⁵⁸⁵ para que desse o seu parecer relativamente à questão, tendo este sugerido três possibilidades de convenções a estabelecer⁵⁸⁶.

D. Maria Luísa e D. Luísa Maria assinaram então uma nova escritura, a 2 de Setembro de 1862, já depois do estabelecimento do contrato dotal de D. Maria Luísa. Tratava-se da segunda hipótese de escritura apresentada pelo advogado acima indicado e a mais favorável a ambas e que alterava o modo de pagamento da renúncia da legítima paterna. Tendo-se estipulado que o dote de D. Luísa Maria seria de quatrocentos contos de reis, a receber pela maioria desta, que aconteceu através do casamento, ratificou-se a escritura de 27 de Julho de 1859, sem a qual apenas poderia esperar uma “*pequeníssima*” legítima paterna, alterando somente a forma do pagamento nela

⁵⁸⁵ António Maria Ribeiro da Costa Holtreman (18/08/1812-12/04/1890) foi advogado e um abastado proprietário, pai do primeiro Visconde de Alvalade. Liberal, responsável pela Gazeta dos Tribunais e um dos fundadores do Partido Histórico. Foi ainda vice-presidente da Associação dos Advogados em Lisboa e advogado de grandes casas aristocráticas, como a de Palmela ou a de Lafões. Cf. SARDICA, José Miguel, “HOLTREMAN, António Maria Ribeiro da Costa” in *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, (dir. Maria Filomena MÓNICA), vol. 2, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004-2005, pp. 439-441.

⁵⁸⁶ Cf. *Parecer*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5667, Caixa 109, fol. 900.

estabelecida, “e como ambas desejam entre si conservar a melhor harmonia, não tendo jamais presidido a contracto algum dos supra-indicados, a ideia de lesar a excelentíssima Condessa da Ribeira Grande, e de favorecer à Excelentíssima Marquesa do Faial, antes havendo positivamente da parte desta, excelentíssima primeira outorgante, Marquesa do Faial, o desejo que hoje ainda subsiste, de antes, em caso de dúvida, beneficiar do que prejudicar sua irmã, e excelentíssima Condessa da Ribeira Grande” acordaram que, para além dos quatrocentos contos de reis estabelecidos na escritura de 27 de Julho de 1859, equivalentes a metade da herança de seus pais, D. Luísa Maria receberia de sua irmã brilhantes, jóias, pratas e enxoval na importância de 19 contos de reis e mais metade de “*uns valores provenientes da Casa Póvoa*”, que apenas possuíam valor nominal, mas que poderiam adquirir valor real, de cento e cinquenta e seis contos de reis, do empréstimo forçado e voluntário feito pelo avô de ambas, o Conde da Póvoa, ao governo de D. Miguel. Como princípio de pagamento, a Marquesa do Faial entregava à sua irmã a Quinta da Goucha, no valor de quarenta contos de reis, que ficava pertencendo à Condessa da Ribeira Grande como bem dotal. Os restantes trezentos e sessenta contos de reis entregar-se-iam no dia 31 de Dezembro de 1869. Desde o casamento de D. Luísa Maria, até sua data, a sua irmã dar-lhe-ia o juro dessa quantia, à razão de cinco por cento, ou seja, dezoito contos de reis anuais.⁵⁸⁷

Logo no ano seguinte, casava-se a terceira Duquesa de Palmela, em 15 de Abril 1863 sem, no entanto, ter efectuado contrato antenupcial, tal como nos refere o seu testamento de 1887 e, por isso, o seu casamento ficava sob o regime de comunhão total de bens, conforme o costume do reino⁵⁸⁸. Segundo D. Isabel Vasconcelos, Condessa de Rio Maior, em carta a seu filho, de 16 de Abril de 1863, tal deveu-se a que o noivo, António de Sampaio e Pina, “*não tinha querido aceitar dote, e que, por isso, não houve escrituras, mas, não havendo escrituras, há quem diga que ele tem direito à metade, de maneira que o que finge desinteresse pode ser especulação.*”⁵⁸⁹.

A 19 de Maio de 1863 foi publicada a derradeira lei relativa à instituição

⁵⁸⁷ Cf. *Contracto de convenção, forma de pagamento, partilha, amigável, ratificação de transacção, e nova transacção, quitação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 343.

⁵⁸⁸ Cf. *Testamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5710, Caixa 147, fol. 1447.

⁵⁸⁹ Cf. MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, p. 322.

vincular. De acordo com ela, todos os morgados e capelas seriam abolidos e os bens que os constituíam considerados alodiais. Metade desses bens seria reservada para o imediato sucessor do morgado ou da capela extintos, nascido ou concebido ao tempo da promulgação desta lei, sendo descendentes, irmão, filho ou neto de irmão do actual administrador. Caso o imediato sucessor morresse antes do actual administrador, essa metade, ainda que não tendo disposto dela, seria destinada para os seus herdeiros. O direito do imediato sucessor a receber metade dos bens desvinculados cessava nos casos em que, por nascimentos supervenientes, ele deixaria de ser o sucessor legítimo do vínculo. Os administradores conservariam até à sua morte o usufruto da parte dos bens vinculados que ficava reservada ao imediato sucessor. Por morte dos administradores e de seus imediatos sucessores, não seriam admitidos à sucessão *ab intestato* dos bens de que se compunham os vínculos, pessoas estranhas à linha por onde os mesmos vínculos proviessem, quando existissem nessa linha parentes até ao terceiro grau contado por direito canónico, já nascidos ao tempo da promulgação da lei, preferindo-se o grau mais próximo ao mais remoto, relativamente ao actual administrador. Os cônjuges do actual administrador ou do imediato sucessor não teriam direito à meação dos bens desvinculados. No entanto, caso estivessem casados segundo o costume do reino, ou seja, em comunhão total de bens, poderiam pedir alimentos.

Como consequência desta lei, a 7 de Janeiro de 1864 efectuou-se uma escritura entre os Duques de Palmela, D. Maria Luísa e António de Sampaio de Brederode, de uma parte, e os Condes da Ribeira Grande, de outra. Visto que ainda não se tinham estremado os bens que, pela publicação da lei de 30 de Julho de 1860 perderam a qualidade vincular, tornava-se necessário efectuar um acordo para divisão e designação da metade do vínculo que, pela lei de 13 de Maio de 1863 ficou reservada ao imediato sucessor dos bens transcritos no registo, que seria a Condessa da Ribeira Grande. Assim, os bens que eram ainda vinculados quando foi publicada a lei de 13 de Maio de 1863, somavam a quantia de 834 contos, 700 mil e 149 reis, em moeda forte. Os bens que ficaram pertencendo à Duquesa de Palmela em plena propriedade somavam a quantia de 417 contos, 279 mil e 27 reis e os que constituíam a reserva para a sua imediata sucessora somavam a importância de 417 contos, 421 mil, 122 reis. Embora havendo diferença entre ambas as somas, D. Luísa Maria considerou-se com esta

escritura completamente satisfeita⁵⁹⁰.

Após a morte de D. Domingos de Sousa Holstein, em 2 de Abril de 1864, os Duques de Palmela, sua filha e genro, pediram ao Ministério Público, em 14 de Abril do mesmo ano, que declarasse livres e alodiais os diversos vínculos administrados por seu pai e sogro, o segundo Duque de Palmela, que haviam sido registados pela lei de 30 de Julho de 1860 e 19 de Janeiro de 1861. Tendo alguns desses vínculos sido onerados com encargos pios, aquando da sua vinculação, ficavam sem esse encargo, pela lei de 19 de Maio de 1863⁵⁹¹. De acordo com a escritura de 19 de Setembro de 1861, os bens que permaneceram na posse de D. Domingos tinham sido exclusivamente os bens vinculares da Casa Palmela, passando agora, já livres e alodiais, para a sua filha primogénita, D. Maria Luísa.

O testamento com que faleceu D. Maria Luísa de Sousa Holstein, terceira Duquesa de Palmela, foi efectuado em 26 de Abril de 1887. Nela estabelecia a sua única filha, a única herdeira legítima de todos os bens de que não podia dispor, ao passo que dos que podia dispor, legava-os ao marido, o Duque e Palmela, o qual nomeava também seu testamenteiro⁵⁹². Estas disposições testamentárias estavam de acordo com o código civil português, promulgado em 1867, que estabeleceu que o testador apenas poderia dispor livremente de um terço dos seus bens, recebendo os seus descendentes dois terços, ou seja, a legítima, partilhada equitativamente. Consideravam-se descendentes os filhos legítimos e os seus descendentes, sem distinção de sexo nem de idade, mesmo

⁵⁹⁰ Cf. *Escritura de partilha*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 385. D. Luísa Maria viria a morrer em 9 de Fevereiro de 1864, após o parto de uma filha, que lhe sobreviveu alguns dias. Nesse sentido, o viúvo de D. Luísa Maria, D. José Zarco da Câmara colocou em tribunal os Duques de Palmela, seus cunhados, exigindo da Duquesa de Palmela o pagamento das mesadas que a mesma lhe devia, em consequência da escritura de 2 de Setembro de 1862, uma vez que era herdeiro na sucessão dos bens, direitos e obrigações de sua mulher. A 20 de Fevereiro de 1865 lavrou-se a escritura de conciliação entre as partes, tendo o Conde da Ribeira Grande recebido em acções do Banco de Portugal, inscrições, dinheiro e letras, e as propriedades e foros, a quantia de quatrocentos e quarenta contos, novecentos onze mil seiscentos sessenta e seis reis. Cf. *Auto de declaração e verificação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 381; *Processo judicial*, IAN/TT ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 401. *Escritura de transacção*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5667, Caixa 109, fol. 952.

⁵⁹¹ *Autos cíveis de Petição*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5574, Caixa 31, fol. 104.

⁵⁹² Cf. *Testamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5710, Caixa 147 fol. 1447.

que fossem fruto de diferentes casamentos. Caso não houvesse descendentes, os herdeiros seriam os pais ou avós do defunto; os irmãos e sobrinhos. Só no caso de não os haver, seria considerado herdeiro em quarto lugar, o cônjuge sobrevivente. Seguiam-se os parentes transversais e, em último caso, a Fazenda Nacional⁵⁹³.

Por seu lado, em 19 de Julho desse mesmo ano a sua filha, D. Helena de Sousa Holstein, procedeu à realização do contrato dotal, na véspera do seu casamento⁵⁹⁴. O contrato foi efectuado sob o regime dotal, segundo os artigos 1134 a 1165 do código civil de 1867. Segundo este, a mulher dotava-se ou seria dotada por seus pais ou procuradores. Os bens dotais tanto podiam ser móveis ou imóveis. Como temos vindo a constatar, também se verificava uma completa incomunicabilidade de bens, independentemente da existência, ou não, de filhos, abrangendo os bens que tivessem sido adquiridos por título gratuito. Apenas seriam comunicáveis os bens adquiridos por título oneroso. O dote da noiva era constituído pelo “*enxoval no valor de dez contos de reis, rendas no valor de dois contos de reis, pratas no valor de sete contos de reis, jóias no valor de trinta contos de reis e mobílias, roupas, carruagens e arreios no valor de 12 contos de reis, e com todos os bens quanto lhe advierem por título gratuito na constância do matrimónio; e os não registáveis ou não registados e que por isso não possam ter o carácter dotal, serão havidos como próprios e sempre incomunicáveis*”. Relativamente às questões testamentárias, ficavam as disposições consoante o que a lei previa. Os pais da noiva obrigaram-se a dar a sua filha a quantia de um conto de reis mensais, metade para os seus alfinetes e a outra metade para alimentos, ao passo que os pais do noivo ficaram na obrigação de dar a seu filho quinhentos mil reis mensais para a sustentação dos encargos do matrimónio, para além da legítima, que consistia na quantia de vinte contos de reis “*para o estabelecimento de futura residência dos noivos em Lisboa e em Coimbra, entrando nesta quantia o valor de roupas, pratas, jóias, e mobília*”.

Posto isto, várias conclusões se podem retirar da análise dos contratos dotais e da sua evolução ao longo das gerações. Desde logo, que há, na maior parte dos casos, contratos dotais, pelo menos relativamente às mulheres da Casa Palmela, à excepção da

⁵⁹³ Cf. *Código Civil Português*, Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1867, artº1969.

⁵⁹⁴ Cf. *Contrato Dotal*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5690, Caixa 129, fol. 2335.

terceira Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa de Sousa Holstein, que casa sem proceder a contrato antenupcial.

Se a questão dos contratos dotais se punha, ainda que não obrigatoriamente, na forma da lei relativa às pessoas de família que possuíam foro de Moço Fidalgo da Casa Real e possuidores de bens vinculados, da Coroa e Ordens, após a publicação do Código Civil em 1867 a questão do regime de bens adoptado pelos noivos estava unicamente dependente da sua escolha, estando implícita a igualdade jurídica entre cidadãos. Todavia, o único caso de contrato antenupcial que analisámos referente ao período após 1867 acaba por seguir o habitual regime dotal. De facto, a única excepção é o imediatamente anterior, em que se segue o regime geral do reino, da comunhão total de bens, o que nos leva a crer que não terá sido a publicação do Código Civil, que trouxe alterações aos contratos antenupciais.

Geralmente, os contratantes são os pais da noiva e o noivo, eventualmente também os pais do noivo. A excepção encontra-se quando a noiva já não tem pais vivos, e nesse caso é o seu irmão primogénito, que herdou a casa, juntamente com a mulher, sua cunhada, quem assume o papel parental. A outra excepção é quando se verifica um segundo matrimónio, decorrente de uma viuvez, onde é a própria noiva que celebra o contrato antenupcial. Simultaneamente, apesar de estar à partida arredada das negociações, a noiva é o centro destas.

Os contratos dividem-se geralmente em três pontos fundamentais, embora nem todos focando a totalidade desses pontos. O primeiro conjunto de cláusulas tem directamente a ver com a instituição do dote. Define não só os bens que passam a constitui-lo, como o montante a que equivalem e a sua forma de pagamento, mas também o carácter jurídico que tais bens adquirem e as prerrogativas de que gozam. O segundo conjunto de cláusulas refere-se ao montante que se dará à noiva para seus alfinetes. Finalmente, todas as outras questões prendem-se com problemas sucessórios, nomeadamente, o que sucede ao dote em caso de viuvez. Além destas disposições sucessórias nem sempre surgirem nas escrituras antenupciais, assentam na base da hipótese e da eventualidade.

O dote encontra-se sempre referido, à excepção do contrato dos segundos Duques de Palmela, uma vez que, e em consonância com o que já foi referido, possuíam bens e rendimentos que permitiam sustentar-se decentemente.

Os alfinetes, ou seja, a quantia que é dada à noiva para seu usufruto, são sempre

de 50 mil reis mensais, à exceção do caso de D. Luísa Maria, que receberá 225 mil reis numa primeira fase e, posteriormente, 400 mil reis. O mesmo acontece com sua sobrinha, D. Helena, que receberá 1000\$000 reis mensais, metade para alfinetes, metade para alimentos. Curioso é serem os seus pais, e não o seu futuro marido a fazê-lo, como acontece em todos os outros contratos antenupciais. Talvez porque na altura este ainda estava a estudar, tanto que também irá receber dos seus pais 1500\$000 reis mensais para a sustentação do seu casamento.

Todos e quaisquer bens que a noiva viesse a possuir tornavam-se, na maior parte dos casos, bens dotais. Caso estes, em forma de fundos, fossem convertidos em bens de raiz, direitos ou acções, continuavam ser considerados bens dotais, gozando das prerrogativas jurídicas que auferiam perante a lei, tornando-se, por isso, inalienáveis e incomunicáveis entre os membros do casal. Incomunicável seria também qualquer tipo de dívidas que viessem a contrair-se. Previam-se ainda que todos os bens que fossem adquiridos a título oneroso (excluindo, obviamente, os doados ou herdados) já passariam a ser comunicáveis a ambos os cônjuges e alcançariam a qualidade jurídica de bens adquiridos e não de bens dotais. Sendo estes incomunicáveis, caso a noiva morresse, os seus herdeiros seriam os seus filhos. Caso não os houvesse, seriam os seus colaterais quem herdaria os seus bens e não o seu marido, reservando-se, todavia, o direito à mulher de poder testar a terça parte dos bens em favor do cônjuge. No caso do marido morrer, os bens dotais continuariam na posse da mulher, prevendo-se igualmente uma quantia, variável consoante as escrituras, que possibilitasse a sustentação da viúva, sob a forma de arras. Começou por ser a melhor comenda da Casa, fixando-se uma quantia na geração das filhas dos primeiros Duques de Palmela: dois contos de reis anuais, um décimo do rendimento da Casa do marido ou uma quantia igual aos alfinetes que recebia em vida do marido. Este rendimento seria recebido mesmo no caso de se terem perdido os bens dotais. Caso ela também morresse, o seu dote reverteria para os seus herdeiros.

Pelo que ficou atrás dito, percebe-se que a principal preocupação que presidia à escritura de um contrato dotal era a de assegurar um conjunto de bens à noiva, cujos rendimentos revertessem em seu favor durante a observância do matrimónio, mas também depois dele, em caso de separação ou viuvez. O dote tornava-se uma das formas visíveis do dever que a Casa tinha para com os não sucessores, em particular as

mulheres, permitindo-lhes reproduzir o modelo social de vida nobre⁵⁹⁵.

Os bens que constituíam o dote eram sempre bens móveis e nunca bens de raiz, tendência que se verificava desde os finais do século XVII⁵⁹⁶. Sendo pago totalmente em dinheiro, menos lesionaria o património familiar, o que também demonstra uma situação económica razoável e a existência de uma renda excedentária que permitia este desembolso⁵⁹⁷. Efectivamente, o dote é geralmente constituído por dinheiro metálico ou fundos, havendo uma diferenciação entre dote e o enxoval, este sim constituído por trastes, roupas, prata, ouro e brilhantes, não respeitando, por isso, a lei de 1761. Ainda que prata, ouro e brilhantes pudessem pertencer ao património familiar, parece-nos que o restante terá sido adquirido.

Em comparação com o que se passa na vizinha Espanha, percebe-se que a preocupação é semelhante: a de que os dotes, mais de que um pagamento ao futuro marido, sejam uma garantia de independência para a noiva, em circunstância de separação, ou viuvez, como chamou a atenção Ignacio Atienza Hernández no seu estudo acerca da Casa de Osuna⁵⁹⁸. Se, efectivamente, a quantia do dote está directamente relacionada com a posição social dos indivíduos⁵⁹⁹, poder-se-á concluir que os dotes que a Casa Palmela dava às suas filhas estaria certamente adequados ao *status quo* desta Casa.

No entanto, o que nos parece mais importante sublinhar, é o impacto que a legislação liberal, nomeadamente no que diz respeito à propriedade, sobretudo propriedade vincular, provocou não só no sistema sucessório, como seria de esperar, mas também no regime dotal, acarretando um aumento do valor dos dotes.

Como pudemos compreender ao longo desta exposição, se durante o Antigo Regime a instituição vincular, como realçou Nuno Gonçalo Monteiro, era a base de

⁵⁹⁵ Cf. BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse réinventée. Nobles de Franche-comté de 1814 a 1870*, p. 501.

⁵⁹⁶ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII” in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1993, 4º, 5º, pp. 938-939.

⁵⁹⁷ Cf. ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, Mérida, Consejo ciudadano de la Biblioteca Pública Municipal Juan Pablo Forner, 1990, p. 175.

⁵⁹⁸ Cf. ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. La Casa de Osuna, siglos XV-XIX*, p. 283.

⁵⁹⁹ Cf. ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, p. 172.

todas as práticas sucessórias, que dela estavam dependentes⁶⁰⁰, a legislação relativa à sua abolição veio também provocar alterações. Efectivamente, se a legislação pombalina não autorizava a criação de vínculos inferiores a determinado valor, tornando-os por isso um privilégio da nobreza, sobretudo dos seus estratos superiores, a legislação liberal veio abolir, num primeiro momento, os vínculos inferiores a certa quantia, nomeadamente o decreto de Mouzinho da Silveira de 4 de Abril de 1832, que extinguiu os vínculos cujos rendimentos líquidos e livres de encargos e contribuições directas não atingiam os 200\$000 reis. Este decreto favorecia somente a desvinculação, prejudicando, em contrapartida, a nobreza de baixos rendimentos, sobretudo se tivermos em consideração que a aristocracia portuguesa era bastante rentista, comparativamente às suas congéneres europeias⁶⁰¹. Os decretos que se seguiram foram infligindo golpes mais duros, como já tivemos ocasião de explanar, culminando no decreto de 19 de Maio de 1863, que aboliu todos os vínculos do reino, tornando os seus bens alodiais e no domínio e posse dos administradores actuais, à excepção dos bens da Casa de Bragança, que continuaram vinculados, pois eram considerados apanágio do herdeiro do trono português⁶⁰².

Até à publicação destas leis, era permitido que os filhos secundogénitos renunciassem às legítimas paternas, através de uma indemnização. Por esta via procurava-se manter a indivisibilidade do património e, com ele, a manutenção do *status quo* da Casa aristocrática. Foi o que sucedeu com os filhos secundogénitos dos primeiros Duques de Palmela, que renunciaram às legítimas paternas e maternas em favor do seu irmão mais velho, numa estratégia clara de manutenção da casa, favorecida pela liquidez financeira que o casamento do segundo Duque proporcionara. Efectivamente, o montante das renúncias às legítimas corresponderia a quarenta contos de reis para cada um deles, estimando-se os bens livres da Casa Palmela em 540 contos de reis, no total⁶⁰³. Os contratos de renúncia foram efectuados, na sua maioria, nas

⁶⁰⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, p. 352.

⁶⁰¹ IDEM, *Ibidem*, p. 316.

⁶⁰² Cf. PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registros vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. XXXIV-XXXVIII.

⁶⁰³ Oito são os filhos que renunciam às legítimas paternas (incluindo D. Maria Ana de Sousa Holstein, representada por seu marido, viúvo) e nove os filhos que teriam direito a dois terços dos bens livres da Casa Palmela. Sendo que o montante das legítimas corresponderia a 40 contos de reis, isso perfaria um

vésperas de casamento das filhas dos primeiros Duques de Palmela, ou então, posteriormente à morte de D. Eugénia Teles da Gama, relativamente aos seus filhos menores. No caso das filhas, à excepção de D. Maria Ana, a primeira a casar e que foi dotada de acordo com a legislação setecentista, as restantes foram dotadas com os capitais que resultaram da renúncia às legítimas que lhes caberiam por morte de seus pais, com uma quantia vinte e cinco vezes superior àquela. Nas restantes sociedades aristocráticas europeias verificavam-se situações semelhantes. Em Castela, as legítimas eram geralmente antecipadas e dadas em parte como dotes nupciais às filhas⁶⁰⁴.

Na geração seguinte, no caso da irmã da terceira duquesa, cujo dote ascendeu a 400.000\$000, pensamos que tal quantia, tão díspar relativamente às restantes, se prende com o facto de, em 1859, os seus pais terem querido partilhar igualmente a fortuna pelas duas filhas, antes mesmo da lei de 1860 proceder à extinção dos morgados e à consequente partilhas dos bens que caberiam por herança às duas irmãs.

De facto, a vontade dos segundos Duques de Palmela em partilhar equitativamente a sua fortuna pelas duas filhas era coincidente com a tendência que vinha a estabelecer-se, através das reformas legislativas tendentes à abolição dos vínculos, desde 1832, o que se poderá considerar como uma característica nova na mentalidade aristocrática, visto antecipar o que a lei de 1863 viria concretizar.

Para além desta característica, é necessário ter em conta que, relativamente ao aumento do dote de D. Luísa Maria, os segundos Duques de Palmela eram administradores de duas Casas, Palmela e Póvoa, esta com rendimentos muito superiores e não apenas de uma, podendo por isso proporcionar um dote mais elevado. Também se deverá ter em atenção o facto destes terem apenas uma filha secundogénita para casar, ao passo que os primeiros Duques casaram cinco filhas. Também é relevante o facto de esta quantia estar de acordo com que fora estabelecido no contrato antenupcial dos segundos Duques de Palmela, que previa a constituição de um vínculo exactamente na quantia de 400.000\$000.

Relativamente à legislação desvinculadora, embora esta pudesse reflectir-se num aumento significativo das renúncias de legítimas e consequentemente, do próprio dote,

total de 360 contos de reis, que equivaleriam a dois terços. A totalidade corresponderia a 540 contos de reis.

⁶⁰⁴ ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, p. 203.

uma vez que implicava alterações no direito sucessório, tal não aconteceu. Como já referimos, os segundos Duque de Palmela anteciparam-se, dividindo a sua fortuna pelas duas filhas. A derradeira lei de 1863 apenas veio provocar algumas alterações na forma de pagamento do dote de D. Luísa Maria pela irmã. A partilha equitativa dos bens da Casa paterna já fora decidida por seus pais.

7. Receber e manter. Rendimentos e propriedades da Casa.

O panorama económico da aristocracia portuguesa durante o século XIX não era o mais famoso, atravessando uma crise, cujas origens vinham de longa data, não sendo consequência imediata do liberalismo. Nuno Gonçalo Monteiro destacou, no que diz respeito aos séculos XVII e XVIII, o endividamento das casas nobiliárquicas e a prová-lo a frequência das hipotecas de rendimentos de bens vinculados de modo a pedir novos empréstimos, dos pedidos de prorrogação do prazo de pagamento, e frequência da administração judicial de casas⁶⁰⁵.

Para além desta questão, Nuno Gonçalo Monteiro sublinhou também a dependência que as Casas aristocráticas tinham dos rendimentos provenientes dos bens da Coroa e comendas, atingindo por vezes mais de metade dos seus rendimentos totais, uma vez que não possuíam bens patrimoniais significativos⁶⁰⁶.

Ora, o liberalismo e, em concreto, a legislação de Mouzinho da Silveira aboliram os bens da Coroa e as comendas, cuja indemnização só aconteceu a quem não tivesse

⁶⁰⁵ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 368.

⁶⁰⁶ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 263-264.

apoiado o partido de D. Miguel na guerra civil. A aristocracia perdia assim perto de metade das suas fontes de receita, na maior parte dos casos sem direito a indemnizações⁶⁰⁷.

O liberalismo trouxe também consigo a extinção dos morgados, cuja legislação analisámos no capítulo antecedente. No entanto, a aristocracia terá mantido a propriedade e o domínio do seu património, embora não saibamos avaliar ao certo em que medida o seu poder económico foi afectado. Efectivamente, a ruptura foi relativa à abolição de um privilégio, uma vez que a legislação consagrava agora a igualdade do indivíduo, que se manifestava numa alteração do regime jurídico da propriedade. Contudo, esta alteração era única e exclusivamente no plano jurídico e não da propriedade em si, uma vez que esta acabou por se manter como domínio dos seus antigos administradores, ou seja, a nobreza. Nesse sentido, a existir ruptura decorrente da desvinculação, será a nível social e simbólico, uma vez que se traduzia pela perda de um privilégio que caracterizava a elite nobiliária. Aliás, se anteriormente o possuidor de um vínculo apenas tinha um direito de propriedade muito limitado, visto não poder dispor dos bens, vendê-los ou aliená-los, sendo somente o seu administrador, agora tornava-se o seu proprietário, de facto. A existirem consequências funestas para a situação económica da aristocracia decorrentes da desvinculação, apenas se pode apontar o facto de os bens vinculados, tornando-se livres, virem à herança comum e, consequentemente, serem divisíveis entre todos os herdeiros, o que diminuiria o quinhão do primogénito. No entanto, iria favorecer os filhos secundogénitos, que estariam em pé de igualdade com o primogénito, sendo esta uma das principais justificações para a abolição dos vínculos, logo com o decreto de 1832.

No contexto descrito, será importante perceber a situação da Casa Palmela. Estava, ou não, na mesma posição de carência económica e endividamento que as suas congéneres?

Não conhecemos os rendimentos da Casa Palmela no Antigo Regime. Apesar de Nuno Gonçalo Monteiro analisar os rendimentos de diversas Casas aristocráticas durante o Antigo Regime, não aborda a questão relativamente à Casa Palmela. Deste modo, desconhecemos qual a consequência da abolição dos bens da coroa e ordens nesta Casa.

⁶⁰⁷ Cf. IDEM, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 152-153.

Por outro lado, as repercussões da legislação desvinculadora para a Casa Palmela foram, como vimos no capítulo anterior, praticamente nulas, visto que os segundos Duques de Palmela anteciparam estas leis, tendo dividido os bens de suas Casas equitativamente por suas duas únicas filhas. Posteriormente à lei de 1863 seguiram-se apenas algumas alterações à forma de pagamento da legítima de D. Luísa Maria, procurando favorecê-la.

7.1. Dificuldades quotidianas

Para além destes aspectos, há que ter em consideração duas circunstâncias que influenciaram, particularmente, a Casa Palmela durante a administração de D. Pedro de Sousa Holstein, decorrentes da situação política que então se vivia. Referimo-nos ao sequestro dos bens da sua Casa por D. Miguel, como retaliação de esta ter seguido o lado liberal, e à emigração do Duque para Inglaterra. Isto significava, claro está, que os rendimentos proporcionados pelos bens que possuía em Portugal não eram por ele recebidos, causando obviamente um desequilíbrio importante na contabilidade da sua Casa. Restavam-lhe os que possuía em Sanfré, Itália.

Quanto à emigração, esta traria despesas extras, como o arrendamento de uma morada, por exemplo. Se, quando se encontrava em Cádiz, como representante da Coroa Portuguesa, estava isento do pagamento da habitação onde residia⁶⁰⁸, o mesmo não se passava numa situação de emigração forçada.

De facto, são inúmeras as cartas trocadas entre D. Pedro de Sousa Holstein, e sua mulher, D. Eugénia, em que a economia doméstica é discutida, pedindo-se a mais “*severa economia*”. A 4 de Agosto de 1829, D. Eugénia escreveu ao marido. Encontrava-se com os filhos em Passy, França, enquanto D. Pedro estava em Inglaterra. Dizia-lhe que “(...) *A despesa da Casa este mês foi dalguma coisa menos, e é impossível meu rico, viver mais economicamente do que eu tenho feito, ainda não mal gastei um soldo, e estimo até poder-te provar que quando prometo uma coisa sou capaz de cumprir com a minha palavra (...)*”⁶⁰⁹. A poupança a que se viu obrigada, veio manter-

⁶⁰⁸ Cf. *Carta*, Arquivo Histórico-militar, Caixa 196 A

⁶⁰⁹ *Correspondência particular*, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 623.

se nos anos seguintes. Em 23 de Fevereiro de 1830, D. Pedro escrevia à mulher, após ter conseguido um crédito de 24 mil francos: *“Deste crédito irás tirando todos os meses o que te for absolutamente preciso com severa economia e deixarás de ora em diante de receber mesada do Daupias, a quem contudo escusas dizer nada a este respeito, pois conto escrever-lhe sexta-feira e remeter-lhe o dinheiro que lhe devo, mas se ele te não tiver ainda pagado a mesada de Março não lha aceites. Estimo dizer-te que fiz os arranjos necessário para desembaraçar as rendas de Sanfré e vou escrever ao primo Manuel dizendo-lhe que te remeta regularmente a ti, tudo quanto poder liquidar das ditas rendas. (...) PS. Torno-te a recomendar a mais severa economia e que ninguém sonhe senão o Conde de Vila Real que tens algum vintenas, pois no meio da miséria geral dos nossos compatriotas todos te saltariam em cima e não podendo sustentar a todos é preciso ao menos fazer viver os nossos filhos, Portanto peço, e exijo, que não emprestes nada a ninguém e só que sustentas o mano Filipe em a tua casa se ele quiser. Tendo sempre na tua mesa um lugar para os Alvas se a desgraça for tanta que o necessitem e para mais ninguém, porque felizmente os nossos outros irmãos se acham ao abrigo da necessidade”*⁶¹⁰.

Assim se percebe que os tempos que se viviam no exílio eram de carência económica, ainda que se conseguisse suportar as despesas domésticas correntes com o recurso ao crédito, o que implicava a existência de contrapartidas que permitissem o seu futuro pagamento. Poucos dias depois, em carta de 26 de Fevereiro de 1830, D. Pedro explica à mulher como resolveu a questão dos credores: *“Felizmente os arranjos que fiz deixam-me sem cuidado para a tua subsistência. (...) Vendi aqui tudo inclusive diamantes e prata, (...) e creio que o produto pagará todas as nossas dívidas. Deixo ao nosso Alexandre, que se comporte nesta ocasião como um homem, o encargo de tratar com os credores, (...)”*⁶¹¹

Enquanto D. Pedro esteve à frente da Regência na ilha Terceira, os problemas económicos mantiveram-se. A preocupação com a economia doméstica era constante, como podemos perceber pela carta dirigida por si a sua mulher, em 2 de Setembro de 1830, visto os 24 mil francos terem já sido gastos: *“ (...) Não sei bem como será possível continuares a estar em França gastando o dinheiro que gastas. Eu sei que toda a tua despesa é necessária, que fazes a maior economia que podes, que tens de dar de*

⁶¹⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 48.

⁶¹¹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 403.

*comer a vinte e tantas pessoas, tudo isto eu vejo, mas nem por isso se remove a impossibilidade absoluta em que estou de fornecer para uma tal despesa. Confesso-te que desde que recebi a carta em que me dizes, em data de 22 de Junho, que já estavam gastos os 24 mil francos que te mandei no fim de Fevereiro, tenho estado no maior desassossego, porque vejo que apenas te restam 14 mil francos de Sanfré, os quais pelo mesmo andar isto é a razão pelo menos de cinco mil francos por mês apenas te chegam até ao fim de Setembro, e não sei quando o primo Manuel poderá mandar mais algum dinheiro. Por outra parte o Alexandre escreve-me que só para o fim de Outubro se acabarão de pagar as dívidas e eu fui obrigado daqui a fazer sobre ele saques pouco mais ou menos por 150 £, de modo que só para Dezembro é que ficará desembaraçada a mesada que o Tomás lá lhe entrega. Ora esta mesada tem sido até agora de 150 £ e poderá continuar assim até ao fim do ano, mas não por mais tempo, porque o meu ordenado está agora reduzido a 140 £ em tudo e por tudo e estar com a metade em papel e perdas de cambio de modo que não é possível por mais que eu reduza aqui a minha despesa a dar-te mais de dois mil francos por mes, os quais com vinte mil francos anuais que o primo Manuel te pode mandar fazem em tudo 44 mil francos por ano e é indispensável que seja como for reduzas a tua despesa a isso. Eu lisonjeava-me que com 45 mil francos poderia ceder a tua despesa até ao mês de Fevereiro próximo, e agora vejo que gastarás quinze mil francos mais e não sei de todo ainda se tira, pois bem sabes que nem nos resta mais um trapo para vender. Eu gasto aqui o menos possível mas sendo preciso pagar a metade da despesa da mesa do Conde de Vila Flor importa-me ao menos um mês por outro a mesma despesa com 300 mil reis, porque dela comem o Conde e mais umas poucas de pessoas (...)*⁶¹² De facto, como rendimentos certos, os Duques de Palmela apenas podiam dispor do ordenado de D. Pedro e das rendas das propriedades de Sanfré, no Piemonte. Podia ainda recorrer a um ou outro crédito. Sobre as suas contas pesava também a comensalidade, tão típica durante o Antigo Regime e que ainda se mantinha no século XIX. Ainda que D. Eugénia tivesse à data 10 filhos sobreviventes, tinha mais do dobro de pessoas à sua mesa para sustentar, o que também acontecia com o Duque de Palmela, que sustentava também o Duque da Terceira, António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha (1792-1860), então Conde de Vila Flor, para além de outras pessoas não mencionadas.

⁶¹² *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 473.

Em resposta a esta carta, D. Eugénia tranquilizava o marido, em missiva de 21 de Novembro de 1830: *“É verdade que tenho gasto muito mas tenho ainda dinheiro. O Primo Manuel vai-me mandar 5000 francos e tenho ainda 3500 na mão do Banqueiro. Já mandei dizer ao Alexandre que da mesada de Outubro me mandasse 200 £ assim bem vês que ainda tenho bastante, e vou fazer a diligência para gastar muito menos na casa, e só quase e comer e vestir e isto é pouco porque tanto eu como os pequenos viemos muito bem vestidos de Londres, o calçado é remendado, enfim fazemos e faremos a diligência para que não seja preciso que tu te empenhes mais, mas lembra-te que tu ainda por cá tens muitos amigos, e que se eu pedisse alguma quantia que fosse acharia com toda a certeza quem mo emprestasse mas espero em Deus não precisar (...) não te faças mais aflições a nosso respeito bem te basta já as que tens. (...)”*⁶¹³.

Contudo, em carta do dia seguinte, datada de 22 de Novembro de 1830, o discurso mudava de tom: *“A respeito das minhas finanças não sei o que te diga, pois tenho gasto muito e não sei quase em quê, pois que faço a vida o mais regular e a economia que é possível, mas eu deveras por melhor vontade que tenha não sei fazer economias mas não há coisa pior do que não ter absolutamente jeito para uma coisa porque por mais diligência que se faça nunca se faz bem, e depois ando às vezes tão aflito que nem cabeça tenho para fazer contas. Hoje tive de usar do banqueiro o meu último dinheiro, mas espero que o primo Manuel me mande algum e o Alexandre também me há-de mandar de Londres, e com isso não fiques lá aflito, a nosso respeito. Os ordenados levam-me muito, mas não tenho tido ânimo de os diminuir, porque no fim, não é tamanha para menos a diferença, e os criados 40 francos a mais ou menos faz-lhes muita diferença e coitados fazem-me dó. É verdade que tenho muita gente em casa, mas no comer é talvez coisa em que talvez gaste menos a proporção, e mesmo já me tenho reduzido na mesa, e em tudo mais tenho feito a diligência, mas torno a dizer não me sei governar e o que tenho tido se tivesse sido bem governado teria chegado para muito mais tempo e não fazes ideia como isto me aflige, e entristece, e junto com as outras coisas que já tenho, e as saudades e o cuidado em que sempre estou a teu respeito parece, e num estado terrível e tenho até envelhecido (...).”*⁶¹⁴ Assim, para além da comensalidade, que apesar de elevada, não seria o principal motivo para a falta de liquidez, eram sobretudo os ordenados gastos com o pessoal que, segundo a

⁶¹³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 925.

⁶¹⁴ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 949.

Duquesa, lhe causava maior o rombo no orçamento.

Uma das hipóteses levantadas por D. Pedro, em Abril de 1831, para fazer face às despesas, é a de a família ir viver para Sanfré, ou para uma província de França⁶¹⁵, o que parece indiciar que os gastos com a habitação, ou com o estilo de vida de uma capital seriam demasiado elevados. Ainda assim, seria em Paris onde D. Eugénia se instalaria, conforme esta carta de 9 de Setembro de 1832: *“Tomei uma casa na rua de La Femme des Matharins, nº 3, não é má, custa 300 francos por mês e posso ter aos meses, o que é uma grande coisa, porque se as coisas mudam dum instante para o outro posso largar logo a casa. Não ficamos muito à larga, por exemplo eu devo dormir com a Eugénia e a Teresa para se poder fazer school room do quarto da Maria Ana, que fica ao pé da Mrs Wallace. Isto são pequenos inconvenientes, mas vale a pena pelo preço da casa. Faço tenção de mudar no princípio da semana e as pequenas um ou dois dias depois. Tenho que pagar 15 dias da pensão, mas não podia deixar de ser. Tornei ontem a fazer a conta ao dinheiro que tenho que gastar por mês e parece-me que não me bastam só os 2000 francos, como eu queria, mas talvez que não seja preciso gastar os 2500. Agora vou tomar uma cozinheira e com o Charles não preciso de mais ninguém. Este coitado tem servido optimamente e faz muito bem de comer, mas não me faz conta que ele fique cozinheiro porque ele há-de querer quem o ajude para lavar a louça e outro homem para fazer os quartos, em vez que uma mulher na cozinha faz tudo quanto há a fazer e mesmo ajuda para mais alguma coisa se poder.”*⁶¹⁶ A estratégia de economizar passava, pois, por uma mudança para uma casa mais pequena e com uma renda menor, para além de ter o mínimo de criados domésticos, de modo a ter de pagar o menor número de ordenados possível.

No entanto, havia sempre gastos extraordinários, como a educação das crianças, como podemos observar nesta carta de 16 de Novembro de 1832: *“Se te não tenho falado mais vezes nos meus arranjos pecuniários é porque não tenho nada de novo a dizer-te. Vou andando muito bem com os 2500 francos, já por duas vezes tenho tido dois extraordinários: um para pagar as pensões dos pequenos, e a outra para ir para St Germain; (...) Podes estar descansado que não hei-de mexer nos dez mil francos que guardo em caso extraordinário. Já te mandei dizer que o Charles tinha ficado cozinheiro e depois de custear duas cozinheiras vejo que é o que me faz mais economia*

⁶¹⁵ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5808, Caixa 235, fol. 589.

⁶¹⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 204.

*porque à melhor sempre lhe ficava alguma coisa pegada aos dedos. Tenho então outro homem a quem dou 30 francos por mês e que me faz tudo o mais. Eu tenho muito boa vontade de fazer economias mas bem sabes que ninguém tem menos jeito. (...)*⁶¹⁷.

Entretanto, os créditos continuavam a ser pedidos, conforme esta carta de 27 de Janeiro de 1837. *“Já me foi apresentada a tua letra de £500 a 90 dias e foi por mim aceite assim como o será a outra. Mas não te dês para o futuro a nenhum cuidado nem trabalho para prolongar assim de um mês o prazo do vencimento das letras. Isso não me importa, tanto assim que vou pagar esta letra antes do vencimento. (...)*”⁶¹⁸

Todavia, algo tinha mudado relativamente às economias dos Duques de Palmela, como podemos observar mais adiante, na mesma carta: *“Não nos há-de faltar já agora se Deus quiser, e se o Domingos e a Maria Luísa tiverem vida, coisa nenhuma nem havemos de sofrer mais os apertos e vexames pelos quais tantas vezes tenho passado nem a dependência de empregos públicos, o que é ainda mais de estimar. Antes pelo contrário, teremos dentro de dois anos a nossa casa perfeitamente desembaraçada e a renda do Domingos inteiramente livre.”*⁶¹⁹. Por outras palavras, o casamento de D. Domingos com D. Maria Luísa, filha do Conde da Póvoa – nesta altura ainda não era herdeira da Casa de seu pai, pois seu irmão primogénito ainda vivia – mostrava-se já proveitoso a nível económico para os Duques de Palmela, pelo menos num futuro próximo, o que permitiria a D. Pedro retirar-se da vida pública.

Efectivamente seria daí a dois anos que as coisas estariam resolvidas e a situação económica da casa Palmela sanada, ou melhor dizendo, o casamento de D. Domingos e D. Maria Luísa estaria efectivado, como se pode constatar pela carta que D. Pedro de Sousa Holstein enviou à mulher, em 17 de Janeiro de 1839: *“Não te aflijas demasiado com as questão de dinheiro porque se a grande questão se acabar com efeito para Abril daqui até lá sempre nos poderemos arranjar metendo agulhas por alfinetes.”*⁶²⁰ De facto, seria em Abril de 1839 que o casamento dos Marquesses do Faial seria ratificado, e D. Maria Luísa emancipada pelo casamento, podendo passar a administração da sua casa para sua mão, como observámos no capítulo 5.

Todavia, este casamento não resolveria o problema das despesas da Casa Palmela. Na década de 1840 o Duque continuava a queixar-se dos gastos elevados. Em

⁶¹⁷ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5803, Caixa 236, fol. 270.

⁶¹⁸ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 120.

⁶¹⁹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 120.

⁶²⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 184.

3 de Dezembro de 1843, D. Pedro escrevia à mulher dando conta dos gastos com as mesadas entregues aos genros, que deveriam ser reduzidas: “(...) Enquanto ao que me dizes das casas em paris parece-me sempre que conviria procurarmos alojamento no Faubourg St Germain, mas se a da Rua St Honoré estiver já tomada ainda que caríssima dar-nos-á tempo a arranjarmo-nos com mais vagar. (...) Remeto-te a nota inclusa para lhe entregares. Nela verá claramente o Marquês das Minas que durante 29 meses só recebi de renda da sua casa 3.532\$000, o que depois de deduzidos os juros do dote, os pagamento das dívidas que eu me obriguei a pagar e o rendimento dos bens hipotecados que me obriguei a resgatar e que já estão hoje quase na totalidade livres para casa deixa ainda uma dispensa de perto de seis contos de reis que eles receberam de mais. Isto por mais que eu o desejo não pode continuar assim e será indispensável reduzir a mesada que recebem quanto muito a 500\$000 mensais. Faço-lhe presentes de todo o atraso (assim fiz já ao Conde das Alcáçovas cuja diferença era com tudo muito menor e cuja mesada também fui obrigado a reduzir), e assim mesmo não se as rendas da casa cobrirão o desembolso dos 500\$000 de mesada. À vista falarei com ela e com o marquês a fundo sobre estes negócios, mas convém não se fazer ilusões e não se habituarem a imaginar que tem com efeito de renda aquilo que até agora têm recebido e conviria que o Marquês se resolvesse mandar fazer aqui alguma economia vendendo bestas e despedindo criados.”⁶²¹

Isto, apesar de continuarem a desfrutar da fortuna de D. Maria Luísa, como podemos observar por esta carta de 27 de Dezembro de 1846: “(...) Tira o dinheiro que quiseses para ti e para o João Ribeiro, mas conta que este ano gastámos muito mais do que temos. Digo-te isto com toda a verdade e confesso-te que é com o maior escrúpulo que vejo que abusamos da fortuna da Maria Luísa, parecendo-me que em todos os ramos e mesmo nas esmolas pede a consciência que sejamos muito mais avarentos do que temos sido. Esta corda é tão sensível para mim e haveria tanto que dizer que não me atrevo a toca-la hoje mais a fundo.”⁶²²

No ano seguinte, as elevadas despesas ainda eram tema de conversa. De facto, D. Pedro escrevia à mulher em 16 de Janeiro de 1847, dando-lhe conta das dívidas e das formas que entendia deverem-se tomar para resolvê-las: “ (...) O pior é a despesa que estamos fazendo! Vejo pelas contas e pelas cartas do Francisco Maria que estamos

⁶²¹ Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 312.

⁶²² Correspondência particular, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 336.

*endividados em perto de 15 contos de reis, aos quais é preciso prover já, assim como à continuação da despesa da Casa e da minha viagem. Para tudo isto é indispensável salvar dinheiro de Londres e as rendas têm diminuído enormemente pela falta de pagamento de apólices de juros em Portugal, das rendas das terras. Peço-te que juntes uma espécie de conselho com o Francisco Maria, o Mayer e o Domingos e que vejam se é possível estabelecer algum sistema de mais examinar porque na verdade receio que vamos caminhando para muitos embaraços. Sobre tudo é preciso tomar a resolução firme de não dar mais do que uma soma certa em cada mês, à Sr.^a Condessa da Póvoa não deve dar-se mais e bom seria que ela soubesse que as rendas da sua filha tem diminuído muito, enquanto as dela não tem diminuição nenhuma. (...)*⁶²³. Para além das elevadas despesas, o problema era também o da diminuição das rendas da Casa da Póvoa e a falta de pagamento das apólices de juros, que agravavam a situação.

Como podemos observar, a falta de liquidez, provocada pelo desequilíbrio entre os rendimentos e os gastos, foi uma realidade para a Casa Palmela, agravada pelo contexto resultante da instabilidade política vivida em Portugal e do exílio político daí decorrente. O recurso constante ao crédito foi uma das formas encontradas para fazer frente às dificuldades, a par da tentativa de redução das despesas domésticas. O proveitoso casamento do Marquês do Faial também deu os seus frutos, trouxe os seus proventos, ainda que os problemas não tenham desaparecido, como pudemos observar.

7.2. Rendimentos e Propriedades

Nesse sentido importa compreender os ganhos materiais resultantes deste casamento, no qual o primeiro Duque tanto se empenhou. Iremos analisar um mapa relativo ao ano de 1854, com o objectivo de perceber os rendimentos auferidos. Referiremos, ainda, os bens vinculados e livres de ambas as casas. Por esta altura, as questões pendentes relativas ao casamento em questão já estariam resolvidas e os bens da Casa Palmela administrados por D. Domingos, uma vez que D. Pedro de Sousa Holstein já tinha morrido, ao passo que a Casa Póvoa seria administrada por sua mulher, D. Maria Luísa, como referimos anteriormente.

O mapa dos rendimentos das Casas Palmela e Póvoa para o ano de 1854 faz a

⁶²³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5746, Caixa 171, fol. 352.

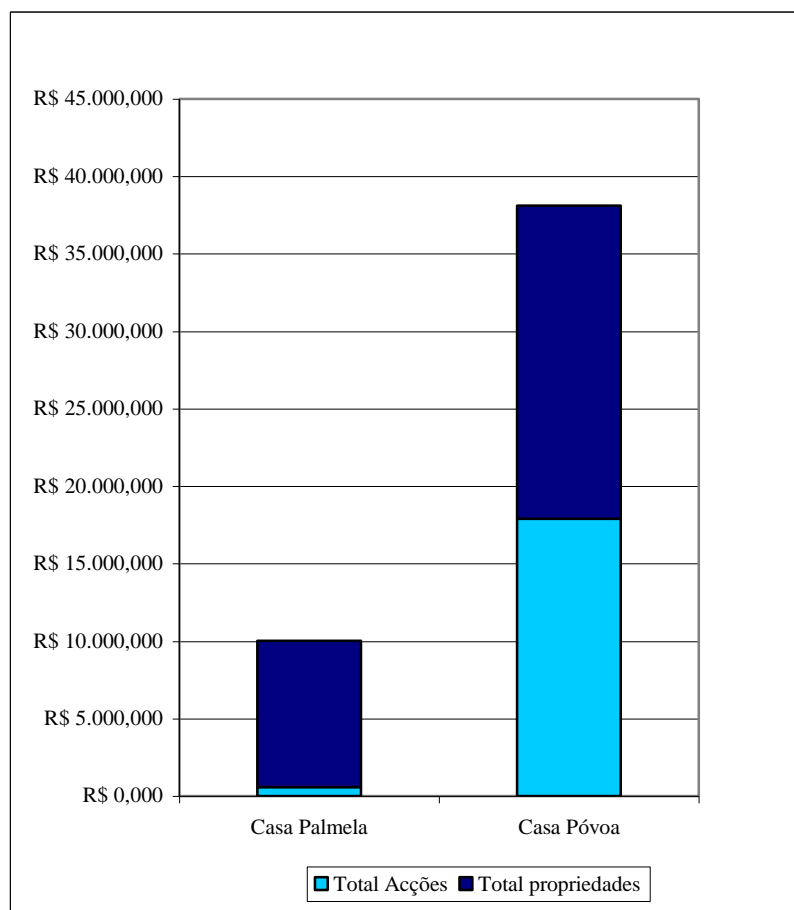
descrição das acções e também dos bens imóveis, constituídos por propriedades urbanas e rústicas, pertencentes a cada uma das Casas, o que nos permite a respectiva comparação. Para além dos rendimentos, são referidos também os encargos a que os bens estavam sujeitos, encontrando-se divididos entre foros; dízimos e cõngruas; seguros, obras e outras despesas. Os somatórios apresentados na fonte contêm alguns erros, embora pequenos, que procurámos corrigir⁶²⁴.

Como podemos observar no **Gráfico I**, verificamos que os rendimentos brutos auferidos pela Casa Póvoa são quase quatro vezes mais relativamente aos da Casa Palmela. De facto, os daquela atingem os 38.124\$200, enquanto a Casa Palmela fica-se pelos 10.009\$340 de rendimento anual, o que equivalia, respectivamente, a 0,35% e 0,09%, da receita ordinária do orçamento do Estado Português para o ano de 1854-1855⁶²⁵.

Gráfico I – Rendimentos brutos de todos os bens e propriedades em Portugal em 1854

⁶²⁴ *Mapa Geral dos rendimentos de todos os bens e propriedades em Portugal Casas de Palmela e Póvoa, organizado em 31 de Agosto de 1854*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5672, Caixa 115, fol. 242

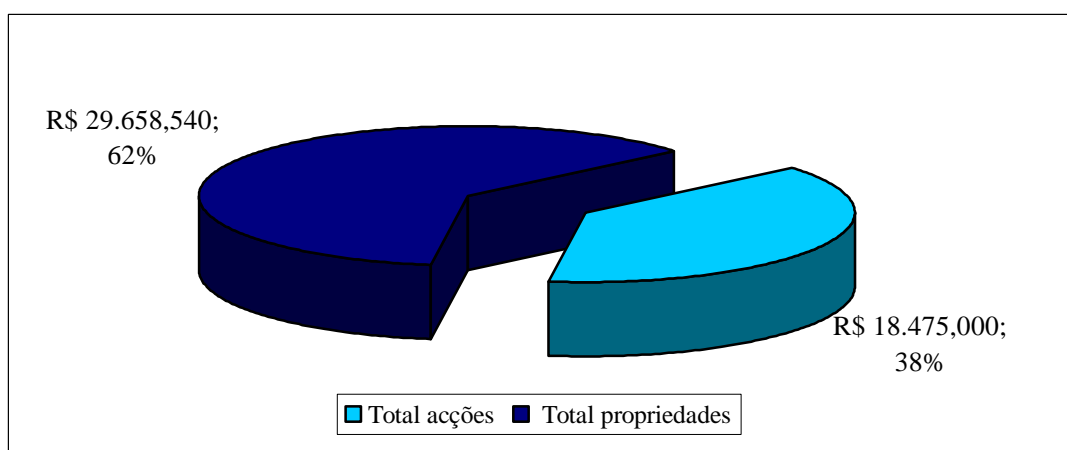
⁶²⁵ CLEMENTE, Barão de S., *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, Liv. 1., Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1887, p. 503.



Aliás, só o rendimento das acções da Casa Póvoa excedia todos os rendimentos da Casa Palmela. Além disso, esta casa apresenta um peso bastante superior dos rendimentos gerados pelas propriedades, relativamente ao das acções. No caso da Casa Póvoa, esse peso está em maior equilíbrio, o que nos permite afirmar que a Casa Palmela estava muito mais dependente financeiramente da posse de propriedades rústicas ou urbanas que a Casa Póvoa.

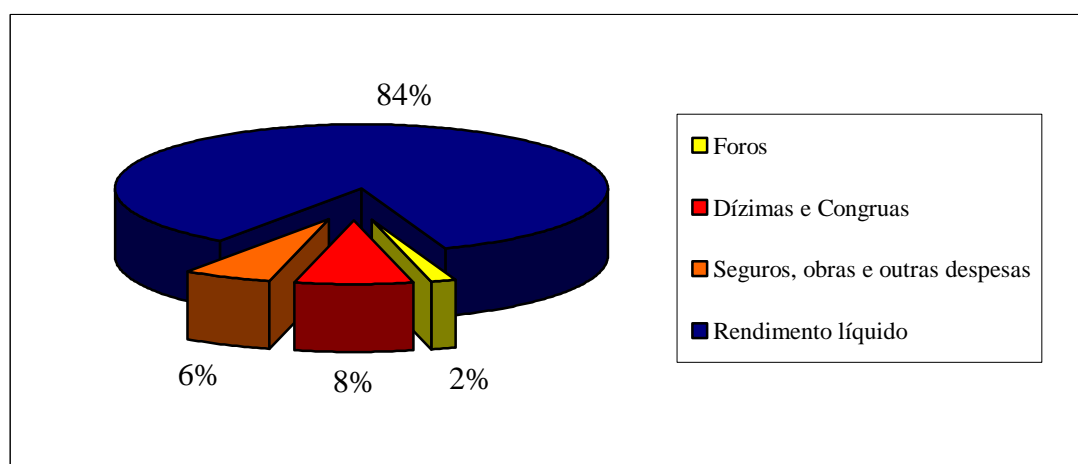
No conjunto das duas casas, de acordo com o **Gráfico II**, facilmente verificamos que os rendimentos provêm, na maioria, de propriedades, embora os gerados por acções não sejam, de todo, desprezíveis, o que nos leva a dizer que, apesar de ainda se mostrar dependente da posse da terra, como acontecia com a aristocracia portuguesa de finais de Antigo Regime, as Casas reunidas de Palmela e Póvoa eram detentora de outras formas de capitalização de fortunas, como o investimento em acções de diversas companhias.

Gráfico II – Origem dos Rendimentos brutos das Casas Palmela e Póvoa



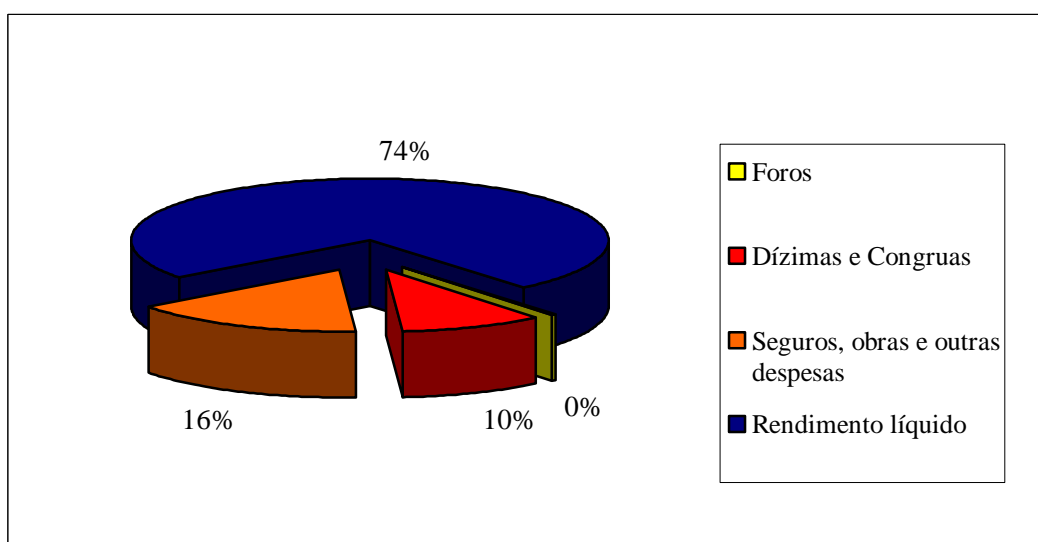
Todavia, há que analisar também os rendimentos líquidos e os encargos com as propriedades. Neste caso omitimos as acções, uma vez que tanto no caso da Casa Palmela, como no da Casa da Póvoa, o rendimento bruto proveniente das acções é equivalente ao líquido.

Gráfico III – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Palmela



Como podemos observar nos **Gráfico III e Gráfico IV**, em termos relativos, a Casa Palmela apresenta um rendimento líquido (84%) superior à Casa Póvoa (74%), o que se explica pelos encargos serem menores. Isto pode significar a existência de uma maior liquidez por parte da Casa Póvoa, que permite a realização deste tipo de despesas. De facto, se compararmos as restantes despesas, relativas a gastos obrigatórios – foros, dízimas e congruas, verificamos que estão reservados em ambos dos casos, 10% relativamente ao rendimento bruto.

Gráfico IV – Rendimentos e Encargos das Propriedades da Casa Póvoa



O Mapa de Rendimentos das Casas Palmela e Póvoa permite, ainda, outras conclusões. De facto, a Casa Palmela é investidora numa maior variedade de empresas do que a Casa Póvoa. Efectivamente, esta possuía 381 acções do Banco de Portugal, uma vez que o primeiro Conde da Póvoa fora um dos seus principais fundadores, e 407 inscrições de 3%. Por seu turno, a Casa Palmela, relativamente às acções que possuíam dividendos, tinha 75 acções da Companhia da Vala da Azambuja de que, como vimos, D. Domingos foi o principal accionista; 26 acções da União Comercial; 6 da Companhia Fidelidade e 1 acção da Ponte Pênsil, perfazendo um total de 108. A estas vinham-se juntar as acções das Companhias sem dividendos: 63 da Companhia das Pescarias Lisbonense, 40 da segunda emissão da Ponte Pênsil; 35 acções da Companhia de Lanifícios de Patente; 5 da Companhia Fabril de Louça; uma acção da Companhia das Minas Azougue e, finalmente, 10 acções na Nova Empresa de Navegação a Vapor, perfazendo por isso um total de 154 de acções sem dividendos. Trata-se de um comportamento mais seguro, investindo pouco no maior número possível de companhias diferentes e de diversos sectores: transportes, seguros, exploração mineira e indústria, sendo superior o investimento no sector dos transportes. Deve-se sublinhar a novidade destes investimentos pois, como se sabe, durante o Antigo Regime, os rendimentos da aristocracia advinham essencialmente das rendas auferidas pela posse de bens da Coroa ou de bens vinculados. O investimento na banca, na indústria ou em outros sectores, tal acontece neste caso concreto surge como uma novidade. Inevitavelmente, esta alteração de comportamentos pressupõe também uma mudança de mentalidade – o aristocrata começa a desempenhar actividades pouco comuns entre a

nobreza de Antigo Regime. Esta alteração era já preconizada por D. Pedro de Sousa Holstein em 1820, como chama a atenção Valentim Alexandre. De facto, no rescaldo da levantamento militar na ilha de Leo, para que o mesmo não ocorresse em Portugal, D. Pedro escrevia a Saldanha da Gama como seria proveitoso estabelecer uma contribuição, para favorecimento do exército, de um terço, ou até mesmo metade do rendimento dos bens da Coroa e Ordem pertencentes à nobreza. Neste sentido, D. Pedro de Sousa Holstein era de opinião que o caminho para a nobreza, no âmbito de uma monarquia absolutista, teria de ser feito com base no sacrifício dos seus interesses económicos, que assentavam no seu estatuto privilegiado⁶²⁶.

Os bens de raiz, como ficou dito atrás, são, em ambas as Casas constituídos por propriedades rústicas e urbanas, sendo que estas últimas estavam centradas, na grande maioria, em Lisboa. Aliás, são os concelhos de Lisboa, Setúbal, Palmela e Azeitão aqueles onde tanto a Casa Palmela, como a da Póvoa, possuíam maior número de propriedades. A Casa Palmela tinha também bens nos concelhos de Alenquer, Almeirim, Cartaxo, Santarém, Óbidos, Avis, Évora, Beja, e no distrito de Faro⁶²⁷. Por seu turno, a Casa da Póvoa possuía propriedades no concelho de Sintra, Torres Vedras, Alverca, Santarém e Castelo Branco⁶²⁸. Grande parte destes bens tinha origem em morgados ou capelas, embora houvesse também bens pertencentes à extinta Companhia de Jesus ou à Inquisição de Évora. De facto, a descrição das propriedades refere-o muitas vezes.

Efectivamente, vários eram os vínculos que uma e outra Casa possuíam, como podemos observar pelos quadros seguinte:

Quadro VII – Morgados pertencentes à Casa Palmela

⁶²⁶ ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco, *Os sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1988, p. 887.

⁶²⁷ Alfredo Pimenta, referindo-se aos vínculos da Casa Palmela, refere que se situam em Lisboa, Santarém, Évora, Beja e Faro. Cf. PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registos vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 37.

⁶²⁸ Alfredo Pimenta, referindo-se aos vínculos da Casa Póvoa, refere que se situam em Lisboa, Lumiar, Loures, Sintra, Setúbal, Sesimbra, Santarém, Tomar, Castelo Branco, Évora, Elvas, Portalegre e Beja. Cf. PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registos vinculares (...)*, p. 37

Morgado	Instituição
Monfalim ou da Chã	Instituído por D. Filipe de Sousa e sua mulher D. Filipa da Silva na sua quinta de Monfalim, então termo de Lisboa, por testamento de 25 de Julho de 1516 e aprovado em 9 de Dezembro do dito ano ⁶²⁹ .
Morgado de Santarém	Instituído pelo Arcebispo de Braga D. Luís de Sousa e anexo ao de Monfalim, em 22 de Junho de 1683 ⁶³⁰ .
Morgado de Calhariz de Sesimbra	Instituído por D. Maria da Silva por testamento de 14 de Julho de 1544 e novamente acrescentado por D. Filipe de Sousa, por testamento de 23 de Agosto de 1666 ⁶³¹ .
Morgado de Azeitão	Instituído por Pedro Coelho e sua mulher Margarida Cota por escritura de 11 de Julho de 1550, fazendo a Quinta Velha de Azeitão cabeça do mesmo vínculo ⁶³² .
Palácio do Calhariz	Situado na freguesia da Encarnação, em Lisboa, foi vinculado por D. Luís de Sousa, Francisco da Costa e D. Filipa Barreto, sua mulher ⁶³³ .
Morgado dos Olivais	Instituído por Pedro Lopes Bolhão, na sua quinta e lugar dos Olivais, por testamento de 21 de Fevereiro de 1438, aprovado no mesmo dia e aberto em 3 de Março do mesmo ano ⁶³⁴ .
Morgado da Fonte do Anjo	Situado em Palmela, foi instituído por Francisco Coelho Cardoso e sua Mulher Ana Mendes em 1558 ⁶³⁵ .

Morgado	Instituição
----------------	--------------------

⁶²⁹ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado do Monfalim ou da Chã instituído por D. Filipe de Sousa e sua mulher, D. Filipa da Silva, do qual é actual administrador o Exm^o. Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 891.

⁶³⁰ Cf. *Morgado de Santarém instituído pelo Arcebispo Primaz D. Luís de Sousa, anexo ao morgado de Monfalim*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 894.

⁶³¹ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado do Calhariz instituído por D. Maria da Silva, do qual é actual administrador o exm^o Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein, e Morgado de Calhariz instituído por D. Filipe de Sousa*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 909.

⁶³² Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado de Azeitão instituído por Pedro Coelho e sua mulher Margarida Cota, do qual é actual administrador o Exm^o Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 897.

⁶³³ Cf. *Relação do vínculo instituído pelo Arcebispo primaz D. Luís de Sousa e Francisco da Costa e sua mulher, D. Filipa Barreto no Palácio de Calhariz de Lisboa e do qual é actual administrador o Exm^o Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 887.

⁶³⁴ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado dos Olivais instituído por Pedro Lopes Bulhão, do qual é actual administrador o exm^o Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 889.

⁶³⁵ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado da Fonte do Anjo, instituído por Francisco Coelho Cardoso e sua Mulher Ana Mendes, do qual é actual administrador o exm^o Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 905.

O Morgado de S. Cristóvão	Instituído por Belchior Carvalho por seu testamento de 30 de Agosto de 1549, um dos que foi administrado pelo Conde de Sandomil ⁶³⁶ .
Martim Vaz Mascarenhas	Instituído por Martim Vaz Mascarenhas e sua mulher, em Évora, em 1417 ⁶³⁷
Morgado dos Anjos	Instituído por Diogo de Sousa na freguesia dos Anjos de Lisboa, por seu testamento de 8 de Setembro de 1668 ⁶³⁸ .
Morgado das Almargens	Instituído por António de Miranda de Azevedo, na vila das Alcáçovas pelo seu testamento feito em 1550 ⁶³⁹ ;
Morgado do Algarve	Foi administrador o Conde de Sandomil, instituído por D. Brites Francisca de Noronha casada com D. António de Meneses ⁶⁴⁰
Morgadinho de Beja⁶⁴¹.	

⁶³⁶ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado de Belchior de Carvalho em S. Cristóvão de Lisboa, um dos que administrou o Conde de Sandomil, do qual é actual administrador o Exmº Duque de Palmela, D. Domingos de Sousa e Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 885.

⁶³⁷ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado instituído por Martins Vaz Mascarenhas e sua mulher em Évora, do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 911.

⁶³⁸ Cf. *Relação dos Vínculos pertencentes à Exmª Casa de Palmela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 1051.

⁶³⁹ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado instituído por António de Miranda de Azevedo chamado os Almargens na Vila das Alcáçovas, do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 915.

⁶⁴⁰ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgado instituído no Reino dos Algarves por D. Brites Francisca de Noronha, do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 917.

⁶⁴¹ Cf. *Relação dos bens de que se compõem o morgadinho de Beja do qual é actual administrador o exmº Duque de Palmela D. Domingos de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 913.

Quadro VIII – Morgado Póvoa, instituído por Henrique Teixeira de Sampaio⁶⁴²

Bens que foram da Extinta Inquisição de Évora
Bens que foram dos Jesuítas de Beja
Capela de André Carvalho da Cunha
Capela de Bartolomeu Gil e sua mulher
Capela Catarina e Margarida Freixo
Capela de Cristóvão Salema Correia
Capela de D. Ana Maria d'Almeida
Capela de D. Joana d'Azevedo
Capela de D. Maria Barbosa
Capela de D. Margarida da Gama
Capela de Damião Dias Magro
Capela de Gomes Annes
Capela de Gonçalo Annes Rabeja
Capela de Inês Pires Frances
Capela de José Barreto de Abreu
Capela de Juliana de Matos
Capela de Luís Gomes
Capela de Pedro de Sousa Falcão
Capela do Cónego Pedro Fernandes
Capela do Padre Baltasar Gomes
Capela do Padre João Dias da Fonseca
Capela do Prior João da Costa Caldeira
Capela de Fernão Boto de Sousa

Para além dos bens de morgado, temos também indicação dos bens livres que pertenciam a cada uma das Casas, após as leis de desvinculação de 1860, conforme podemos observar nos seguintes quadros:

Quadro XIX – Prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Casa Palmela, em 1863⁶⁴³

Local	Propriedades	Aquisição
Avis	Morgadinho de Avis composto: Herdade da Ordem em Babelide, Herdade do Mortal, Herdade do Mato Branco, Herdade do Pauinho, Duas courelas de terra no sítio da Maganeira Courela nas Fontainhas.	Bens livres pertencentes à Casa de Palmela.

⁶⁴² Cf. *Relação dos bens pertencentes ao vínculo instituído pelo falecido Exm^o. Conde da Póvoa Henrique Teixeira de Sampaio e de que é actual administradora a Exm^a. Duquesa de Palmela D. Maria Luísa de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5779, Caixa 191, fol. 957 e segs.

⁶⁴³ Cf. *Notas que serviram de base à formação da relação suplementar dos prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Exm^a Sr^a Duquesa de Palmela, conforme o parecer do Advogado António Maria Ribeiro da Costa Oltreman, em 12 de Março de 1863*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5668, Caixa 109, fol. 1104.

[Sem indicação]	Capela instituída por Pedro Anes Lobato	Comprados em 20 de Novembro a 1797 por D. Alexandre de Sousa Holstein
Alcácer do Sal e Setúbal	Uma marinha de sal no sítio do Alono, Águas Morta; Uma marinha no sítio de Bombarral,	Pertencem ao antigo vínculo da Casa Palmela Não se incluíam na relação para o registo do vínculo porque são domínio útil
Sintra	Um moinho de água denominado do Paço, Um moinho de água denominado Ribeira, Um lagar azeite, na ribeira da vila de Canha.	Comprados por escritura de 15 de Novembro de 1849 por D. Pedro de Sousa Holstein
Azeitão	Serra da Arrábida, que compreende: Ermida do Bom Jesus, Casas do Forno, Casas denominadas as Espedarias, situadas no arraial, Casas abarracadas, denominadas as mesquitas, Grande prédio com sua ermida, e cerca denominada El Cármén, Edifício do Convento de N. S ^a da Arrábida com cerca toda murada	Tudo arrematado em hasta pública perante Junta do Crédito Público em 18 de Janeiro de 1840, por D. Pedro de Sousa Holstein
	Casas no Portinho da Arrábida, altas e baixas, Edifício do Convento Velho com algumas ermidas	Comprados por escritura pública em 20 de Fevereiro de 1840 por D. Pedro de Sousa Holstein, a José [Maria] da Fonseca
Palmela	Quinta das Gagas, ou de Tomé Dias.	Carta de arrematação de 4 de Julho de 1825, para pagamento da dívida dos herdeiros de Tomé Dias Vieira
Belas	Propriedade e direito a qualquer porção de água que se possa achar no casal da Vila Chã, que pertence à capela de Pedro Anes Lobato	Comprado por Escrituras publicas de 22 de Julho de 1840, por D. Pedro de Sousa Holstein
Cadafais	Quinta da Granja, termo de Alenquer, Foi do Mosteiro de S. Vicente de Fora, dos Cónegos Regrantes de St.º Agostinho de Lisboa	Comprado em 29 de Março de 1835 por D. Pedro de Sousa Holstein, ao Curador da Vila.
Lisboa	Parte de terra dentro do Cemitério dos Prazeres, onde existe o Jazigo de família da Casa Palmela e outra parte fora de muros,	Comprada 11 de Março de 1837 por D. Pedro de Sousa Holstein
	Casas na Calçada do Forno do Tijolo, nº4 a 22 moderno e os foros que lhe são anexos	Pertenciam ao morgado dos Anjos da Casa de Palmela. Era senhorio directo à Câmara Municipal de Lisboa
	Casas na R. da Rosa das Partilhas nº 209 a 211 antigo, e moderno 16 a 20	Aforadas por escritura de 15 de Setembro de 1846, por D. Pedro de Sousa Holstein ao Conde do Sobral
	Uma cocheira na Travessa das Alentes nº 20 a 22 antigo	
	Um terreno com casas principiadas na Rua da Trombeta nº 4 antigo	

Olivais	Quinta da Fonte e Casa nobre.	Carta de confirmação de contrato a 25 de Novembro de 1834 feito por D. Pedro de Sousa Holstein. Foi da capela de Martins Esteves, incorporada na Fazenda Nacional, pelo Palácio de D. Pedro de Sousa Holstein, no sítio da Boa Hora, em Belém. Em 19 de Novembro de 1834 foi doada por D. Pedro a sua mulher, D. Eugénia.
----------------	-------------------------------	---

Quadro X – Prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Casa Póvoa, em 1860⁶⁴⁴

Local	Propriedade	Aquisição
Lisboa	Casas na R. de S. Julião com os n.ºs 83 a 85 antigos, e modernos 63 a 69	
	Casas com seu quintal na R. da Glória n.ºs 53 a 53 A antigos, e modernos 26 e 18	
	Casas na Rua Direita da Fábrica da Seda n.º 47 a 50, hoje Rua da Escola Politécnica n.º 209 a 217, que actualmente serve de cocheira.	Arrematada em praça pública em Agosto de 1853, pelos segundos Duques de Palmela
	Casas na Rua da Rosa das Partilhas com esquina para a Travessas dos Fiéis de Deus n.º 208	Comprada a José Baptista por escritura de 20 de 1854, pelos segundos Duques de Palmela
	Casas na R. do Livramento em Alcântara com os n.ºs 85 e 86 Antigos e modernos 50 e 52	
Campolide:	Um casal de sementeira, situadas na Ribeira de Alcântara, junto aos arcos das águas livres A Quinta denominada do Martinho 43 barracas no Beco do Gonçalo	
Lumiar	Quinta ou Palácio que foi do Marquês de Angeja	
	Quinta denominada do Guerreiro, sita no Paço do Lumiar, constituída de Casas, terras, horta e pomar	
	Três courelas de terra, Courelas de terra dos Alcoitins, Duas courelas no Sítios das barras	
	Uma courela de vinha e árvores de fruto no sítio do Lumiar, travessa do Alqueidão	
	Casal dos Alcoitins	
	Casa com seu quintal no sítio de Lumiar	
	Casas com seu quintal, situada na travessa do Alqueidão de cima, n.º 9 e 10	
Loures:	Quinta do Outeiro, Lugar dos Calvos	
	Quinta das Azenhas, no sítio dos Calvos	
	Dois prazos perpétuos, o 1.º de uma terra murada e o 2.º de uma terra e mato na serra	

⁶⁴⁴ *Notas que serviram de base à formação da relação dos prédios livres rústicos e urbanos pertencentes à Exm^a Casa da Póvoa que pelas disposições da Lei dos vínculos de 30 de Julho de 1860 não foram registrados, ficando por consequência da natureza de bens livres, IAN/TT, ACP, Microfilme 5668 Caixa 109, fol. 1130.*

Sintra	Quinta da Raposa	
	Uma propriedade de Casas situada na Calçada que vai da Vila de Sintra para Rio de Porto	
	Uma terra e mato no alto do Varatojo	
	Dois prazos sitos na Ribeira da Vila abaixo da Fonte do Louro, composta de dois engenhos de almoenda, duas casas de sobrado e seis inferiores.	
	Uma quinta situada na Ribeira de Rio de Posto composta de casas, azenhas, pomar de espinho e caroço, e terras de sementeira,	
	Domínio útil de 2 prazos: Casal da Mata Mouros e Casal no sítio das Palheiras	
	Um pardieiro no beco da Judiaria	
	Um pomar de Limoal no Sítio da Fonte	
	Casal da Fava Seca, no sítio de Vale de Malaquias	
	Terra no sítio de Vale de Raposa	
	Uma terra de mato chamado dos Pilates no sítio da Ribeira de Vila de Sintra.	
	Quinta denominada de Pé do Castelo	
Alpiarça	Quinta da Agualva composta por: Quinta da Algalva Quinta do Sobral, Três casas pertencentes à mesma quinta, denominadas da Sesmaria, Formial do Ameixial, todos 3 chamados Casal do Rego Travesso, Casal do Olival pertencente à mesma quinta, Quinta da Atela, Quinta do Outeiro, Casal do Borranceiro Casal dos Marmelos, Casal dos Carvalhos, Casal da Calfadada	
Termo de Golegã e Santarém	Praço do Reguengo denominado a Câmara	
Termo de Óbidos	Quinta denominada do Foradouro com todas as suas pertenças	
	Quinta de EL Carmen, ou Quinta do Vidal.	Comprada por escritura pública a 2 de Junho de 1856 pelos segundos Duques de Palmela
Palmela	Fazenda das Piteiras	
	Fazenda no sítio da Routeira, ou Portela	
	Uma marinha, Uma marinha, no sítio das Moitas	
	Quinta denominada dos Vidais no termo da dita vila.	
Setúbal	Casas sitas na Travessa de Nenhures, Casa na Rua da Conceição, nº 105 a 109.	
Alter do Chão	Duas sortes de vinha Um Ferragial	
	Um Ferragial a Cabeça da Azinheira	
	Olival e terra no caminho do Reguengo	
	Tapada no sítio do Cavaco, em Cabeço de Vide	
	Ferragial tapado e outro destapado e sua horta em cabeço de Vide	
Portalegre	Ferragial que foi Moinho junto à Ribeira de Vide	
	Quinta das Cruzes Casas na Rua do Pocinho no sítio da Ribeira de Nexe,	

Veiros (Fronteira)	Herdade da Madalena do Crato	
Évora	Herdade da Tejeosa Matinha na Torre dos Coelhoos	
Borba	Metade da herdade de Maria Ruiva	
Alvito	Herdade da Machina	
	Moinho do Olival da Ribeira de Odivelas	
	Herdade das Carneiras Grandes	
	Herdade do Moutinho de D. Isabel	

Como podemos observar, os bens livres eram constituídos apenas por bens de raiz, situados na maior parte dos casos junto ao concelho de Lisboa, na margem sul do Tejo e no Alto e Baixo Alentejo. Grande parte das propriedades são prédios rústicos. No caso concreto da Casa Palmela, onde nos é indicado a aquisição do bem em questão, verificamos um peso significativo de bens que foram comprados já depois da revolução liberal. Registe-se a grande quantidade de bens adquiridos em Azeitão, antigos bens nacionais e adquiridos em hasta pública. Se a Casa Palmela teve, depois desta data, liquidez suficiente para adquirir tantos bens livres, também é certo que a revolução liberal contribuiu para tal, nomeadamente com a transformação em bens nacionais dos antigos bens das comendas e ordens, que posteriormente terá vendido. Além disso, D. Pedro, como regente, doara ao Duque de Palmela, a 25 de Abril de 1835, cem contos de réis admissíveis na compra de bens nacionais. Curiosamente, o investimento fundiário a que se terá dedicado o primeiro Duque de Palmela poderá ser entendido como um modelo arcaizante, onde a posse da terra continuava a ser sinónimo de riqueza.

Há também a salientar nestes bens a existência de antigos morgados.

Em resumo, o que importa reter é que, efectivamente, os rendimentos da Casa Póvoa eram substancialmente superiores ao da Casa Palmela. Enquanto esta possuía um peso bastante superior de rendimentos advenientes de propriedades urbanas ou rústicas, a da Póvoa apresentava rendimentos relativamente equilibrados quanto à origem – acções ou propriedades. Aliás, a existência de rendimentos de acções constitui uma novidade importante. No entanto, o peso dos encargos da Casa Póvoa era bastante superior ao da Casa Palmela, uma vez que investia bastante mais em seguros e obras.

Podemos ainda afirmar, sem margem de dúvida, que o casamento do primogénito da Casa Palmela com a herdeira da Casa da Póvoa se traduziu em substanciais ganhos materiais. A obtenção desses ganhos foi premeditada, na medida em que o próprio primeiro Duque de Palmela afirma, num primeiro momento, que se

trata de “assegurar uma fortuna pecuniária nestes tempos de revolução”⁶⁴⁵ para depois afirmar que era algo “em que interessa o sossego de toda a minha vida e a sorte futura da nossa família”⁶⁴⁶. Assim se compreendem todos os esforços despendidos para fazer frente às acções movidas pelos parentes paternos de D. Maria Luísa.

⁶⁴⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5809, Caixa 235, fol. 1258.

⁶⁴⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 104.

8. Palácios e respectivo recheio: a vida material e social

Referir as propriedades que a Casa Palmela possuía é falar também dos espaços que habitava. Uma das características desta família é a sua grande mobilidade, decorrente, é certo, das missões diplomáticas do primeiro Duque ou dos exílios políticos a que se viu obrigado. Mas não só.

Efectivamente, se exceptuarmos os períodos em que residiu no estrangeiro, verificamos que as moradas que habitou em Lisboa foram variadas, muitas delas não correspondendo aos palácios de que a família foi possuidora ao longo dos tempos. De facto, em 1810, D. Pedro morava na freguesia de S. Pedro de Alcântara⁶⁴⁷, a mesma freguesia onde morava em 1813, mais propriamente na Rua Direita do Calvário⁶⁴⁸, no palácio onde residiam seu cunhado e irmã, os Condes de Alva.

Entre 1821 e 1824, o Duque e a sua família habitaram na freguesia de S. Bartolomeu, sempre em moradas diferentes: Rua de D. Vasco, em 1821⁶⁴⁹; Sítio da Boa Hora em 1823⁶⁵⁰ e Pátio do Calhariz, em 1824,⁶⁵¹ locais inclusive muito próximos entre si. Em 1834 habitavam no Largo das Chagas⁶⁵², enquanto entre 1839 e 1840, se encontravam na Rua Formosa, na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires⁶⁵³. Nesta última data efectuaram a compra, nos arredores de Lisboa, da Quinta e Palácio do Lumiar, pertença do então falecido Marquês de Angeja, D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque⁶⁵⁴.

A partir de 1843 a residência da Casa Palmela acaba por se fixar no antigo Palácio adquirido pelo Conde da Póvoa em 1822, na Rua Direita da Fábrica das Sedas,

⁶⁴⁷ Cf. *Certidão de Casamento*, Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Casa Palmela, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 13.

⁶⁴⁸ Cf. *Certidão de Baptismo*, IANTT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 368

⁶⁴⁹ Cf. *Certidão de Baptismo*, IANTT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 411.

⁶⁵⁰ Cf. *Certidão de Baptismo*, IANTT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 443.

⁶⁵¹ Cf. *Certidão de Baptismo*, IANTT, ACP, Microfilme 5577 A, Caixa 34, fol. 467.

⁶⁵² Cf. *Instrumento de doação*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5645, Caixa 92, fol. 902.

⁶⁵³ Cf. *Almanak estatístico de Lisboa em 1839*, Lisboa, Tipografia do Grátis, s.d., p. 187, *Certidão de Baptismo*, IANTT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 165.

⁶⁵⁴ Cf. *Auto de posse*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5638, Caixa 88, fol. 91.

ao Largo do Rato⁶⁵⁵, embora passando algumas temporadas no palácio do Lumiar, no palácio do Calhariz de Sesimbra, em 1846⁶⁵⁶, ou em Belém, quando em 1859 arrendam o Palácio do Marquês de Loulé, denominado Quinta da Praia⁶⁵⁷.

Fora de Lisboa não deixemos de referir o Palácio de Sintra, ou Quinta de S. Sebastião, pertencentes à Casa Póvoa, e o Palácio Palmela em Cascais, construído sobre o antigo Forte da Conceição, que fora adquirido em hasta pública em 1868⁶⁵⁸, tendo-se iniciado a edificação do palácio em 1873.

Obviamente que a posse de tantas residências implicava a existência de um extenso recheio, referente não apenas a mobiliário, como a todo o tipo de utensílios de cozinha, alimentação, higiene e, claro, a decoração. No estrangeiro, a tendência seria para a venda da mobília após a estadia, uma vez que as casas eram arrendadas, como podemos perceber pela carta que D. Alexandre, filho primogénito de D. Pedro, lhe escreveu em 22 de Março de 1830: “ (...) *A venda dos trastes deve ter lugar, como já disse a V. E^a nos 3 último dias deste mês, o catálogo dos trastes e dos livros creio que já está quase acabado; os únicos quartos que ficam com móveis são aquele em que V. E^a fumava e aquele em que eu durmo; estes trastes quando se acabar o aluguer da casa tenho tenção de os vender, excepto alguns que a mamã deseja guardar (...).*”⁶⁵⁹. Aliás, a escolha da distribuição das divisões da casa cabia ao casal, tarefa essa que D. Eugénia por vezes deixava a seu marido, a contragosto dele, como podemos observar numa carta de 15 de Abril de 1839, dirigida àquela: “ (...) *Sinto muitos sentimentos que me não queiras dar as tuas ideias a respeito de distribuição dos quartos, tendo-o eu pedido com tanta instância. Que satisfação poderás tu ter em desaprovar qualquer arranjo que eu fizer (pois todos hão-de ser maus e provisórios enquanto se não arranjam os quartos de cima) em lugar de tomar para ti uma parte da responsabilidade? (...)*”⁶⁶⁰.

Relativamente às diversas residências da Casa Palmela, a existência de

⁶⁵⁵ Cf. PORTUGAL, M. A. F., *Almanak estatístico de Lisboa em 1843*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 9; *Almanak estatístico de Lisboa em 1848*, Lisboa, Tipografia do Gratis, s.d., p. 5, *Certidão de falecimento*, IANTT, ACP, Microfilme 5677, Caixa 121, fol. 29.

⁶⁵⁶ Cf. *Pedido de licença de posse do Santíssimo Sacramento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5694, Caixa 134, fol. 767.

⁶⁵⁷ Cf. *Escritura de arrendamento*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5574, Caixa 31, fol. 58.

⁶⁵⁸ Cf. *Propriedades adquiridas em Cascais*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5753, Caixa 173, fol. 765

⁶⁵⁹ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 1123

⁶⁶⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 240.

inventários, muitas das vezes elaborados pelos encarregados das respectivas moradas, permite compreender de que forma o espaço estava organizado e a forma de estar desta família.

Detenhamo-nos na descrição do Palácio do Rato, datada de 1844 e 1845⁶⁶¹, uma vez que, para além da mais pormenorizada, é aquela que acabou por se tornar a residência oficial da Casa Palmela na capital. Antes de mais, é preciso especificar os diversos espaços que a compõem. Distinguem-se, desde logo, três tipos fundamentais: os espaços de manutenção, relacionados com o funcionamento da casa, que são a cozinha, a casa das luzes, onde se armazenam candeeiros e outro tipo de luzeiros, para além de alguns outros trastes, as arrecadações, a copa e os apartamentos dos criados e outros serviçais, como o guarda-livros e o capelão. Os espaços comuns, como a casa de jantar, as restantes salas (azul e amarela) e a capela; Finalmente, o espaço privado, composto pelos quartos de dormir e os respectivos quartos adjacentes: escritórios, toucadores ou quartos de vestir.

Dentro desta última categoria, é possível efectuar uma outra divisão e diz respeito às pessoas que habitavam nesta altura o Palácio: os Duques de Palmela, e dois dos seus filhos: os Marqueses do Faial, e os Condes de Terena⁶⁶². A cada casal estava destinado um espaço privado diferente.

Relativamente aos espaços comuns, a sala de jantar, destinada às refeições, continha mobiliário de arrecadação de louças, como aparadores e armários. Possuía 3 mesas, todas extensíveis, sendo que uma delas permitia 60 lugares sentados. Aliás, a sala de jantar possuía 89 cadeiras, a que se somavam 3 para crianças⁶⁶³.

A Sala Amarela destinava-se certamente ao lazer, contendo quatro mesas de jogo, um banca também de jogo e um piano de madeira de pau-santo. Acrescentavam-se trinta e nove cadeiras e um sofá, para além de outros móveis e objectos decorativos⁶⁶⁴.

A Sala Azul parecia estar destinada a um uso mais privado, apesar da existência de dois tremós, móvel de aparato sem grande utilidade. Além dos 2 sofás e das 36 cadeiras, apenas encontramos uma banca de jogo. O piano da Sala Amarela aqui dá

⁶⁶¹ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fols. 283-332.

⁶⁶² A residência habitual dos Condes de Terena era no Porto, no Palácio da Torre da Marca e cabeça do morgado.

⁶⁶³ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 283.

⁶⁶⁴ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 283.

lugar a um relógio de música francês. Um armário é usado como livreria. Para além de vários objectos decorativos, de onde se destaca uma caixa de tabaco, vários quadros ornamentam as paredes, prevalecendo os temas religiosos ou retratos de família⁶⁶⁵.

Na Capela, devemos destacar as imagens de S. Pedro, S. Domingos, S. Francisco, visto serem os santos com o mesmo nome de muitos dos elementos da família – Pedro, o primeiro Duque; S. Domingos, o segundo. S. Francisco remete para a ideia de devoção que já realçámos no capítulo 3, visto o nome de muitos dos elementos da família conter o de todos os Franciscos do calendário litúrgico⁶⁶⁶.

Relativamente aos aposentos privados, verificamos que existe um quarto de cama, destinado ao casal, mas tendo cada um dos membros deste, uma ou duas divisões para si. Assim, os Duques de Palmela possuíam um quarto comum, com duas camas e uma mesa-de-cabeceira. D. Eugénia tinha um quarto de vestir, destinado ao guarda-roupa e ao mobiliário de higiene pessoal, composto de lavatório e retrete. Para além deste quarto, possuía ainda uma sala, para seu lazer: uma escrivaninha, uma secretária e uma mesa de costura. Dois espelhos, um fogão e várias poltronas, sofás e cadeiras, para além de outras mesas, completavam a sala. Nas paredes, vários quadros, com o retrato de familiares, cenas religiosas ou históricas. O Duque de Palmela tinha apenas um aposento privado, mas que reunia ambas as funções: vestir e higiene e lazer. De facto, além do guarda-roupa, do lavatório, bidé e tina de lata com torneira, o quarto estava equipado com um tremós, estantes, secretária e escrivaninha⁶⁶⁷.

Relativamente aos Marqueses do Faial, o quarto do casal, com apenas uma cama, estava destinado também a outras funções, ao contrário do que acontecia com os restantes: higiene, uma vez que possuía retrete e mesa de lavar; vestiário, pois possuía cómodas e espelhos; lazer, atendendo à existência de uma banca de jogo; alimentação, visto conter um pequeno serviço de chá; leitura, pela existência de uma estante e, finalmente, oração, atendendo à proliferação de imagens sacras. Esta variedade de funções é para Nuno Madureira, uma inovação, ao incluir-se no quarto actividades próprias das salas de uso colectivo⁶⁶⁸. Em contrapartida, a Marquesa do Faial, D. Maria

⁶⁶⁵ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 283.

⁶⁶⁶ Cf. *Paramentos de Capela*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 306.

⁶⁶⁷ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fols. 283 e 309.

⁶⁶⁸ Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano, Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 132.

Luísa, dispunha apenas de um aposento privado, destinado ao seu toucador. D. Domingos possuía duas salas: um gabinete com um tremó, escrivaninhas e armários para livros, e uma sala do fogão, também com estantes, mas destinado sobretudo ao lazer e convívio, uma vez que possuía uma mesa de jogo, sofá e diversas cadeiras⁶⁶⁹.

Os aposentos destinados à Condessa de Terena, D. Maria Ana de Sousa Holstein e seu marido repetem um pouco o esquema anterior: um quarto de cama e dois quartos de vestir preparados para a higiene pessoal, um para cada um deles. No entanto, acrescem mais três divisões: a casa da espera, a casa das visitas e a antecâmara. Tratava-se, no fundo, de tornar os seus aposentos mais particulares, fazendo uma casa dentro de outra casa, permitindo receber com maior privacidade quem os visitasse. Assim, a casa de espera apenas possuía duas cadeiras e a sala das visitas um tremó, as habituais cadeiras, sofá, mesa de jogo. A antecâmara estava mobilada com um canapé, divã, poltrona e cadeira, para além de uma estante e cómodas⁶⁷⁰.

Para além da mobília a uso, existia igualmente variada mobília guardada nas diversas arrecadações da casa e nas quais se amontoavam também inúmeras qualidades de tecido, como cortinas e armações de cama⁶⁷¹.

A descrição do recheio de parte deste palácio permite-nos compreender melhor a vida material desta família no contexto da aristocracia do seu tempo.

Desde logo, percebe-se uma separação entre público e privado, sobretudo pelo número de lugares sentados existentes em cada uma das divisões: de facto, as salas estão destinadas a receber pessoas tendo muitos assentos, enquanto nos restantes aposentos, aqueles são em menor número. No entanto, é nestes espaços mais privados que vamos encontrar as poltronas, móveis ainda pouco comuns. É também nestes espaços que vamos encontrar os móveis mais caros e de aparato – os tremós, com excepção dos que se encontram na Sala Azul, e também os guarda-roupas, geralmente presentes apenas nos agregados com maior fortuna, como realçou Nuno Luís Madureira⁶⁷². Constata-se também o que este mesmo autor referiu relativamente à cómoda: de facto, esta destronou completamente o uso da papeleira, a que não

⁶⁶⁹ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 283.

⁶⁷⁰ Cf. *Quartos destinados para a Exm^a Sr^a D. Mariana de Sousa Holstein*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 293.

⁶⁷¹ Cf. *Inventário Geral no Palácio do Rato*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5676, Caixa 120, fol. 313.

⁶⁷² Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano, Lisboa 1740-1830*, pp. 225 e 190.

encontramos nenhuma referência⁶⁷³. Devemos também realçar a existência de uma mesa de costura na sala da Duquesa de Palmela, que contrasta com o toucador, inexistente no seu quarto de vestir, mas presente nos de sua filha e nora, que não possuem mesas de costura. Por outro lado, é de realçar a existência de diversos objectos de culto, nomeadamente, as imagens de santos, nos compartimentos privados o que é sintomático não só de religiosidade, mas também da privatização das práticas devocionais, apesar da existência de uma capela, também ela privada.

Relativamente aos espaços públicos verifica-se a continuação daquilo que Nuno Luís Madureira verificou para o início do século XIX: a afirmação da sala de jantar como o lugar próprio de refeições; por outro lado, nas salas onde as visitas são recebidas destacam-se o lugar da música, com a existência de um piano, e a proliferação de mesas de jogo, fazendo lembrar “*verdadeiros casinos*”. Como consequência fundamental, o espaço social encontra-se dividido em zonas de menores dimensões, prestando-se à individualização dos sujeitos que a frequentam⁶⁷⁴.

Para além do recheio habitual dos Palácios, a Casa Palmela distinguiu-se por possuir uma vasta colecção de objectos de arte, não só de pintura e escultura, mas também outros objectos decorativos, nomeadamente de ourivesaria, esmalte, porcelana e faiança. A colecção foi iniciada com Luís de Sousa (1637-1690), bispo de Lamego, arcebispo de Braga e embaixador em Roma, e irmão de D. Francisco de Sousa, capitão da guarda de D. Pedro II, e acrescentada por D. Pedro de Sousa Holstein e por sua neta, D. Maria Luísa de Sousa Holstein.

Começemos por nos deter no catálogo dos quadros existentes no Palácio do Rato.

Quadro XI – Quadros a óleo pertencentes aos Duques de Palmela⁶⁷⁵

Descrição	Autoria ou Escola
Retrato de D. Alexandre de Sousa Holstein em meia figura	Original do Cavaleiro Gaspar Lande
Aves mortas	Original de Pedro Boel - Escola Flamenga
Santo António com o Menino Deus nos braços	Original de Domingos António de Sequeira

⁶⁷³ Cf. IDEM, *ibidem*, p. 188.

⁶⁷⁴ Cf. IDEM, *ibidem*, pp. 129 e 196.

⁶⁷⁵ Cf. *Catálogo dos quadros pertencentes aos Emx^{os} Srs Duques de Palmela redigido pelo Exm^o Sr Abade António Dâmaso de Castro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5753, Caixa 174, fol. 115.

Busto de D. Carlos V	Estilo de Ticiano Vicelli - Escola Veneziana
Toucador de Vénus	Cópia de um quadro de Francisco Albano, feita por Francisco Vieira Portuense, 1792
Paisagem com figuras	Estilo de Francisco Vieira Portuense
Retrato em meia figura de Arquimedes com a mão direita sobre um globo	Estilo de P P Rubens - Escola Flamenga
Cristo e a Samaritana junto ao poço de Jacob	Original de Gianquinto Corrado - Escola Napolitana
Retrato em meia figura, D. Fradique de Portugal	Estilo de António Vandyck - Escola Flamenga
Nª Sª e o Menino Deus	Estilo de Domingos Beccafunni - Escola Senense
Bebedores e jogadores em uma casa de venda	Original de João Stein, estilo de Du Sort e Vem Ostade - Escola Holandesa
Cabeça de Cristo	Estilo de Guido Rheni - Escola Bolonhesa
Cabeça de Nossa senhor	Estilo de Guido Rheni - Escola Bolonhesa
Paisagem com figuras	Francisco Vieira Portuense
Retrato em meia figura de um pajem	Escola Flamenga
Figura em meio corpo, com uma gorra na cabeça	Escola Flamenga
Sagrada família	Desenho original de Raphael Sanio D'Urbino e o colorido de seu discípulo Júlio Romano - Escola Romana
Díptico, representando uma batalha	Original de António Francisco Vander Murlen - Escola Flamenga
4 quadros representando os 4 elementos	Original de João Bruegel, sendo as figuras de Henrique Klerck - Escola Flamenga
Retrato em meio corpo o Duque de Ferrara, Afonso d'Este	Original de Ticiano Vicelli - Escola Veneziana
Paisagem com várias figuras	Estilo de Salvador Rau - Escola Napolitana
Sátiro descobrindo uma ninfa adormecida	Estilo de Lucas Jordani - Escola Napolitana
S. Paulo, 1º eremita no deserto	Original atribuído a Guido Rheni - Escola Bolonhesa
Santa Rosa de Viterbo, abraçando um crucifixo	Original de António Blestra - Escola Romana
Paisagem com figuras	Estilo de Nicolau Coussin e de Claudio de Lorena - Escola Francesa
Encontro da Nossa Senhora com Santa Isabel	Original de Giorgio de Barbarelli chamado Giorgio de Castel Branco - Escola Veneciana
Santo António de Lisboa, pregando aos peixes	Original de Francisco Viera Lusitano
Crucificação de Cristo, tendo junto da Cruz N. S.ª, S. João e Santa Maria Madalena	Escola Florentina
Cristo preso pelos Fariseus	Estilo de João Baptista Barbieri Guerreiro - Escola Bolonhesa
N. Srª, o Menino Deus, S. José e Santa Ana, circundados de Flores	Estilo de Daniel Segchers, e discípulo de João Brueghel
N. Srª, o Menino Deus e S. João, cercados de flores	Estilo de Daniel Segchers. As figuras dos seus quadros denotam serem do pincel de Cornélio Schurt - Escola Flamenga
Velha avarenta, pesando moedas em ouro	Original de Gerard Daun, estilo de Paulo Van Rin - Rembrandt - Escola Flamenga
Ninfa distribuindo favos de mel a uma ninhada de cupidos	Original de B. Gagneraum 1791 - Escola Francesa
N. Srª, o Menino Deus, S. José e Stª Ana, circundados de flores	Escola Flamenga
Nossa Senhora, o Menino Deus, S. José, e S. João Baptista	Estilo de João Mabuse - Escola Florentina
<i>Ecce Homo</i>	Bernardino Luini, discípulo de Leonardo de Vinci - Escola Romana
S. Jerónimo no deserto	Estilo de Miguel Angelo Buoinarotti - Escola Florentina
Campina, com um boi deitado	Estilo de Paulo Potter - Escola Holandesa

Crucificação do Salvador	Original atribuído a António Van Dyck - Escola Flamenga
Marquês de Niza, sentado a uma mesa	Original de Domingos Pellegrini. 1801
Uma cegonha	Original de Pedro Boel - Escola Flamenga
Aves mortas	Escola Flamenga
Cupido encostado a um leão	Original de B. Gagnesaur 1791 - Escola Francesa
Retrato em meia figura, do Rei D. Sebastião	Original de Cláudio Coelho, discípulo de D. Francisco Risi - Escola de Madrid
Anunciação do Anjo a N ^a Sr ^a	Estilo de Bartolomeu Estêvão Murillo - Escola Espanhola
Sibila	Original de Madeira Boldrini, 1846
Adoração dos Reis	Escola Florentina
Meia figura S. Tiago Apóstolo,	Cópia de um quadro de Bartolomeu Estêvão Murillo, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
Menino Deus dando de beberem uma concha a João Baptista	Cópia de um quadro de Bartolomeu Estêvão Murillo, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro 1849
Nossa Senhora do Rosário	Cópia de um quadro de Bartolomeu Estêvão Murillo, feito por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
S. João Baptista e o Cordeiro	Cópia de um quadro de Bartolomeu Estêvão Murillo, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
D. Filipe de Espanha em idade avançada	Cópia de um quadro de D. Diogo Velásquez, da Silva, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
Um anão sentado registrando um livro	Cópia de um quadro de D. Diogo Velásquez da Silva, feita por Manuel Bordalo Pinheiro, 1849
Menino sentado com a cabeça descoberta e vestido de verde	Cópia de um quadro de D. Diogo Velásquez da Silva, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
Bobo de vestido de verde e sentado	Cópia de um quadro de D. Diogo Velásquez da Silva, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, 1849
Adoração dos pastores	Estilo de Rafael Sancio d'Urbino - Escola Romana
Cristo pregado na cruz	Original de Francisco Vieira Lusitano
Madonna de Foliguou	Cópia de um quadro de Raphael Sanio d'Urbino, feita por António Manuel da Fonseca
Adoração dos reis Magos	Original de Domingos António de Sequeira
Descida de Cristo da Cruz	Original de Domingos António de Sequeira, no estilo de Rembrant
Ressurreição de Cristo	Original de Domingos António de Sequeira
O juízo Final	Original de Domingos António de Sequeira
Vida de Nossa Senhora	[Sem indicação]
Quadros com a vida de Nossa Senhora	Original atribuído a Grão-Vasco
N. S ^a com o Menino Deus nos braços, S. Jerónimo e outras figuras	Cópia de um quadro de António Alegre Corregio, feita por Francisco Vieira Portuense
S. Miguel Arcanjo, pisando um dragão	Original atribuído a Grão Vasco
Retrato em meio corpo de um Cardeal	Estilo de Pompeo Battoni - Escola Florentina
Retrato de grupo da família Palmela	Original de Krumholtz, em 1847
Retrato em meio corpo de Salomé, sustendo nas mãos uma bacia, com a cabeça de S. João Baptista	Escola Veneziana
Retrato, em meio corpo, de uma personagem vestida de preto, com balona no pescoço,	Estilo de António Vandick - Escola Flamenga
Um cavaleiro, em meia figura do tempo de Luís XIV, com capa e volta, sustendo nos dedos polegar e indicador um anel	Estilo de Pedro Mignard, de Traves - Escola Francesa
Jovem artista em meia figura, com um gorro na cabeça	Escola Flamenga
Paisagem variado.	Estudo de S. Cornelio Vroche Sloot - Escola Holandesa
Retrato em meio corpo, de D. Manuel Caetano de Sousa,	Estilo de Pedro António Quillarel – Escola Francesa.
Busto de uma personagem vestida de preto	Estilo de António Vandyck - Escola Flamenga.

Como se pode observar, grande parte das obras são temas religiosos, embora os temas mitológicos e históricos sejam também bastante expressivos. Apesar de constarem bastantes originais, o número de cópias de obras conhecidas é muito comum. A escola flamenga e a escola italiana são as correntes artísticas mais expressivas. Relativamente a Portugal, salientam-se os nomes de António Manuel da Fonseca, Francisco Vieira Portuense, Grão Vasco, Domingos António de Sequeira e Manuel Maria Bordalo Pinheiro. Para além destes quadros a óleo, existem também na colecção alguns esboços de Domingos António de Sequeira, nomeadamente aqueles que estão na base do famoso quadro da Condessa de Atouguia, D. Filipa de Vilhena. Há também os esboços de Francisco Vieira Portuense, para as cenas dos Lusíadas⁶⁷⁶.

Para além desta colecção de pintura, também vários objectos escultóricos adornavam as salas do palácio, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro XII – Bustos e estátuas em pedra

Estátua em mármore de Carrara, representado o gladiador moribundo
Estátua em mármore de Carrara, representado a fé em Deus
Estátua em mármore de Carrara, que representa St ^a Maria Madalena
Busto de um Fauno, sendo a cabeça escultura antiga de pedra vermelha
Busto antigo de Baco
Busto de Apolo de Belvedere, de mármore
Busto de uma vestal, em mármore de Carrara
Busto de imperador romano
Busto de uma imperatriz romana
Busto de Vénus de Médicis
Fragmento de busto antigo, achado por D. Alexandre de Sousa Holstein numa escavação em Roma e restaurado
Busto de D. Vasco da Gama
Busto de Luís de Camões
Busto de D. Teresa de Sousa Holstein
Busto de D. Maria Ana Holstein
Busto de Mariana de Sousa Holstein
Busto de uma vestal, em mármore de Carrara
Psyche de António Canova
Patena de mármore, tendo no baixo-relevo um fauno com um facho na mão. Encontrado na escavação referida
Hebe, copeira de Júpiter e Deusa de mocidade de Canova
Grupo das 3 Graças de Canova
Busto do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein, original de Francisco de Paula Araújo de Cerqueira
Busto da Duquesa de Palmela D. Eugénia, original de Victor, Paris, 1838
Estátuas de antigas bailarinas de Canova

⁶⁷⁶ Cf. *Catálogo dos quadros pertencentes aos Emx^{os} Srs Duques de Palmela redigido pelo Exm^o Sr Abade António Dâmaso de Castro*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5753, Caixa 174, fol. 115.

Relativamente a estes objectos, os principais motivos representados são os históricos e os mitológicos, sendo também expressivo o número de bustos de diversos membros da família.

Vítor Serrão considera que a colecção não é um todo coerente, uma vez que é proveniente de diversos fundos e com origens bastantes diversas, sendo reveladora das escolhas particulares dos membros que a enriqueceram e com a qual procuraram engrandecer as suas diversas residências⁶⁷⁷.

Para além deste importante núcleo artístico, é de referir também outro significativo acervo cultural, a biblioteca do Convento da Arrábida. Antes da compra deste Convento, pela Casa Palmela, a respectiva Livraria já estava na sua posse, uma vez que um incêndio em finais de Setembro de 1834 obrigou os monges a proteger o seu acervo bibliográfico no Calhariz de Sesimbra. Desde então que a biblioteca do Convento juntou-se ao acervo da Casa Palmela.

O estudo de Ilídio Rocha acerca da Livraria do Convento da Arrábida⁶⁷⁸ permitiu distinguir os contributos da família Palmela na aquisição de importantes obras que vieram enriquecer o espólio já existente, com destaque para D. Pedro de Sousa Holstein e António Sampaio de Brederode, terceiro Duque de Palmela.

Efectivamente, o primeiro adquiriu importantes livros, manuscritos e jornais relacionados com a temática das lutas liberais, ou de autores que estavam exilados em Londres ou Paris, devido ao governo miguelista. Outros livros por ele adquiridos reflectem a teia de conhecimentos do próprio Duque, como é o caso dos livros assinados por Madame Staël, que D. Pedro conheceu em Itália.

Por seu lado, o terceiro Duque, como oficial da Marinha, adquiriu o *Livro de Marinharia* de João Lisboa, o qual mandou transcrever e editar.

8.1. Sociabilidade, cultura e lazer.

O recheio de uma casa permite também compreender muito das sociabilidades,

⁶⁷⁷ MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, p. 75.

⁶⁷⁸ ROCHA, Ilídio, *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

grau de cultura e lazer de quem a habita. O facto de se ter capacidade para sentar mais de 90 pessoas às refeições é sintomático de que haveria o hábito de receber. Aliás, ao longo do nosso trabalho já aludimos a esse facto várias vezes, nomeadamente, durante a citação de correspondência particular.

As grandes recepções ocorridas em casa dos Duques de Palmela referem-se sobretudo a casamentos, baptizados ou aniversários dos seus membros. Apesar de Maria Rattazzi se referir à terceira Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa, dizendo: “(...) *raras vezes abre as suas salas; podem contar-se os bailes que tem dado, distanciando-se qualquer deles por espaço de anos. Nem bailes, nem jantares, nem reuniões nem círculo íntimo, nada!* (...)”⁶⁷⁹, certo é que há outros relatos que contradizem estas afirmações, como o de Mariana Sesimbra, filha de D. Francisco de Sousa Holstein e, portanto, prima de D. Maria Luísa, que refere que os “*Os Duques de Palmela davam, todos os Invernos, umas soirées semanais de grande luxo, frequentadas por gente da mais alta sociedade*”, no Palácio do Rato, onde, inclusivamente, D. Eugénia de Sousa Holstein, irmã de D. Mariana, debutou⁶⁸⁰.

Também o casamento da filha de D. Maria Luísa, D. Helena, foi bastante comentado na imprensa da época, pela magnificência da cerimónia e da boda, ocorrida no Palácio do Rato. O “*Casamento principesco*”, como lhe chamava *A Revolução de Setembro*⁶⁸¹ iniciou-se ao meio-dia, havendo uma longa fila de carruagens de onde se apeava a alta sociedade de Lisboa, auxiliados pelos criados da Casa Palmela, que estreavam fardamentos novos. Os convidados reuniram-se na Sala Amarela, que mencionámos anteriormente, tendo a cerimónia decorrido no interior da capela, coberta de flores e verdura e profusamente iluminada, as senhoras à frente, os homens atrás. Após a cerimónia serviu-se o almoço, composto por diversos pratos quentes e frios, servido na baixela da casa. Para além disso, saindo de maciços de espinheiros, grandes blocos de gelo tinham como objectivo suavizar a temperatura ambiente. Na Sala

⁶⁷⁹ RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, p. 120.

⁶⁸⁰ SESIMBRA, Mariana, *Madre Monfalim, (Eugénia de Sousa e Holstein)*, Lisboa, Bertrand, 1946, p. 654.

⁶⁸¹ *Revolução de Setembro*, Nº 13460, Lisboa, Tipografia J. B. da A. Gouveia 19 de Julho de 1887, fol. 3.

Encarnada⁶⁸² encontrava-se a *corbeille*, onde se amontoavam os presentes nupciais. Nesta ocasião, a acção benemérita não foi esquecida, distribuindo-se uma refeição a 100 pobres⁶⁸³.

O casamento de D. Helena fazia, sem dúvida, recordar o de seus pais, terceiros Duques de Palmela, ocorrido 24 anos antes, tendo-se realizado também no mesmo palácio. D. Isabel Vasconcelos, Condessa de Rio Maior, descreve-o ao seu filho, em carta de 16 de Abril de 1863: “*O tal casamento teve lugar ontem com o maior espalhafato possível (...) Os convites eram para a uma hora. El-rei serviu de padrinho, a rainha de madrinha: chegaram pela volta da uma e meia. A Duquesa estava no quarto de baixo, que era da mãe e hoje é do pai, à espera de S.S.M.M.. Quando chegaram, sugeriram logo e atravessaram as salas, e subiram para a capela, seguidos por todos os convidados que estavam nas salas à espera. Os convidados estavam pelas escadas juntamente com os vasos de flores e os criados da casa. Na capela (...) havia um dossel e cadeiras de espaldar para S.S.M.M., exactamente como nas festas de corte. (...) Depois do casamento, veio tudo para baixo, e a família real foi lanchar. A casa estava muito bem arranjada com o plateau do conde da Póvoa, ao fim da casa da mesa há um quarto separado dela por um arco em que estava a mesa de El-Rei. Mas a duquesa em vez de encarregar alguém de encaminhar logo todas as senhoras para a casa da mesa, não disse nada a ninguém, de maneira que merendou El-rei, a rainha, e o Sr. patriarca, a duquesa ficou em pé sem tomar nada, a sala toda sem ninguém, depois disso S.S.M.M. atravessaram as salas, a ninguém falaram, e ninguém lhes falou, e abalaram sem que as pessoas da sua comitiva e da do Sr. Patriarca tomassem coisa alguma. Se a duquesa estivesse atarantada desculpava-se, mas ela estava o mais senhora de si que é possível, e o noivo o mais frio e indiferente, parecendo que não era nada com ele. (...) A duquesa, depois que a rainha saiu, foi para o quarto mudar de toilette, e lá comeu alguma coisa, segundo ouvi, enquanto os convidados, por instinto natural se dirigiram à casa da mesa e aproveitaram o óptimo almoço que havia (...)”⁶⁸⁴. Nos dias que se seguiram, o palácio foi exposto ao público, num gesto de*

⁶⁸² Acerca desta sala não possuímos inventário, apenas temos referência a alguns quadros ou esculturas que aí se encontravam. Cf. *Catálogo de Quadros*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5753, Caixa 174, fol. 115, *Pedra*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5753, Caixa 174, fol. 149.

⁶⁸³ *A Revolução de Setembro*, Nº 13469, 22 de Julho de 1887.

⁶⁸⁴ MÓNICA, Maria Filomena (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004, pp. 321-322.

“*franqueza fidalga*”, tendo o *Jornal do Comércio* efectuado uma descrição minuciosa da magnificência e bom gosto de todas as salas, referindo amiúde o fausto e grandeza dos objectos – as loiças do Japão, Sèvres, Saxe, todo o tipo de porcelana e prataria; os quadros, os bustos de mármore e jaspe⁶⁸⁵. A sala de jantar ainda se encontrava com a mesa posta, onde a baixela de prata e o *plateau* do Conde da Póvoa também não foram indiferentes ao repórter. Refere ainda o pavilhão de estofos verde e branco, com as armas reais de Portugal e Itália, montado na sala de jantar sobre uma mesa destinada aos noivos e a D. Luís e D. Maria Pia⁶⁸⁶.

Temos também notícia de outras festas de casamento no seio da Casa Palmela, nomeadamente, o de D. Eugénia e D. Teresa de Sousa Holstein, filhas do primeiro Duque de Palmela que casaram, respectivamente, com o Marquês das Minas e o Conde de Alcáçovas, a 8 de Maio de 1842, dia de aniversário do próprio Duque de Palmela D. Pedro. A cerimónia teve lugar na capela do Palácio do Calhariz, às cinco e meia da tarde, seguindo para o palácio do Lumiar, onde os Duques de Palmela ofereceram um concerto e um baile no dia 11 do mesmo mês, para cerca de quinhentas pessoas. O evento, que se iniciou às dez da noite, foi precedido de um jantar mais íntimo. Os principais cantores, na sua maioria de origem italiana, brindaram os convivas com um recital lírico, composto por excertos de diversas óperas e com acompanhamento ao piano. Ao concerto seguiu-se o baile e a ceia⁶⁸⁷.

Outros acontecimentos deram azo a serem celebrados com a respectiva magnificência, como a festa de acção de graças do nascimento de D. Maria Luísa de Sousa Holstein, terceira Duquesa de Palmela, oferecida por seu pai, D. Domingos, também no palácio do Lumiar, a 25 de Outubro de 1841. As festividades iniciaram-se com uma missa cantada, na igreja do Palácio, com peças nacionais, nomeadamente o *Te Deum* de Marcos de Portugal⁶⁸⁸ e o *Tantum Ergo* de José António Leite. Se a orquestra era profissional, uma vez que se tratava dos Músicos da Real Câmara, dirigidos por Manuel Inocêncio dos Santos, a maior parte dos cantores foram os mais ilustres amadores da primeira plana da sociedade lisboeta, entre os quais D. Eugénia de Sousa Holstein, a filha mais velha dos primeiros Duques de Palmela, a Duquesa da Terceira, a

⁶⁸⁵ Estes objectos não se encontram referidos no inventário que analisámos.

⁶⁸⁶ *Jornal do Comércio*, nº 2854, Lisboa, Tipografia do Jornal do Comércio, 17 de Abril de 1863, fol. 1.

⁶⁸⁷ Cf. *L'Abeille*, 4^o année, nº 42, Lisboa, Imprensa de C. A. S. de Carvalho, 15 Mai 1842, p. 186.

⁶⁸⁸ Músico (24/03/1762-7/02/1830).

Marquesa de Fronteira e sua filha; as condessas de Ribeira, da Lapa e da Ponte. Às três horas e meia, quando acabou o serviço religioso, foi servido um banquete com mais de 70 iguarias. O baile, para cerca de setecentas / oitocentas pessoas iniciou-se às oito horas da noite. À meia-noite foi servida uma ceia. Infelizmente, a iluminação preparada para o jardim e o fogo de artifício não puderam ter lugar, devido à forte tempestade que se verificou⁶⁸⁹.

O quadragésimo quinto aniversário da Duquesa de Palmela, D. Eugénia, foi celebrado no próprio dia 4 de Janeiro de 1843, tendo sido oferecido um almoço aos parentes e amigos mais íntimos. À noite, uma grande festa permitiu à grande sociedade lisboeta felicitar a Duquesa. A escada do palácio estava decorada de plantas exóticas e raras para a época do ano. Para além dos seus filho/as e genros/noras, encontravam-se também a Duquesa da Terceira, Marqueses de Fronteira⁶⁹⁰ e Santa Iria, Condes Vila Real, Linhares, Ponte, Cabo de S. Vicente. Um concerto lírico amador foi improvisado, sendo seguido de um baile, intervalado por uma ceia⁶⁹¹.

As recepções da Casa Palmela não se ficaram pelas festividades relacionadas com os seus casamentos ou aniversários. Efectivamente, outros acontecimentos foram festejados nas suas propriedades, como a visita dos reis ao palácio do Lumiar, a 4 de Novembro de 1841, onde lhes foi servido e ao corpo diplomático um almoço⁶⁹², ou o jantar oferecido em honra do Príncipe de Joinville⁶⁹³. Para além da família mais chegada, participaram neste jantar os habituais Duques da Terceira, o Conde de Lavradio, o Barão de Campanhã, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lord Howard

⁶⁸⁹ Cf. *L'abeille*, Vol 4, 3^o annee, 1^{er} novembre 1841, n^o 29, p. 157.

⁶⁹⁰ O Marquês de Fronteira, D. José Mascarenhas Barreto diz nas suas memórias que fazendo anos no mesmo dia de D. Eugénia Teles da Gama, e tendo sido criados pela mesma ama, festejavam os seus aniversários em casa de um ou outro, indistintamente. Cf. BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do marques de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861*, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), Parte V e VI (1833 a 1842), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 141.

⁶⁹¹ Cf. *L'abeille*, 5 année, 15 Janvier 1843, n^o 58 p. 377.

⁶⁹² Cf. *L'abeille*, 3^o année, 15 novembre 1841, n^o 31, p. 204.

⁶⁹³ François-Ferdinand-Philippe-Louis-Marie d'Orléans, príncipe de Joinville (14/08/1818-16/06/1900) filho do Duque de Orléans, Luís Filipe.

de Walden, Lady Howard de Walden⁶⁹⁴, a baronesa de Varennes e o barão de Marechal, entre outros⁶⁹⁵.

Além disso, o primeiro Duque de Palmela tinha como hábito receber semanalmente, ao sábado, em sua casa do Lumiar, nos últimos tempos de sua vida⁶⁹⁶. Certamente nessas reuniões repetia aquilo que acontecia aquando da sua estadia em casa de seu genro, no Porto, onde as reuniões tinham lugar, à noite, passeando-se nos jardins e fumando charutos⁶⁹⁷.

Os tempos livres eram aproveitados para a leitura, para o desenho, pintura e música⁶⁹⁸. Os passeios a cavalo também eram um entretenimento, sobretudo quando se verificavam nas propriedades de família, nomeadamente, em Azeitão, como descreve D. Pedro em carta à mulher, em 25 de Maio de 1840: *“Escrevo-te ao momento de montar a cavalo para ir ao Esteval. De caminho contamos lanchar em casa do Fonseca, visitar a Condessa de Murça e ver a Quinta Nova. Amanhã iremos a Setúbal. O passeio da Arrábida foi lindíssimo e muita pena tive sobretudo na volta que não viesses connosco porque já não havia calor, viemos por meio de bosque. Na verdade, fragantes e sombrios e mesmo por caminhos sofríveis ao chegar a El Carmen tivemos o golpe de teatro de um rendez-vous de todos os gados de Calhariz, vacas, cabras, porcos, éguas, bois de carretas”*⁶⁹⁹.

Outro divertimento era o passeio de barco. Efectivamente, os terceiros Duques de Palmela eram possuidores de um, o *Surpresa*, oferecido a D. Maria Luísa por seu

⁶⁹⁴ Charles Augustus Ellis, 6º Barão Howard de Walden e 2º Barão Seaford (5/06/1799 – 29/08/1868), e Lady Lucy Cavendish-Scott-Bentinck (c.1813-29/07/1899). Foi diplomata inglês em diversos países, incluindo Portugal.

⁶⁹⁵ Cf. *L'abeille*, 3 année, 1^{er} janvier 1842, n° 33, p. 348.

⁶⁹⁶ BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), Volume 2, Parte Sétima: 1842-1847, p. 339.

⁶⁹⁷ Cf. IDEM, *ibidem*, Vol. 2, parte terceira e quarta (1824 a 1833), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1828, p. 284

⁶⁹⁸ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5796, Caixa 204, fol. 1834.

⁶⁹⁹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5804, Caixa 236, fol. 1232

marido, por ocasião do seu aniversário natalício⁷⁰⁰.

A ida às termas era frequente, não só nas Caldas da Rainha, como ocorreu em 1824, onde D. Eugénia, então Marquesa de Palmela, se encontrava com a cunhada, a Condessa de Alva, os Marquesses de Fronteira, Lavradio, Valada e Alegrete, os Condes da Lapa e o Barão de Porto Covo. A rotina era marcada pelos banhos, o passeio público ou os jantares sociais e quebrada por alguma visita às redondezas, como a Alcobaça.⁷⁰¹

A par das termas, também houve por parte da Casa Palmela uma procura de estâncias balneares. Quando se encontrava em França, D. Eugénia e os filhos passavam algumas temporadas em Boulogne-sur-mer, juntamente com outras emigradas, como a Duquesa de Terceira ou a Infanta D. Ana de Jesus⁷⁰². Brighton, em Inglaterra, foi outro sítio frequentado pela Duquesa de Palmela, nomeadamente em 1826, onde as idas à praia eram frequentes⁷⁰³.

Para além de todas as sociabilidades verificadas no seio de sua Casa, tendo os mais variados pretextos, verifica-se igualmente a existência de uma sociabilidade que se desenrola num espaço físico exterior à Casa Palmela, mas que tem lugar no mesmo espaço social que descrevemos inicialmente.

Em primeiro lugar, há que destacar aquilo que apelidaremos de sociabilidade oficial, decorrente dos cargos públicos ou políticos desempenhados por esta Casa, à qual está inerente a sociabilidade desenrolada no Paço. Assim, encontramos a presença dos primeiros Duques de Palmela e de seu filho, D. Domingos de Sousa Holstein, por ocasião do baptismo do infante D. João, em 17 de Abril de 1842, ou a 24 do mesmo mês na cerimónia da entrega da Rosa de Ouro Pontifícia à Rainha D. Maria II⁷⁰⁴. A 29 de Outubro de 1842, para festejar o aniversário do Rei, para além do habitual beija-mão, verificou-se um jantar onde compareceu toda a Família Real e os Marquesses do Faial,

⁷⁰⁰ BREYNER, Tomás, de Melo, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, fac. simil., Edição Comemorativa do Centenário da fundação da Consulta de moléstias sifilíticas e venéreas do Hospital do Desterro, p. 283.

⁷⁰¹ BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do marques de Fronteira e d'Alorna*, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), vol. 1, p. 431.

⁷⁰² IDEM, *ibidem*, p. 18.

⁷⁰³ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5802, Caixa 234, fol. 285.

⁷⁰⁴ Cf. *L'abeille*, Vol 5, 4^e annee, 1^{er} Mai 1842, n^o 41, p. 137.

para além dos de Viana e Fronteira, entre outros⁷⁰⁵. Aliás, o tradicional beija-mão no dia de aniversário do monarca foi participado ao longo de gerações, uma vez que já com D. Luís o mesmo sucedia, assistindo D. Maria Luísa, terceira Duquesa de Palmela⁷⁰⁶.

Os bailes no Paço também foram frequentados pelos membros da Casa Palmela, como o baile de máscaras oferecido no Paço da Ajuda por D. Luís e D. Maria Pia, na década de 1860, onde D. Maria Luísa de Sousa Holstein compareceu vestida de Isabel I de Inglaterra, de acordo com um quadro célebre. “*Foi uma festa tão extraordinariamente luxuosa que não se pôde repetir, por causa das enormes despesas que acarretou*”⁷⁰⁷. Com o nascimento do príncipe Real D. Carlos e do infante D. Afonso, realizaram-se festas infantis, durante o dia, como os bailes de Entrudo, onde crianças da Casa Palmela estiveram presentes⁷⁰⁸.

De facto, também as crianças possuíam a sua rede de sociabilidades. Por exemplo, D. Pedro Luz de Sousa Holstein, filho da terceira Duquesa de Palmela, que morreu com 3 anos, recebeu em Sintra algumas vezes Tomás de Melo Breyner quando ainda criança, onde brincavam com um carrinho puxado por carneiros⁷⁰⁹. Desta forma, a sociabilidade dos jovens iniciava-se bastante cedo, iniciando a sua vida social no mesmo círculo onde se desenrolava a de seus pais, como podemos verificar na carta que D. Alexandre de Sousa Holstein enviou a sua mãe, em 3 de Março de 1830, onde relata frequentar a casa dos amigos dos pais: “*Segunda-feira à noite fui a casa do Príncipe Esterhazy, demorei-me pouco e não me diverti nada; ontem a Casa da Princesa de Lieven aonde havia um baile, eu não dancei e voltei para casa muito cedo*”⁷¹⁰.

Há também festividades oficiais que se desenrolavam fora do Paço, como a do aniversário da Restauração da Carta. Tal como os aniversários do monarca, eram um dia de grande gala na Corte, tendo também lugar o beija-mão. Em 1843, o décimo

⁷⁰⁵ Cf. *L'abeille*, 4^o année, 1^{er} novembre 1842, n^o 53, p. 143.

⁷⁰⁶ Cf. BREYNER, Tomás, de Melo, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, fac. simil., Edição Comemorativa do Centenário da fundação da Consulta de moléstias sífilíticas e venéreas do Hospital do Desterro, p. 318.

⁷⁰⁷ COLAÇO, Branca Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, p. 104.

⁷⁰⁸ BREYNER, Tomás, de Melo, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, p. 87.

⁷⁰⁹ IDEM, *ibidem*, p. 9.

⁷¹⁰ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5747, Caixa 169, fol. 1755.

aniversário, foi festejado no Teatro Nacional de S. Carlos, onde se tocou o Hino da Carta Constitucional, antes da récita de *Beatrice di Tenda*. Para além dos monarcas, estavam presentes membros das Duas Câmaras, que ofereceram uma ceia de 114 iguarias aos Duques da Terceira e de Palmela e aos restantes membros da Junta Provisória do Porto. Há que realçar a iluminação preparada para o efeito do Castelo de S. Jorge⁷¹¹.

Os eventos de carácter religioso eram também usuais. A 10 de Dezembro de 1842, a Duquesa de Palmela, juntamente com a Duquesa de Ficalho, as Marquesas de Pombal, Alegrete e Valada estiveram presentes na Igreja do Antigo Convento de Jesus, em acção de graças pelo bom sucesso do Estabelecimento da Sociedade para a Propagação da Fé em Portugal⁷¹².

Nas quintas-feiras Santas, era habitual os membros da Casa Palmela assistirem à cerimónia do lava-pés, no Palácio dos Caetanos, onde residiam os Condes de Ficalho, encontrando-se presentes também os Condes de Sobral e Moçamedes⁷¹³.

Acontecimentos mundanos também tinham lugar com fins caritativos, como aquele organizado pela comissão de socorros às vítimas das inundações da Madeira, de que era presidente o Marquês do Faial, D. Domingos de Sousa Holstein, realizado no Teatro de S. Carlos, onde estive presente a família Real⁷¹⁴.

Na vida diplomática, os primeiros Duques eram conhecidos por “*aquela amabilidade que sempre os caracterizou*”⁷¹⁵. Enquanto embaixadores em Londres, aí recebiam grande parte da aristocracia portuguesa, como os Marqueses de Fronteira, apresentando-os à alta sociedade inglesa e, inclusive aos monarcas⁷¹⁶. Também ficou conhecido o episódio que ocorreu com D. Eugénia Teles da Gama, ainda como condessa de Palmela, numa das suas primeiras estadias em Londres, como embaixatriz.

⁷¹¹ Cf. *L'abeille*, 5^e année, 15 Février, 1843, n° 60, p. 457.

⁷¹² Cf. *L'abeille*, 4^e année, 15 décembre 1842, n° 56, p. 286.

⁷¹³ BREYNER, Tomás, de Melo, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, p. 79.

⁷¹⁴ Cf. *L'abeille*, 4^e année, 1^{er} janvier 1842, n° 57, p. 335.

⁷¹⁵ BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861, ANDRADA, Ernesto Campo de Andrada, (rev.), Vol. 2, parte terceira e quarta (1824 a 1833), p. 173.

⁷¹⁶ IDEM, *ibidem*, vol. 2, parte terceira e quarta (1824 a 1833), pp. 173-174.

De facto, numa das recepções no Paço, não encontrando o lugar que lhe competia como mulher do representante da coroa portuguesa, arrojou uma cadeira de um outro sítio da sala, tomando o lugar que lhe pertencia, tendo sido aplaudida por toda a corte inglesa⁷¹⁷.

Vários foram os convites para jantar que os Duques de Palmela receberam para durante a sua ausência do Reino. De facto, as suas sociabilidades no estrangeiro não diferiam muito daquelas a que estavam habituados em Portugal, apesar dos seus interlocutores diferirem. Efectivamente, quer fosse em Inglaterra, ainda na década de 1820⁷¹⁸, ou 1830, em França⁷¹⁹, os convites eram constantes, sendo alguns acompanhados por partidas de Whist, jogo de cartas semelhante à bisca⁷²⁰. Algumas vezes, alguns dos seus convidados para jantar retribuía levando os membros da Casa Palmela a desfrutarem de concertos particulares, como aconteceu em Janeiro de 1839, como contou D. Pedro de Sousa Holstein a sua mulher, em carta de 7 de Janeiro de 1839: “(...) *Saberás que a Princesa de Lieven quis jantar aqui sábado passado com as pequenas e logo depois de jantar levou a Teresa a um concerto a casa de M.me de Bourke para ouvir o Rubin⁷²¹ e a Grisi⁷²².*”⁷²³. Isto permitiu um maior envolvimento da Casa Palmela com a alta sociedade europeia e um acrescentamento da sua cultura.

Para além dos jantares, as idas ao teatro eram igualmente constantes, como relata D. Alexandre de Sousa Holstein, Conde de Calhariz, em carta a sua mãe, datada de 19 de Dezembro de 1824: “*Hoje fomos ver umas chinesas que se mostram e uma delas cantou e tocou. Ontem à noite fomos ao Teatro Francês, e vimos o Perlet no Tartuffe.*”⁷²⁴ Obviamente que para além das sociabilidades habituais, o estrangeiro era um pretexto para visitar e conhecer monumentos. É o que acontece com D. Alexandre, quando se encontra em França, em 11 de Setembro de 1829, escrevendo ao pai: “*Esta*

⁷¹⁷ GARRETT, Almeida, *Memória histórica da Duque de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

⁷¹⁸ Cf. *Correspondência particular*, IANTT, ACP, Microfilme 5748, Caixa 171, fol. 24.

⁷¹⁹ Cf. *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 168.

⁷²⁰ Cf. *Correspondência particular*, IANTT, ACP, Microfilme 5748, Caixa 171, fols. 8-167.

⁷²¹ Giovanni Battista Rubini (1794-1854). Tenor italiano, com especial sucesso nas óperas de Rossini.

⁷²² Giulia Grisi (28/07/1811-29/11/1869): soprano italiana para quem foram escritas as óperas *I Capuleti ed i Montecchi* e *I Puritani*, de Bellini. Era prima da bailarina italiana Carlotta Grisi (18/06/1819-20/05/1899), que estreou o bailado *Giselle*.

⁷²³ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5745, Caixa 171, fol. 176.

⁷²⁴ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5747, Caixa 169, fol. 1315.

*semana temos visto algumas coisas, fomos aos Inválidos; gostei muito, mas o edifício pareceu-me que não tem comparação com o de Greenwich, à excepção da Igreja que é magnífica. A vista de Paris do alto do Pantheon é linda (...) Tenho ido algumas vezes ao Teatro, acho-os em geral mais bonitos do que os de Londres, mas muito mais pequenos.”*⁷²⁵ Mas não só monumentos. É o caso de D. Domingos, que descreve pormenorizadamente no seu diário, a visita que fez com o pai, a uma mina de Cobre em Inglaterra: “(...) e conduziu-nos esta manhã à mina de cobre chamada Consolidated Mine situada a 10 milhas de distancia de Falmouth e que é a mais considerável de todas que actualmente se trabalham. Chegados ao distrito que chama das minas e que ocupa um terreno pouco mais ou menos de 10 milhas quadradas causou-nos impressão o aspecto triste que apresenta aquele país aonde se não vê cultura nenhuma mas sim uma quantidade de montes de terra remexida, de covas profundas, de máquinas de madeira destinadas aos diversos trabalhos das minas e de choupanas disseminadas que servem de habitação aos mineiros (...) Os poços que nela se tem escavado para seguir o veio de cobre chegam já a 1800 pés de profundidade perpendicular sendo esta, segundo parece, a maior profundidade a que até agora se tem chegado em uma mina, disse-nos [o feitor da mina] que o termómetro dava 96 graus de calor no fundo da mina. Parece impossível que os trabalhadores possam respirar em uma tal atmosfera e ficámos espantados quando soubemos que perto de 1500 indivíduos passam diariamente 8 horas do dia ou da noite naqueles poços (...)”⁷²⁶.

Em conclusão, as sociabilidades da Casa Palmela encontravam-se divididas em dois aspectos essenciais: o quotidiano e os eventos extraordinários. De facto, a prática do lazer e da ocupação dos tempos livres resultavam simplesmente do decorrer quotidiano e eram desenvolvidos num ambiente mais íntimo. Pelo contrário, os eventos extraordinários eram marcados por vários aspectos: os rituais da corte e do serviço no Paço; a vida diplomática e, finalmente, os rituais de passagem, como o nascimento e o casamento. A educação, baseada no ensino da música e da dança, proporcionava o *savoir faire* necessário para a concretização das práticas sociais. Por outro lado, parte das ocasiões festivas encontravam-se enquadradas por um cerimonial religioso. Por fim, há que realçar o papel desempenhado pela mulher – é ela que é referida

⁷²⁵ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5744, Caixa 169, fol. 1095.

⁷²⁶ *Correspondência particular*, IAN/TT, ACP, Microfilme 5730, Caixa 160, fols. 1557-1558.

pormenorizadamente na imprensa, não havendo uma segregação evidente, podendo, inclusive, haver um convívio entre ambos os sexos, mesmo em ambientes mais íntimos, como as refeições.

9. Conclusão

A Casa Palmela é uma Casa nobre que, nas vésperas do liberalismo, apesar de não ser titulada, pertencia à primeira nobreza de Corte, pelos vínculos que ao longo de gerações os seus membros foram instituindo, pelas comendas que obtiveram, pelo importante cargo de Capitães da Guarda Real que desempenharam e porque partilhavam a vida daquele pequeno grupo. É também um exemplo de como o percurso político do primeiro titular possibilitou a consolidação do seu prestígio social. Efectivamente, o seu apoio à causa liberal condicionou, sobremaneira, o lugar entre os seus pares, como aliás acontece em períodos de conturbação política, permitindo o acesso à titulação e a subida no *cursus honorum*.

Todavia, não foi apenas o percurso político, fortemente marcado pelo apoio a D. Pedro, que terá condicionado a sua preponderância no novo regime. De facto, para tal também terão concorrido outros factores, como a biografia dos restantes indivíduos da família, a educação, os seus casamentos, a origem dos rendimentos, o estilo de vida e as práticas culturais.

De facto, a educação, nomeadamente, a formação académica foi uma preocupação constante, pelo menos dos primeiros Duques de Palmela relativamente a seus filhos. A educação foi entendida no seio desta Casa como de elevada importância. Ela era diferente para cada um dos sexos, sendo que a educação masculina tendia a evoluir para um nível superior, restando aos elementos femininos, para além dos conhecimentos básicos da gramática, os labores, a música, o desenho e a pintura. Obviamente que a permanência no estrangeiro, decorrente, quer da actividade diplomática do primeiro Duque de Palmela, quer da condição de exilados, como consequência do governo de D. Miguel, permitiu a aquisição, desde a infância, do conhecimento de línguas estrangeiras, como o francês e o inglês.

As alianças matrimoniais foram outra das estratégias seguidas como forma de consolidação do seu *status quo*. De facto, há desde logo uma clara preocupação em casar todos os filhos, característica completamente nova relativamente ao grupo

aristocrático, apesar do número de celibatários no seio da aristocracia já estar em decréscimo desde a segunda metade do século XVIII. Essa preocupação poderá decorrer de uma procura de consolidação das redes de solidariedade e de aliança política, sobretudo num contexto de guerra civil e de reestruturação política, como foi a primeira metade do século XIX.

O casamento ocorria cedo na vida dos nubentes, o que vem reforçar a pouca influência dos noivos na sua escolha. Eram casamentos combinados, parecendo o seu objectivo primordial, ao contrário do que acontecia durante o Antigo Regime, em que se procuravam ampliar os ganhos simbólicos, afirmando o estatuto de cada uma das casas, ser agora o de ampliação do património económico, nomeadamente a posse de rendimentos suficientes para a sua conveniente sustentação.

Obviamente que os casamentos foram efectuados no seio do grupo aristocrático. Todas as mulheres casaram com titulares, à excepção da filha mais nova dos primeiros Duques de Palmela, que casou, no entanto, com secundogénitos de titulares, e das terceira e quarta Duquesas de Palmela que, como senhoras da Casa que eram, casaram com secundogénitos de outras casas titulares, tal como acontecia ainda no Antigo Regime. Também os homens casaram com filhas secundogénitas, excepto D. Filipe, Marquês de Sesimbra, que se liga a uma herdeira de sua Casa, curiosamente, sua sobrinha, como forma de evitar a quebra da varonia. Ainda assim, todos os filhos do primeiro Duque de Palmela foram agraciados com novos títulos, encabeçando uma nova casa titular.

Grande parte dos indivíduos foi Par do Reino. Alguns destes cargos eram hereditários. Significativo é também o número de indivíduos que exerceu ofícios no Paço, assim como as condecorações adquiridas, ainda que a título honorífico. As carreiras militares, no exército ou na marinha, são pouco expressivas, e a formação académica começa a desenvolver-se, embora mais evidente no caso dos próprios indivíduos Palmela, que são também aqueles com maior participação em empreendimentos comerciais, industriais ou financeiros.

Se se tiver em conta a antiguidade das Casas titulares com que a Casa Palmela encetou relações matrimoniais, constata-se que, apesar de algumas delas serem da

antiga nobreza titulada do Reino, com títulos atribuídos anteriormente à regência de D. João VI, como Castelo Melhor, Galveias, Niza e Ribeira Grande, muitas eram relativamente recentes. De facto, as Casas de Alcáçovas, Terena, Lançada e Praia e Monforte foram tituladas após 1834, apesar de possuírem nobreza antiga e vínculos antigos e conseguiram a titulação após esta data por terem alinhado pelo lado vencedor da guerra civil.

As que foram agraciadas com títulos no período compreendido entre 1792 e 1826, ou seja, as Casas da Póvoa e de Sobral, ainda que esta sem grandeza, estavam na mesma situação da Casa Palmela, que também foi titulada neste período.

Todas as Casas com que a de Palmela se ligou pelo casamento alinharam pelas hostes liberais, à excepção da casa da Póvoa, sendo o conde, um dos assinantes da Representação de 25 de Abril de 1828, alinhando, por isso, pelo lado miguelista.

Embora nos outros matrimónios os ganhos económicos fossem evidentes, pela leitura da correspondência trocada entre os primeiros Duques de Palmela, este casamento é a prova cabal da importância de uma aliança que trouxesse um acrescentamento económico à Casa Palmela. De facto, nem a pouca antiguidade da Casa da Póvoa, nem o seu posicionamento político miguelista impediram a sua união, uma vez que se tratava de garantir uma aliança com uma das maiores fortunas do país, rompendo por isso com o padrão seguido pela Casa Palmela relativamente às suas estratégias matrimoniais. Só assim se compreendem os esforços realizados, sobretudo pelo primeiro Duque de Palmela, com sacrifício de sua família, para a concretização de um matrimónio, cuja validade foi posta em causa pelos parentes paternos da nubente, que, a todo o custo, procuraram a sua anulação, tentando desse modo manter a fortuna na família.

A liquidez financeira que este consórcio proporcionou terá, de certa forma, contribuído para a possibilidade do pagamento das indemnizações às renúncias de legítimas que os irmãos do segundo Duque de Palmela efectuaram em seu favor, permitindo a manutenção da totalidade da Casa nas mãos de um único herdeiro. As renúncias terão possibilitado, no caso concreto das mulheres, dotarem-se com essa quantia, à excepção de D. Maria Ana, a primeira que casou, ainda conforme a legislação pombalina. Dos dotes não constaram bens de raiz, apenas fundos monetários, à excepção do que se verificou com a única irmã da terceira Duquesa de Palmela, D. Luísa Maria, que foi dotada com uma quantia dez vezes superior à de suas tias, sendo

paga em parte através de uma propriedade fundiária. Este aumento significativo foi consequência da vontade expressa dos segundos Duques de Palmela em partilhar a sua fortuna pelas duas filhas. Apesar de coincidir com a teorização de Mouzinho da Silveira relativamente à legislação de abolição dos vínculos, esta divisão antecipa o que a lei desvinculadora de 1863 consagrou, podendo-se considerar como uma nova característica na mentalidade aristocrática desta Casa.

O casamento dos segundos Duques de Palmela também possibilitou equilibrar a contabilidade desta Casa. Durante o reinado de D. Miguel, os seus bens foram arrestados e a família obrigada a exilar-se, provocando uma maior falta de liquidez, já de si agravada com os elevados gastos com a manutenção do estatuto da Casa. Só um casamento tão proveitoso a nível económico poderia viabilizar um equilíbrio financeiro que o recurso constante ao crédito e a tentativa de redução das despesas domésticas não conseguiram concretizar.

Efectivamente, a análise dos rendimentos das Casas Palmela e Póvoa, administradas individualmente, permite-nos chegar a essa conclusão, uma vez que esta última possuía rendimentos substancialmente superiores àquela. Além disso, a Casa Palmela estava muito mais dependente financeiramente da posse de propriedades imobiliárias que a Casa Póvoa, cujos rendimentos se baseavam tanto neste tipo de propriedades, como em aplicações financeiras, uma novidade no contexto dos rendimentos tradicionais da aristocracia.

No que diz respeito ao recheio do Palácio do Rato, residência habitual desta família, há que realçar a posse de variadas obras de arte, pintura e escultura, que denota a propensão desta Casa para as artes e para o coleccionismo.

Assinala-se neste palácio a existência de espaços especializados destinados ao convívio e sociabilidade, em contraposição a espaços privados, destinados à intimidade familiar e ao lazer.

Os espaços públicos estavam preparados, não só para receber uma grande quantidade de convivas, mas também para lhes proporcionar um entretenimento adequado, seja através do jogo ou da prática musical, onde todos participavam. As grandes ocasiões festivas ocorriam em circunstâncias especiais, como casamentos e aniversários.

A par desta sociabilidade dentro de portas, é também visível uma sociabilidade

oficial, decorrente do serviço no Paço.

Em conclusão, parece que no caso concreto da Casa Palmela se registaram mudanças nas mentalidades e comportamentos aristocráticos, que permitiram a manutenção do estatuto privilegiado que alcançara em finais do Antigo Regime e, inclusive, a sua elevação. De facto, a actividade diplomática desenvolvida pelo primeiro Duque de Palmela, D. Pedro e, sobretudo, a opção pelo liberalismo de D. Pedro IV, ainda que com algumas consequências funestas durante o reinado de D. Miguel, revelou-se como essencial para a obtenção de um prestígio social, recompensado com os mais altos títulos da monarquia do Reino.

Outro contributo decisivo para esse prestígio, para além de uma inovadora e forte aposta na formação académica dos seus filhos, foram as alianças matrimoniais que o mesmo D. Pedro de Sousa Holstein procurou para os seus filhos, casando-os tanto quanto possível no grupo seus pares, com aqueles que possibilitariam um maior acrescentamento económico à sua Casa e liberais, não hesitando, todavia, em casar o herdeiro com uma senhora de uma casa recente e miguelista, tendo em vista o enriquecimento da Família. Foi o que aconteceu com o herdeiro D. Domingos, que casou com a filha do Conde da Póvoa.

Esta preocupação de perpetuar nos filhos o modo de vida nobre, é também visível nos contratos de renúncia de legítimas que estes efectuaram em favor dos primogénitos. Isto, além de favorecer a integridade da Casa Palmela, permitia simultaneamente uma soma apreciável para a constituição dos novos casais.

O testamento dos segundos Duques, ao dividir os bens da Casa Palmela pelas duas filhas é também um traço revelador de alteração dos quadros mentais deste grupo, ao antecipar a abolição total dos vínculos verificada em 1863.

Esta mudança na mentalidade aristocrática desta Casa passou também pela forma como foi entendido o património. Procuraram capitalizá-lo através de actividades que não estivessem dependentes da exploração fundiária, ainda que esta estivesse significativamente presente. Foi o caso do investimento em diversos sectores económicos, como a finança, a indústria e os serviços, através da posse de acções de diversas empresas.

Estas alterações mentais e comportamentais, que destacaram esta Casa aristocrática no contexto da monarquia constitucional em Portugal permitirão explicar,

mais do que a manutenção do seu estatuto privilegiado, o alcançar da sua posição cimeira no topo da pirâmide social da monarquia.

Se D. Maria Luísa, terceira Duquesa de Palmela, segunda Marquesa do Faial, terceira Condessa de Calhariz e Camareira-Mor da Rainha D. Amélia ainda assistiria ao regicídio de 1908, só sua filha D. Helena Maria, quarta Duquesa de Palmela, terceira Marquesa do Faial e representante dos títulos de Condessa da Póvoa, Condessa de Calhariz e Viscondessa da Lançada é que presenciaria a queda do regime monárquico. Agora sim, as mudanças comportamentais e mentais não seriam suficientes para a conservação do estatuto aristocrático.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Central da Marinha, *Livros Mestre* nºs 380 a 382.

Arquivo Central da Marinha, Caixa 748.

Arquivo Histórico Militar, Caixas 177, 196 A, 565.

Arquivo José Maria da Fonseca, Caixa 2.

Biblioteca Nacional – Reservados:

- *Arquivo Mouzinho da Silveira*, COD. 8862, F. 3629

- *Carta a um membro da Junta do Porto, solicitando a libertação do Duque da Terceira*, Mss, 250, nº 28, R. C. 163.628.

- *Oração fúnebre nas exéquias da Duquesa de Palmela*, Res. 472 V.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo da Casa Palmela*:

- Caixas 2; 3; 4; 7; 8; 9; 10; 11; 13; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 56; 57; 59; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 69; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84; 85; 86; 88; 89; 90; 91; 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 99; 100; 101; 102; 103; 104; 105; 106; 107; 108; 109; 110; 111; 112; 113; 114; 115; 116; 119; 120; 121; 122; 123; 124; 125; 126; 127; 128; 129; 131; 132; 133; 134; 135; 136; 137; 138; 139; 140; 141; 142; 143; 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 168; 169; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 176; 177; 178; 179; 180; 181; 182; 183; 184; 186; 187; 188; 189; 190; 191; 193; 194; 195; 196; 197; 198; 199; 200; 201; 202; 203; 204; 205; 206; 207; 208; 209; 210; 212; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 219; 220; 221; 222; 223; 224; 225; 226; 227; 228; 229; 231.

- Livros: 5; 6; 7, 14, 15; 21; 22; 23; 24; 25; 90; 91; 92; 185; 193; 194; 202; 204.

Royal Military Academy Sandhurst – WO 151, Royal Military College
Gentleman Cadet Register, 1806-1864.

Fontes Impressas

Periódicos

[*Folheto*], Lisboa, Tipografia de J.C. Novais, 12 de Abril de 1839.

[*Folheto*], Lisboa, Tipografia de J.M. de Novais., 23 de Abril de 1839.

[*Folheto*], Lisboa, Tipografia J.C.M., 1 Março 1839.

A Revolução de Setembro, Lisboa, Tipografia J. B. da A. Gouveia, 1840-1901.

Almanak estatístico de Lisboa, Lisboa, Tipografia do Gratis, 1837- 1851.

Almanaque de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854 - 1856.

Correio de Lisboa, Lisboa, Tipografia Carvalhense, 1837-1842.

Diário de Notícias, Lisboa, Tipografia Universal, 1864-1887.

Jornal do Comércio, Lisboa, Tipografia do Jornal do Comércio, 1853-1989.

L'abeille: revue encyclopédique, Lisboa, Imprensa de C. A. S. de Carvalho, 1836-1843.

O Director, Lisboa, Tipografia de M. A. F. Portugal, 1838-1840.

O Ecco, Jornal Critico, Litterario e Politico, Lisboa, Tipografia de A. I. S. de Bulhões, 1835-1840.

O Português, Lisboa, Tipografia de Manuel de Jesus Coelho, 1853-1866.

Outras Fontes Impressas

ABREU, José D'Ornelas de Sanches, FORMOSINHO, José, et alii; *Cruz Vermelha Portuguesa – 1865 a 1925*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1926.

BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por ele próprio em 1861*, Ernesto Campo de ANDRADA (rev.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

BEIRES, M., CASTELO BRANCO, João de Oliveira Frazão, *Libello na causa movida por João de Oliveira Frazão Castello-Branco... contra os Duques de Palmela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875.

BREYNER, Tomás de Melo (Prod.), *Diário de um monárquico, 1911-13*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1994

_____, *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, fac. simil., edição comemorativa do centenário da fundação da Consulta de moléstias sifilíticas e venéreas do Hospital do Desterro, s.d..

CAMPOS, Cláudia de Campos, *A baronesa de Staël e o Duque de Palmela*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, 1901.

CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo, *Cartas para elucidarem a conduta do Conde de Palmela*, s.l., s.n., s.d..

CARREIRA, Visconde de, *Correspondencia official de Luiz António de Abreu e Lima, actualmente Conde da Carreira com o Duque de Palmela: regencia da Terceira e governo do Porto de 1828 a 1835*, Lisboa, Lallemand Frères, 1874.

_____, *Discurso lido na sessão de inauguração do busto do duque de Palmela*, Lisboa, Tipografia da Revista Universal, 1850.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Duquesa de Palmela in Memoriam. Separata do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1910.

_____, *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, Lisboa, Imp. Nacional, 1898.

CLEMENTE, Barão de S., *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, Liv. 1., Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1887.

COLAÇO, Branca Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.

Companhia dos Canais da Azambuja. Contrato Celebrado com o governo de Sua Majestade e sancionado por Alvará de 25 de Abril de 1844 seguido da escritura de associação relativa à canalização da Vala da Azambuja, Lisboa, Imprensa nacional, 1844.

Considerações sobre uma das escrituras de 15 de Outubro de 1838, e sobre o que se escreveu em um papel diário nº 112 de 31 de Maio último a respeito da celebre causa do casamento do Marquês do Faial com a herdeira da Casa do Conde da Póvoa, Lisboa, Typographia do largo do Contador Mor nº I, 1839.

FREITAS, A. M de, *Anuário da Corte Portuguesa, Primeiro Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes, Editor, 1895.

GARRETT, Almeida, *Memória histórica da Duquesa de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

GUIMARÃES, António Joaquim de Figueiredo, *Discurso de Antonio Joaquim de Figueiredo Guimarães, representante da empresa Agencia Geral no sexto dia da discussão da questão que lhe promoveu o Duque de Palmela: redigido e ampliado com a comparação das provas*, Lisboa, Typographia de Maria Feliciano das Neves, 1851.

GUIMARÃES, António, *A ultima Duquesa de Palmella*, Lisboa, A. Guimarães, 1912.

HERCULANO, Alexandre, NEMÉSIO, Vitorino (pref.), *Cartas de Vale de Lobos ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos*, Lisboa, Bertrand, 1980-1981.

HOLSTEIN, Marquês de Sousa, “A Escola de Sagres e as tradições do Infante D. Henrique” in *Conferências celebradas na Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos Descobrimentos e Colonizações dos Portugueses na África*, Lisboa, Typographia da Academia, 1877.

_____, *Catálogo Provisório da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1868.

_____, *Dissertação inaugural para o acto de conclusões Magnas do Marquez de Souza Holstein*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1858.

_____, *Literatura e História*, Lisboa, Escola Tipográfica das Oficinas de S: José, 1929.

_____, *Observações sobre o actual estado de ensino das Artes em Portugal*, Lisboa, Imprensa nacional, 1875.

_____, *Theses ex universo jure selectae pro doctorali obtienda in Cominbricensi Academia*, Coimbra, Typis Academicis, 1858.

JARDIM, A. Santos Pereira, *Oração no doutoramento do Marquês de Sousa Holstein*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1858.

LICHNOWSKY, Príncipe, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, 2ª ed, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 9ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

MARTINS, Rocha, *Os grandes amores de Portugal – O bichinho de conta*, 6º fasc., 2º vol., Coleção História, Lisboa, Edição do Autor, s.d.

MENDONÇA, A. P. Lopes de, *Noticia histórica do Duque de Palmela*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

MÓNICA, Maria Filomena, (org.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, correspondência para seus filhos, 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, 2002.

PALMELA, Duque de, *Carta ao Conde de Dulley, dando conhecimento do decreto de D. Miguel, convocando os Três Estados do Reino*, Londres, W. Glindon, 1828.

_____, *Carta ao Editor do Diário do Governo em resposta à curtíssima exposição de alguns factos*, Lisboa, Tipografia da Rua do Almada, 1847.

_____, *Carta do Duque de Palmela, sobre o seu juramento à constituição de 1838, dirigida ao visconde da Carreira, Ministro de S. M. F. em Paris*, Paris, Oficina Typographica de Casimir, s.d..

_____, *Catálogo da livraria do... Marquês de Sousa Holstein que se há-de vender judicialmente...*, Lisboa, Typ. de J. H. Verde, 1879.

_____, *Comissão de socorros em favor das vítimas das inundações em Portugal no Inverno de 1876 -1877. Relatório e Documentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880.

_____, *Discursos parlamentares proferidos pelo Duque de Palmela nas Camaras Legislativas desde 1834 até hoje*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

_____, *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1858.

_____, *Proclamação*. Lisboa, Imprensa Régia, 1833.

_____, *Regulamento das Casas de Asilo da 1ª Infância Desvalida*, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1851.

_____, *Senhores Deputados ao Congresso Português*, Paris, Oficina. Typographica de Casimir, s.d..

_____, VASCONCELOS, José Joaquim dos Reis e, *Despachos e correspondência do Duque de Palmella*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1851-1869.

PEREIRA, Gabriel, *A colecção de pinturas do Sr. Duque de Palmela no Pallacio do Rato*, Lisboa, Typographia Lallemant, 1903.

PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registos vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

PIRES, Amadeu Rodrigues, *Duque de Palmela, paladino da restauração de Olivença*, Sep. Revista "Portugal d'Aquém e d'Além-Mar", 56, Lisboa, s.n., 1951.

RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997.

Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1800-1900.

Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal da Sociedade das Cosinhas Económicas de Lisboa. Gerências de 1895, 1896, 1897, 1899, 1901, 1902, 1904, 1906, 1907, 1909, 9 vols., Lisboa, Typographia da Papelaria Palhares / Imprensa Nacional, 1896- 1910.

ROBINSON, J. C., HOLSTEIN, Marquês de Sousa, *A antiga escola portuguesa de pintura, com notas acerca dos quadros existentes em Vizeu e Coimbra e attribuidos por tradição a Grão Vasco*, Lisboa, Thomaz Quintino Antunes, 1868.

RODRIGUES; Francisco Faria, *Verdadeira Exposição da Magna questão entre as Exm^{as} Casas de Póvoa e Palmela sobre heranças*, Lisboa, Tipografia Universal, 1863.

SÁ, D. José de Almeida Correia de Sá (com.), ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934

SABUGOSA, Conde, *Embrechados*, 2^a ed., Lisboa, Livraria Ferreira, Editora, 1908

SESIMBRA, Mariana, *Madre Monfalim, (Eugénia de Sousa e Holstein)*, Lisboa, Bertrand, 1946.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Varões ilustres das três épocas constitucionais*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1870.

SIMÕES, Augusto Filipe, FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha (ed.), *Cartas de Augusto Filipe Simões para o Primeiro Marquês de Sousa Holstein*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1962.

SORIANO, Simão José Luz, *Biografia do 1º Duque de Palmela ou colecção dos principais factos da sua vida pública*, Lisboa, s.e., 1857

Tratado Jurídico das Pessoas Honradas escrito segundo a legislação vigente à morte d'El Rei D. João VI, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1851.

VIDAL, Manuel José Gomes de Abreu, *Carta ao Primeiro Marquês de Palmela D. Pedro de Sousa Holstein*, Lisboa, Imprensa Morandiana, 1829.

Dicionários, Genealogias e outros Instrumentos de trabalho

AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933.

ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional (1826-1828)*, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto – Lisboa, Livraria Civilização – Editora, 1970.

Anuário da nobreza de Portugal, Lisboa, Instituto Português de Heráldica., 1950.

ARANHA, Inocêncio Francisco da Silva Brito, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Ofir – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. (CD – ROM).

BAENA, Visconde de Sanches de, *Famílias Nobres do Algarve*, 2 vols., Lisboa, 1900-1906.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Fernando Santos, CASTRO, Rodrigo Faria de, *A descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2ª ed. Braga, 1993.

Colecção Oficial de Legislação, Lisboa, Imprensa Nacional, 1750-1890.

Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910, (dir. Maria Filomena MÓNICA), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004-2005.

Estatística do pariatto português, desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1905, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão, 1906.

FORJAZ, Jorge, *Os Teixeira de Sampaio da Ilha Terceira*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Lisboa, Editorial Enciclopédica Lda., s.d..

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1993.

PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1959.

PEREIRA, Miriam Halpern, SERRÃO, Joel, (coord.), *Roteiro de Fontes de História Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica, 1984.

PIMENTA, Alfredo, *Vínculos portugueses, Catálogo dos Registros vinculares feitos em obediência às prescrições da Lei de 30 de Julho de 1860 e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

PINTO, Albano da Silva, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890.

ROCHA, António Manuel Coelho da, *Instituições do Direito Civil Português*, 2^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1848.

ROCHA, Ilídio, *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.

SEABRA, Visconde de, *Código Civil Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1985.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953.

TEIXEIRA, Júlio A., *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias, Brasões, Vínculos*, Vila Real, Imprensa Artística, 1946.

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

Estudos Nacionais

AA.VV., *História Social das Elites in Análise Social*, Lisboa, nº 116-117, 1992.

ALCOCHETE, Nuno Daupias d', *Bourgeoisie Pombaline et Noblesse Liberale au Portugal. Iconographie d'une Famille Portugaise*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco, *Os sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1988.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

_____, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

CABRAL, João de Pina, FEIJÓ, Rui Graça, NUNES, João Arriscado, COELHO, Margarida, GONÇALVES, Ana Maria, “A casa do Noroeste – introdução e comentários a um encontro pluridisciplinar” in *Análise Social*, vol. XXIII (95), 1997 – 1º, 151-163, pp. 151-168.

CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., FELISMINO, David, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias” in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.,

CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da, (org), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CASTRO, Armando de, *A Estrutura Dominial Portuguesa dos Séculos XVI a XIX (1834)*, Lisboa, Caminho, 1992.

COELHO, Maria de Fátima, “O Instituto Vincular, sua Decadência e Morte: Questões Várias” in *O Século XIX em Portugal*, Análise Social, Lisboa, 61-62, 1980, pp. 111-131.

CRUZ, Maria do Rosário Pombo Braga da, *Tradição e inovação: a aristocracia inglesa entre 1832-1851*, Lisboa, Tese mestrado em Estudos Anglo-Portugueses, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

DIOGO, Helena Correia, *et alii*, “Para o Estudo da Nobreza Oitocentista, Barões e Viscondes no Reinado de D. Maria II” in *Ler História*, nº 10, 1987, pp. 139-158.

FLORES, Francisco Moita, *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

FRANÇA, José-Augusto, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal”, in Santos, Maria Helena Carvalho dos (coord.) - *Pombal Revisitado*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1984, pp. 19-33.

GONÇALVES, Helena Maria da Costa, *Amar, Sofrer e Obedecer. A mulher e o casamento na Grã-Bretanha: 1790-1890*, Dissertação de mestrado. Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, 1997

HESPANHA, António Manuel, “A nobreza nos tratados jurídicos do século XVI a XVIII” in *Penélope*, nº 12, Lisboa, edições Cosmos, 1993, pp. 27- 42.

LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales, *A casa de Oeiras e Pombal: estado senhorio e património*, Lisboa, s. n. Tese de mestrado em História, apresentado à Universidade Nova de Lisboa, 1987.

LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, Lisboa, 4, Edições Cosmos, 1989, pp. 82-111.

MADUREIRA: Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano: Lisboa, 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

MATOS, Maria Antónia Pinto, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de Coleccionadores, Poder e Cultura. Antiga Colecção Palmela*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001.

MENDES, Maria do Céu Dinis, *Alguns aspectos do casamento na Inglaterra setecentista ou o velho Patriarca e a nova Mulher*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)” in *Análise social*, vol. XXIX (95), 1994 – 1º - 2º, nº 125-126, pp. 121-152.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A Nobreza na Revolução Liberal” in *Portugal Contemporâneo*, coord. António Reis, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 243-

_____, “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII” in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1993, 4º, 5º, pp. 921-950.

_____, “L’Historiographie de la revolution liberale au Portugal: Perspectives recentes” in *La Recherche en Histoire du Portugal*, Paris, Centre d’études portugaises, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et Société Française d’Histoire du Portugal, 1989, pp. 57-65.

_____, “Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime” in *Ler História*, nº 10, Lisboa, Edições Salamandra, 1987, pp. 15-51.

_____, “O Endividamento Aristocrático (1750-1832): Alguns Aspectos” in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 116-117, 1992, pp. 263-283.

_____, “Os Rendimentos da Aristocracia Portuguesa na Crise do Antigo Regime” in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 111, 1991, pp. 361-384.

_____, “Revolução Liberal e Regime Senhorial: A Questão dos Forais na Conjuntura Vintista” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, XXIII, 1987, pp. 143-182.

_____, *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

_____, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

“Nobrezas e Aristocracias” in *Penélope. Fazer e desfazer a história*, nº 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

PELÚCIA, Alexandra, “A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política Imperialista” in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, org. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de História de Além-mar / Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.

PINTO; Alda Maria Martins da Silva, *Casamentos da Casa Real Portuguesa no Século XV*, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1998.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas (Genealogias e Estratégias (1279-1325))*, Porto, Dissertação de doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de letras da Universidade do Porto, 1997.

ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “Revolução liberal e pariatto (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 1992, 2º – 3º., pp. 329-353.

_____, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, Lisboa, Prova Complementar de Doutoramento a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos, *Os Pimentéis. Percurso de uma linhagem da nobreza medieval Portuguesa (Séculos XVIII-XIV)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995

VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

VENTURA, António, “Para a História da Epistolografia feminina em Portugal. Correspondência da Condessa de Alva para sua irmã, D. Teresa de Sousa Holstein, (1814-1816)”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 21-22, 5ª série, Lisboa, Faculdade de Letras, 1996-1997

Estudos Estrangeiros

ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, Mérida, Consejo ciudadano de la Biblioteca Pública Municipal Juan Pablo Forner, 1990.

ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España Moderna: la casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España, 1987.

BARTILLAT, Christian de, *Histoire de la noblesse française 1789-1989*, Paris, A. Michel, 1988.

BECKETT, J. V., *The aristocracy in England 1660-1914*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.

BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse reinventée: nobles de Franche-comté de 1814 à 1870*, Paris, Pie impronta Annales littéraires de l'Université de Besaçon, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992.

CANNADINE, David, *Aspects of aristocracy: grandeur and decline in modern Britain*, London, Yale University Press, 1994.

CARMONA PIDAL, Juan, *Aristocracia Terrateniente y cambio agrario en la España del siglo XIX. La Casa de Alcañices (1790-1910)*, Ávila, Junta de Castilla y León Consejería de Educación y cultura, 2001.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco (ed.), *Historia Social de la familia en España*, Alicante, Instituto de Cultura "Juan Gil-Albert", 1990.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, « De l'aristocratie aux élites » in *Histoire des élites en France du XVIe au XXe siècle*, s.l., Tallandier, 1991

HIGGS, David, *Nobles, titrés, aristocrates en France après la Révolution 1800-1870*, Paris, Liana Levi, 1990.

JESÚS BAZ, Maria, “A dissolução do Património da casa de Alba na Galiza, 1890-1926” in *Penélope*, nº 12, Lisboa, edições Cosmos, 1993.

Les noblesses européennes au XIXe siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Université de Milan... (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988.

LIEVEN, Dominic, *Aristocracy in Europe, 1815-1914*, London, Macmillan, cop.1992. BUL

MAYER, Arno, *La persistance de l'Ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1990.

MANDLER, Peter, *The fall and rise of the stately home*, New Haven, Yale University Press, 1997.

MENSION-RIGAU, Eric, *Aristocrates et grands bourgeois: éducation, traditions, valeurs*, Paris, Plon, 1994.

MURRAY, Venetia, *An elegant madness: high society in Regency England*, New York, Viking, 1999.

PETITEAU, Natalie, *Élites et mobilités: la noblesse d'Empire au XIX siècle (1808-1914)*, Paris, la Boutique de l'Histoire, 1997.

PINÇON, Michel, *Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse en France*, Paris, Editions Payot & Rivages, 1996.

RUIZ TORRES, Pedro, “Aristocracia e Revolução Liberal em Espanha” in *Penélope* nº 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

STONE, Lawrence, STONE, Jeanne, *An open elite? England 1540-1880*,
Oxford, Clarendon Press, 1986.